

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DE FRONTEIRA A TERRITÓRIO - AGRICULTURA FAMILIAR NA
AMAZÔNIA OCIDENTAL: O CASO DA FORMAÇÃO DA BACIA
LEITEIRA EM OURO PRETO DO OESTE, RONDÔNIA

RODRIGO PARANHOS MONTEIRO

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR
JOHN WILKINSON

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção de grau de Mestre
em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, Área de Concentração
Desenvolvimento e Agricultura

Seropédica, RJ
Março de 2004

333.318111 Monteiro, Rodrigo Paranhos.
M775f De fronteira a território - Agricultura familiar na Amazônia
T Ocidental: o caso da formação da bacia leiteira em Ouro Preto do
Oeste, Rondônia/Rodrigo Paranhos Monteiro. - 2004.
Xv, 243f. : il. (color), tabs.

Orientador: John Wilkinson.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 211-219

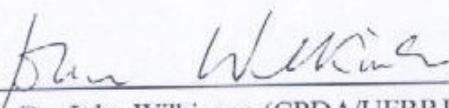
1. Colonização agrária - Aspectos Sociais - Amazônia Legal -
Teses. 2 - Reforma agrária - Amazônia Legal - Teses. 3. Leite -
Bacia leiteira - Rondônia - Teses. I. Wilkinson, John. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

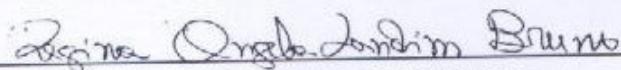
RODRIGO PARANHOS MONTEIRO

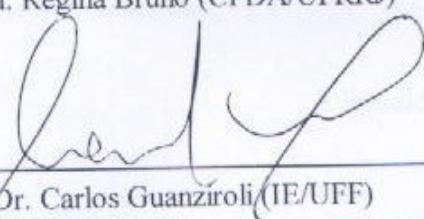
Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade , Área de Concentração Desenvolvimento e Agricultura como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/03/04



Dr. John Wilkinson (CPDA/UFRRJ)
Orientador



Dra. Regina Bruno (CPDA/UFRRJ)


Dr. Carlos Guanziroli (IE/UFF)

A Ronald Monteiro *in memorian*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientação e boa vontade recebida do Prof. John Wilkinson, bem como às sugestões e contribuições dos componentes da banca de qualificação e de defesa, professores Leonilde Sérvolo de Medeiros, Sergio Leite, Regina Bruno e Carlos Guanziroli.

Essa dissertação só pôde ser escrita graças ao suporte financeiro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que possibilitou a tranquilidade necessária para a sua realização.

A pesquisa de campo foi realizada com a contribuição de diversas pessoas e instituições.

Da Embrapa Rondônia, agradeço especialmente a Calixto Rosa Neto e Zenildo Holanda Filho, de Porto Velho. Em Ouro Preto do Oeste, fico grato à toda a equipe do Campo Experimental coordenada por João Maria Diocleciano.

Da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia (IDARON), agradeço a Augusto Lobo e sua equipe em Ouro Preto e à Elizangela Maciel e Luciana Baraba, em Nova União.

No Projeto de Assentamento Palmares, agradeço à hospitalidade e sinceridade de Antônio Abílio Siqueira e família.

A pesquisa na Linha 166 não seria a mesma sem a contribuição de Marcos Vieira Barreto.

Agradeço a Inálio Cruz pelas contribuições valiosas em Porto Velho.

Agradeço também, especialmente, a boa vontade e hospitalidade de Crisanto Lopes de Oliveira em Ouro Preto e à revisão cuidadosa do texto de Landa Pinheiro.

Por fim, tenho que agradecer e reconhecer que sem a guarda de Marialva Monteiro nos momentos difíceis, provavelmente não acabaria esta empreitada.

SUMÁRIO

	pág
Lista de Abreviações e Siglas utilizadas.....	vii
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Quadros.....	xi
Lista de Anexos.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
 INTRODUÇÃO.....	 1
 CAPÍTULO 1	
A FRONTEIRA AMAZÔNICA E A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM RONDÔNIA	
.....	7
1.1 As diferentes "Amazônias"	7
1.2 As discussões sobre fronteira na Amazônia.....	9
1.2.1 A fronteira e a pecuarização bovina	17
1.2.2 A fronteira e a Colonização Agrícola na Amazônia	19
1.2.3 A fronteira, a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar na Amazônia nos últimos dez anos (1991-2001): a relevância da Região Norte nos Programas de RA	23
1.3 A colonização de Rondônia.....	27
1.3.1 A Colonização, a Reforma Agrária e os grandes Programas de Desenvolvimento em Rondônia: O Polonoroeste e o Planafloro	36
1.3.2 Os Projetos de Assentamento em Rondônia nos últimos dez anos ...	42
 CAPÍTULO 2	
ABORDAGENS ANÁLITICAS E METODOLÓGICAS ADOTADAS E INSTRUMENTOS	
UTILIZADOS	45
2.1 O território e o Sistema Local de Conhecimento	46
2.2 Descrição dos procedimentos e a pesquisa de campo	54
2.2.1 A Pesquisa de Campo	55
 CAPÍTULO 3	
A AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA E O SISTEMA AGROALIMENTAR	
DO LEITE	58
3.1.1 A evolução da estrutura fundiária em Rondônia.....	59

3.2 A Agricultura Familiar em Rondônia 30 anos após o início da Colonização	68	
3.3 A formação do Sistema Agroalimentar (SAG) do Leite em Rondônia	75	
3.3.1 O SAG do leite no Brasil e as transformações recentes.....	75	
3.3.1.1 Mudanças ocorridas nos últimos anos	78	
3.3.2 Antecedentes da formação do SAG do Leite em Rondônia	82	
3.3.3 O SAG do leite em Rondônia hoje.....	87	
3.3.3.1 A produção de leite	87	
3.3.3.2 As agroindústrias.....	88	
3.3.3.3 Os insumos	91	
3.3.3.4 Os incentivos fiscais e financeiros.....	92	
3.3.3.5 O ambiente institucional.....	96	
 CAPÍTULO 4		
APROXIMANDO-SE DO OBJETO: A REGIÃO DE ESTUDO E DUAS ESTÓRIAS		101
4.1 A região de Estudo	101	
4.1.1 Antecedentes: a implantação do PIC Ouro Preto.....	101	
4.1.2 A região de estudo hoje	108	
4.1.2.1 A agricultura familiar na região de estudo	113	
4.1.2.1.1 O contexto ambiental	120	
4.1.2.1.2 Os sistemas de produção.....	123	
4.1.2.1.3 As organizações sociais rurais	131	
4.1.2.1.4 Os financiamentos Prorural, Procera e Pronaf A	132	
4.1.2.2 A agroindústria do leite na região de Estudo	134	
4.1.2.2.1 A Parmalat em Ouro Preto do Oeste.	135	
4.1.2.2.2 O laticínio Três Marias (Samira).....	136	
4.1.2.3 O mercado.....	137	
4.1.2.4 As transações entre agricultores familiares e agroindústrias	138	
4.1.2.5 Distribuição.....	140	
4.1.2.6 Insumos.....	140	
4.1.2.7 O ambiente institucional na região de estudo.....	142	
4.1.3 A trajetória de desenvolvimento em Ouro Preto.....	144	
4.2 Uma história - as famílias da Linha 166	153	
4.2.1 Antecedentes	153	
4.2.2 A posse da terra	154	
4.2.3 As redes locais de conhecimento e as inovações.....	160	
4.2.3.1 Ensino (Escolas).....	163	
4.2.3.2 As organizações	163	
4.2.3.2.1 A ASPROR 166.....	166	
4.2.3.3 As Comunidades Eclesiais de Base (CEB).....	168	
4.2.4 Os sistemas produtivos	169	
4.2.4.1 A pecuária leiteira na Linha 166.....	169	
4.2.4.2 A produção de leite e as transações com as agroindústrias	170	
4.2.5 Os personagens e suas trajetórias.....	171	
4.2.6 As surpresas	173	
4.3 Outra história - os assentados da Agrovila Boa União no PA Palmares	175	
4.3.1 Antecedentes e contexto	175	
4.3.2 As ocupações e as reocupações.....	176	
4.3.2.1 A agrovila Boa União (Gleba 4)	179	

4.3.3 Os personagens e suas trajetórias.....	180
4.3.4 As redes locais de conhecimento e as inovações.....	183
4.3.4.1 As organizações	186
4.3.4.2 A Igreja	187
4.3.4.3 As instituições ligadas à questão política.....	187
4.3.5 Os sistemas de produção.....	189
4.3.5.1 A produção de leite na Gleba 4	191
4.3.5.2 As transações com as agroindústrias, a greve do leite e a produção total no PA.....	193
4.4 A Convergência das Estórias: um território e incertezas	194
CONCLUSÕES.....	200
REFERÊNCIAS.....	
BIBLIOGRÁFICAS.....	211
ANEXOS.....	220

Lista de Abreviações e Siglas utilizadas

AF - Agricultura Familiar
AR - Assentamento Rápido
BASA Banco da Amazônia
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CPT - Comissão Pastoral da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNO - Fundo Constitucional do Norte
IAG - Grupo Consultivo Internacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril de Rondônia
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUAR - Núcleos Urbanos de Apoio Rural
ONG - Organização Não Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PAD - Projetos de Assentamento Dirigido
PAR - Projeto de Assentamento Rápido
PCPR - Projeto de Combate à Pobreza Rural
PIN - Plano de Integração Nacional
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PIN - Plano de Integração Nacional
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA - Reforma Agrária
SAG - Sistema Agroalimentar
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SEPLAN-RO - Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SLC - Sistema Local de Conhecimento
STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
ZSEE - Zoneamento Sócio- Econômico-Ecológico-

Índice de Tabelas

	página
<i>Tabela 1 - Número de famílias assentadas pelo Governo Federal no período 1964-94 por região</i>	24
<i>Tabela 2 - Número de famílias assentadas no período 1995-2002</i>	25
<i>Tabela 3 - Total de famílias assentadas pelo Governo Federal no período 1964-2002</i>	25
<i>Tabela 4 - Ranking das Unidades da federação com o maior número de famílias assentadas nos programas do Governo Federal</i>	26
<i>Tabela 5 – Origem por UF da população de Rondônia com mais de trinta e cinco anos</i>	31
<i>Tabela 6. Índice de Gini da distribuição da terra e porcentagem da área total correspondente aos imóveis menores do que a mediana (os 50% menores) no Brasil e em cada Unidade da Federação em 1967, 1972, 1978, 1992 e 1998.</i>	60
<i>Tabela 7. Número de imóveis rurais e desigualdade da distribuição da terra no Brasil, 1967-1998.</i>	61
<i>Tabela 8 - Desigualdade da Distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).</i>	63
<i>Tabela 9 - Distribuição da posse da terra em 15 municípios de Rondônia de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: número de estabelecimentos agropecuários, área ocupada, área média, área mediana, índice de Gini, índice de Theil, percentagem da área total correspondente aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-) e aos 10% maiores (10+).</i>	65
<i>Tabela 10. Distribuição da posse das terra em Rondônia e nas suas oito Microrregiões Geográficas (MRG) de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96: número de estabelecimentos, área ocupada, área média, área mediana, índice de Gini, índice de Theil, percentagem da área total correspondente aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-) e aos 10% maiores (10+).</i>	66
<i>Tabela 11 – Percentual de número de estabelecimentos e áreas de acordo com os diferentes grupos em Rondônia</i>	68
<i>Tabela 12 – Estimativa dos principais produtos da agricultura familiar rondoniense ordenados a partir do valor da produção do produto</i>	70
<i>Tabela 13 – Produção total de leite, vacas ordenhadas e valor correspondente em reais para o Estado de Rondônia em 2002</i>	73

página

<i>Tabela 14 – Principais cultivos anuais e perenes de Rondônia em 2002</i>	74
<i>Tabela 15 - Relação dos estabelecimentos SIFADOS em Rondônia por classe e categoria</i>	89
<i>Tabela 16 - Financiamentos efetivados pelo BASA em Rondônia para a indústria e o setor rural (1989-2003)</i>	93
<i>Tabela 17 - Financiamentos feitos pelo BASA para a agroindústria ligada a produção animal bovina (1989-2003)</i>	95
<i>Tabela 18 – Número de operações e valores disponibilizados pelo BASA nos Estados da região Norte para o setor rural/extrativista no período 1989-2000</i>	95
<i>Tabela 19 – População urbana e rural do município de Ouro Preto</i>	106
<i>Tabela 20 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população da região de Ouro Preto (1991-2000)</i>	109
<i>Tabela 21 - Indicadores Sociais da população na região de estudo em 2000</i>	111
<i>Tabela 22 - Estimativa dos estabelecimentos ligados à agricultura familiar nos municípios da região de estudo e valor bruto da produção correspondente</i>	116
<i>Tabela 23 - Constituição dos estabelecimentos ligados à agricultura familiar, segundo a condição do produtor</i>	116
<i>Tabela 24 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos de agricultura familiar na região de estudo</i>	117
<i>Tabela 25 - Estimativa do número de estabelecimentos de acordo com quatro estratos de renda e o respectivo percentual</i>	117
<i>Tabela 26 - Comparação das rendas médias monetárias e não-monetárias nos estabelecimentos da região de estudo</i>	118
<i>Tabela 27 - Estabelecimentos da região de estudo a partir do grau de integração ao mercado</i>	118
<i>Tabela 28 - Estabelecimentos na região de estudo a partir do grau de especialização</i>	119
<i>Tabela 29 - Principais produtos dos municípios da região de estudo em termos do valor da produção do produto</i>	123
<i>Tabela 30 - Principais produtos da agricultura familiar de Ouro Preto do Oeste</i>	124
<i>Tabela 31 - Produção de leite, número de vacas ordenhadas e valor da produção obtida em reais no ano de 2002 para Rondônia e os municípios da região de estudo</i>	126
<i>Tabela 32 - Principais lavouras permanentes e principais lavouras temporárias dos municípios região de estudo em termos de valor da produção</i>	127
<i>Tabela 33 - Rebanho e número de propriedades com pequenos animais, eqüinos e muares na região de estudo em 2003</i>	129
<i>Tabela 34 - Número de proprietários e propriedades existentes com e sem bovinos na região de estudo, total do rebanho bovino e bubalino declarado e não-declarado.</i>	129
<i>Tabela 35 - Área de pastagem nos municípios da região de estudo</i>	130
<i>Tabela 36 - Rebanho bovino existente nos municípios de região de estudo discriminado por faixa etária e sexo e estimativa da lotação das pastagens (UA¹/ha)</i>	130

página

<i>Tabela 37 - Total de contratos dos programas do FNO Especial efetivados nos municípios da região de estudo via BASA de 1989 a 2003 (até 30/06/2003)</i>	134
<i>Tabela 38 - Número de proprietários por estrato de área e respectiva área ocupada</i>	155
<i>Tabela 39 - Condição do proprietário e área ocupada</i>	155

Índice de Gráficos

	<i>página</i>
<i>Gráfico 1 – Comparação da População total da UF e a nascida em Rondônia por Grupos de idade</i>	31
<i>Gráfico 2 – Evolução da população rural e urbana em Rondônia (1950-2000)</i>	37
<i>Gráfico 3 – Produção rondoniense anual de leite em milhões de litros (1990- 2002)</i>	87

Índice de Quadros

	página
<i>Quadro 1 - Projetos de colonização e assentamento implantados em Rondônia de 1970 a 1984</i>	<i>34</i>
<i>Quadro 2 – Síntese do ZSEE com áreas destinadas a conservação e exploração</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 3 - Simulação do impacto dos incentivos fiscais de Rondônia sobre o valor de venda do produto a partir de uma mesma receita líquida</i>	<i>98</i>
<i>Quadro 4 – Número de famílias assentadas no Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (1972-1980)</i>	<i>103</i>
<i>Quadro 5 - Uso da terra em Ouro Preto e percentual em relação ao total ocupado por cada categoria</i>	<i>107</i>
<i>Quadro 6 - Posição dos municípios em relação ao IDHm e ao Índice de Exclusão Social no ranking nacional e estadual em 2000</i>	<i>111</i>
<i>Quadro 7 - Projetos de colonização e assentamento implantados nos seis municípios da região de estudo de 1970 a 2002</i>	<i>112</i>
<i>Quadro 8 - Área desmatada nos municípios da região de estudo por ano (1996-2000) e percentual total desflorestado até 2000</i>	<i>121</i>
<i>Quadro 9 - Volumes totais de comercialização dos produtos gerados pelos agricultores de Ouro Preto do Oeste em 1993</i>	<i>125</i>
<i>Quadro 10 - Estimativa da captação diária de leite nos estabelecimentos da Grande Ouro Preto.</i>	<i>135</i>
<i>Quadro 11 - Trajetória de desenvolvimento na Grande Ouro Preto com ênfase nas inovações tecnológicas</i>	<i>150</i>
<i>Quadro 12 - Grupos de idade dos agricultores da Linha 166</i>	<i>157</i>
<i>Quadro 13 -Grupos de proprietários por número de cabeças de gado que possui</i>	<i>158</i>
<i>Quadro 14 - Número de produtores de leite dentro do universo da pesquisa estratificados por grupo de produção média diária do produto</i>	<i>159</i>
<i>Quadro 15 - Diversificação nas unidades produtivas a partir dos estratos de área plantada com café</i>	<i>160</i>
<i>Quadro 16 - Número de produtores associados à ASPROR-166 dentro do universo da pesquisa estratificados por grupo de produção média diária de leite</i>	<i>167</i>
<i>Quadro 17 - Procedência e local de nascimento dos entrevistados</i>	<i>171</i>
<i>Quadro 18 - Projetos de Assentamento criados em Nova União e Ouro Preto do Oeste a partir da mobilização que redundou na criação do PA Palmares</i>	<i>177</i>

Lista de Anexos

	página
Anexo I - Quadro 18 - Produção de leite e vacas ordenhadas no Brasil em 2002.....	221
Anexo II - Instituições contatadas.....	222
Anexo III - Dados básicos dos agricultores (roteiro entrevistas).....	223
Anexo IV - Figuras 1 a 14.....	227
Anexo V - Fotos 1 a 6.....	241

RESUMO

MONTEIRO, Rodrigo Paranhos **De fronteira a território - agricultura familiar na Amazônia Ocidental: o caso da formação da bacia leiteira em Ouro Preto do Oeste, Rondônia. Seropédica:** UFRRJ, 2004. 243p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

As estratégias de ocupação da fronteira amazônica promovidas no regime militar tiveram como destaque a implantação de projetos de colonização agrícola. Estes se estabeleceram através de diferentes mecanismos visando atingir públicos distintos nas diversas regiões e provocaram resultados bastante diferenciados. Em Rondônia, apesar dos impactos negativos provocados por uma ocupação pouco ordenada, conseguiu-se consolidar uma agricultura de economia familiar com a presença e permanência de mais de 80 mil famílias.. O objetivo dessa dissertação foi de entender a dinâmica desta agricultura familiar e identificar como este segmento vem ocupando os espaços nos mercados e na sociedade no contexto da fronteira agrícola amazônica, dando ênfase aos processos ligados ao sistema agroalimentar do leite regional. Dessa forma, realizou-se um estudo de caso sobre a formação da bacia leiteira na região central de Rondônia, especificamente no município de Ouro Preto do Oeste. As análises dos dados obtidos comprovaram que os processos ocorridos tiveram as famílias de agricultores como protagonistas que possibilitaram, através de mecanismos de aprendizagem coletiva e da comunhão de objetivos, a formação de um panorama peculiar e específico num universo territorial da Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Rondônia; Colonização Rural; Reforma Agrária; Bacia Leiteira; Agricultura Familiar

ABSTRACT

MONTEIRO, Rodrigo Paranhos **From Frontier to Territory - Small holder agriculture in the West Amazon Region: a case-study of the dairy basin in Ouro Preto do Oeste, Rondônia** Seropédica: UFRRJ, 2004. 243p. (Dissertation, Master of Science in Development, Agriculture and Society).

The strategies of the Brazilian military dictatorship for occupying the Amazon Frontier were mainly centered on rural settlements. These projects were implemented by different mechanisms aimed at distinct publics and objectives in different places and the results of these policies were also distinct. In Rondônia State, in spite of the negative impact on the environment and native people generated by disorganized occupation and violent migration, a small holder agriculture has emerged. The main purpose of this dissertation was to understand the social dynamic of this small holder sector and identify its place in market and society in the context of the Amazon agricultural frontier. For that purpose a case study was carried out on the creation of a dairy basin in the central region of Rondônia, near the city of Ouro Preto do Oeste. The analysis of the research results show that this local space was created by sustained collective action based on common objectives which have produced a very specific social landscape in this West Amazon territory.

Key-words: Rondônia; Rural Colonization; Agrarian Reform; Dairy basin; Small holder farming

INTRODUÇÃO

As estratégias de ocupação da fronteira amazônica, promovidas durante o regime militar, tiveram como destaque a implantação de projetos de colonização agrícola, em fins dos anos 1960 e início dos 1970. Tais projetos foram implementados através de diferentes mecanismos visando atingir públicos distintos nas diversas regiões e provocaram resultados bastante diferenciados. Em Rondônia, especialmente no final da década de 1970 e início da de 1980, ocorreu grande migração de agricultores familiares de outros Estados. Após mais de trinta anos de colonização, a região apresenta-se bem diferenciada em relação ao início da colonização. O perfil exclusivamente extrativista de madeira e minério foi substituído por uma agricultura de baixos insumos, calcada na produção de café, grãos, cacau e principalmente na pecuária bovina. Apesar de todos os impactos negativos provocados por uma ocupação pouco ordenada e deficiências de infraestrutura que ainda persistem, consolidou-se em Rondônia uma agricultura de economia familiar com a presença e permanência de mais de 80 mil famílias envolvidas nessas atividades.

A partir do setor primário, ligado à pecuária bovina de Rondônia, estabeleceu-se um expressivo parque leiteiro com a presença em 2002 de cinqüenta e cinco estabelecimentos de leite inspecionadas pelo SIF.(Base de Dados Sistema de Inspeção Federal, 2003). As fábricas têm obtido espaço no mercado, principalmente através da produção de queijo mussarela que abastece a demanda por esse produto da região Centro-Sul, disponibilizando-o a baixo preço.

Jank e Galan (1997) detectavam, em meados dos anos 1990, uma nova tendência de "crescente migração da produção [de leite] para a região dos cerrados do centro-oeste, com crescimento da importância de Goiás e Mato Grosso do Sul". Tal processo se dava, segundo os autores, pela possibilidade de se obter a matéria-prima a baixo custo e escoar a produção para os grandes mercados do sudeste brasileiro na forma de produtos com maior tempo de prateleira, como o leite em pó, o leite UHT (longa-vida) e, finalmente, o queijo mussarela.

Embora Goiás tenha se transformado no segundo maior produtor nacional, comprovando a tendência citada, um novo processo pode ser identificado. Começou a surgir uma nova frente na expansão das bacias leiteiras, que ultrapassa o cerrado e atinge a floresta amazônica, abrangendo os Estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará.

As três Unidades da Federação juntas já contam com 161 estabelecimentos sifados¹ para a produção de leite e derivados. Deve-se salientar que, além do bioma diferenciado, o perfil dos fornecedores dessa nova frente é totalmente distinto, havendo um predomínio de agricultores familiares.

A região central de Rondônia, que foi a primeira a receber os migrantes e que apresenta boas condições edafo-climáticas, se transformou na sua principal bacia leiteira, com destacada importância econômica para o Estado. Tal fato ocorreu apesar de seguidos incentivos públicos para o desenvolvimento de outras culturas como a seringueira, o cacau e, posteriormente, o café.

Recentemente, a implantação de diversos projetos de assentamento nas regiões de colonização, principalmente através da desapropriação e arrecadações de médias e grandes fazendas, cria um novo desafio para a agricultura familiar² regional. Na primeira fase, as famílias revelaram uma forte capacidade de adaptação aos efeitos do modelo agrícola modernizante. Hoje, entretanto, com a demanda por maior qualidade dos produtos, aliada a uma legislação ambiental mais rigorosa e a uma limitação em termos de área disponível, cria-se um impasse e uma interrogação quanto à sustentabilidade da agricultura familiar na região.

Atualmente, um dos maiores desafios para a questão amazônica é identificar políticas viáveis de desenvolvimento sustentável para um grande contingente de agricultores familiares presentes na região. Levando em conta que já se vão mais de 30 anos desde o início da implantação dos projetos de colonização, o estudo de parte desse processo pode identificar fatores relevantes para ajudar a enfrentar esses desafios.

O expressivo número de projetos de assentamento implantados na região amazônica, com relevante contingente de famílias envolvidas, demanda soluções compatíveis com o novo perfil de desenvolvimento para a Amazônia. A situação é

¹ O Estado do Mato Grosso conta com 75 estabelecimentos alguns provavelmente instalados em bacias leiteiras presentes em regiões de cerrado com predomínio de médios e grandes pecuaristas, segundo tendência apontada pelos autores. Entretanto, boa parte desses estabelecimentos está em bacias leiteiras recentes criadas em típicas regiões de floresta amazônica e calcadas na produção familiar. No Pará são 33 estabelecimentos e em Rondônia 55 (já citados.). Em termos de produção de leite, os dois Estados nortistas já superam Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ver Anexo I).

² Adotou-se nessa dissertação o conceito de agricultura familiar proposto por Lamarche (1993): "A exploração familiar (...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração". (Lamarche, 1993:15). Além disso, deve-se considerar as ressalvas de Buainain et al: "É preciso (...) assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato são: diferentes entre si, não redutíveis a uma simples categoria por utilizarem o trabalho familiar".(Buainain et al, 2002:80).

potencializadora de conflitos já que boa parte dos assentados tem uma cultura calcada em sistemas produtivos agrícolas que não se reproduzem nos ecossistemas locais como é o caso da agricultura de derruba e queima. Além disso, predominam fracassos nas experiências anteriores de colonização praticadas nos últimos 30 anos. As particularidades do que ocorreu em Rondônia podem ser de grande valia para o entendimento desse processo.

A literatura sobre a produção leiteira na região da fronteira agrícola amazônica tem normalmente se restringido aos aspectos ligados à produção primária. Poucos são os estudos que relacionam a pecuária com os setores que se encontram à jusante ou à montante. Dessa forma, apesar de vasta literatura sobre o complexo agroindustrial do leite no Brasil, muito pouco se escreveu sobre a especificidade desse processo nas regiões da fronteira agrícola amazônica. Tal questão fica ainda mais carente de informações quando se aborda os sistemas agroindustriais enfatizando as implicações para a agricultura familiar.

Outra questão importante, apontada por Faminow et al (1997), é que até recentemente, as bases para os pressupostos ligados à criação de gado na Amazônia no meio acadêmico internacional estavam calcadas em dois estudos de Browder e Hecht, conduzidos nos anos 1980 e que chegaram a conclusões pessimistas sobre a lógica da produção pecuária bovina de larga escala na Amazônia. Mesmo sabendo que o objeto dessa dissertação não é pesquisar os grandes pecuaristas da Amazônia Oriental (foco de estudo dos trabalhos citados), torna-se importante apontar outras experiências que ocorreram e vem ocorrendo na Amazônia com resultados bem diferentes dos alcançados naqueles trabalhos.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender a dinâmica da agricultura familiar e identificar seus espaços no mercado e na sociedade no contexto da fronteira agrícola amazônica. Sabe-se que, neste caso, as restrições são maiores em função da distância dos grandes centros consumidores, do alto custo de aquisição dos insumos, e ainda, da dificuldade de promover uma cultura organizacional em função, em grande parte, das distintas origens da população.

Considerando os mecanismos para a viabilização da agricultura familiar em Rondônia, e fazendo uma avaliação dos produtos tradicionais desse tipo de agricultura (leite, café e grãos), com a predominância da pecuária leiteira nesse processo, a pesquisa identificou os fatores que levaram à formação da bacia leiteira na região central do Estado, dando ênfase às implicações para aquele segmento e para a identificação de seu

papel no processo. Através da constatação dos diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva do leite, procurou-se entender como funcionam os mecanismos de mercado e as relações sociais, identificando estrangulamentos e implicações para o setor primário com ênfase nos processos que ocorreram ao longo dos anos 1990. Foram estudados, também, aspectos ligados à tomada de decisão dos agricultores em relação aos sistemas produtivos. Tal estudo possibilitou o entendimento da lógica do agricultor em uma região de fronteira agrícola da Amazônia, mostrando o que levou o produtor a optar por sistemas semi-extensivos baseados na criação de gado bovino, mesmo tendo à sua disposição condições relativamente privilegiadas de solo, clima e infra-estrutura.

Outra questão fundamental foi a identificação do papel do Estado nesse contexto. Além disso, investigou-se o que motivou a iniciativa privada a investir nas agroindústrias, investigando também a dinâmica atual dos processos dentro das diferentes etapas na cadeia do leite em Rondônia.

Verificou-se que, ao investigar o território do antigo município de Ouro Preto do Oeste, que será denominado nesta dissertação como a região da Grande Ouro Preto, torna-se possível entender a dinâmica populacional na região, assim como, ter uma noção mais abrangente da estruturação do parque leiteiro e sua bacia como um todo. Dessa forma, optou-se por investigar, principalmente através dos dados secundários disponíveis, todos os seis municípios que correspondiam ao antigo território da unidade administrativa de Ouro Preto do Oeste. Foram evitados os vícios do enfoque estritamente setorial, cuja ênfase recaiu sobre as economias de escala, especialização e concentração num único produto e foi aplicado o conceito territorial à investigação, atribuindo às instituições e organizações locais um papel crucial no desenvolvimento rural. Da mesma forma, procurou-se investigar como vem se dando a construção de capacidades e a superação da exclusão social na Grande Ouro Preto.

A opção escolhida foi a de privilegiar os enfoques de redes de desenvolvimento rural e contemplar a noção das cadeias produtivas. Buscou-se levantar, nas diversas áreas, o maior número de dados secundários disponíveis e minimamente confiáveis, como também aproveitar ao máximo a possibilidade de passar 30 dias em pesquisa de campo na região de estudo. Visando compreender em seus detalhes as dinâmicas das inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais, foram escolhidas duas localidades no meio rural para uma investigação mais aprofundada dos processos sociais, da realidade das unidades produtivas e da influência do ambiente natural.

Um dos aspectos mais relevantes deste trabalho foi a constatação de que, ao contrário do que se esperava, existe uma grande quantidade de informações relevantes disponíveis para a promoção de pesquisas e projetos de desenvolvimento na região. Estas informações são valiosas, principalmente para investigar os aspectos ligados aos sistemas de pecuária bovina cujo rebanho é monitorado de perto pela Agência de fiscalização estadual.

A análise dos resultados obtidos comprovou a importância econômica e social da agricultura familiar na região de estudo. Apesar do caráter dirigido da colonização, houve uma lógica e espontânea presente na descontrolada ocupação da região pela população migrante, que foi fundamental na conformação da estrutura fundiária e na rapidez dos resultados alcançados. Na formação da bacia leiteira da Grande Ouro Preto, apareceu de novo essa lógica e espontânea. Entretanto, dessa vez, pode-se dizer que o processo foi exclusivamente conduzido pelos agricultores e empresários do ramo laticinista, não havendo nenhum programa oficial nesse sentido. Verificou-se também uma grande diferenciação social numa das localidades investigadas, havendo uma relativa concentração de terra e renda e a entrada de novos atores como comerciantes e fazendeiros no contexto das coletividades rurais familiares.

Por outro lado, constatou-se uma descaracterização das organizações sociais rurais familiares pela presença de agentes que não se enquadram no perfil dos programas de apoio a este segmento. Houve um fechamento das oportunidades para os "verdadeiros" beneficiários dos programas citados. Tais organizações não estão contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar na região.

De outra forma, com o estudo dos processos ocorridos na implantação do Projeto de Assentamento Palmares e, até pela falta de oportunidades oferecidas para os segmentos desfavorecidos citada anteriormente, ficou patente que as ocupações de terra e os PAs são uma das poucas janelas de oportunidade para a população rural desprivilegiada da região de estudo. Como um todo, as análises dos dados obtidos comprovam o grande erro de "naturalizar" os processos que ocorrem na fronteira agrícola, tratando-os como invariáveis. A dinâmica social em Ouro Preto do Oeste não seguiu a lógica tida como regra para a Amazônia. A consolidação do Sistema Agroalimentar³ (SAG) do Leite, calcado na agricultura familiar e na verticalização da

³ Optou-se por adotar o conceito de Sistema Agroalimentar já que este abrange um número maior de elementos que ajudam a explicar o contexto da cadeia produtiva e seus agentes sendo também uma abordagem flexível. "...a concepção de SAG comporta os seguintes elementos fundamentais para a sua

produção, mesmo sabendo das limitações que a agricultura local apresenta, desabonam conclusões precipitadas de que os sistemas evoluem de forma linear e "perversa". Em resumo, o espaço local, resultado de um processo de construção a partir das estratégias de atores locais e pressões externas exercidas através de uma aprendizagem coletiva em torno de objetivos comuns, possibilitou a criação de um panorama peculiar e específico num universo territorial da Amazônia Ocidental.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões. No segundo são apresentados os aspectos metodológicos empregados e os demais são apresentados seqüencialmente, de uma maior para uma menor abrangência geográfica. O ponto de partida são as discussões sobre a fronteira agrícola na Amazônia, passando pela importância da colonização em Rondônia, até chegar à situação atual do sistema agroalimentar do leite na região da Grande Ouro Preto. Por último, é feito um estudo detalhado de dois casos envolvendo a agricultura familiar na região, seguido da análise comparativa dos dados obtidos com o levantamento dos dados secundários.

análise descritiva: os agentes, as relações entre eles, os setores, as organizações de apoio e o ambiente institucional."(Zylberstztajn, 2000:13). A definição das dimensões de um SAG depende dos propósitos do planejador/investigador. Apesar de ter-se adotado essa concepção, deve-se salientar que o trabalho não seguiu as abordagens ligadas à Nova Economia Institucional, presentes no grupo do referido autor.

1 A FRONTEIRA AMAZÔNICA E A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM RONDÔNIA

1.1 As diferentes "Amazônias"

Conforme recente relatório de especialistas sobre a questão ambiental da Amazônia (IAG, 2002), a região não é mais a grande fronteira nacional da expansão econômica e demográfica, apesar de existirem fronteiras localizadas. A tendência dominante é a da consolidação do povoamento existente. O referido documento destaca, nesse sentido, a peculiaridade do Sudeste do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, que a dotaram um modelo de ocupação extensivo baseado na agropecuária, mas com características específicas. Tal fato, na prática, torna obsoleta a noção de “Amazônia Legal”. Os Estados da região amazônica sofrem impactos de estratégias variadas para promover o povoamento e formas de desenvolvimento. Sendo assim, as discussões que agregam estratégias e políticas de desenvolvimento regional, pretensamente factível para todas as unidades da federação da Amazônia Legal perdem o sentido, porque cada caso deve ser tratado a partir das suas peculiaridades e processos históricos de ocupação. Acreditar que 58,9% do território brasileiro e mais de 11% de sua população devam seguir as mesmas estratégias é, no mínimo, uma forma simplista de ver a questão. Entretanto, constata-se que boa parte dos estudos sobre os fenômenos que vêm ocorrendo na Amazônia tem um enfoque homogeneizado, que pressupõe o mau uso dos recursos naturais e seu consequente impacto social negativo como uma característica geral para toda a região, o que dificulta um estudo mais aprofundado dos mecanismos presentes.

Para o referido relatório: “os rótulos, ‘arco de fogo’ ou ‘arco de desmatamento’ deixaram de ser adequados, pois não mais refletem a realidade da região e prejudicam a criação de políticas regionais de desenvolvimento” (IAG, 2002:4).

No contexto desse enfoque homogeneizante, especificamente no que concerne à questão da pecuária bovina na Amazônia, são muito citados, conforme nos apontam Faminow et al (1997), dois trabalhos de Browder e Hecht, conduzidos nos anos 1980

e que chegaram a conclusões pessimistas sobre a lógica dos sistemas de produção calcados na pecuária bovina de larga escala na Amazônia. Podemos ainda acrescentar a estes, os estudos de Fearnside (1989; 1995; 1997) que atribui à especulação com terras de pastagem e à pecuária bovina motivo dos desmatamentos na região e do agravamento do efeito estufa. Além disso, os documentos enfatizam uma suposta insustentabilidade econômica e social dos sistemas produtivos calcados na pecuária bovina.

Como relatou-se anteriormente, essa visão parecece "contaminar" boa parte dos pressupostos presentes nas pesquisas feitas em quaisquer dos estados da Amazônia Legal nas áreas de desenvolvimento sócio-econômico. Para evitar essa generalização e sua conseqüente interpretação superficial das "realidades", acredita-se que somente a partir da premissa da diversidade dos grupos sociais, das diferentes percepções e do inerente conflito de interesses, seja possível compreender os fenômenos presentes nas múltiplas "Amazônias" (Gonçalves, 2001; IAG, 2002).

Becker (1997) ressalta que o impacto da modernização homogeneizadora imposta pela ação governamental foi vigoroso, causando alteração do espaço e dissolvendo identidades regionais. Entretanto, essa homogeneização não foi de forma alguma total e absoluta, estando a Amazônia hoje fragmentada em unidades diferenciadas, compostas por novos grupos sociais em formação. Além disso, a autora destaca o papel da prática social, incluindo a redefinição dos espaços provocada pela resistência da população.

Nos anos 1990, a problemática ambiental veio à tona revelando uma grande complexidade com novos arranjos e parâmetros da geopolítica mundial.

"Os países centrais, detentores da tecnologia, pressionam sob diversas formas os países periféricos, detentores da natureza, a preservá-la segundo um padrão de desenvolvimento sustentável cujas bases, contudo, não estão claramente definidas. Por sua vez, os próprios Estados centrais disputam entre si as reservas de natureza." (Becker, 1997:424-5).

A autora fala em "politização da natureza". Nesse contexto, emerge a cooperação internacional como estratégia dos países centrais que visa superar os conflitos entre si (na disputa pelas reservas de natureza) e de pressionar os países periféricos. Este passou a ser o instrumento de mudança para o desenvolvimento sustentável, sendo definido ao longo do processo. No Brasil esses programas estão expressos através do PNMA

(Programa Nacional do Meio Ambiente) e do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

A grande novidade desses programas foi a ênfase na participação das ONGs. Os programas reconhecem a "sociedade civil como novo ator no cenário internacional e constitui um processo de mudança através de concessões e ajustes entre parceiros."

A cooperação internacional passou a ser um instrumento de pressão geopolítica. Tal fato fica claro na preferência dos recursos oferecidos que privilegiam as unidades de conservação, a pesquisa dirigida e os projetos demonstrativos associados às ONGs.

"Na medida que um dos princípios do novo paradigma é a valorização da diversidade, não há um modelo único a ser adotado, mas sim caminhos múltiplos a serem tentados, o que configura o desenvolvimento sustentável como um processo, e não com um estado em si." (Becker, 1997: 428-9)

Sendo assim, as discussões evoluíram para um patamar mais democrático, porém, muito mais complexo. A grande diversidade social que já existia antes do advento da colonização agrícola dos anos 1970 na Amazônia, foi fragmentada e vem gerando contradições e conflitos que só podem ser considerados a partir de um enfoque não-homogeneizante.

1.2 As discussões sobre fronteira na Amazônia

Apesar da relativa superação da noção de fronteira na discussão sobre a formação social da Amazônia, citada anteriormente, esta a bordagem, considerada por diversos autores e correntes, tem sido importante nesse contexto, para entender como vem se dando historicamente a ocupação da região.

Como não se trata do objetivo desse trabalho, o conceito de fronteira será abordado apenas pela importância que as discussões teóricas tiveram na busca de explicações para o entendimento do processo de migração e construção de um novo espaço social para a agricultura familiar na Amazônia. O tema não será levantado de forma exaustiva nem pretensamente completa, apenas serão levantadas algumas questões apontadas por alguns autores e relacionadas com o objeto do estudo em pauta.

Podemos destacar, no que concerne aos estudos sobre a expansão da fronteira com enfoque na agricultura familiar, as abordagens de economistas, sociólogos e geógrafos.

Visando apresentar um "novo significado geopolítico da fronteira", a geógrafa Bertha Becker (1988) faz um breve balanço da produção intelectual da fronteira amazônica. Para a autora, duas vertentes se destacam nessa discussão: uma ligada aos economistas, que pretende abordar a funcionalidade da fronteira; outra ligada a antropólogos e sociólogos, que se debruça no tratamento da questão da *terra liberta* e no *fechamento* da fronteira. Nos dois casos a fronteira é vista como "espaço" para a reprodução camponesa.

A primeira tese está relacionada à persistência de formas não-capitalistas na agricultura brasileira pressionada por um forte crescimento urbano-industrial no país. O "atraso" desse tipo de agricultura serviria, através de sua flexibilidade, para atender às exigências do mercado consumidor, além da demanda por mão-de-obra. Para Becker (1988), ela foi concebida no âmbito do pensamento liberal em contraposição à idéia de um modo de produção camponês.

A discussão converge para a idéia de que a expansão da fronteira estaria fundamentada na reprodução de formas não-capitalistas de produção e varia a sua ênfase quanto aos fatores determinantes dessa expansão. Por um lado, reforça-se a disponibilidade de terras livres e excedentes de força de trabalho liberados; por outro, é ressaltada a expansão da demanda na produção de alimentos e matérias-primas.

Ainda na seara econômica, a tese da funcionalidade da fronteira é questionada com argumentos teóricos e destaques empíricos. No campo teórico, alega-se que o atraso na agricultura vem de sua subordinação indireta ao capital, não podendo ser explicado pelo crescimento do mesmo. A explicação está na particularidade de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que é derivado da divisão internacional do trabalho. Além disso, tanto a explicação dualista como a funcionalista, encobrem as contradições inerentes ao processo. Não pode haver dualismo quando uma relação existe porque é subordinada a outra (relações não-capitalistas ao capital), ao mesmo tempo, a subordinação não pode ser vista como funcional, pois gera contradições específicas e não resolve os problemas do capitalismo no Brasil (S. Silva, 1976 apud Becker, 1988).

Na prática, se constata que o desenvolvimento capitalista modifica o camponês tradicional, criando uma força de trabalho móvel e uma pequena burguesia rural. A produção de alimentos para a exportação e o mercado interno é abastecida por grandes

proprietários e por esta pequena burguesia. Sendo assim, não é o camponês exclusivamente quem garante a produção.

A outra tese, ligada a sociologia e antropologia, também se volta para o tema da reprodução camponesa, mas com outro enfoque. A preocupação foi identificar a tendência de "fechamento" da fronteira.

Para essa corrente, o "fechamento" da fronteira envolve o confronto entre dois modos opostos de pensar e utilizar a terra: o que se articula em torno da noção de direitos de posse gerados pelo trabalho, ligados a noção de *terra liberta* e outro que se baseia na noção de propriedade privada que "supõe um vínculo jurídico formal e mercantil com a terra, independente do trabalho". A primeira se traduz no modo espontâneo de ocupação dos camponeses/posseiros, a segunda, reflete-se no cerne da frente capitalista, simultânea ou posterior. (Becker, 1988)

Já para Tavares dos Santos (1991), que fez um balanço dos textos produzidos sobre o rural na década de 1980, as diferenças nas abordagens sobre fronteira ou nos estudos agrários na sociedade brasileira como um todo, podem ser explicadas por outro espectro:

" a formação social capitalista dependente, cujo modo de estruturação é marcado pela heterogeneidade social e regional, assim como pela exclusão social de largos contingentes populacionais. Tais características se condensam nos processos sociais agrários, provocando um paradoxo inelutável entre tensões sociais e conhecimento sociológico. Um dos efeitos desse paradoxo é a extrema ideologização das análises sobre o "rural", nas quais a perspectiva política parece sobre determinar a visão analítica." (Tavares dos Santos, 1991:15)

O referido autor reforça sua afirmação ao perceber que nos estudos de sociologia rural como um todo são quase inexistentes os trabalhos sobre as lutas pelo valor do produto ou "lutas de preços", refletindo prováveis obstáculos de ordem teórica.

No contexto dos estudos sociológicos sobre a questão agrária nacional e que afetavam as abordagens sobre a expansão da fronteira agrícola, Tavares dos Santos afirma também que a controvérsia relativa ao caráter global das relações sociais na agricultura, que se expressava na discussão sobre o feudalismo ou capitalismo como modos-de-produção do mundo no campo, foi superada nos anos 1980. Entretanto, emergiu uma nova questão ligada à relação entre o camponês e o capital, com dois

enfoques em confronto. Por um lado, se analisa as práticas econômicas da agricultura familiar segundo uma lógica de acumulação de capital (camponês integrado e pequena burguesia rural). Nesse caso, o enfoque buscou perceber um Complexo Agroindustrial e a formação de uma produção familiar tecnicista. Por outro lado, através de um outro enfoque da sociologia rural, tenta-se demonstrar que existiria uma lógica econômico-social específica do campesinato, a qual estaria subordinada de forma indireta ou formal, ao capital. Esses estudos se voltaram para as formas de resistência dessa agricultura através da diversificação das atividades como modo de auto-defesa.

O referido autor ainda critica a dificuldade da sociologia rural em fazer a necessária ruptura epistemológica ficando arraigada a um pensamento conservador com uma orientação funcionalista mascarada pela ideologia da modernização. Tavares dos Santos acredita que, nesse contexto, ocorreu um privilegiamento de um enfoque teleológico da dinâmica social, pelo qual, o espaço agrário caracterizar-se-ia pela "proletarização do campesinato".

Becker tenta apresentar uma "estratégia reflexiva, anti-reducionista e anti-determinista" sobre a fronteira.

"A fronteira amazônica só pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os Estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço. (...) a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico" (Becker, 1988:66-67).

Dessa forma, a fronteira pode ser definida como "um espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político.". A autora reitera essa definição afirmando que "a resistência de pequenos produtores visa a conquistar um lugar na ordem dominante e tem um papel influente na produção do espaço social." Este papel, além de ser exercido através de conflitos armados pela conquista da terra, é principalmente ativado em "conflitos embutidos no cotidiano, na cadeia de ações e reações que compõe as relações sociais e forjam as regiões." (Becker, 1990a).

No campo da sociologia, Martins (1997) elaborou extenso trabalho sobre o tema. O autor enfatiza o sentido de fronteira como um encontro de sociedades e culturas e critica a pretensa epopéia das frentes pioneiras com seus "pioneiros civilizadores". Destaca que a noção do termo, na prática, está ligada à busca desenfreada de oportunidades, à ocorrência de genocídios e presença constante da subjugação dos frágeis e desvalidos. O referido autor toma...

"... a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do homem no encontro das sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história".(Martins, 1997:12).

Considera também que no espaço da fronteira pode-se observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. Longe de ser o território do novo e da inovação, é o espaço da morte e do renascimento. O processo não tem nada de idílico, mas sim de intolerância, ambição e morte, tendo como marca a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas.

Além disso, a fronteira não se resume ao espaço geográfico, ela é fronteira de muitas e diferentes situações, é fronteira de civilização.

Martins critica os estudos sobre o problema da fronteira no Brasil, afirmando que normalmente estão centradas no "privilegiamento epistemológico da ideologia do pioneiro" ou, em outros casos, na suposição de que "na fronteira está a ponta da História e sua dimensão modernizadora e transformadora da sociedade". O autor fala de uma visão "fetichizada" da fronteira.

Dessa forma, o conflito é o aspecto sociologicamente substantivo no contexto da fronteira e "é preciso indagar no interior da subjetividade da vítima". Para Martins "a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade", o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Desencontro decorrente de diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um dos grupos humanos e da temporalidade histórica desses grupos.

Essa reflexão é importante para salientarmos que a pesar do foco deste trabalho estar concentrado na população migrante, os agricultores familiares atraídos pela propaganda governamental, foram vítimas e algozes do processo de "ocupação" da fronteira. Os espaços por eles ocupados hoje, especificamente no contexto rondoniense,

não eram absolutamente vazios. Havia índios, seringueiros e até campões habitando essa região há muitos anos. Muitos foram os conflitos no período inicial dos projetos de colonização e estes vêm perdurando até hoje. Na região de estudo a qual se refere esta dissertação já foram relatados conflitos com índios, principalmente ligados à invasão de suas terras por colonos e posseiros (Coy, 1988; Ellis, 1988). O Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto faz fronteira com dois territórios indígenas: Igarapé Lourdes (etnias Gavião e Arara); e Uru-Eu-Wau-Wau (etnia Amondawa). O contexto político brasileiro quando do *boom* da colonização na Amazônia acirrou os impactos desse processo para as sociedades preexistentes.

"A rápida expansão da frente pioneira em direção à Amazônia deu-se num contexto bem diverso das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debate do tema, como os Estados Unidos: em vez de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política".(Martins, 1997:88).

A abordagem dos geógrafos normalmente contrasta com a dos antropólogos. Os primeiros dão ênfase à *frente pioneira* (agricultores, empreendedores e comerciantes) entendida como processo ligado à fronteira econômica, definido essencialmente pela presença de capital na produção. Os últimos, usando o termo *frente de expansão*, caracterizam esse processo como expansão da sociedade nacional, destacando os conflitos com os índios. Esta *frente*, ligada à fronteira demográfica, avança antes e caracteriza-se por relações predominantemente não-capitalistas. Neste caso, existe insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista devido às grandes distâncias aos mercados e à precariedade das vias e meios de comunicação, comprometendo a taxa de lucro de eventuais empreendedores.

Para Martins os termos [frente pioneira e de expansão]

"... não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente".(Martins, 1997:133).

Nos aproveitamos de Martins, mais uma vez, para definir o processo que vem ocorrendo em Rondônia. Conforme o título desse trabalho, não podemos mais caracterizar a região de estudo como uma típica "zona de organização social ainda instável". A região de Ouro Preto, foco do trabalho atual, caminha na direção que o autor aponta como transição da *alteridade original* para a *alteridade política*, fora da fronteira:

"a fronteira só deixaria de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original é mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica de nós". (Martins, 1997:151).

Com uma visão centrada nos aspectos econômicos, Almeida (1992) define que a expansão da fronteira:

"... é um movimento social que se dá sobre um território durante um período limitado de tempo. Durante uma fase inicial, aumenta a população rural, composta, principalmente, de pequenos produtores agrícolas. Numa segunda fase, a população emigra ou se urbaniza e a propriedade da terra se consolida. O processo continua, então, em outra região geográfica, onde as duas fases se repetem. Desta forma, a fronteira agrícola tem varrido o território nacional, geralmente orientada para o noroeste, em direção à Amazônia. Ela tem sido um fenômeno permanente no Brasil". (Almeida, 1992:23).

A autora tenta também traçar a trajetória da expansão da fronteira. Percebe, através do movimento da população rural, que a fronteira se iniciou nos anos 1960/1970 pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Posteriormente, em 1970/1980, o fluxo se dirigiu para o Pará e Rondônia e, novamente, aumentou a população residente na zona rural do Maranhão. Sendo assim, o fenômeno demográfico da fronteira agrícola manteve a "mesma dimensão geral", mas se deslocou em direção aos estados amazônicos.

Hees et al. (1992) também tentam localizar a "trajetória" da fronteira:

"Estudada por Pierre Monbeig em sua obra de 1951, esta franja pioneira percorreu o Estado de São Paulo e o norte do Paraná, atingindo, a partir dos anos sessenta, os Estados de Mato Grosso e Goiás (...) e alcançando, na década de setenta, o então território de Rondônia". (Hees et. al, 1992:2).

É importante salientar que no país como um todo, houve uma tendência geral à urbanização da população e ao abandono do campo. Mesmo na fronteira amazônica, como nos relata Becker (1988), uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação, sendo o núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social. Daí a constatação de Almeida que a expansão da população urbana foi maior que a rural nos dois períodos indicados, até mesmo na fronteira.

Para se ter uma dimensão do que ocorreu no processo de expansão da fronteira, Almeida afirma: "Ao todo, juntando a antiga (da década de 60) com a amazônica (da década de 70), a fronteira brasileira absorveu um aumento de 10 milhões de pessoas, no campo e nas cidades".(Almeida, 1992:39).

Concretamente, dos processos que ocorrem na fronteira, a itinerância da população migrante é considerada um reflexo do insucesso das estratégias governamentais. Entretanto, vários autores apresentam outras considerações sobre o fenômeno.

Para Almeida (1992) "é interessante notar que a itinerância não parece ter sido um círculo vicioso auto-perpetuante que reproduzia baixas rendas na fronteira". A autora, a partir de estudos feitos em projetos de colonização no Mato Grosso e no Pará, constatou que a venda da terra pode ter sido um meio de capitalização para muitos colonos. Estes chegaram à fronteira com recursos acumulados ao passar de um lugar para outro no passado. Com isso, a relação entre o colono e a terra mostra características inusitadas. A propriedade...

"... era uma etapa transitória numa estratégia de vida em que se praticava a acumulação com a itinerância. O pequeno produtor comprava, valorizava e vendia terras sucessivamente, sendo que sua trajetória de acumulação o corria numa mesma família, mas em terra diferente".(Almeida, 1992:339).

Segundo Léna (1991), costuma-se tratar o fenômeno migratório presente nas regiões de fronteira agrícola da Amazônia como fruto de expulsão ou expropriação. O termo significa em geral que o pequeno agricultor não teve condições de produção e comercialização que lhe foram proporcionadas. As reações e interpretações para esse fenômeno são diversas. Extensionistas rurais falam em "fracasso" e acusam os produtores de "posseiros profissionais". Os setores ligados à militância política de base

decepcionam-se com a desmobilização que se segue à conquista da terra, expressa principalmente pela venda da mesma pelos agricultores. A partir de estudos feitos em diversas regiões da fronteira amazônica, o autor postula que o agricultor não aparece somente como vítima de determinismos alheios, mas possui uma relativa autonomia de escolha frente às situações apresentadas. Considera que a venda do lote pode não expressar um fracasso, mas sim uma estratégia de acumulação do agricultor familiar.

Para o mesmo autor, no atual estágio de desenvolvimento das áreas de fronteira, a preferência em termos de investimento por parte dos agricultores familiares, não está restrita à posse da terra, mas vai para aqueles itens que proporcionam segurança e estabilidade. As opções normalmente seguem a seguinte ordem: primeiro, gado; segundo, culturas perenes; terceiro, transporte próprio; quarto, terra. Com a grande instabilidade que predomina neste contexto, caracterizada pelas quebras de colheita e oscilação nos preços, até um agricultor relativamente bem sucedido pode cair no endividamento e na dependência. A estabilidade alcançada só é atingida quando tais problemas não obrigam mais o agricultor a se endividar. Para tal, é necessário que ele tenha uma poupança. Por isso, segundo o autor, em qualquer lugar da Amazônia hoje, tendo em vista as condições de produção existente, é o gado bovino que desempenha esse papel.

1.2.1 A fronteira e a pecuarização bovina

Além de proporcionar vantagens ao agricultor como poupança prática, segurança financeira, valorização do lote, autonomia em relação às necessidades de mão-de-obra, facilidade de transporte e comercialização, a pecuária bovina está ligada a fatores socioculturais (através dela o colono identifica-se com a camada de pecuaristas mais abastados e com status social). Fearnside (1989b) citando Denevan (1982) e Smith (1982), também apresenta subsídios para o último argumento. Segundo o autor: "a antiga tradição ibérica de atribuir um status social mais alto aos criadores de gado do que a os agricultores leva à preferência pela pastagem independentemente do lucro".(Fearnside, 1989b:25).

Segundo Ferreira (1984), a criação de gado é um objetivo primordial de estratégia de acumulação dos agricultores nas regiões de fronteira. O gado proporciona, de modo geral, uma produtividade do trabalho mais estável, alta liquidez e ainda

possibilita uma melhor distribuição da mão-de-obra familiar ao longo do calendário agrícola.

Para Veiga, citado por Tourrand et al (1997), a queda dos preços das culturas perenes no fim dos anos 80 e as dificuldades de comercialização também favoreceram o desenvolvimento da pecuária na região da fronteira agrícola amazônica.

Outro aspecto que pode induzir à pecuarização é a origem da população migrante. A produção leiteira no Sul do Pará, por exemplo, foi motivada pela presença de mineiros que já tinham experiência na atividade e dispunham de mais recursos para investir, normalmente dinheiro de parentes para comprar gado (Melo, 1999). O mesmo autor afirma que a maior fertilidade dos solos pode contribuir para uma pecuária leiteira mais estável, ao permitir pastagens de melhor qualidade com maior sustentabilidade. Os fatos levam a crer que, no caso da região central rondoniense, essas influências também estejam presentes.

Por outro lado, Romeiro et al. (1996) resumem bem a pecuarização nas regiões de fronteira da Amazônia:

"Na região amazônica a maior facilidade de acesso à terra (embora precário) é em grande medida compensada negativamente pelas deficiências da estrutura viária, pela precariedade dos serviços fundamentais de apoio, etc. No entanto, apesar destas dificuldades, enquanto houve apoio da política agrícola para o cultivo de culturas perenes e/ou os preços foram favoráveis um número significativo de pequenos produtores conseguiu relativa estabilidade e sucesso. No entanto, (...) a evolução desfavorável dos preços e a ausência de políticas compensatórias conduziu estes produtores a adotar estratégias de acumulação onde a pecuária bovina tem um papel cada vez mais importante". (Romeiro et. al., 1996:80).

Os referidos autores ainda complementam o raciocínio afirmando que, paradoxalmente, as conquistas dos movimentos sociais no campo, expressas na obtenção de parte dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FCN) disponibilizados através dos financiamentos para a agricultura familiar, vieram reforçar as estratégias de acumulação via gado que, segundo os autores, "a longo prazo, ameaça a própria sobrevivência destes produtores. (...) o pouco dinheiro disponível se investido na compra de gado permite um retorno impossível de se alcançar com a lavoura" no

contexto de preços oscilantes predominantemente desfavoráveis aliado a ausência de políticas compensatórias específicas.

Especificamente em Rondônia:

"A rápida evolução da pecuária de leite entre os pequenos agricultores de Rondônia, foi favorecida por (...) menor demanda por mão-de-obra em relação às atividades agrícolas em geral, a existência de mercado para animais e leite na região, a geração contínua de receita durante o ano, a disponibilidade de crédito para a atividade, a valorização da área quando a pastagem está formada". (Faminow & Vosti, 1998 apud Oliveira et al, 1998:5).

1.2.2 A Fronteira e a Colonização Agrícola na Amazônia

A colonização como forma organizada e planejada de implementar a ocupação de uma área e promover a sua incorporação ao processo produtivo é um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil desde o século XVIII. O marco inicial seria a vinda de açorianos para ocupar o litoral sul do país. Até quase metade do século XX predominou uma ação voltada para colonizar terras desocupadas através da imigração estrangeira, promovida por iniciativas públicas e privadas normalmente com incentivos oficiais. Essa lógica começa a mudar a partir de 1930 quando se altera a diretriz na política voltada para a imigração em função da crise interna de empregos. O novo período histórico da colonização pode ser dividido em três fases com os seguintes objetivos: atender os trabalhadores nacionais (de 1930 a 1945); responder política e ideologicamente às lutas sociais (de 1946 a 1964); e finalmente, efetivar a ocupação controlada de novas terras, especialmente na Amazônia, consubstanciada como a colonização contra a reforma agrária (de 1965 a 1984). (Miranda, 1990; Tavares dos Santos, 1993; Modesto, 1981).

A efetivação da colonização de novas terras no território amazônico se deu a partir dos anos sessenta, num contexto político específico, como parte da estratégia de "modernização excludente" ocorrida no espaço agrário brasileiro. Para Becker (1997), entre 1965-85, o regime militar levou ao auge a "economia de fronteira"¹, impondo

¹ "paradigma em que o progresso é entendido como crescimento e prosperidade infinitos baseado na exploração de recursos naturais percebidos igualmente como infinitos" (Boulding citado por Becker, 1997)

sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político, constituída do conjunto de programas e planos governamentais, abrindo múltiplas fronteiras, sendo a maior delas a Amazônia. A implantação violenta dessa malha planejada e os privilégios atribuídos aos grupos econômicos acabaram resultando em conflitos sociais e ambientais generalizados e que foram intensificados com a crise financeira e política do país, revelando que o Estado estendeu suas funções empresariais e regulatórias além de sua capacidade de controlá-las.

Vários autores apontam que o processo de colonização da fronteira agrícola na Amazônia é fruto do não-enfrentamento dos conflitos de terra existentes em outras regiões do país no final da década de sessenta, sendo considerada uma anti-reforma agrária (Coy, 1988; Tavares dos Santos, 1993; Ianni, 1979).

Para Tavares dos Santos (1991) a colonização, que tinha se realizado no extremo oeste do Paraná, reaparece nos anos 1970 na Amazônia atraindo pequenos sitiantes do Centro-Sul que foram expelidos pela grande agricultura comercial, bem como os excedentes demográficos da zona rural nordestina.

As medidas para a colonização de novas terras começam a ser tomadas em 1966 e a Amazônia foi definida como região prioritária de expansão agrícola. O processo deveria ser executado paralelamente pelas iniciativas públicas e privadas, através do governo, das cooperativas e das empresas de colonização. Estabeleceu-se um forte controle do espaço e dos homens que vinham a habitá-lo, havendo preferência por responsáveis por minifundios da região Sul (Tavares dos Santos, 1993).

Para Sousa Filho (1996), “os governos militares que se seguiram ao golpe de 1964, ao se definirem pela colonização (...) não só encontraram uma forma alternativa e facilitada para não-execução da reforma agrária, como passaram a identificar na colonização a única e grande solução para a questão agrária.”

A colonização, por outro lado, especificamente nos estados do Mato Grosso e de Rondônia, tinha grande apelo político e segundo Leonel (1991) “pretendia ganhos políticos a curto prazo [com] a eleição no colégio eleitoral de um presidente da República continuista”. Para o autor, Rondônia se equipou com um INCRA robusto, o maior do país, e funcionou como um “cartório imobiliário e eleitoral”.

O arcabouço institucional criado para a viabilização da colonização estava centrado inicialmente no Estatuto da Terra,², posteriormente, criou-se Decreto específico sobre o assunto que definiu colonização como:

"... toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e a gro-industriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos". (Tavares dos Santos, 1995 apud Sousa Filho, 1996:5).

Entretanto, concretamente, é a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), em junho de 1970, que tem como um dos objetivos "promover o mais fácil acesso do homem à terra", que vai dar corpo e alavancar o processo de colonização na Amazônia³. O Plano do governo Médici tinha como objetivos principais: garantir a Segurança Nacional (importado da Operação Amazônia); aliviar a pressão social particularmente no NE devido a seca prolongada e o estabelecimento de infra-estrutura para a exploração mineral. Inicia-se então, "a mais importante etapa do processo de colonização de novas terras no (sic) território brasileiro". Foram implementados, no período 1965-1984, 262 programas de colonização públicos e privados, sendo a maior parte designada aos primeiros (19,9 milhões de ha, ou 84% da área). Tais programas envolveram o assentamento de 162.468 famílias (Sousa Filho, 1996).

Vários fatores contribuíram para atrair migrantes para a região, assim como para facilitar as políticas oficiais neste sentido. Destacam-se: a situação de conflito social no Centro-Sul do país com a chegada da motomecanização agrícola e a substituição da cultura do café pela soja e pecuária de corte; a legislação trabalhista que passou a impossibilitar o contrato temporário de mão-de-obra (INCRA, 1981).

Dados do INCRA, referentes ao assentamento de famílias pelos programas federais de 1964 até 1994, apontam que das 218.534 famílias envolvidas, 61,84% foram instaladas na região Norte. Se incluirmos os estados da Amazônia Legal (excluindo

² O referido estatuto foi efetivado com a promulgação da Lei no. 4504 de 30 de novembro de 1964.

³ Três grandes Programas que tiveram a Amazônia como foco podem ser destacados nesse período: Operação Amazônia, Plano de Integração Nacional (1970-1974) e Polamazônia (1974-83). Este último tinha como principal objetivo encorajar a vinda de capital privado para investir em ineração e agroindústria na Amazônia.

ainda a parte referente ao oeste do Maranhão) esse número sobe para 151.357 famílias ou 69,26% do total (Tab.2).

O valorização das terras nos anos 1970 como reflexo da inexistência de um sistema financeiro maduro e de uma política de reforma agrária, tornando esse ativo uma opção interessante para os investidores, contribuiu para a expansão das frentes especulativas na Amazônia. Aliado a esse fato, a intensificação da modernização da agricultura no Centro-Sul expulsou um grande número de trabalhadores, parte dos quais perceberam na fronteira amazônica um espaço de sobrevivência. Rapidamente, abriram-se frentes de expansão da agricultura familiar no nordeste do Mato Grosso, oeste do Maranhão, e em Rondônia (Mueller, 1992; Sousa Filho, 1996).

No período de 1970-1985, os estados mais importantes na expansão das frentes, seja de agricultura familiar, especulativa ou comercial (principalmente ligados ao cultivo de soja), foram: Mato Grosso (com 21,07 milhões de ha incorporados), Pará (com 14,05 milhões de ha), Bahia (com 11,6 milhões de ha), Maranhão (com 4,77 milhões de ha), e, finalmente, Rondônia (com 4,45 milhões de ha). Esses cinco estados absorveram 68% do incremento total no país da área apropriada pelos estabelecimentos incorporados no período (Sousa Filho, 1996).

Para Miranda (1990), em relação à colonização rural da Amazônia:

"... as especificidades aparecem bem marcadas, caso o processo esteja vinculado à atuação do Governo ou de grupos particulares. Uma dessas especificidades é o grau de seletividade do processo que, na colonização particular, é muito mais acentuado.

Outra, é a presença de um processo espontâneo paralelo ao dirigido. Mesmo tratando-se de um programa dirigido e planejado, a colonização não representou, como parecia para muitos, um óbice ao movimento espontâneo de populações, mas até mesmo o induziu". (Miranda, 1990:71).

Apesar da colonização estar ligada a problemas políticos, como o não enfrentamento da reforma agrária, ou associada a resultados ambientais desastrosos, como o desmatamento na Amazônia, podemos constatar outros efeitos além dos referidos, na construção de novos espaços para a agricultura familiar na fronteira. Rondônia, por um lado, pode ser observado como um destes espaços, apresentando um universo rico para a compreensão de parte dos resultados dos processos de expansão da

fronteira onde a agricultura familiar revelou capacidade de adaptação aos efeitos de um modelo agrícola modernizante.

Finalmente, deve-se salientar que a década de 1980 se encerra tendo como grande personagem o trabalhador rural sem terra que passou a protagonizar uma forte organização popular. A questão da função social da propriedade fundiária e de uma necessária efetivação da reforma agrária vieram à tona. Por outro lado, surgiu a questão do meio ambiente principalmente motivada pelo impacto da colonização na Amazônia, que evidenciou "a vinculação entre o homem e a natureza como uma relação de estranhamento." (Tavares dos Santos, 1993)

1.2.3 A fronteira, a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar na Amazônia nos últimos dez anos (1991-2001): a relevância da Região Norte nos Programas de RA

Como relatado anteriormente, os projetos de colonização foram marcantes no processo de ocupação da fronteira amazônica, entretanto ao longo dos anos 1990, a região continuou significativamente sendo alvo de projetos de assentamento. Os dados das Tabelas 1, 2 e 3 mostram a relevância da região nos projetos de assentamento recentes. Se no período 1964-94 os assentamentos foram concentrados na Amazônia com quase 70% das famílias envolvidas, esse número também permaneceu alto durante os dois governos FHC com o assentamento de 298.316 famílias na região (quase 47% do total)⁴. Por outro lado, esses números fazem refletir sobre o enfrentamento das questões fundiárias no país, demonstrando que o desafio da reforma agrária ainda não foi encarado. As áreas da Amazônia Legal, que foram o espaço priorizado na política de “reforma agrária” dos dois governos FHC, são típicas dos processos de fronteira e muitas vezes os beneficiários já haviam passado por algum projeto governamental anterior (Ver Cap. 3). No computo final do processo ocorrido pós-1964, fica claro, através da Tabela 3, o predominio de assentamentos e projetos de colonização na Amazônia (52,68% das famílias assentadas) mesmo após o expressivo número de

⁴ Logicamente esses números não confirmam a permanência das famílias nas parcelas, muito pelo contrário, já que o abandono dos lotes é muito comum. Entretanto, refletem uma estratégia do Governo Federal motivada por políticas públicas ou por pressões do movimento social e demandam estudos sobre seus impactos e busca de medidas que mitiguem os efeitos negativos e reformulem as estratégias implementadas.

famílias assentadas no período do Plano Real. Tal fato revela que os projetos de assentamentos recentes foram quase uma repetição do que ocorreu na colonização agrícola dos anos 1970 e 1980. Dessa forma, a região prioritária, que contém a maior massa da população rural e que deveria ser priorizada nas políticas públicas, não foi palco de uma reforma relevante.

Finalmente, considerando os dados dos assentamentos promovidos pelo Governo Federal podemos ainda listar as Unidades da Federação que foram alvo do maior número de projetos e famílias assentadas. Mais uma vez, os números da Amazônia Legal são marcantes. Pela Tabela 4 é possível constatar que dos 27 estados brasileiros, 7 Unidades da Federação da Amazônia estão entre as 10 com o maior número de famílias assentadas.⁵.

Tabela 1 - Número de famílias assentadas pelo Governo Federal no período 1964-94 por região

Regiões	Período (1964 - 1994)	%
Amazônia Legal (S/ MA)(1)	151.357	69,26%
Nordeste	41.444	18,96%
Centro-Oeste (S/MT)(2)	9.977	4,57%
Sudeste	7.914	3,62%
Sul	7.842	3,59%
B r a s i l	218.534	100,00%

Fonte: INCRA, 2002 (adaptado pelo autor)

(1) Inclui todos os estados da Amazônia Legal com exceção do Oeste do Maranhão

(2) Excluindo o estado do Mato Grosso, que aparece na linha referente à Amazônia Legal

⁵ Estamos desconsiderando as famílias assentadas nos municípios do estado do Maranhão e que fazem parte da chamada Amazônia Legal. Esta é composta pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e das regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e a oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão. O referido paralelo pega uma parte ínfima do Estado de Goiás e praticamente todo o estado do Tocantins.

Tabela 2 - Número de famílias assentadas no período 1995-2002

período de 1995 a 10 de setembro de 2002					
Regiões	Incra	Banco da Terra	PCPR	Total beneficiários	
Amazônia Legal (1)	294.863	3.453		298.316	46,98%
Nordeste	191.319	15.191	3.694	210.204	33,10%
Centro-Oeste (2)	29.773	4.692		34.465	5,43%
Sudeste	29.083	9.038		38.121	6,00%
Sul	34.695	19.234		53.929	8,49%
B r a s i l	579.733	51.608	3.694	635.035	100%

Fonte: INCRA, 2002 (adaptado pelo autor). (1) Sem Oeste do Maranhão; (2) Sem Mato Grosso

Tabela 3 - Total de famílias assentadas pelo Governo Federal no período 1964-2002

	período 1964-1994	período 1995-2002	total geral	%
Amazônia Legal (s/ Oeste MA)	151.357	298.316	449.673	52,68%
NORDESTE	41.444	210.204	251.648	29,48%
CENTRO-OESTE (s/MT)	9.977	34.465	44.442	5,21%
SUDESTE	7.914	38.121	46.035	5,39%
SUL	7.842	53.929	61.771	7,24%
B R A S I L	218.534	635.035	853.569	

Fonte: INCRA, 2002 (adaptado pelo autor)

Tabela 4 - Ranking das Unidades da Federação com o maior número de famílias assentadas nos programas do Governo Federal

ranking	UF	periodo 64-94	período 95-2002*	TOTAL	%
1	Pará	43.851	86.830	130.681	15,31%
2	Mato Grosso	16.219	78.737	94.956	11,12%
3	Maranhão	10.205	68.693	78.898	9,24%
4	Rondônia	42.701	35.789	78.490 ⁶	9,20%
5	Bahia	15.855	30.408	46.263	5,42%
6	Amazonas	16.210	23.666	39.876	4,67%
7	Acre	11.088	26.574	37.662	4,41%
8	Ceará	5.746	29.847	35.593	4,17%
9	Tocantins	3.583	25.978	29.561	3,46%
10	Roraima	14.715	13.104	27.819	3,26%
11	Paraná	3.710	23.600	27.310	3,20%
12	Pernambuco	2.945	20.692	23.637	2,77%
13	Rio Grande do Sul	1.927	21.120	23.047	2,70%
14	Mato Grosso do Sul	6.241	15.306	21.547	2,52%
15	Rio Grande do Norte	2.022	17.971	19.993	2,34%
16	Piauí	1.115	16.481	17.596	2,06%
17	São Paulo	2.075	15.301	17.376	2,04%
18	Minas Gerais	2.285	14.003	16.288	1,91%
19	Paraíba	2.173	13.047	15.220	1,78%
20	Goiás	2.482	9.494	11.976	1,40%
21	Santa Catarina	2.205	9.209	11.414	1,34%
22	Distrito Federal	1.254	9.665	10.919	1,28%
23	Amapá	2.990	7.638	10.628	1,25%
24	Rio de Janeiro	3.176	5.154	8.330	0,98%
25	Sergipe	1.016	6.907	7.923	<u>0,93%</u>
26	Alagoas	367	6.158	6.525	0,76%
27	Espírito Santo	378	3.663	4.041	0,47%
Total Geral		218.534	635.035	853.569	

Fonte: INCRA, 2002 (adaptado pelo autor)

* Dados até 10/09/2002

Dessa forma, percebe-se o desafio criado pelas estratégias governamentais: viabilizar a permanência e desenvolvimento da agricultura familiar numa região ainda carente de infraestrutura e equipamentos sociais com fortes estrangulamentos no que diz respeito ao potencial produtivo natural para a agropecuária, somada àinda às

⁶ Deve-se salientar que não foi possível confirmar porque estas informações estão em desacordo com os dados apresentados pelo próprio INCRA e que discriminam todos os projetos de assentamento em Rondônia. Estes apontam para um total de 69.057 famílias assentadas de 1970 a 2002 no Estado. Entretanto, no que se refere a capacidade dos assentamentos, o valor aumenta para 74.747 famílias. Como a Tabela apresentada contém os únicos dados agregados disponíveis para todo o país, e as diferenças não são significativas, foram mantidos para dar uma ideia dos programas em nível nacional.

dificuldades do contexto social ligadas às distintas origens da população beneficiária e à incipiente ou fragilidade das instituições políticas.

1.3 A colonização de Rondônia

Em meados do século XVII houve o primeiro contato entre os portugueses e a população indígena que habitava a região que hoje corresponde ao estado de Rondônia. Já em fins do século XVIII, a descoberta de ouro em Cuiabá fez com que houvesse a penetração de bandeiras pelo Vale do Guaporé. No mesmo período, vieram do Norte expedições a procura de "drogas do sertão", ouro, pedras preciosas e atrás da escravização de índios. Na ocasião, ainda havia indefinição quanto às terras destinadas a Portugal e Espanha na região⁷ (Rondônia, 2002). Entretanto, "as dificuldades de navegação fluvial, insalubridade e [resistência à escravidão das] tribos indígenas, fizeram com que essa primeira etapa do povoamento português se apresentasse como uma ocupação esparsa e efêmera" (Modesto, 1981).

Posteriormente, houve novas levas de ocupação, normalmente ligadas à mineração de ouro e ao extrativismo vegetal, sendo marcantes o ciclo da borracha em fins do século XIX. Milhares de nordestinos fugindo de seca, que assolou a região nos anos 1870, se disseminaram por todo o complexo hidrográfico de Rondônia, particularmente ao longo da bacia do Rio Machado. No período ocorreram diversos conflitos entre índios e seringueiros. À atividade extractiva da borracha estão ligados dois eventos emblemáticos da história rondoniense: a criação da Ferrovia Madeira-Mamoré, concluída em 1912 e a implantação da rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, finalizada em 1915 sob liderança do cidadão que viria posteriormente a batizar o estado, Cândido Mariano da Silva Rondon⁸. A atividade extractiva entrou em estagnação

⁷ Em 1750, o Tratado de Madri entre os reinos de Portugal e Espanha definiu o Rio Guaporé como fronteira entre suas posses, que viriam posteriormente a ser o estado de Rondônia e a Bolívia. Entretanto, essa questão só foi resolvida em 1903 com o Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia (BRASIL, 1975).

⁸ O Território do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia através da Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956. O nome Rondônia vem da indicação de Roquette Pinto, que em 1915, na época da implantação da linha telegráfica que ligava Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, sugeriu que se denominasse Terras de Rondônia em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon. Pinto havia viajado junto com Rondon na expedição telegráfica e escreveu um livro, editado em 1916 e denominado ‘Rondônia’, que contava a saga e a importância do feito para o país. Quem levantou a discussão provavelmente foi seu sucessor na cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras, Alvaro

entre 1910 e 1940⁹ devido à concorrência dos seringais cultivados por iniciativa dos ingleses na Malásia e Tailândia, além da descoberta da borracha sintética. Em 1943, com o isolamento d aqueles países pela ocupação dos japoneses na Segunda Grande Guerra, renasce a importância dos seringais nativos da Amazônia. É quando começa o segundo ciclo da borracha e o governo implanta a política de ocupação dos seringais com os "soldados da borracha": migrantes nordestinos vitimados pela seca. É desse período a criação dos Territórios Federais, entre os quais o do Guaporé, criado por Getúlio Vargas em 13 de setembro de 1943, com áreas desmembradas dos estados do Amazonas e de Mato Grosso. Tal iniciativa por parte do governo, também estava ligada à necessidade de ocupação das áreas de fronteira (Rondônia, 2002).

Nos anos seguintes, mais uma vez houve um surto de garimpeiros em busca de minério. Dessa vez, a descoberta de uma grande jazida de cassiterita em 1952 foi o mote para a vinda ao então Território Federal do Guaporé de milhares de aventureiros para exercerem a garimpagem manual¹⁰.

No campo da agricultura, houveram tentativas esparsas de criação de Colônias agrícolas que visavam principalmente evitar o êxodo da população local pela forte desvalorização da borracha e a bastecer os núcleos urbanos que se criaram a partir da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Com isso, em Guajaramirim foi implantada a primeira dessas colônias, a Iata, criada em 1948. Posteriormente, foram criadas colônias em Porto Velho e no distrito de Candeias. As experiências foram frustradas, com exceção de uma pequena colônia de japoneses criada próxima a Porto Velho e que teve apoio do Governo daquele país. Os fracassos foram devidos ao pequeno tamanho das parcelas e à baixa fertilidade natural dos solos da região (Modesto, 1981).

A colonização de Rondônia, a partir dos anos 1950, também se deu por grupos privados, atraídos pela descoberta de diamante na região de Ji-Paraná (Perdigão e

Lins. Roquete Pinto havia sido eleito em 20 de outubro de 1927 para a Cadeira. Deve-se salientar que o Marechal foi homenageado com a denominação do Território ainda em vida, já que o mesmo morreu aos 92 anos, em 19 de janeiro de 1958 (Lins, 1963).

⁹ Segundo Modesto (1981), a perda de importância da borracha teve forte impacto na região nesse período. O censo de 1940 apurou diminuição de 9,6% na população que residia na área, passando a 32.591 habitantes.

¹⁰ Em 1971, devido ao caos criado pela garimpagem manual nestas e em outras regiões e às vantagens políticas para o regime proporcionadas pelo incentivo à entrada de empresas estrangeiras de mineração, o governo finalmente proíbe o funcionamento dos garimpos manuais. Rondônia passa então a ser o maior produtor de cassiterita do Brasil (Rondônia, 2000).

Bassegio, 1992). Foram registrados nesse período invasões nas áreas dos índios Surui, Zoró e Cinta Larga na região de Espigão d’Oeste.

Finalmente, após o golpe militar em 1964, o Governo começa a olhar para a região pensando na sua ocupação massiva. Depois de uma obra de engenharia de dimensões astronômicas, a abertura de 1.600 km da rodovia BR-364 ligando Porto Velho a Cuiabá, em 1968, foi possível fazer a ligação por terra, visando concretizar essa ocupação.¹¹

Rondônia foi considerada prioritária no processo de colonização de novas terras por alguns motivos, dentre os quais: a localização estratégica que dá continuidade às frentes de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso rumo ao Norte; a existência da rodovia BR-364, aberta em 1968 e, finalmente, a presença de grandes áreas de terras públicas ou com potencial para serem apropriadas pelo Estado com solos de aptidão agrícola acima dos encontrados em outros Estados amazônicos (Coy, 1988).

A colonização coordenada pelo Governo Federal através do INCRA foi motivada também pela necessidade de controlar a forte ocupação espontânea da região, a partir da abertura da citada rodovia. Além dos migrantes, rumaram também para Rondônia, companhias de terras pertencentes a paulistas e paranaenses. Segundo Modesto (1981), estava havendo uma ocupação desordenada de terras da União por particulares e companhias de colonização. A situação fundiária na região no final dos anos 1960 era “caótica”. Perdigão e Bassegio (1992) afirmam que havia seis milhões de hectares de terra com posse irregular em 1974.

Becker (1990), em estudos do final dos anos oitenta, caracterizou Rondônia como uma área onde a dinâmica da transformação social, embora ditada por estratégias do Estado e das corporações, parecia ser comandada por uma atuação crescente da população. Diferente de outras regiões da fronteira amazônica onde foram criadas condições para a apropriação monopolista da terra e para a mobilidade do trabalho. Segundo a autora, a dinâmica do povoamento em Rondônia, efetivada por uma estreita complementaridade entre a iniciativa estatal e as mãos de milhares de migrantes, foi tão expressiva que se desenvolveu na região um dos mais significativos processos de transformação econômica, social e política do Brasil contemporâneo. A população

¹¹ A rodovia BR-364 teve sua abertura iniciada em 1943, pelo Governo do recém criado Território. Já em 1945, chegava a Ariquemes partindo de Porto Velho. "Até 1960, a estrada assim permaneceu e só no início desta década a construção foi reiniciada pelo Governo Federal que a considerou desbravadora e prioritária para a integração nacional. A partir de 1968 passou a ter tráfego permanente..." (Modesto, 1981:8).

cresceu de 36.935 habitantes, em 1950, para 888.430, em 1984 (Seplan-RO citado por Becker, 1990). Rondônia é destacado por Fearnside (1987) também como espaço onde a colonização se deu de forma totalmente distinta dos projetos integrados (PIC) implantados na Transamazônica em Marabá, Altamira e Itaituba. Enquanto no Pará, havia a previsão de assentar 100.000 famílias e só foram concretamente assentadas entre cinco e seis mil, em Rondônia, o fluxo espontâneo era muito maior do que o planejado e ainda em 1977 já haviam sido assentadas 12 mil famílias.

Para Coy (1988), dois fatores foram de particular importância no desenvolvimento regional de Rondônia: a política de colonização do Estado autoritário na Amazônia e a expulsão da população excedente das zonas rurais, principalmente do Paraná, através da modernização capitalista do setor primário reforçado pelo modelo de desenvolvimento brasileiro.

A colonização de Rondônia ocorreu de 1970 a 1985, durante do regime militar, esse período foi chamado por Tavares dos Santos (1993) de “colonização contra a reforma agrária”¹². Tal processo foi responsável pela implantação de grandes projetos de colonização, tendo como objetivo a ocupação da área de fronteira e a diminuição das tensões em torno da questão da terra nas regiões Sul e Sudeste. Nesse período, segundo dados do INCRA(2002), foram assentadas 29.782 famílias no Estado.

O instrumento básico utilizado na colonização de Rondônia foi a apropriação de terras devolutas do então Território e sua distribuição controlada através da cessão de lotes. Inicialmente, o INCRA se responsabilizou por toda a infra-estrutura e assistência técnica necessária. Com a chegada de um número cada vez maior de famílias, que passaram a ocupar os lotes por conta própria, num processo espontâneo, o Estado começou a regularizar, posteriormente, a posse dos colonos. Os incrementos populacionais na região nesse período são expressivos, sendo a taxa mais alta em todo o país no período 1970 -1980. O Censo demográfico de 1980 mostrou ainda que o crescimento da população rural (259.509 habitantes) foi maior do que o urbano (233.301 habitantes). Além disso, houve uma mudança radical no eixo polarizador do crescimento do Território, que passou do rio Madeira para a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), fazendo com que várias cidades médias surgissem rapidamente ao longo deste eixo. Esse processo marcou indelevelmente a população de Rondônia. Dados do

¹² segundo o autor, que considera esse período em nível nacional indo de 1965 a 1984, “a colonização foi imposta para eliminar a possibilidade de uma redistribuição da propriedade fundiária”.(Tavares dos Santos, 1993).

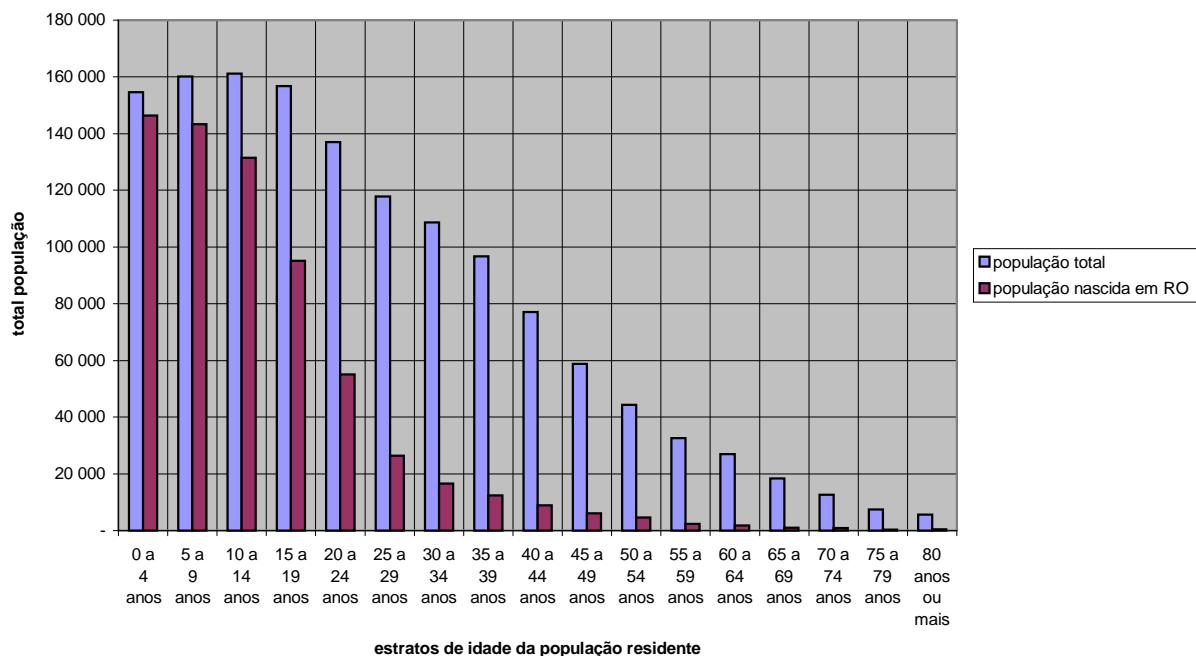
Censo Demográfico de 2000 referentes à população residente de Rondônia e estratificados por idade e Unidade da Federação de nascimento, comprovam que a maioria da população de Rondônia com mais de 35 anos, é oriunda de outros Estados, conforme a Tabela 5 e o Gráfico 1.

Tabela 5 – Origem por UF da população de Rondônia com mais de trinta e cinco anos

UF de nascimento	total população	%
MG	71609	18,81%
PR	55282	14,52%
ES	40748	10,70%
RO	38937	10,23%
SP	30540	8,02%
BA	21469	5,64%
AM	17185	4,51%
CE	16315	4,29%
RS	11537	3,03%
OUTROS	77 041	20,24%
TOTAL	380663	100%

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Gráfico 1 – Comparação da População total da UF e a nascida em Rondônia por Grupos de idade



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Segundo Miranda (1990), paralelamente à atuação do INCRA, originou-se um processo espontâneo de busca crescente por terra e intensificação da migração. Deste fato decorreu um extravasamento para a ocupação dos limites dos projetos iniciais e emergiram situações de conflito e disputa pela terra entre colonos, fazendeiros, índios e madeireiros.

Com relação às estratégias da colonização em Rondônia, podemos dividi-las em três períodos, de acordo com os diferentes mecanismos adotados: Projetos Integrados de Colonização (1970-76), Projetos de Assentamento Dirigido (1976-79) e Assentamento Rápido (1980-84).

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) foram os primeiros a serem implantados e tiveram como característica a realização de fortes investimentos do Estado nas etapas de instalação e viabilização dos projetos, incluindo produção, comercialização, assistência técnica e social. Com o rápido crescimento da demanda por lotes e o aumento explosivo da migração, o Estado percebeu a impossibilidade de arcar com os custos e a dotou nova estratégia, através da implantação dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). Nesse caso, a participação do Estado era menor e os beneficiários eram fazendeiros médios e pequenos e profissionais liberais do Centro-Sul que recebiam lotes maiores, com o objetivo de viabilizar a implantação de cultivos para exportação, principalmente cacau. Mesmo com a expansão dos antigos PICs e PADs que passaram a abranger uma área de 50 km nas margens das rodovias, o Estado continuou não dando conta da demanda por terra. Além disso, os trâmites burocráticos se mostraram muito morosos para a adequação institucional e legal dos lotes. Sendo assim, o Estado adota uma variante da Regularização Fundiária, conhecida como Assentamento Rápido (AR) (Becker, 1990a; Sousa Filho, 1996).

Na década de 1970, concretamente, foram implantados cinco Projetos Integrados de Colonização: Ouro Preto, Paulo de Assis Ribeiro, Gy-Paraná, Sidney Girão e Padre Adolpho Rohl. Além disso, criaram-se dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD): Marechal Dutra e Burareiro, que possibilitaram o assentamento de 23.721 famílias.

Para Becker (1990a), a própria estratégia dos PAD de fornecer lotes maiores¹³, conflita com o crescente fluxo demográfico e demanda a adoção de novas iniciativas.

¹³ Em geral, os PICs tinham módulos de 100 ha, os PADs de 250 ha e os projetos de assentamento rápido 50 ha.

“a estratégia básica adotada foi a discriminação (separação das terras devolutas das terras particulares) e a regularização da posse da terra. (...) o título de propriedade (...) permite o acesso ao crédito, constituindo fator de estabilidade (...) por outro [lado], na medida em que antigos ocupantes são expropriados de suas terras, constitui também um fator de instabilidade, bem como um mecanismo de produção de terra livre a ser destinada a empresários do Centro-Sul.”(Becker, 1990:152).

A autora conclui que, em conjunto, a Regularização Fundiária e Assentamento Rápido responderam por 30 a 40% das famílias assentadas até 1985, o que reforça o caráter espontâneo deste processo. Para ser mais preciso, os dados do INCRA confirmam a relevância dos PAs Rápidos, com 29,25% das famílias até 1984 tendo sido assentadas por esta via¹⁴. Além disso, os PICs foram sendo ampliados com o passar dos anos, a partir da pressão dos agricultores. Nenhum deles previa o número de famílias que foram concretamente assentadas no final do processo, normalmente no início dos anos 1980 (ver item 4.1.1).

A partir dos dados do INCRA, é possível constatar o número de famílias e os municípios onde foram implantados os projetos de colonização em Rondônia até 1984, conforme o Quadro 1 , abaixo. A Figura 1 (Anexo IV) apresenta a localização dos projetos.

¹⁴ É curioso constatar, verificando-se o quadro obtido no INCRA com todos os 126 projetos de assentamento e colonização implantados em Rondônia de 1970 a 2002, que os Projetos de Assentamento Rápido são apresentados como se fossem um só, dispostos em uma única linha da tabela. Nesse caso, ao contrário das informações detalhadas para todos os outros projetos, não existe código do SIPRA e não existe localização dos municípios. As informações contidas apontam para uma área de 794.044 ha e o assentamento de 12.315 famílias, afirmando ainda que todos os PAs espalhados por vários pontos do vasto território de Rondônia foram criados através de apenas duas Resoluções: 056 e 201/80. Os PICs e PAs normalmente são criados através de Portarias e não de Resoluções.

Quadro 1 - Projetos de colonização e assentamento implantados em Rondônia de 1970 a 1984

<i>projeto</i>	<i>localização (municípios em 2002)</i>	<i>data de criação</i>	<i>área total (ha)</i>	<i>famílias assentadas</i>
PIC Ouro Preto	Ouro Preto, Teixeirópolis, Nova União, V. do Paraíso e Ji-Paraná	1970	512.585,58	5.164
PIC Sidney Girão	Nova Mamoré	1971	69.749,6	686
PIC Gy-Paraná	Cacoal, Rolim de Moura, Primavera de RO e Santa Luzia	1972	486.137,3	4.756
PIC Paulo de Assis Ribeiro	Colorado d' Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Cabixi	1973	293.580	3.106
PAD Burareiro	Ariquemes, Cacaulândia, Montenegro, Rio Crespo e Campo Novo	1974	314.962,6	1.556
PIC Pde. Adolpho Rohl	Jaru, Gov. J. Teixeira, Theobroma e Vale do Paraíso	1975	407.219	3.786
PAD Mal . Dutra	Ariquemes, Cacaulândia, Montenegro, Rio Crespo e Alto Paraíso	1978	501.314,6	4.667
PA Rápido	diversos	1980	794.044	12.315
PA Urupá	Urupá e Alvorada do Oeste	1981	60.960,5	1.266
PA Machadinho	Machadinho d' Oeste e Vale do Anari	1982	213.911,1	2.934
PA Bom Princípio	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	1983	85.754,7	1.354
PA Cujubim	Cujubim	1984	42.450,5	507
	Total		3.782.669,48	42.097

Fonte: INCRA, 2002

Em quinze anos (1970-85), o número de estabelecimentos agrícolas de Rondônia passou de 7.082 para 80.615. A área média desses estabelecimentos caiu de 230,4 ha para 74,8 ha. A área total apropriada pelos estabelecimentos agrícolas cresceu de 6,7 % para 24,8 % da superfície total do Estado. As mudanças ocorridas no período foram bem distintas em relação aos diferentes estratos de área, havendo um aumento elevado das taxas médias aritméticas anuais de crescimento das unidades produtivas, bem como em relação à área total ocupada pelas unidades com até 200 ha. Para os estratos entre 201 e 1.000 ha as taxas foram negativas. Já as taxas para os estratos de área de mais de 1.000 ha, apresentaram crescimento moderado (Sousa Filho, 1996)(Ver Cap.3).

Em 1985, a agricultura familiar¹⁵ estava presente em 96,7% dos estabelecimentos agrícolas que perfaziam 58,6% da área total apropriada pelas unidades produtivas naquele ano. As unidades com até 200 ha requeriam, no mesmo período, 93,9% da demanda por recursos humanos gerados pelo setor agrícola. Estes estabelecimentos também englobavam 88,7 % dos consumidores de fertilizantes, 92,3% dos usuários de agrotóxicos e produtos veterinários. Por fim, uma constatação interessante é que apesar desse grupo representar 88,7% dos tomadores de financiamentos, o montante recebido só representou 54,7% do total disponibilizado para estabelecimentos rurais no Estado (Sousa Filho, 1996).

Avaliando, finalmente, os resultados do processo de colonização de Rondônia Becker (1990a) constata que a pesar do processo dirigido do Estado, que “coopta lideranças da sociedade civil (...) ou cria lideranças, oferecendo cargos no aparelho de Estado local”, a ação da população é também poderosa mostrando que é a tiva na produção do espaço, através das inovações que introduz, como o associativismo, dos conflitos embutidos na cadeia de ações e reações e nas táticas utilizadas em conflitos pela terra. Além disso, para a autora, contrariando o que muitos militantes esperam, a resistência da população manifesta-se numa ação sistemática de conquista e preservação de um espaço para integração na organização capitalista.

¹⁵ o autor considerou como critério para a definição das explorações familiares as unidades produtivas onde a demanda aparente por força de trabalho familiar em equivalente/homem/ano estavam acima de 2/3

1.3.1 A Colonização, a Reforma Agrária e os grandes Programas de Desenvolvimento em Rondônia: O Polonoroeste e o Planafloro

Mesmo não sendo o foco desta dissertação, é importante citar a influência para os agricultores familiares rondonienses de dois grandes programas de desenvolvimento implantados no estado de Rondônia nos anos 1980 e 1990.

Após o período inicial da colonização de Rondônia, marcado pela criação dos Projetos Integrados de Colonização e dos Projetos de Assentamento Dirigido, o Governo passou a tentar compensar a falta de infraestrutura presente causada pelo descompasso entre o expressivo fluxo migratório e a capacidade do governo em planejar e investir nos itens necessários. O principal era a pavimentação da rodovia que fazia a ligação da região com o Centro-Sul do país.

Com isso, foi negociado o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), executado com recursos do Governo brasileiro e do Banco Mundial, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)¹⁶. Abrangeu a área de influência da rodovia BR-364, entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO). Teve como objetivos oficiais: contribuir para a maior integração nacional; promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais e assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

No final dos anos 1980, os resultados do Polonoroeste ficaram muito aquém do esperado. Ao invés de ordenar e controlar a ocupação da região, o asfaltamento da rodovia BR-364 em 1984, potencializou os conflitos. O programa foi considerado o grande vetor da "década da destruição"¹⁷ em Rondônia, quando os índices de desflorestamento alcançaram recordes nacionais, aliados à explosão demográfica

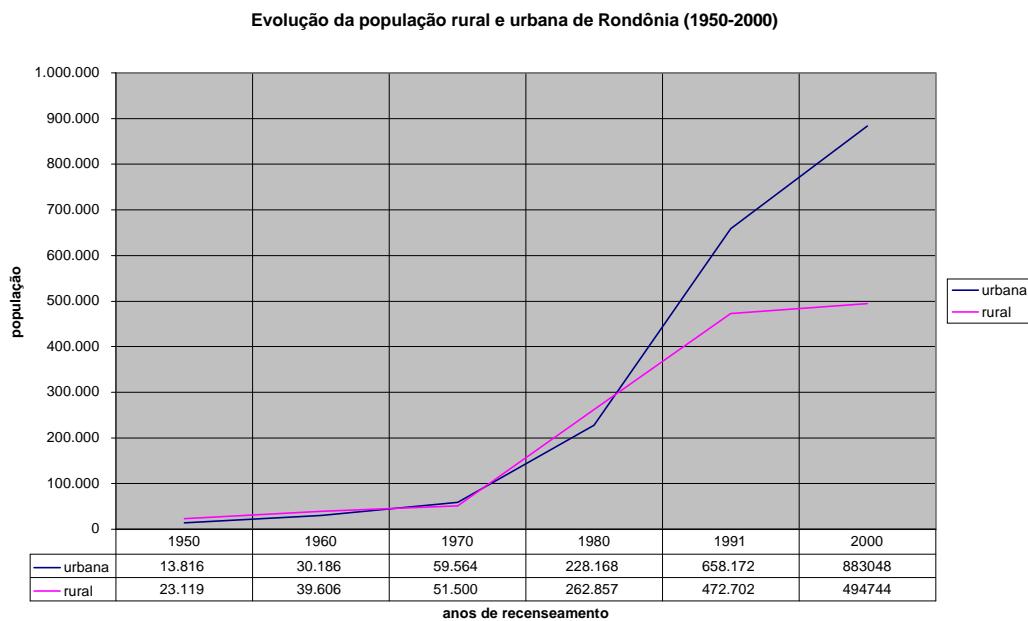
¹⁶ Segundo Coy (1988), foram investidos US \$ 1.5 bilhão, sendo 34 % dos recursos financiados pelo Banco Mundial. As obras referentes a pavimentação da BR-364 consumiram 42% dos recursos.

¹⁷ O termo foi utilizado numa série de documentários realizada nos anos 1980, tendo Rondônia como principal cenário (Adrian Cowell / Vicente Rios, 198?). Também teve grande repercussão reportagem da revista americana National Geographic denominada *Rondônia's settlers invade: Brazil's Imperiled Rain Forest* (Ellis, 1988)

provocada pela forte migração¹⁸ (Gráfico 2). É desse período também o *boom* dos casos de malária em Rondônia, quando 20% da população foi atingida pela doença. Neste caso, as áreas mais atingidas, como o município de Ariquemes que passou a ser conhecido como a capital mundial da malária, não eram típicas da colonização, mas de garimpo e assiterita. Deve-se salientar que houve uma coincidência entre a disponibilidade de terras promovidas pela propaganda oficial e a presença de minérios (ouro e estanho) na região que potencializava a motivação de migração para o ‘Eldorado’.

A partir do caos instaurado pela explosão demográfica, Rondônia passou a ser visto como exemplo dos descaminhos que um país periférico pode tomar em relação ao mal uso dos recursos naturais. A repercussão em nível internacional foi grande, com as críticas se voltando para o Banco Mundial, já que boa parte dos recursos para o programa foi financiada pelo BIRD. (Ellis, 1988).

Gráfico 2 – Evolução da população rural e urbana em Rondônia (1950-2000)



Fonte: Rondônia, 1998 e IBGE, 2000 apud Rondônia, 2002. Elaboração do autor

¹⁸ A taxa média geométrica do crescimento anual da população em Rondônia nos anos 1980 foi de 16,03%, enquanto o país crescia a 2,51% (Rondônia, 2002)

No que diz respeito às áreas de colonização, o Programa previu a implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). O objetivo central era consolidar a situação das famílias presentes nas parcelas distribuídas, integrando-as ao mercado e dando o suporte necessário às áreas de infraestrutura, saúde, educação e assistência técnica. Como medida essencial foi planejada e implantação dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), pequenas agrovilas inseridas estrategicamente no espaço rural ao longo das principais vias de acesso. No planejamento inicial previa-se, entre outras atividades, a implantação e formação de Comissões de Desenvolvimento Rural, visando organizar a participação da população. Os NUAR, além de hospedar as instituições de apoio aos agricultores, contemplavam uma área de lotes urbanos para serem cedidos aos parceleiros e outras ainda para serem doadas a comerciantes interessados (Coy, 1988).

Os NUAR continham casas de habitação cedidas para os colonos, casas de uso comercial (cerealistas, farmácia, dentista, oficinas mecânicas, bares e restaurantes) e social (igreja, associações, cooperativas e sindicatos). Além disso, foram estabelecidas construções de infra-estrutura pública: centro administrativo, posto de saúde, escola, casa de trânsito (normalmente exclusiva para técnicos da extensão rural), galpão para armazenamento de grãos (sob coordenação da Cibrazem), caixa d'água e gerador de energia (motor de óleo diesel).

Como era de se esperar, o descontrole causado pela explosão demográfica impediu que o planejamento e o funcionamento dos NUAR fosse satisfatório. Além do mais, a idéia dos colonos morarem no núcleo e trabalharem nos lotes se mostrou ilusória na prática, como relatado por Coy em pesquisa realizada no NUAR Nova Colina do PIC Ouro Preto. Um ano após a construção deste NUAR, apenas 23% dos residentes interrogados possuíam uma propriedade agrícola na zona rural (Coy, 1988). Somada à falta de recursos destes agricultores, relatada pelo autor, devemos considerar a enorme distância entre as unidades produtivas e os referidos núcleos. Como os lotes no projeto inicial foram dispostos em "espinha de peixe", com 500 metros de frente, a distância dos lotes do meio das linhas para o final, ficava insuportável para permitir o deslocamento diário dos agricultores.

Com relação as iniciativas do Polonoroeste ligadas à população indígena e à questão ambiental, o antropólogo Mauro Leonel nos dá um panorama sobre o assunto:

"As poucas e esporádicas medidas de proteção aos índios, e ao ambiente, foram tomadas apenas devido a exigência externa, na sequência de pressões nacionais e

internacionais, quando uma das parcelas do empréstimo foi interrompida e condicionada a medidas indigenistas e ambientais corretivas, no caso do governo militar, em 1984". (Leonel, 1991: 321).

Deve-se salientar que no então governo Figueiredo já haviam sido feitas eleições diretas para governador na maioria das Unidades da Federação. Entretanto, em Rondônia, emancipado como estado federado em 1981, só ocorreram eleições diretas para governador em 1986. Em 1984 o estado ainda era administrado pelo Governador "biônico" Jorge Teixeira, coronel do exército que ficou no poder por seis anos, de 1979 a 1985.

Finalmente, para se ter uma idéia do peso que o Polonoroeste teve na conformação de Rondônia, é possível comparar os mapas referentes aos projetos de colonização e seus respectivos NUAR com o mapa da divisão dos municípios hoje. É impressionante a coincidência entre os municípios de terceira geração¹⁹ e os NUAR. Ver Figuras 2 e 3 (Anexo IV).

A repercussão negativa desencadeada pela estratégia fortemente desenvolvimentista do Polonoroeste fez com que a negociação de um novo programa de desenvolvimento do governo, junto ao Banco Mundial, estivesse concentrada em aspectos ambientais e de participação da sociedade nas decisões. Dessa forma, foi assinado acordo para novo empréstimo em setembro de 1992²⁰. O novo Programa foi denominado Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia PLANAFLORO²¹, e teve como metas a promoção do zoneamento sócio-ecológico-econômico (ZSEE)²², o uso sustentável dos recursos naturais do Estado, a demarcação e implementação de Reservas Extrativistas, Indígenas e outras Unidades de Conservação e o financiamento de

¹⁹ Conforme apresentado no mapa, Rondônia pode se dividir em relação à evolução político-administrativa em áreas correspondentes aos municípios de 1a. geração (Porto Velho e Guajará-mirim, fundados antes de 1970), 2a. geração (Vilhena, Espigão d' Oeste, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Colorado, Costa Marques, Cacoal, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Ariquemes, emancipados entre 1977 e 1981), e 3a. geração (os demais municípios emancipados posteriormente).

²⁰ Apesar de ter sido assinado em 1992, o Planafloco já vinha sendo negociado desde 1986 através de contatos entre técnicos do Banco Mundial e do Governo Estadual. Os interesses eram bem diferentes de parte à parte. O Banco queria "limpar" seu nome já que o "desastre ecológico" do POLONOROESTE estava repercutindo negativamente e o Governo estadual queria manter o fluxo de recursos externos após o encerramento daquele programa para investir na infraestrutura de Rondônia. (Millikan, 2001)

²¹ O Plano redundou no sancionamento pela ALE de Rondônia da Lei de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico em 6/6/2000, com base nos resultados dos trabalhos do diagnóstico socioeconômico-ecológico do estado.

²² O ZSEE fez parte dos trabalhos desenvolvidos no Polonoroeste sendo sua 1ª. aproximação elaborada entre 1986 e 1988 (Rondônia, 2002).

projetos de agricultura sustentável, de saúde e educação comunitários, além do fortalecimento de entidades de base (Rondônia, 2000).

O novo Programa envolveu um volume de recursos muito menor do que o Polonoroeste²³. Um de seus principais resultados, a 2ª aproximação do ZSEE²⁴, realizada a partir de uma licitação internacional, sofreu seguidos atrasos na liberação dos dados finais e ocorreram conflitos e desentendimentos entre o *pool* de empresas que ganhou a licitação para realizar o zoneamento e a comissão estadual de monitoramento das atividades e elaboração dos termos de referência²⁵. Além disso, o uso dos recursos e a pretendida participação da sociedade civil na gestão do programa foi fortemente contestada pelo Fórum de ONGs estadual.

²³ O orçamento total do PLANAFLORO foi de US\$228,9 milhões, sendo US\$ 167 milhões provenientes de um empréstimo do Banco Mundial. Os recursos, de contrapartida, ficariam divididos igualmente entre o Governo Federal (o mutuário do empréstimo) e o Governo Estadual (World Bank, 2003).

²⁴ A 2ª aproximação pretendeu detalhar o conhecimento sobre os meios físicos, biológico e socioeconômico do Estado. A 1ª aproximação havia sido realizada em uma escala de trabalho de 1:1.000.000 e a 2ª, detalhou o levantamento para o nível de 1:250.000.

²⁵ De acordo com Millikan (2001): “Depois de uma série de atrasos, os estudos da segunda aproximação do zoneamento, foram realizados pelo consórcio de empresas Tecnosolo/DHV/Eptisa, num custo total de aproximadamente US\$ 20 milhões. A metodologia dos estudos não chegou a ser discutida na Comissão Estadual de Zoneamento ou Conselho Deliberativo do PLANAFLORO. Houve uma série de problemas relacionados a critérios de qualidade dos estudos realizados, sua utilização na elaboração de mapas de zoneamento e o conteúdo da nova lei estadual de zoneamento, atualmente em discussão na Assembleia Legislativa do Estado. A participação social no processo tem se revelado uma questão bastante problemática”. (Millikan, 2001:13).

O Quadro 2 apresenta uma síntese das zonas criadas pela 2^a Aproximação do ZSEE. (ver mapa Figura 5 - Anexo IV).

Quadro 2 – Síntese do ZSEE com áreas destinadas a conservação e exploração

Zonas	Área (há)	% Estado	% Reserva	área preservada		área exploração	
				há	%Estado	há	% Estado
1.1	6.141.734,87	25,75%	20	1.228.346,97	5,15%	4.913.387,90	20,60%
1.2	3.066.401,19	12,86%	40	1.226.560,48	5,14%	1.839.840,71	7,71%
1.3	1.482.380,61	6,22%	70	1.037.666,43	4,35%	444.714,18	1,86%
1.4	1.340.531,12	5,62%	80	1.072.424,90	4,50%	268.106,22	1,12%
Sub-total	12.031.047,79	50,44%	37,94%	4.564.998,77	19,14%	7.466.049,02	31,30%
2.1	2.565.336,50	10,76%					
2.2	918.105,54	3,85%					
Sub-total	3.483.442,04	14,60%	100%	3.483.442,04	14,60%		
3.1	1.808.129,12	7,58%					
3.2	2.375.250,04	9,96%					
3.3	4.153.410,90	17,41%					
Sub-total	8.336.790,06	34,95%	100%	8.336.790,06			
Total	23.851.279,90	100,00%		16.385.230,87	68,70%	7.466.049,02	31,30%

Fonte: Rondônia, 2000

Ott (2002) escreveu uma tese sobre o programa. Segundo o autor:

“O PLANAFLORO foi baseado na concepção de desenvolvimento sustentável, mas durante a sua execução os diferentes atores sociais envolvidos estiveram permanentemente em conflito. De um lado o governo e suas agências privilegiavam as ações voltadas para o desenvolvimento, enquanto as organizações não-governamentais privilegiavam as ações voltadas para a sustentabilidade, entendida como a demarcação e proteção de grandes áreas do território. (...) O zoneamento econômico e ecológico, embora estabelecido em lei, é desconhecido pela população, impossibilitando que seja colocado em prática. (...) A conclusão é que os projetos de desenvolvimento, mesmo com grandes recursos financeiros, promovem apenas o próprio desenvolvimento do projeto (OTT, 2002).”

O Planafloro teve seu “fechamento” em 30 de setembro de 2002. No relatório de conclusão da implementação do programa do Banco Mundial disponibilizado na internet, constata-se as enormes deficiências encontradas na sua execução e nos respectivos resultados:

"The ratings for the Rondonia Natural Resources Management Project were as follows: the outcome was unsatisfactory, the sustainability was unlikely, the institutional development impact was negligible, the Bank and the borrower performance were both unsatisfactory. [O relatório fala também dos problemas ligados ao ZSEE. Nos dois casos (Rondônia e Mato Grosso) foram contratadas empresas para a realização do trabalho, entretanto se percebe o zoneamento é um instrumento político e: "o zoneamento não acaba quando mapas multicoloridos e recomendações técnicas são finalizadas. Em princípio, o zoneamento deve ser visto como um processo político e social de negociação (solução de conflitos) para se chegar a um vasto plano aceitável de uso da terra [...]Refined (second approximation) zoning came too late to change such commitment, and is not binding yet in either state. The sustainability of project results remains highly questionable, not only because appropriate arrangements were absent, but even more importantly because the thrust of the projects was, and likely still is, not in line with the local mainstream. (World Bank, 2003:49)."

Resta saber se os seguidos embates presentes no Planafloro entre técnicos do governo, ONGs, empresas de consultoria, organizações de base, representantes das instituições financeiras e políticos, criaram pelo menos uma massa crítica que possa ser aproveitada em processos vindouros ligados ao desenvolvimento regional.

1.3.2 Os Projetos de Assentamento em Rondônia nos últimos dez anos

Deve-se destacar um dos fenômenos recentes ocorridos no meio rural rondoniense e citado superficialmente na seção anterior: a implantação no estado dos projetos de assentamento pelo Governo Federal. Os dados censitários, apresentados a seguir, comprovam, mais uma vez, que assim como o *boom* da colonização nos anos 1970 e 1980, Rondônia foi palco de processo relevante em termos nacionais, mesmo sabendo que esse expressa principalmente um rearranjo da população que já estava em Rondônia.

A política de reforma agrária dos dois governos FHC teve grande impacto no universo rural de Rondônia. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ainda nos Governos Collor e Itamar, ocorreu, após o caos criado pela "invasão" dos migrantes, uma grande organização dos movimentos sociais no campo. Dele fizeram parte a Igreja

católica, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e principalmente as Associações de Agricultores Familiares e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Com isso, aumentou muito a pressão social pelos direitos dos trabalhadores no que se referia à distribuição da terra, crédito rural e outros direitos adquiridos e expressos na Constituição Cidadã de 1988.

Dessa forma, conjugada a uma pressão nacional ligada ao tema da reforma agrária no país e facilitada pela existência de grandes áreas que puderam ser desapropriadas com custo relativamente baixo, Rondônia continuou sendo palco de inúmeros projetos de assentamento promovidos pelo governo federal.

Dessa vez, entretanto, as demandas foram atendidas de forma pontual e os investimentos em infraestrutura e assistência técnica foram ainda mais baixos do que no período da colonização. A única exceção está no que se refere ao crédito rural, com grandes volumes de recursos disponibilizados através do Procera e, posteriormente, do Pronaf A, via Banco da Amazônia.²⁶

Houve uma grande pulverização nos projetos de assentamento que passaram a ter parcelas bem menores e a assentar um número pequeno de famílias por projeto. O fato mais marcante é a total falta de critério quanto à aptidão agrícola dos solos nas áreas destinadas às famílias dos agricultores. Percebeu-se ainda uma completa “apatia” da instituição responsável pelos processos de desapropriação e assentamento, emparedada entre as metas quantitativas pretensiosas da cúpula federal, a forte influência do clientelismo arraigado no poder executivo e legislativo estadual e a pressão dos movimentos sociais. A lição com o que ocorreu no fim do governo militar parece não ter sido incorporada a esse novo processo. Vários problemas são recorrentes.

Foram implantados de 1995 a 2002, 87 projetos de assentamento em Rondônia, envolvendo 16.562 famílias que apropriaram-se de uma área de 819.319,4 ha (média de 49,47 ha por parcela). Os projetos foram dispersos em 33 diferentes municípios do estado com destaque para Machadinho d’Oeste, que já tinha sido alvo de um grande projeto no final do período da colonização (ver Quadro 1), em cuja área foram assentadas 4.208 famílias. Buritis e Campo Novo de Rondônia também estão entre os principais alvos dos assentamentos e receberam conjuntamente 2.674 famílias.

Com relação a Buritis e Campo Novo de Rondônia, existem dados relevantes no que se refere ao crescimento populacional. Dados do Censo do IBGE de 2000

²⁶ Dados do BASA referentes aos financiamentos de 1989 a 2003 apontam para a realização de 11.534 contratos no valor de R\$ 99.215.607,78 (BASA, 2003)

evidenciaram que Buritis foi o município que mais cresceu em termos de população em todo o território nacional. A taxa média de crescimento anual da população do município no período de 1996 a 2000 foi de 28,97%. Para Campo Novo esse mesmo percentual foi de 16,18% (Rondônia, 2002). Devemos salientar que além dos assentamentos, Buritis virou uma nova frente dos madeireiros no Estado, já que seu território tem alta concentração de madeiras nobres nos 328.660 ha de floresta que possui. Segundo informações do IBAMA referentes ao ano 2000, compiladas pela SEDAM, o referido município já havia sido desflorestado em mais de 26 % de sua área (Rondônia, 2002).

Dessa forma, levando-se em conta todos os projetos de assentamento implantados nos anos 1990 no Estado, podemos dizer que o correu, em maiores proporções, um fenômeno semelhante ao do *boom* da colonização dez anos antes.

A principal bacia leiteira de Rondônia está inserida nesse complexo contexto histórico, contendo inclusive o município que é o centro da organização dos movimentos sociais ligados a questão rural e palco do primeiro projeto de colonização. Além disso, nesta região foi implantado em 1997 um projeto de assentamento que está entre as principais conquistas daquele movimento. Esta dissertação vai se debruçar especificamente sobre esse território.

2 ABORDAGENS ANÁLITICAS E METODOLÓGICAS ADOTADAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

"Aqui, exploramos a importância de inovação em setores tradicionais ou atrasados. (...) As categorias econômicas tradicionais baseadas em padrões unilineares de eficiência alocativa e otimização são incapazes de explicar os processos em funcionamento nesses setores. O recurso a uma combinação de categorias de uma variedade de tradições heterodoxas econômicas - convencionalistas, evolucionista e institucionalista - em conjunto com conceitos desenvolvidos na sociologia econômica e sociologia da inovação fornecem instrumentos analíticos mais eficazes". (Vilela e Wilkinson, 2002:217).

Após constatar a relevância do processo que ocorreu em Ouro Preto do Oeste para o entendimento da dinâmica da agricultura familiar na Amazônia, sinalizado no final do capítulo anterior, percebeu-se a importância que o SAG do leite tem como canal hegemônico de sustentação desse mesmo segmento. Com isso, tornou-se necessário delimitar a instância que seria investigada para que fosse possível abranger o maior número de informações possíveis para subsidiar uma análise do contexto que permitisse uma resposta às indagações contidas na formulação da pesquisa.

Verificou-se que investigando o território do antigo município de Ouro Preto do Oeste, que será denominado nesta dissertação como a região da Grande Ouro Preto, seria possível perceber a dinâmica populacional na região, assim como, ter uma noção mais abrangente da estruturação do parque leiteiro e sua bacia como um todo. Além disso, através da investigação de um território maior do que o atual município, foi possível perceber as diferenças do perfil da agricultura familiar que se consolidou nas diferentes unidades administrativas, iluminando o mesmo processo em regiões menos privilegiadas em termos de infraestrutura e de características do quadro natural.

Dessa forma, optou-se por investigar, principalmente a través dos dados secundários disponíveis, todos os seis municípios que correspondiam ao antigo território da unidade administrativa de Ouro Preto do Oeste.

Com os limites do objeto delimitados, o principal desafio passou a ser a forma de levantar os dados. Pela sua complexidade, isso exigia uma abordagem holística para

que os distintos procedimentos empregados convergissem para o entendimento dos múltiplos relacionamentos e processos sociais. Além disso, como se trata de um cenário natural, de um caso que já existe, optou-se por utilizar múltiplas fontes e múltiplos métodos de coletas de informações. Ademais, o estudo foi configurado para que fosse possível lidar com grande variedade de problemas teóricos e descritivos (Becker, 1994; Descombe, 1998).

Em resumo, estava caracterizado um estudo de caso que demandava informações que fossem capazes de atender a diferentes testes e proposições. Percebeu-se a necessidade de buscar alternativas aos enfoques positivistas, que estabelecem o primado do método sobre a realidade, já que estes não seriam capazes de captar os complexos processos ocorrentes na região de estudo.

Devido à importância do parque leiteiro na região, foi necessário levar em conta a noção de cadeia produtiva na investigação. Entretanto, foram evitados os vícios do enfoque estritamente setorial, cuja ênfase recai sobre as economias de escala, a especialização e a concentração num único produto. Com isso, tentou-se aplicar um conceito territorial à investigação, atribuindo às instituições e organizações locais um papel crucial no desenvolvimento rural. Da mesma forma, procurou-se investigar como vem se dando a construção de capacidades e a superação da exclusão social na Grande Ouro Preto.

2.1 O território e o Sistema Local de Conhecimento

A caracterização de um território do minado pela agricultura familiar é uma tarefa complexa e passível de interpretações errôneas. O uso de parâmetros meramente econômicos, administrativos ou demográficos dificilmente permitirá compreender a dinâmica presente na localidade. Nela existem relações de parentesco, identidade e confiança, entre outras, que são fundamentais para que se entenda como os processos de transações comerciais e de reprodução social se efetivam. Nesse sentido, deve-se evitar a noção de território como um espaço naturalizado e acabado, como um espaço físico que está dado e está completo. A idéia é considerar o território como um processo. O território pode ser visto como:

"um espaço em permanente construção, produto de uma dinâmica social onde se tencionam sujeitos e ociais postos na arena política. Uma vez que essas tensões são permanentes, o território nunca está acabado, mas, ao contrário, em constante construção e reconstrução. (...) um território de vida pulsante, de conflitos de interesses diferenciados em jogo, de projetos e de sonhos" (Mendes et alii., 1993:168).

Território pode ser visto como o conjunto de relações sociais projetadas no espaço concreto podendo formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, com uma tendência, portanto, à instabilidade. O substrato espacial, ao contrário, poderia permanecer o mesmo (Souza, 1995 apud Mior, 2003).

Sabourin (2002) faz uma discussão do conceito de território (ou abordagem territorial) no meio rural a partir de diversos autores. O autor cita que Touzard vê a agricultura como interface entre *setor* e *território*. Sabourin supõe que o apoio ao desenvolvimento rural demanda abordagens cada vez mais diversificadas, incluindo trabalhos não-agrícolas, multisectoriais e, sobretudo, espaciais e territoriais.

Na perspectiva de desenvolvimento, território refere-se à gestão de um espaço governado (Andrade, 1995 apud Sabourin, 2002). No âmbito antropológico, passa a ser um ambiente de vida, de ação e pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Pode ser visto ainda como uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel no desenvolvimento econômico, um espaço construído historicamente e socialmente (Abramovay, 1998; CIRAD/SAR, 1996 apud Sabourin op.cit).

O conceito de território passou de uma definição estática da geografia física para uma noção mais política e complexa. Entretanto, a visão de território como um espaço governado e administrado, também é limitada e inadequada num contexto em que os recursos públicos passaram a ser administrados por coletividades sociais (Sabourin, 2002).

A abordagem territorial desperta para a importância dos laços de proximidade e da aprendizagem coletiva. O foco do conceito está ligado à integração e coordenação entre atividades, recursos e atores.

Dentro das estratégias adotadas no meio rural brasileiro, segundo o referido autor, houve um predomínio quase absoluto de enfoques setoriais. Como Abramovay aponta, uma das exceções seria o PRONAF que, apesar de suas limitações, introduziu a

abordagem territorial na política agrícola, financiando estruturas coletivas através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento e da elaboração dos Planos nas unidades administrativas.

Nesse contexto, são fundamentais as coletividades rurais territoriais. A análise precisa privilegiar a coordenação entre os atores, a governança e os aspectos ligados à identidade comum, atividades afins ou complementares e as relações de proximidades geográficas, sociais e culturais. Os atores sociais estão indelevelmente ligados a territórios.

Dessa forma, Sabourin alerta:

"Depois de tantas qualificações do termo desenvolvimento (harmonioso, integrado, autocentrado, endógeno, sustentado, etc.) muitas vezes associadas a fenômenos de moda, deve-se ter o cuidado de não interpretar o enfoque territorial com um novo receituário, à imagem do INCRA. Esse instituto vendeu o projeto do "novo mundo rural", pregando uma abordagem baseada em um "novo desenvolvimento territorial", para justificar o fim de apoios específicos aos perímetros de reforma agrária (INCRA, 1999). O enfoque territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou ativos específicos". (Sabourin, 2002:24-25).

As estratégias de desenvolvimento territorial podem ser divididas em quatro linhas principais: cadeias produtivas, envolvendo produtos e qualidade; governança e coordenação territorial ou local, que considera as políticas públicas, organização e cooperação; as atividades e as questões trabalhistas e de emprego e, finalmente, as lógicas ligadas à inovação (Sebillotte apud Sabourin, 2002).

Ainda dentro desse contexto, é importante salientar os estudos de *localidade* que surgiram na Nova Geografia superando as noções de comunidade (conceito eternamente indefinido e muitas vezes carregado de idealismo e utopia) e de região. As localidades não seriam simplesmente lugares ou comunidades, mas uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, dos grupos e dos interesses sociais no espaço. Não seriam passivas ou residuais, mas, em diversos graus e formas, centros de consciência coletiva (Cooke et al., 1989; Mior, 2003).

Marsden e colaboradores (1993) também ajudam a definir o que seria essa *localidade* apresentando-a como um território imerso nas divisões espaciais e de escala de trabalho, estando cada autor local ligado, através de redes, direta ou indiretamente, a atores externos. A localidade seria então construída socialmente a partir da interação de atores operando sobre uma variedade de distâncias, locais e não-locais.

"Buscando se distanciar das posições que veriam localidades como expressões de processos estruturais mais gerais (localidade como resultado de determinações estruturais) e também de que elas teriam um status semi-autônomo (localidade como agente), Marsden e Murdoch (1995) propõem outra visão das localidades. Para eles, localidades deveriam ser vistas como constituídas de várias redes operando em diferentes escalas espaciais e que através de recursos políticos, econômicos e culturais o local seria diferentemente construído e representado dentro destas redes. Ainda, segundo os autores, as ligações entre o local e outras escalas espaciais variam de acordo com a esfera da vida social, o que leva à necessidade de prestar atenção aos microprocessos que ligam os atores". (Mior, 2003:33-34).

Vários autores têm enfatizado a necessidade de se buscar outros enfoques quando da análise da realidade ou das potencialidades da agricultura familiar no meio rural. Os enfoques "clássicos" centrados numa visão exógena e setorial não dão conta das especificidades deste segmento e não apontam alternativas. Por esta noção, a lógica se restringe a uma adaptação aos sistemas de economias de escalas e à especialização que só pode ser feita normalmente através da integração ou da cooperação. Por outro lado, os enfoques endógenos, omitem informações fundamentais ligadas às pressões advindas do contexto externo, nacional e global, assim como às relações que existem entre alguns atores e instituições locais e esse universo mais amplo.

Dessa forma, procurou-se evitar a dicotomia entre as concepções de desenvolvimento exógeno e endógeno²⁷, onde um dá destaque à importância dos fatores

²⁷ Para Mior (2003) as discussões sobre o desenvolvimento rural exógeno foram típicas da segunda metade do séc. XX. Estão normalmente entradas nos aspectos globais do desenvolvimento, com tendência a ignorar a estrutura própria da agricultura e enfatizar a dinâmica econômico-política das cadeias de *commodities*, dando relevo às economias de escala e à concentração, destacando a dependência do meio rural em relação aos pólos de crescimento urbanos. afirmam ainda que as "forças" do desenvolvimento emanam de áreas externas às rurais, relegam a estas a função de produção de alimentos e matéria prima para a expansão da economia urbana. Por outro lado, o enfoque do desenvolvimento endógeno surge nas duas últimas décadas do século XX dando ênfase aos recursos específicos de uma área como motor do desenvolvimento rural. A força dinâmica estaria nas empresas e iniciativas locais,

externos articulando o desenvolvimento rural com o processo de urbanização e industrialização, e, o outro, dá prioridade à mobilização social. Mior (2003) nos dá um bom motivo prático para esse cuidado. Quando da investigação dos processos de agroindustrialização no Oeste catarinense, o autor percebeu que vários agricultores que estavam iniciando as atividades de agregação de valor a seus produtos de forma autônoma, freqüentemente eram também produtores integrados à grande agroindústria convencional no mesmo ou em outros produtos²⁸. Como uma abordagem meramente endógena seria capaz de perceber o que estava acontecendo nesse caso?

A noção de redes de desenvolvimento rural se mostrou pertinente para a superação da dicotomia entre desenvolvimento endógeno e exógeno, apresentada anteriormente, e dessa forma, útil para a compreensão do fenômeno corrente. Através dessa abordagem pode-se evidenciar potenciais complementaridades entre as duas perspectivas, fornecendo uma valiação abrangente da diversidade dos sistemas agroalimentares no tempo e no espaço. Nesse caso, ao contrário da visão de redes para o entendimento dos processos globais ligados à sociedade da informação presente nos trabalhos de Castells (1996) e Urry (2000), existe uma preocupação com o nível intermediário das redes, mais adequado, tanto para a construção de estratégias, como para a sua interpretação.

Concretamente, optou-se por privilegiar os enfoques de redes de desenvolvimento rural, contemplando também a noção de cadeias produtivas, tendo os cuidados relatados anteriormente. Procurou-se levantar nas diversas áreas o maior número de dados secundários disponíveis minimamente confiáveis e tentou-se aproveitar ao máximo a possibilidade de passar 30 dias em pesquisa de campo na região de estudo. Não houve nenhuma pretensão de criar uma nova metodologia para caracterização de universos onde predomina a agricultura familiar no meio rural, mas de apreender, na medida das fortes limitações de tempo e recursos, os fenômenos presentes.

dando nova função ao meio rural como espaço para o desenvolvimento de múltiplos setores. A questão-chave do desenvolvimento rural, nessa concepção, estaria na construção de capacidades (habilidades, aprimoramento institucional e melhoria da infraestrutura) e na superação da exclusão social.

²⁸ No caso, os principais produtos envolvidos eram oriundos da suinocultura, da pecuária leiteira e da fumicultura.

Especialmente na pesquisa de campo com os agricultores²⁹, optou-se por empregar, parcialmente, o conceito de Sistema Local de Conhecimento (SLC), considerado por Sabourin. Conforme esse autor:

"uma abordagem territorial do mundo rural deve levar em consideração as formas de coordenação não formalizadas ou institucionalizadas (redes, relações de proximidade, reciprocidade camponesa, etc.), os atributos comparativos dos produtos e recursos associados a territórios específicos, social e culturalmente marcados (capital social, valores de uso, valores éticos, valores de prestígio), e, finalmente, as dinâmicas de inovação ligadas a esses processos e a valores de natureza diferenciada".(Sabourin, 2002:32).

Sabourin, visando superar os limites e fracassos dos métodos de inovação agropecuária "convencionais" e sua "representação clássica, difusãoista e linear dos técnicos sobre a geração e a circulação de informação ou da inovação no meio rural", no contexto da agricultura familiar, tanto para o seu desenvolvimento como para a interpretação da realidade, apresenta um enfoque analítico para captar a organização de produtores familiares e a dinâmica das inovações nesse âmbito, a partir de três eixos que se complementam. O primeiro, seria o dos mecanismos e "caminhos" da inovação (as suas trajetórias) através das formas de comunicação interpessoal e da apropriação local da informação, através da experimentação camponesa e da adaptação dos "saber-fazer" entre os agricultores (Sabourin e Tonneau, 1998). Outro eixo estaria centrado na ação coletiva local, em particular na organização dos produtores e nas relações de proximidade. Por fim, o terceiro eixo estaria ligado ao apoio institucional viabilizado pelo Estado, extensão rural, centros de ensino e pesquisa, Igrejas e ONGs (Sabourin, 1998).

Os sistemas de conhecimento e de informação podem ser definidos como:

"...articulação de atores, redes e/ou organizações manejados em sinergia, de maneira a promover processos de conhecimento melhorando a relação entre conhecimento e ambiente, e/ou a gestão das tecnologias usadas para um dado setor da atividade humana" (Röling, 1992 apud Sabourin, 2002:177).

²⁹ Para saber como foi feita a escolha das duas localidades selecionadas ver item 2.2.1.

A partir das três "entradas" complementares apontadas pelo autor, procurou-se investigar a dinâmica das inovações técnicas, institucionais e organizacionais, pensando não apenas naquelas associadas com os movimentos da fronteira econômica, como nos alertam Vilela e Wilkinson (2002).

Os passos da metodologia proposta por Sabourin são os seguintes: 1) construção coletiva da trajetória de desenvolvimento local e inovação; 2) identificação dos espaços e fatores de comunicação sociotécnicos na localidade; 3) sistematização e representação do Sistema Local de Conhecimento; 4) análise coletiva do SLC.

Nesta dissertação, a identificação dos SLC foi usada não como uma estratégia para construção participativa de um sistema de conhecimento com a população da localidade, como preconiza o autor, mas como um instrumento para captar processos impossíveis de serem percebidos através de levantamentos bibliográficos, da pesquisa de dados secundários ou da mera investigação de informações referentes a coeficientes técnicos e renda dos agricultores.

Na prática, realizou-se um levantamento das trajetórias de inovação entrevistando diretamente os agricultores familiares nas localidades. Buscou-se, da mesma forma, perceber a dinâmica da ação coletiva local, através das organizações sociais rurais formais e informais presentes. Além disso, foi feito um estudo de todas as instituições que permeiam o universo da localidade.

Com isso, adaptou-se a proposta de Sabourin para a identificação/construção do Sistema Local de Conhecimento. Como primeira etapa foi identificada a trajetória de desenvolvimento local e inovação em discussão com técnicos e produtores. Posteriormente, caracterizaram-se os espaços e fatores de comunicação sociotécnica nas duas localidades. Por fim, sistematizaram-se e analisaram-se os sistemas, representando-os através de tabelas e figuras.³⁰

O primeiro passo da metodologia está centrado na identificação da trajetória de desenvolvimento local que pode ser definida como:

³⁰ É importante salientar que a proposta de Sabourin prevê uma construção **coletiva** da trajetória local e da inovação, assim como uma discussão **conjunta** para viabilizar a sistematização e a representação dos SLC. Em função da característica da dissertação em questão e do tempo e recursos disponíveis, o autor foi obrigado a adaptar a metodologia e discutir, apenas individualmente, com cada uma das famílias e dos técnicos entrevistados, a dinâmica dos sistemas. De certa forma, não foi possível potencializar os processos de inovação em curso, restringindo o alcance da metodologia e a riqueza das informações. Entretanto, a metodologia "adaptada" contribuiu bastante para a percepção de aspectos relevantes da dinâmica social das localidades, que não puderam ser captados através do levantamento de dados secundários.(Sabourin, 2002).

"a evolução dos recursos produtivos - naturais, humanos, capital e informações - e a sua reorganização no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num espaço definido, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida. Estas condições são determinadas em parte pela influência de fatores e de atores internos e pelo ambiente externo"(Gama da Silva et al, 1994; Sabourin et al., 1996 apud Gama da Silva et al, 2000:9-10).

A metodologia baseia-se na identificação dos principais marcos da evolução das dinâmicas agrárias na escala de observação privilegiada para coleta de informações: o espaço local.

Para a sua realização são seguidos os seguintes passos metodológicos: I) definição do espaço social e geográfico relevante, em função das questões a serem estudadas; II) identificação das mudanças nas práticas produtivas individuais e coletivas; III) estudo da reorganização dos recursos produtivos pelos agricultores; IV) análise das perspectivas de evolução.

Concretamente, nesta dissertação, foi sistematizada uma trajetória para toda a região de estudo. Na sua elaboração foram consideradas as mudanças técnicas, econômicas e sociais relacionadas com as formas de exploração dos recursos produtivos, identificando os fatores determinantes da evolução das dinâmicas agrárias em seu contexto regional. Os resultados são apresentados na forma de um quadro com as inovações significativas, suas origens e seus vetores. O objetivo aqui foi criar uma representação comprehensível da evolução dos sistemas para subsidiar as atividades da pesquisa de campo (ver Cap. 4).

No segundo passo, foram identificados os espaços e fatores de comunicação sociotécnica em cada localidade, os agentes de comunicação internos e externos e levantadas as relações de ajuda mútua e diálogo técnico. Além das atividades previstas na referida metodologia, o trabalho de campo contou também com a bordagem "orientada aos atores" para a análise de mudança social, preconizada por Norman Long. Esta concepção procura rejeitar pensamentos e práticas lineares, determinísticos e simplesmente empíricos, reconhecendo as múltiplas realidades e diversas práticas sociais dos diversos atores, desenvolvendo uma metodologia para captar e perceber esses mundos aparentemente incompatíveis. Nesse sentido, procurou-se usar e checar as

definições (comparações, classificações e categorias) dos produtores de forma a facilitar o entendimento de como eles interpretavam as tomadas de decisão dos vizinhos. Quem os produtores consideravam diferentes ou inovadores? (Long, N & Long, A., 1992)

Na última etapa, além de representar e sistematizar os Sistemas Locais de Conhecimento, o trabalho de campo permitiu perceber outros fatores das localidades que mostram a complexidade presente nos processos sociais em curso. Estes, que incluem a trajetória pessoal de algumas famílias, o desenrolamento dos sistemas produtivos e o histórico da ocupação dos projetos de assentamento e colonização, dentre outros fatores, são apresentados no final do Capítulo 4.

2.2 Descrição dos procedimentos e a pesquisa de campo

Com o universo de estudo delimitado e o corte teórico relativamente bem definido, procurou-se levantar o maior número de informações-chave disponíveis, para que fosse possível caracterizar a formação e a realidade atual da agricultura familiar presente na região da Grande Ouro Preto, enfatizando os fenômenos ocorridos nos últimos dez anos e o sistema agroalimentar do leite. Para tal, investigaram-se os dados ligados a diferentes indicadores disponibilizados por distintas instituições. No caso do IBGE, foram pesquisados os indicadores sociais dos seis municípios baseados no Censo Demográfico de 2000. Para a caracterização do universo rural familiar, várias informações foram obtidas através do censo agropecuário de 1995/96 especialmente tabuladas de acordo com a metodologia proposta pelo convênio FAO/INCRA. Do referido Instituto também foram obtidos os dados mais recentes sobre a produção agropecuária no Estado e especificamente na região de estudo, através da Pesquisa da Pecuária Municipal e da Produção Agrícola Municipal. Do INCRA foram levantadas informações sobre a localização dos projetos de colonização e assentamentos implantados, até 2002, na região, através de mapas e tabelas obtidos nos escritórios da instituição em Brasília, Porto Velho e em Ouro Preto do Oeste. Do MAPA foram coletadas informações referentes ao SAG do leite disponíveis no Sistema de Informações do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Do Banco da Amazônia - BASA, principal agente financeiro de Rondônia no âmbito da agricultura familiar, investigou-se também o apporte de incentivos fiscais e financeiros na região, através das informações

disponíveis. Finalmente, uma das principais fontes de informação secundária foi a Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril de Rondônia, IDARON. Através dessa instituição, foi obtida uma planilha com os relatórios das campanhas de vacinação no Estado e com o levantamento de todo o rebanho de Rondônia, discriminado por categorias de idade e município. Além disso, obteve-se os dados do cadastro realizado em 1999 e a última ficha de controle de vacinação das propriedades das duas localidades escolhidas para o trabalho de campo.

Ao mesmo tempo, foi feito um extenso levantamento bibliográfico sobre as informações ligadas à questão rural de Rondônia e da região de estudo, com destaque para aquelas ligadas à formação histórica do Estado e ao SAG do leite, em particular. Nesse sentido, deve-se destacar os dados obtidos através do "Diagnóstico do Agronegócio do Leite e seus Derivados" realizado pelo Sebrae-RO, em 2002.

2.2.1 Pesquisa de Campo

Visando coletar os dados básicos primários e viabilizar a obtenção, diretamente na fonte, de dados secundários atualizados (como o cadastro do rebanho realizado pelo IDARON, citado anteriormente), foi conduzido o trabalho de campo em Rondônia. As atividades iniciaram-se, em 14 de julho de 2003 no município de Porto Velho e se encerraram, em 14 de agosto do mesmo ano³¹. Foram visitados quatro municípios: Porto Velho, Ouro Preto do Oeste, Nova União e Ji-Paraná. Além do levantamento feito nas duas localidades escolhidas, foram realizadas várias entrevistas com informantes-chave, visando triangular informações com os dados secundários e caracterizar o histórico de formação e a situação atual do sistema agroalimentar do leite em Ouro Preto.

Pensando na aplicação da metodologia "adaptada" de identificação dos Sistemas Locais de Conhecimento, foram arbitradas duas "comunidades", ou melhor, "localidades" a serem trabalhadas na região de estudo como casos representativos da realidade. Conforme relatado anteriormente, o objetivo foi captar informações impossíveis de serem percebidas através dos dados secundários ou do levantamento de coeficientes técnicos e econômicos. A escolha destas, que tiveram como foco a relação predominante da população local com os sistemas produtivos de pecuária bovina e a

³¹ A região estava passando por um período de estiagem há mais de 40 dias, fazendo com que aflorassem os problemas ligados à sazonalidade da produção de leite e ao comprometimento das pastagens.

existência de uma organização social rural formal ou informal nesse contexto, se deveu a indicações iniciais a partir de outros trabalhos realizados pelo autor na região³² e de conversas com agricultores e técnicos em Ouro Preto. Deve-se salientar que foi relevante na escolha de uma das localidades a necessidade de identificar os desafios enfrentados pelas comunidades presentes nos Projetos de Assentamento implantados na região nos anos 1990. Logicamente, foi também considerada, em função das restrições orçamentárias, a facilidade de operacionalização das entrevistas.

Dessa forma, foi elaborado um roteiro para as entrevistas com as famílias dos agricultores que foi “testado” no primeiro dia de visita a localidade e posteriormente reorganizados, a partir da identificação de lacunas referentes às informações relevantes que ficaram fora do roteiro, assim como da facilidade de operacionalização. O roteiro foi assim transformado em um questionário com dados básicos sobre as famílias e suas unidades produtivas e rebanho (Ver Anexo III). Após o preenchimento do questionário, era travada uma conversa aberta sobre o contexto do SAG do leite na localidade ou qualquer assunto de interesse do agricultor(a) entrevistado(a). As informações adicionais foram registradas em um papel à parte ou gravadas em fitas cassete.

Iniciaram-se as visitas pela localidade da Linha 166 onde foram realizadas 11 entrevistas com as famílias de agricultores diretamente no campo. A escolha dos entrevistados foi feita a partir de discussões com uma liderança da comunidade, que serviu como referência, e de informações obtidas com o órgão de assistência técnica e extensão rural (Emater). Foram feitos diversos contatos com essa liderança para checar dados e cruzar informações. Além das entrevistas diretas com os agricultores, foram feitos levantamentos dos dados da Agência de Defesa Sanitária e Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia (IDARON) e das informações disponíveis na Emater.

As informações foram levantadas até que se tivesse um censo com informações referentes às 79 famílias residentes ou proprietárias dos lotes existentes na localidade. Para tal, foi usado como auxílio um mapa do INCRA com a delimitação e número dos lotes do PIC Ouro Preto que eram comparados com os endereços contidos nas fichas e cadastro do IDARON. Todos os pontos importantes de encontro dos agricultores (igrejas, escolas, sede de associações, áreas de lazer) foram plotados com GPS.

Os dados ficaram, dessa forma, condensados em três fontes principais: os questionários com as entrevistas realizadas no campo pelo autor; o cadastro do

³² Uma localidade foi selecionada a partir de um levantamento de organizações sociais rurais ligadas à pecuária leiteira realizado em 1997 pelo autor (Monteiro, 1997; Monteiro et al., 1997).

IDARON realizado em 1999 e as folhas de classificação etária de vacinação da mesma instituição referentes a maio de 2003.

Na segunda localidade, o Projeto de Assentamento Palmares, foram feitas sete entrevistas com as famílias de agricultores e levantadas as informações disponíveis sobre as 30 famílias presentes em uma das agrovilas do PA. Neste caso, foram obtidas no escritório do IDARON de Nova União, cópias das fichas das propriedades de cada uma das famílias residentes ou proprietárias de gado bovino presentes na localidade. Estas foram localizadas com a ajuda da liderança local escolhida como referência e de um mapa do assentamento obtido no INCRA.

Além das visitas aos agricultores foram feitas entrevistas com produtores, empresários, comerciantes, gerentes de banco, políticos, lideranças comunitárias e técnicos (ver a relação de todas as instituições contatadas no Anexo II). Como as informações obtidas envolveram o patrimônio dos entrevistados, principalmente no caso dos agricultores, optou-se por não identificá-los para não criar constrangimentos. Dessa forma, todos os entrevistados foram codificados e, quando necessário, são apresentados nesta dissertação com nomes fictícios.

No total foram registradas informações referentes a 41 entrevistas, sendo 19 com agricultores. Destas, 17 foram gravadas em fitas cassetes, totalizando 15 horas de diálogos.

As entrevistas com as lideranças comunitárias rurais foram mais longas. Nos dois casos, obteve-se informação sobre todos os produtores de leite da localidade.

Com isso, todas as informações foram tabuladas através de planilhas eletrônicas e puderam, dessa forma, ser sistematizadas, analisadas e comparadas com os dados secundários.

No caso das localidades escolhidas, conforme citado na metodologia, foram montados esquemas de representação dos Sistemas Locais de Conhecimento, assim como um quadro com a trajetória de desenvolvimento em Ouro Preto.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA E O SISTEMA AGROALIMENTAR DO LEITE

Antes de entrarmos especificamente no estudo da região foco desta dissertação, que será feita no próximo capítulo, é importante ainda tocarmos em três aspectos ligados à agricultura familiar de Rondônia: a estrutura fundiária do Estado e sua respectiva desigualdade, os principais produtos e sistemas produtivos que sustentam o segmento atualmente e, finalmente, a formação do Sistema Agroalimentar do Leite naquela Unidade da Federação.

3.1.1 A evolução da estrutura fundiária em Rondônia

Uma questão fundamental para caracterizar uma região é o conhecimento da sua estrutura fundiária e sua evolução ao longo do tempo. No caso específico de Rondônia, onde ocorreu drástica mudança na conformação dos estabelecimentos rurais após a implantação dos projetos de colonização nos anos 1970 e 1980, essas informações são importantes também para identificar a ocorrência da reconcentração da posse da terra e evasão dos beneficiários das parcelas distribuídas.

Quando se trabalha com a evolução da estrutura fundiária em Rondônia, ou no Brasil como um todo, normalmente fica-se restrito às informações de dois levantamentos disponíveis: o censo agropecuário do IBGE e o cadastro de imóveis do INCRA. Nos dois casos, existe uma grande defasagem entre a divulgação das informações e os períodos levantados. Deve-se destacar também as diferentes definições ao longo do tempo do que foi considerado ou não *estabelecimento agropecuário*, usado pelo IBGE, ou *imóvel rural*, conceito do Incra³³. Além disso, têm ocorrido denúncias de manipulação dos dados por parte dos órgãos executivos no período FHC (Teixeira, 2001). Outro fato que complica os cálculos quando se trabalha com municípios ou microrregiões é a sucessiva emancipação dos mesmos, presente principalmente nos anos 1990.

³³ Para maiores esclarecimentos ver Hoffmann (1998a).

No caso do Censo Agropecuário do IBGE, deve-se salientar que o levantamento de 1995/1996 apresentou mudanças metodológicas em relação aos censos anteriores. Dessa forma, o próprio Instituto afirma:

"... uma primeira qualificação se faz, no entanto, necessária tendo em vista a mudança do período de referência do presente censo (ano agrícola) em relação a censos anteriores (ano civil). Por conta dessa mudança, decidida com base em questões operacionais e técnicas, os resultados do Censo de 1995-1996 não são estritamente comparáveis aos dos Censos Agropecuários anteriores". (IBGE, 1998:39).

O período de referência do último censo agropecuário foi de 1 de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996 para dados de produção de lavouras permanentes e temporárias, da horticultura, da extração vegetal e da silvicultura. Já em relação aos dados estruturais (área, pessoal ocupado, maquinaria e infraestrutura), os dados se referem a 31 de dezembro de 1995.

A partir do cadastro do INCRA referente ao período 1967-1998, Hoffmann (1998b) traçou um panorama da estrutura fundiária no país. O autor constatou grande estabilidade nesta conformação entre 1972 e 1992, caracterizada por grau de concentração de terra muito forte. O índice de Gini se manteve acima de 0,83 e a proporção da área total ocupada pelos 10% maiores imóveis permaneceu entre 77 e 78%.

Verificando-se os dados, destacam-se três unidades da federação como relativamente menos desiguais no que se refere ao grau de concentração de terra: Rondônia, Espírito Santo e Santa Catarina. Estes Estados apresentavam, no final dos anos 1990, índices de Gini menores do que 0,7 e porcentagem da área total correspondente aos imóveis menores do que a mediana (os 50% menores), maior que 10%. No último quesito, Rondônia é o Estado que apresentou os melhores índices, tanto em 1992 como em 1998, 14,1% e 13,9%, respectivamente (Tab. 6)³⁴.

³⁴ Deve-se salientar que mesmo os índices de Gini abaixo de 0,701 são considerados como grau forte de concentração de terra, na escala que vai de zero a um.

Quando se analisa o período 1992-1998 em nível nacional, praticamente todos os indicadores apontam para um crescimento da desigualdade. A única exceção é quanto à proporção da área total ocupada pelos 2% maiores imóveis: cai de 54,5% para 46,3% (Tab.7). No caso das diferentes UF, especificamente no que se refere a Rondônia, Hoffmann afirma:

"Em Rondônia o índice de Gini da desigualdade da distribuição da propriedade da terra diminui extraordinariamente no período analisado, com simultânea redução da área média. O fato de Rondônia se destacar, atualmente, dentro da Região Norte, como uma Unidade com pequena desigualdade pode ser associado à importância que teve, nessa unidade, a intervenção do governo na formação de sua estrutura fundiária" (Hoffmann, 1998:5).

Tabela 6. Índice de Gini da distribuição da terra e porcentagem da área total correspondente aos imóveis menores do que a mediana (os 50% menores) no Brasil e em cada Unidade da Federação, em 1967, 1972, 1978, 1992 e 1998.

Unidade Geográfica	1967		1972		1978		1992		1998	
	Gini	50-								
Brasil	0,836	3,5	0,837	3,8	0,854	3,3	0,831	3,9	0,843	3,5
RO	0,948	0,4	0,903	2,7	0,770	10,3	0,644	14,1	0,644	13,9
AC	0,944	0,3	0,955	0,6	0,962	0,5	0,889	4,1	0,872	4,9
AM	0,844	1,9	0,857	2,2	0,935	0,8	0,937	1,6	0,929	2,1
RR	0,522	13,9	0,568	13	0,531	8,6	0,874	4,3	0,796	8,2
PA	0,871	2,5	0,883	2,1	0,863	2,9	0,892	2,8	0,889	3,2
AP	0,832	1,6	0,873	1,8	0,905	2,6	0,845	5,6	0,780	8,1
MA	0,795	3,1	0,784	4,9	0,790	5,0	0,748	6,8	0,766	6,2
PI	0,776	4,1	0,775	4,6	0,780	4,9	0,751	6,7	0,774	5,9
CE	0,761	4,7	0,740	5,9	0,727	6,4	0,694	7,6	0,705	7,1
RN	0,784	4,2	0,792	4,3	0,777	4,8	0,747	5,7	0,766	5,1
PB	0,791	4,3	0,784	4,7	0,775	5,0	0,761	5,3	0,766	5,1
PE	0,816	3,8	0,787	4,5	0,772	4,8	0,765	4,9	0,764	4,9
AL	0,800	4,5	0,795	4,8	0,784	5,0	0,790	4,8	0,790	4,8
SE	0,808	3,9	0,799	3,8	0,799	3,8	0,795	3,9	0,795	3,9
BA	0,787	4,4	0,776	5,0	0,836	3,6	0,808	4,3	0,831	3,6
MG	0,769	4,6	0,761	5,2	0,773	5,1	0,754	5,8	0,762	5,4
ES	0,569	14,1	0,597	13,4	0,609	13,1	0,629	11,8	0,645	11,0
RJ(*)	0,799	3,7	0,751	5,7	0,761	5,4	0,737	6,1	0,751	5,6
SP	0,765	5,5	0,760	5,9	0,769	5,6	0,758	5,9	0,763	5,7
PR	0,707	9,2	0,704	9,6	0,705	9,4	0,706	9,3	0,715	8,9
SC	0,678	9,4	0,642	11,7	0,645	11,8	0,643	12,1	0,649	11,8
RS	0,745	7,8	0,729	8,6	0,718	9,2	0,725	8,8	0,730	8,5
MT(*)	0,858	1,1	0,867	1,2	0,855	1,5	0,817	2,8	0,811	2,8
GO(*)	0,761	4,7	0,755	5,5	0,741	5,9	0,721	6,4	0,731	6,0
DF	0,857	3,3	0,775	4,6	0,810	3,1	0,788	4,4	0,811	3,9

Fonte: IBGE/INCRA apud Hoffmann (1998b) adaptado pelo autor

(*) Para uniformizar a delimitação geográfica, Hoffmann agregou os dados referentes a Tocantins e Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e, finalmente, Rio de Janeiro e Guanabara.

Tabela 7. Número de imóveis rurais e desigualdade da distribuição da terra no Brasil, 1967-1998.

Ano	Número de imóveis	Índice de Gini	Dual do T de Theil	Índice Atkinson de –	Proporção da área ocupada				
					50	10+	5+	2+	1+
1967	3.638.931	0,836	0,894	0,827	3,5	77,8	65,3	52,7	44,6
1972	3.387.173	0,837	0,906	0,814	3,8	77,9	68,1	55,3	46,0
1978	3.071.085	0,854	0,933	0,837	3,3	80,3	71,6	59,7	50,4
1992 ⁽¹⁾	3.066.390	0,833	0,917	0,810	3,9	77,4	67,5	54,5	45,3
1992 ⁽²⁾	2.924.204	0,831	0,909	0,807	3,9	77,1	67,1	53,9	44,6
1998 ⁽³⁾	3.587.967	0,843	0,918	0,825	3,5	78,6	68,9	46,3	55,9

Fonte: dados básicos IBGE (1969) e INCRA apud Hoffmann (1998b). Adaptado pelo autor.

Se levarmos em conta o período crítico pós-colonização, os dados de 1978 já refletem forte diminuição no índice de Gini e grande aumento na proporção da área ocupada pelos 50 % menores imóveis, em relação aos dados de 1972, quando a colonização ainda não havia sido implantada. O levantamento posterior (1992) expressa a marca distributiva da colonização. Todos os dados melhoraram e Rondônia se torna junto com ES e SC uma das UF menos desiguais do país em termos de concentração de terras. Os dados de 1998 mantêm os índices de Gini no mesmo patamar e diminuem um pouco na proporção ocupada pelos 50% menores.

Por outro lado, quando se analisam os dados do grau de concentração da terra em Rondônia a partir do Censo Agropecuário do IBGE, os resultados são diferentes. Em termos de índice de Gini, o grau de concentração da terra é mais baixo em 1975. Este vai aumentando gradativamente até alcançar 0,766 em 1995 (Tab. 8). Em todas as seis diferentes medidas de tendência central e desigualdade para a distribuição da terra, se verifica uma relativa estabilidade no período 1975 -1985, havendo, posteriormente, marcante piora no período 1985 -1995. “Entre 1985 e 1995 todos os indicadores apontam para um substancial aumento na desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia.”(Hoffmann, 1998^a).

Tabela 8 - Desigualdade da Distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995: índice de Gini, índice de Theil, índice de Atkinson e porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

Ano	Número de estabelecimentos	Índice de Gini	Índice de Theil	Índice de Atkinson	% da área total		
					50-	10+	5+
1950	530	0,929	0,931	0,954	0,6	91,6	85,7
1960	1012	0,904	0,970	0,881	3,1	89,3	84,6
1970	7082	0,682	0,800	0,671	7,1	53,7	46,1
1975	25481	0,623	0,789	0,652	12,9	53,1	48,1
1980	48365	0,653	0,798	0,667	10,1	54,0	48,9
1985	80615	0,656	0,783	0,645	9,0	51,6	44,2
1995	76954	0,766	0,893	0,735	6,4	68,6	61,6

Fonte: Censo Agropec apud Hoffmann (1998a). Adaptado pelo autor.

Comparando-se, a partir dos índices de Gini dos dados dos Censos Agropecuários com outras UF, Rondônia, que ocupava uma situação de liderança, ou de menos desigualdade nos anos 1975, 1980 e 1985, passa para um patamar intermediário em 1995, ficando em situação pior que outros oito Estados da federação (Gasques e Conceição, 1998). Nesse caso, Rondônia passa de uma situação de grau de concentração de terra forte para grau de concentração de terra muito forte.

Verificando-se e especificamente as informações referentes às microrregiões e municípios do Estado, percebe-se que os dados mostram valores bem diferenciados nos distintos municípios e microrregiões. As Tabelas 9 e 10 apresentam as diferenças entre os municípios e as microrregiões de Rondônia relativas aos censos agropecuários de 1985 e 1995, respectivamente.

Os dados da Tabela 9 demonstram a influência dos projetos de colonização na diminuição do grau de desigualdade nos municípios. Vilhena, Guajará-Mirim e Cerejeiras, que praticamente não receberam projetos de colonização, contrastam com os

municípios de Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Jaru, Rolim de Moura e Cacoal, que foram alvo dos PICs Ouro Preto, Gy-Paraná e Pde. Adolpho Rohl.(ver Quadro. 1 do Cap. 1 e Figura 1 do Anexo IV)³⁵.

Com relação aos dados de 1995, os diferentes parâmetros podem ser comparados na Tabela 8. Todos os índices pioraram no período, embora conforme citado, avaliações da evolução da estrutura fundiária devam ser consideradas com reserva em função das mudanças metodológicas no último censo. Por outro lado, através da Tabela 10 é possível perceber que existe uma grande diferenciação de uma microrregião para outra. O território que é alvo desta dissertação (microrregião de Ji-Paraná, segundo o IBGE) está entre os menos desiguais de Rondônia. Apresenta o menor índice de Gini (0,642) e a menos pior proporção da área total ocupada com os estabelecimentos 10% maiores (52,4%).

³⁵ Surpreendem os dados referentes a Porto Velho com índices muito baixos. Deve ter havido alguma influência na contagem, já que o número de estabelecimentos cai bastante nos valores agregados para a microrregião em 1995, assim como sobem muito os índices de desigualdade na distribuição da posse da terra.

Tabela 9 - Distribuição da posse da terra em 15 municípios de Rondônia de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: número de estabelecimentos agropecuários, área ocupada, área média, área mediana, índice de Gini, índice de Theil, percentagem da área total correspondente aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-) e aos 10% maiores (10+).

Município	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)	Índice Gini	Índice Theil	50-	10+
Costa Marques	4509	383	85,0	51,5	0,589	0,769	18,3	55,5
Guajará-Mirim	1721	279	162,3	60,1	0,775	0,917	4,9	70,1
Porto Velho	9015	888	98,5	67,0	0,492	0,669	19,4	40,7
Ariquemes	10598	915	86,4	58,2	0,532	0,603	17,1	42,5
Cacoal	8069	310	38,4	11,0	0,659	0,597	6,4	45,5
Jaru	5800	403	69,5	57,7	0,504	0,683	18,4	36,8
Ji-Paraná	5294	240	45,4	24,9	0,574	0,490	11,1	38,0
Ouro Preto do Oeste	9175	410	44,6	24,6	0,586	0,555	7,9	35,9
Presidente Médici	7235	272	37,6	16,6	0,648	0,690	7,1	47,4
Rolim de Moura	6349	302	47,6	33,8	0,570	0,525	8,6	36,1
Espigão D'Oeste	1837	236	128,4	51,6	0,737	0,748	8,0	67,8
Pimenta Bueno	3646	434	119,0	47,1	0,731	0,769	7,9	65,6
Vilhena	580	434	748,0	73,7	0,884	0,925	2,1	83,6
Cerejeiras	1158	250	215,8	23,1	0,901	0,953	1,3	86,1
Colorado do Oeste	5629	275	48,9	17,1	0,632	0,713	5,3	40,8
Rondônia	80615	6033	74,8	44,5	0,656	0,783	9,0	51,6

Fonte: Dados básicos do IBGE apud Hoffmann (1998a). Adaptado pelo autor.

Tabela 10. Distribuição da posse da terra em Rondônia e nas suas oito Microrregiões Geográficas (MRG) de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96: número de estabelecimentos, área ocupada, área média, área mediana, índice de Gini, índice de Theil, percentagem da área total correspondente aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-) e aos 10% maiores (10+).

MRG	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área (ha)	média	Área mediana (há)	Índice de Gini	Índice de Theil	50-	10 ⁺
Alvorada D'Oeste	8358	549	65,7	31,7	0,662	0,714	10,3	58,2	
Ariquemes	8620	1302	151,0	59,6	0,668	0,809	12,2	60,7	
Cacoal	22908	1365	59,6	15,7	0,755	0,815	5,0	64,3	
Colorado do Oeste	5999	960	160,1	43,6	0,801	0,909	6,2	74,7	
Guajará-Mirim	1284	759	590,9	101,0	0,890	0,956	3,1	86,3	
Jí-Paraná	19249	1593	82,7	43,2	0,642	0,811	11,0	52,4	
Porto Velho	6142	1340	218,1	57,9	0,783	0,937	7,6	74,4	
Vilhena	4394	1024	232,9	37,4	0,844	0,863	3,4	80,7	
Rondônia	76954	8890	115,5	39,1	0,766	0,893	6,4	68,6	

Fonte: Dados básicos do IBGE apud Hoffmann (1998a). Adaptado pelo autor.

Resta saber quais dados são mais confiáveis: os do IBGE ou o cadastro do INCRA. Pelos primeiros, a situação é preocupante e houve relativa reconcentração de terra no período 1985-1995. Já, baseado no cadastro de imóveis, houve significativa melhora nos índices no período 1978-1992 e a situação ficou estável no período 1992-1998. Deve-se salientar que o último recadastramento do INCRA realizado em 1992 e atualizado em 1998 tem alguns dados aparentemente inconsistentes. Primeiro, a atualização de 1998 omite os municípios de Nova União e Teixeirópolis, criados em 1994. Além disso, a soma do total de imóveis presentes no município de Vale do Paraíso é muito baixa, inconsistente com uma área que foi palco de dois projetos de colonização, alguns anos antes.

Os dados disponíveis sobre os estabelecimentos rurais (IBGE) parecem mais consistentes do que o cadastro de imóveis do INCRA. Isso nos leva a crer, apesar das mudanças metodológicas no último censo, que está havendo reconcentração da terra, passados mais de vinte anos do *boom* da colonização. Mesmo sabendo que na região central do Estado este processo esteja ocorrendo em grau menor do que nas regiões onde não houve a colonização, tal assertiva é reforçada por diferentes estudos feitos naquela área (Oliveira, 2000; Oliveira, 2001; Coy, 1988).

Por outro lado, examinando-se detalhadamente os dados do censo de 1995/1996 sem compará-los com os dados dos levantamentos anteriores, percebemos, a partir da tabela que apresenta os grupos de área ocupados pelos estabelecimentos, que a maior parte da área apropriada pelos mesmos está ainda sob posse de pequenos e médios (estratos até 1.000 ha ocupam 52,66% da área total), evidenciando que mesmo que tenha havido reconcentração, ela não foi suficiente para descharacterizar o perfil distributivo do processo ocorrido em Rondônia (Tab.11). Deve-se enfatizar também que os indicadores não devem ser considerados absolutos. Eles são dispositivos acessórios para se entender a estrutura fundiária e sua desigualdade, devendo sempre ser analisados para cada caso específico. No caso de Rondônia, como as áreas de colonização tiveram um módulo padrão bem acima da média (a maioria das parcelas tinha 100 ha) um aumento de minifúndios espontâneos ou uma "chacarização" dos aglomerados urbanos, podem jogar os índices para cima, sem obrigatoriamente querer dizer que houve evasão ou concentração na propriedade dos lotes.

Tabela 11 – Percentual de número de estabelecimentos e áreas de acordo com os diferentes grupos em Rondônia

	Estabelec ¹	%	área	%
Totais.....	76956		8890440349	
Menos de 10.....	17618	22,89%	86085293	0,97%
Menos de 1.....	326	0,42%	115507	0,00%
1 a menos de 2.....	1125	1,46%	1439416	0,02%
2 a menos de 5.....	9801	12,74%	36077343	0,41%
5 a menos de 10.....	6366	8,27%	48453027	0,55%
10 a menos de 100.....	43581	56,63%	1821932418	20,49%
10 a menos de 20.....	7917	10,29%	113126124	1,27%
20 a menos de 50.....	17263	22,43%	562339845	6,33%
50 a menos de 100.....	18401	23,91%	1146466449	12,90%
100 a menos de 1 000.....	14874	19,33%	2774041239	31,20%
100 a menos de 200.....	10591	13,76%	1211462228	13,63%
200 a menos de 500.....	3389	4,40%	948984690	10,67%
500 a menos de 1 000.....	894	1,16%	613594321	6,90%
1 000 a menos de 10 000.....	812	1,06%	1892269709	21,28%
1 000 a menos de 2 000.....	504	0,65%	724886092	8,15%
2 000 a menos de 5 000.....	246	0,32%	733179217	8,25%
5 000 a menos de 10 000.....	62	0,08%	434204400	4,88%
10 000 e mais.....	69	0,09%	2316111690	26,05%
10 000 a menos de 100 000.....	64	0,08%	1686802690	18,97%
100 000 e mais.....	5	0,01%	629309000	7,08%
Sem declaração.....	2	0,00%	0	0,00%

Fonte: Censo Agropec. 1995/96.

(1) inclui proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes.

Por fim, percebemos a dificuldade de se investigar como tem sido a evolução da estrutura fundiária em Rondônia e especificamente na região de estudo. Entretanto, já existem indicadores que devem ser aprofundados e se possível uniformizados. Os levantamentos indicam leve reconcentração da posse da terra em Rondônia. Entretanto, as peculiaridades de cada região e as mudanças na metodologia adotada no último levantamento, podem mascarar os resultados quando tratados de forma agregada.

3.2 A Agricultura Familiar em Rondônia 30 anos após o início da Colonização

Ao tomar conhecimento da complexidade do processo de colonização ocorrido em Rondônia, foi possível identificar, após mais de trinta anos de seu início, um grande número de transformações. Os discursos, principalmente oriundos das correntes ambientalistas, são quase sempre unâimes ao relatar o fracasso da política de colonização na Amazônia, tanto ambiental como socioeconômica. Entretanto, em geral,

o que se percebe em Rondônia é uma resistência da agricultura familiar, que tem grande capacidade de adaptação às pressões impostas pela sociedade e pela conjuntura política e econômica. Por outro lado, a diferenciação social foi um processo marcante, ocorrendo uma relativa fragmentação dos estabelecimentos paralelamente a uma concentração também relativa das propriedades, conforme apontado no item anterior, onde a burguesia regional emergente, funcionários públicos e políticos se incorporaram ao setor primário, sobretudo com objetivo especulativo (Coy, 1988).

Os dados do Censo Agropecuário de 1995, tabulados conforme metodologia preconizada pela equipe do convênio INCRA/FAO³⁶, apontam para a persistência de um grande número de estabelecimentos da agricultura familiar em Rondônia após o período da colonização³⁷. Foram identificadas 70.377 unidades produtivas numa área de 3,706 milhões de hectares. As categorias constatadas na pesquisa indicam que a maioria (47%) é formada por produtores diversificados que são responsáveis por 44,9% do valor bruto da produção. Entretanto, existe um predomínio de estabelecimentos que auferem renda baixa ou que não têm renda: 45.330 proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Apesar da maioria auferir renda baixa ou insuficiente, predominam unidades com relativo grau de integração no mercado³⁸. Isso reflete a baixa remuneração pela venda dos produtos oriundos da agricultura familiar ou a ausência ou insuficiência de produção para o autoconsumo.³⁹

Com relação aos principais produtos da agricultura familiar, em termos de número de estabelecimentos que produzem o produto e o seu respectivo valor, Rondônia tem algumas características semelhantes à agricultura familiar nacional, como um todo. Os maiores valores de produção agregados por produto estão ligados à pecuária leiteira

³⁶ Antes de se apresentar os dados do censo agropecuário tabulados a partir da metodologia adotada no convênio FAO/INCRA, é importante transcrever as ressalvas dos autores: "A escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim".(Guanzirolí et al, 2001:50).

³⁷ O universo familiar foi caracterizado pela atribuição das seguintes condições: direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor; trabalho familiar despendido maior do que o contratado e, finalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Cf. Di Sabbato (1999).

³⁸ O grau de integração ao mercado, conforme a metodologia citada, é dado pela relação entre o valor da produção vendida e o valor total da produção colhida/obtida do estabelecimento (Guanzirolí et al, 2001).

³⁹ Os conceitos e tipologia presentes na metodologia serão detalhados no Cap. 4, quando os dados serão considerados para a região de estudo.

(33.472 estabelecimentos), como o corre no Brasil⁴⁰. Em segundo lugar, vem o café (27.427 estabelecimentos)⁴¹, seguido pela pecuária de corte e pelo feijão, conforme a Tabela 12.⁴².

Tabela 12 – Estimativa dos principais produtos da agricultura familiar rondoniense ordenados a partir do valor da produção do produto

Tipo de produto	No. de estabelecimentos que produzem o produto	Área total dos estabelecimentos que produzem o produto (ha)	Valor da produção do produto	Renda total dos estabelecimentos que produzem o produto	Valor total da produção dos estabelec que produzem o produto
Pec. Leite ¹	33.472	2.182.242,00	52.340.329,00	125.642.133,84	157.993.647,00
Café	27.427	1.176.907,90	50.780.538,60	95.801.357,20	115.192.120,00
Pec. Corte ²	24.225	1.795.812,10	37.129.495,00	100.065.335,06	125.273.443,00
Feijão	34.613	1.374.543,60	21.394.012,26	103.077.210,43	124.282.407,00
Galinhas ³	55.963	2.816.153,00	13.717.432,00	172.707.043,76	210.436.890,00
Arroz	36.642	1.736.781,10	13.485.935,43	108.250.745,13	128.545.426,00
Milho	37.399	1.753.829,80	11.119.198,65	114.875.816,16	139.234.138,00
Mandioca	6.804	347.668,40	9.791.700,93	29.786.438,28	34.868.352,00
Suíños ⁴	26.277	1.355.195,00	6.870.292,00	89.734.201,69	106.681.917,00
Extr. veg. ⁵	46.483	2.317.603,30	5.413.370,00	139.035.423,53	165.885.398,00

Fonte: Censo Agropec. 1995/96 IBGE tabulado conforme metodologia Projeto FAO/INCRA

Conforme (Guanzirolli et al, 2001), os valores da produção foram obtidos através de: (1)Leite de vaca e de búfala produzidos; (2) bovinos vendidos (matrizes e reprodutores; outros fins) e abatidos; e búfalos vendidos; (3) pintos de um dia vendidos, galinhas, galos, frangas e frangos vendidos e abatidos, ovos produzidos; (4) suínos vendidos e abatidos; (5) Todos os produtos da extração vegetal obtidos

Estas características da agricultura familiar rondoniense destoam dos estabelecimentos que predominam na região Norte, cujo principal produto, em termos de valor da produção, é a mandioca seguida do extrativismo vegetal.

⁴⁰ Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (95-96) tabulados conforme metodologia do convênio FAO/INCRA apontam 1.489.135 estabelecimentos da agricultura familiar (30,64 % dos estabelecimentos da agricultura familiar do país) envolvendo atividades ligadas à pecuária leiteira.

⁴¹ Um dado sintomático, nesse sentido, é que a maioria dos migrantes que chegaram e ficaram em Rondônia é oriunda de tradicionais estados da cafeicultura familiar, Minas Gerais e Paraná, conforme a Tabela 5 (Cap.1). Becker (1990a) nos ajuda a explicar esse fenômeno quando afirma que "as grandes bacias de mão-de-obra para Rondônia foram as antigas fronteiras cafeeiras devido à política de erradicação do café na década de 1960, nos estados do leste, e à mecanização da soja no Sul, na década de 70".(Becker, 1990a:149).

⁴² O valor global da produção animal e vegetal do estado quase se equivalem, sendo pouco maior (53,94%) concentrada na primeira (R\$ 180.279.000,00) (IBGE, 1998).

No caso de pessoal ocupado na agricultura, mais uma vez, Rondônia apresenta o predomínio absoluto de trabalhadores ligados à agricultura familiar. Do total de 304.523 pessoas, 89,38% estão envolvidos com aquele tipo de agricultores. Desse total familiar, 6.011 são parceiros, 11.165 empregados permanentes e 2.290 empregados temporários.

A Tabela 12 reflete bem a base dos sistemas ou subsistemas agroalimentares que compõem o universo rural de Rondônia e coincide com boa parte da realidade da agricultura familiar nacional. O tripé café-leite-grãos é a essência destes sistemas relativamente diversificados, havendo maior dependência em relação a um dos produtos, de acordo com a região. A área que correspondia aos PIC Ouro Preto e Adolpho Rohl caracterizam-se atualmente pela produção de leite, concentrando os três principais municípios produtores, cada um com mais de 50 milhões de litros por ano (ver Figura 7 - Anexo IV). Já a região do PIC Gy-Paraná, está concentrada na produção de café do grupo Robusta (*Coffea canephora*), assim como boa parte das regiões onde ocorreram os projetos de assentamento mais recentes, como é o caso de Alta Floresta d'Oeste e São Miguel do Guaporé.

O cultivo de grãos está ligado a dois fatores: consumo da família (centrada no cultivo de arroz, presente nas áreas onde ainda existe remanescente florestal) e à criação de suínos e aves (onde o milho entra como principal ingrediente da ração). A referida Tabela mostra a importância que os pequenos animais têm nos sistemas produtivos. O único cultivo anual que realmente é produzido objetivando quase que exclusivamente a comercialização é o feijão. Os dados do IBGE apontam para uma expressiva diminuição da área plantada com essa cultura nos últimos sete anos

Outra atividade que pesa muito na pauta de produção do agricultor familiar rondoniense é a pecuária de corte, conforme se constata pela tabela. Na verdade, não se trata exclusivamente de pequenos pecuaristas mexendo com engorda de gado, mas principalmente de produtores diversificados que vendem bezerros para se capitalizarem, ou seja, é muito mais um sistema de pecuária mista (leite e recria) do que a simples opção por criar “gado branco” para engordá-lo. Este papel fica com os médios e grandes pecuaristas que tem terra e pasto suficiente.

Ligadas a estes cultivos e criações, formaram-se cadeias produtivas, ou segmentos de cadeias voltadas principalmente para o mercado externo (matérias-primas vendidas para outras UF). A cadeia do leite, no segmento de processamento, está expressa na presença de um grande número de laticínios pequenos e médios produzindo e vendendo queijo mussarela no mercado do Centro-Sul. Além disso, existem duas

grandes empresas que vendem leite UHT nos mercados regionais e de outros Estados e fabriquetas que comercializam queijo e leite pasteurizado no mercado interno, ou ainda intermediários que entregam leite de porta em porta no mercado informal local.

Com relação ao café, praticamente toda a produção sai do Estado. O café colinon de baixa qualidade vai para as indústrias torrefadoras do Centro-Sul servir como “enchimento” ou é vendido no mercado exterior com o mesmo objetivo. As poucas empresas que produzem café em Rondônia (moagem e torrefação) são obrigadas a importar o café arábica de outros Estados, o que encarece o produto.

A carne é talvez o principal produto local e regional, apesar de haver também exportação através do crescente número de frigoríficos presentes no Estado. Entretanto, como relatado anteriormente, essa atividade já não é do agricultor familiar, ficando a cargo do médio e grande pecuarista. Para o agricultor familiar importa o aquecido mercado de venda de bezerros, além da demanda para o descarte das vacas velhas ou pouco produtivas.

Alguns produtos que não entraram na Tabela 12 têm ou tiveram uma relativa importância para a AF de Rondônia. O cacau é um deles. Nos anos 1980, quando os preços ainda estavam num patamar razoável, a cultura se desenvolveu. Entretanto, com a posterior queda e permanência de preços internacionais deprimidos por mais de quinze anos⁴³ e os constantes problemas fitossanitários, o cultivo da lavoura arrefeceu na região. Apesar dos seguidos incentivos promovidos pelo governo, incluindo uma instituição federal dedicada especialmente à sua promoção, o cacau passou, em meados dos anos 1990, a ter uma produção insignificante no Estado. Tal conjuntura começa a se modificar no final da década, como veremos a seguir.

De 1995 a 2002, se percebe uma grande evolução na disponibilidade de crédito rural, infraestrutura e educação nas áreas dos projetos de colonização agrícola e nos projetos de assentamento mais recentes. De um período marcante nos anos 1980, caracterizado por racionamentos de energia, estradas vicinais intransitáveis na época das chuvas e desamparo no que se refere à saúde e educação, passou-se, sem dúvida, a um período de significativa melhora, principalmente nos municípios de segunda geração.

⁴³ Esse quadro de preços deprimidos levou a total decadência a o Sul da Bahia, a principal região produtora do país. Há dois anos os preços tem melhorado, mas a descapitalização do setor ao longo do período de baixa de preços tem impedido a possibilidade de investimentos, principalmente no que se refere ao combate à vassoura de bruxa (doença fúngica endêmica na região amazônica e que atingiu o Sul da Bahia em 1989)

Dados mais recentes do IBGE sobre a agropecuária rondoniense obtidos através da Pesquisa da Pecuária Municipal e da Produção Agrícola Municipal, atestam o peso da pecuária leiteira no Estado⁴⁴. O leite, em termos de valor da produção, continua sendo o principal item em agropecuário de Rondônia, conforme se constata pela comparação das Tabelas 13 e 14. A produção anual, que era de 343 milhões de litros em 1995, passou para quase 650 milhões em 2002, entretanto a produtividade do rebanho permanece baixa.

Tabela 13 – Produção total de leite, vacas ordenhadas e valor correspondente em reais para o Estado de Rondônia em 2002

Vacas ordenhadas	Quantidade(mil litros)	Valor (reais)
658.647	644.103	R\$122.379.640,00

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal

Com relação aos cultivos anuais e perenes, o café continua se destacando como principal produto. Mesmo com os problemas enfrentados pela supersafra nacional de 2002 e com os preços deprimidos, Rondônia, que tinha menos de 100 mil ha em 1995, produziu n aquela ano 1.560.400 sacas de café beneficiado em 140.967 hectares. O cacau teve uma leve recuperação após a melhora dos preços e figura entre os produtos com maior valor de produção. A cultura que ocupava 11.850 hectares em 1995, já dispõe de mais de 27.000 hectares de área colhida em 2002.

Quanto aos cultivos anuais, existe uma expressiva diminuição das áreas plantadas nos últimos dez anos, em função da disponibilidade menor de terras novas para a derrubada e da consolidação das pastagens como componente principal dos sistemas produtivos. O cultivo de grãos, para a agricultura familiar, dessa forma, fica restrito às poucas áreas novas de derrubada e aos plantios intercalares com culturas perenes, principalmente café. De 1995 a 2002 as áreas colhidas de arroz, milho e feijão diminuíram, respectivamente, 31,3%, 16,6% e 33,0%.

Merece destaque o fato de Rondônia ser junto com o Acre o maior produtor de palmito cultivado da região Norte, havendo concentração na região de Porto Velho, próximo à divisa com aquele Estado. Entretanto, a produção global do Estado, mesmo com um grande aumento ocorrido ao longo dos anos 1990, ainda é irrisória se

⁴⁴ Deve-se destacar o cuidado a ser tomado na análise dos dados, já que os mesmos não permitem que se faça uma estimativa da produção proveniente da agricultura familiar. Dessa forma, os dados apresentados se referem a todos os segmentos do setor primário incluindo a produção da agricultura patronal.

comparada com o volume que é proveniente do extrativismo vegetal. Outra cultura regional que merece comentário é o urucum, cuja produção está concentrada no Sul do Estado na região de Colorado d'Oeste.

A cultura da soja, ao contrário da região Sul do país, não tem nenhuma importância para os agricultores familiares de Rondônia. O plantio que teve um expressivo aumento de 1995 a 2002, passando de 744 hectares para quase 29.000 hectares, se restringe praticamente à região de cerrado, principalmente no município de Vilhena. Existe uma grande preocupação, quanto aos impactos ambientais, em relação à entrada massiva da cultura nas regiões de mata, principalmente em Cerejeiras e Colorado, embora ela ainda não tenha ocorrido, estando atualmente somente cinco mil ha cultivados com soja nesta região.

Tabela 14 – Principais cultivos anuais e perenes de Rondônia em 2002

cultivos anuais e perenes	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Café (beneficiado)	182 982	140 967	93 624	664	84 340
Milho (em grão)	87 628	87 628	153 014	1 746	66 566
Cacau (em amêndoas)	35 460	27 024	16 248	601	63 532
Soja (em grão)	28 914	28 914	83 782	2 897	50 269
Feijão (em grão)	53 722	53 622	35 533	662	39 230
Arroz (em casca)	54 543	54 543	99 732	1 828	35 026
Mandioca (2)	19 737	19 737	303 242	15 364	16 826
Banana	5 647	5 647	46 443	8 224	16 255
Coco-da-baía (1)	1 376	1 199	21 817	18 195	9 819
Abacaxi (1) (2)	568	568	9 887	17 406	4 449
Urucum (semente)	2 079	1 834	1 747	952	3 501
Palmito	1 456	850	1 622	1 908	2 432

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2002

(1) Quantidade produzida em 1.000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare. (2) A área plantada refere-se a área destinada a colheita no ano.

Dados do IDARON atualizados em 2003 permitem traçar um perfil da pecuária no estado. Das 90.330 propriedades levantadas, 31,06% adotam a suinocultura como sistema produtivo. Entretanto, com uma média de nove animais por propriedade, fica demonstrado o provável nível familiar do empreendimento. No caso da avicultura, a proporção sobe para pouco mais da metade das propriedades (52,31%), com uma média por unidade de 66 aves, indicando provavelmente também o predomínio de atividades domésticas. Os dados mais surpreendentes estão ligados à pecuária bovina. As 8.860.769 de cabeças de gado presentes no Estado estão espalhadas por 71.272

diferentes proprietários, mostrando que apenas um quinto dos estabelecimentos não possuem gado bovino. A média de cabeças por proprietário é de 124,3 reses, sendo que por propriedade cai para 98,1 animais. Pelas informações existentes da Agência é possível também se estimar o nível médio de lotação das pastagens⁴⁵. Os dados obtidos mais uma vez surpreendem mostrando uma média muito alta, mesmo sabendo que apenas 0,76 % da pastagem que existe no Estado não é cultivada. As estimativas apontam para uma lotação média de 1,32 UA/ha de pastagem. Esse número levanta preocupação em função do eficiente manejo da pastagem e condução do rebanho predominante em Rondônia.

Sendo assim, se constata que mesmo com os graves erros cometidos no planejamento dos projetos de colonização e de assentamento, dos desperdícios de recursos públicos, dos graves impactos ambientais que o processo desordenado promoveu e vem promovendo e do excessivo sofrimento, tanto da população migrante como das etnias tradicionais que já estavam no Estado, Rondônia conseguiu criar um tecido social e uma estrutura fundiária relativamente com menor desigualdade do que a realidade nacional. É praticamente impossível quantificar as famílias que seguiram para o Acre, Roraima, Mato Grosso e migraram para outras frentes em Rondônia ou retornaram para as suas cidades de origem, mas com certeza, uma expressiva agricultura familiar se estabeleceu no Estado. É em cima de uma pequena parte desse quadro que esta dissertação vai se debruçar.

3.3 A formação do Sistema Agroalimentar (SAG) do Leite em Rondônia

3.3.1 O SAG do leite no Brasil e as transformações recentes

No contexto internacional, segundo dados da USDA, o Brasil figurava em 1999 como o sexto maior produtor de leite do mundo, ficando atrás somente dos EUA, Rússia, França, Alemanha e Índia. Entretanto, também está entre os maiores importadores do produto, principalmente na forma de leite em pó integral. No que se refere à exportação, a participação brasileira é irrisória no mercado internacional.

⁴⁵ Para saber como foi feita a estimativa consultar a nota 1 da Tabela 36 no quarto capítulo. Uma Unidade Animal (medida padrão usada no cálculo da lotação de pastagens) corresponde a 450 Kg de peso vivo.

O PIB da agropecuária brasileira, considerando somente os produtos primários, é responsável por 7% do PIB total do país. Se levarmos em conta somente o setor agropecuário, o leite pode ser considerado o quarto produto mais importante com 8% do valor total gerado por este setor. O produto só é superado pela carne, soja e milho (IBGE, 2001).

Segundo Martins e Guilhoto (2001), é possível afirmar, a partir de dados do Censo de 1995, que o segmento primário de leite empregou 3,6 milhões de trabalhadores em postos permanentes e a indústria formal de laticínios gerou mais de 65 mil empregos diretos. A arrecadação de ICMS sobre os lácteos em 1996 foi de R\$ 2,11 bilhões (4% do total arrecadado com este imposto no Brasil).

Conforme os mesmos autores, o consumo nacional de leite e derivados ainda é baixo (125 litros por habitante por ano), havendo também grande variação entre as regiões brasileiras. Entretanto, o produto constitui um componente de peso considerável no cálculo dos índices de custo de vida e orçamento das famílias (Yamaguchi et al, 2001).

O SAG do leite brasileiro é caracterizado por duas particularidades. A primeira é a existência de um grande número de agricultores envolvidos na atividade, mesmo considerando somente os agricultores que vendem leite - o Censo Agropecuário do IBGE apontou 800 mil unidades produtivas comercializando o produto em 1995. A segunda é o grande potencial que o país tem para elevar sua produção, produtividade e qualidade, podendo passar a ser um exportador competitivo no cenário internacional. O crescente volume exportado pelo Brasil de leite em pó e leite condensado, recentemente, mostra que há empresas brasileiras competitivas nesse mercado. Entretanto, tais particularidades são conflituosas. Seria muito difícil aprimorar a qualidade da matéria-prima, quando se mantém um contingente tão grande de produtores trabalhando com baixos volumes e envolvidos na cadeia. O equilíbrio entre baixo custo de produção e qualidade requer um mínimo de investimentos nos sistemas produtivos, incompatíveis com a realidade do pequeno pecuarista familiar. Esse desafio só se tornaria possível com grandes investimentos nas questões organizacionais e de aprendizado coletivo.

Apesar de sua importância e posição de destaque, a pecuária leiteira nacional tem sido marcada por sucessivas crises, não só ligadas à produção como também ao abastecimento do produto. Os problemas são explicados pela baixa produção e produtividade do rebanho, elevada sazonalidade, custo de produção alto, política equivocada de importações, estruturas oligopolizadas na compra pelas indústrias, no

fornecimento de insumos e, também, a falta de uma política bem definida de longo prazo para o setor (Yamaguchi et al, 2001).

Martins e Guilhoto (2001) destacam que a descentralização administrativa, consolidada pela Constituição de 1988, não foi acompanhada por políticas de desenvolvimento da atividade leiteira por parte de Estados e municípios, mesmo em regiões onde tal atividade é relevante e a arrecadação aumentou. Os autores citam como exceções, experiências ocorridas em GO, SP e RN.

Os mesmos autores caracterizam o setor da indústria de laticínios através de índices de Rasmussen-Hirschman (que identifica quais setores da economia são capazes de impulsionar o crescimento). Esta abordagem indica que setores que apresentem um índice de ligação acima da unidade demonstram alto poder de encadeamento com outros, beneficiando-os em termos de crescimento. Os autores constataram que a indústria de laticínios tem a característica de impulsionar de maneira significativa o crescimento de setores que se colocam como seus fornecedores. Entretanto, o mesmo desempenho não foi verificado, quando se considera o Índice de Ligação para frente, ou seja, fraco encadeamento da indústria de laticínios com setores que se colocam a jusante. Resta saber se os autores consideraram em seus cálculos o setor de comércio, principalmente pizzarias e lanchonetes, que demandam um bom número de ocupações.

O sistema agroindustrial do leite apresenta indicadores favoráveis em termos de geração de emprego e renda. Além disso, retém um significativo número de postos de trabalho na produção primária, cujos ocupantes demonstram baixo nível de educação formal, portanto com dificuldades de inserção no mercado urbano de trabalho. Tais fatos ressaltam a prioridade que as políticas públicas devem dar ao setor.

A cadeia de lácteos brasileira é caracterizada por forte heterogeneidade na produção e na agroindústria. Em termos de distribuição geográfica, a produção primária concentra-se na Região Sudeste, embora venha decrescendo em termos de oferta global (de 60,3% em 1970 para 44,8% em 2000). A região com maior crescimento nos últimos anos é a Centro Oeste, que em 2000 já contava com 15,3% da produção nacional. Entretanto, a maior produtividade média nacional é da região Sul (1659 l/vaca/ano) (Yamaguchi et al, 2001).

Segundo Zoccal (2001), cerca de 70% da produção nacional de leite concentra-se em cinco estados: Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Dados de 1999 compilados pela autora revelam mesmas regiões brasileiras com produtividade de mais de 3000 l/vaca/ano (Centro Oriental Paranaense) até

mesorregiões com produtividades médias menores do que 400 l/vaca/ano (Sudeste Paraense).

Segundo Leite et al (2001), os preços do leite pagos ao produtor decresceram 3,85% ao ano de 1975 a 2000. No período de 1990 a 1999, tal decréscimo foi mais intenso, 7,48% anualmente. O preço real que o consumidor pagou pelo produto no mesmo período decresceu 4,33% ao ano (Yamaguchi et al, 2001).

Para Bressan e Bressan (2001), o mercado de leite é caracterizado por transações nem sempre amistosas. Este pode ser dividido em cinco categorias gerais que interagem entre si: mercado de fatores, representado pelos agentes econômicos (produtores e industriais); mercado fornecedor de matéria-prima (produtores de leite); mercado comprador e processador de matéria prima (indústrias e cooperativas de laticínios); mercado de distribuidor e varejista (canais de comercialização e distribuição de leite e derivados) e mercado de produtos *in natura* e processados (mercado consumidor).

Estes componentes são partes do mercado formal. Entretanto, na cadeia do leite, tem relevância o mercado informal, caracterizado pelo comércio direto do produtor ao consumidor ou a fabricantes de produtos lácteos não fiscalizados.

3.3.1.1 Mudanças ocorridas nos últimos anos

Segundo Gomes (2001b), a cadeia produtiva do leite foi a que mais se transformou nos últimos anos no setor agropecuário nacional. Tal processo iniciou-se com a desregulamentação promovida no Governo Collor, em agosto de 1990, quando acabou o tabelamento do preço do leite e o estabelecimento de preços mínimos ao produtor, cujo controle havia se iniciado em 1945. Outro fato marcante ocorrido no período foi a integração regional através do MERCOSUL além da abertura comercial para outros blocos econômicos promovida com o fim das proibições de importação de leite e redução das tarifas (queda da linha tarifária de leite em pó de 70 para 20%). A importação de leite, após a desregulamentação, foi também bastante incentivada pela sobrevalorização da taxa de câmbio até o início de 1999. Promoveu-se também a desestatização do comércio exterior de leite - antes de 90, só quem importava era o Governo. As importações privadas colocaram em cena um novo ator, chamado pejorativamente pelos representantes da classe produtiva do setor, de empresário "sem fábrica". Internamente, foi relevante o aumento do consumo com a estabilidade

econômica (1993/94), apesar da leve queda a partir de 1996. No período, houve também forte expansão do leite longa vida (de 4% do mercado em 90 para mais de 60% em 97 e chegando a 73,3% em 2001) (ABLV, 2001).

Dados da Leite Brasil apontam para um crescimento da informalidade no mercado de leite nos anos 1990, em relação aos 1980. Na década de 80, o percentual de informalidade girou entre 22,7% (1987) e 31% (1980), enquanto a década de noventa apresentou índices acima de 40%.

Nos anos 1990, ganhou força no sistema agroindustrial do leite o setor de distribuição no varejo (supermercados), seguindo tendência do sistema agroalimentar brasileiro como um todo. Dados de 2002 apontam que este segmento já abrange 50% do mercado nacional de leite, ficando 30% para as padarias, 11% para as docerias e 9% para as mercearias e outros (Vilela e Bressan, 2003).

Em função das exigências por maior qualidade e dos prazos para a regulamentação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL)⁴⁶, houve, a partir de 1997, uma corrida dos grandes laticínios para viabilizar a granelização no transporte da matéria-prima. Com isso, foram criadas linhas oficiais de crédito para aquisição de tanques de expansão que redundaram em um aumento expressivo na granelização. Atualmente, 70% do transporte do leite formal é granelizado (Bernardes et al., 2001). Entretanto, deve-se ressaltar que dos 903 laticínios e 281 cooperativas sifados existentes em 2002 no país, apenas 8% dos primeiros e 5% das cooperativas de leite, processavam todo o seu leite captado a granel. Pode-se destacar ainda que 63% das cooperativas e 24% dos laticínios, ainda recebiam a totalidade do leite de seus fornecedores sem nenhum tipo de granelização (Vilela e Bressan, 2003).

No setor primário continuou havendo predomínio de leite produzido a pasto e ocorreu a entrada da região Centro Oeste como produtora, com baixos custos em relação às outras regiões. O crescimento na região Norte também foi expressivo, embora o volume produzido ainda seja baixo. Entre 1991 e 1999 houve um aumento de 88% no número de usinas de beneficiamento na região Centro-Oeste e de 72,73% na região Norte, havendo também um expressivo aumento nas fábricas de lácteos nestas duas regiões (104,55% no CO e 1.100% na região Norte) (Base de Dados SIF, 2002).

⁴⁶ O PNQL é uma iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que tem como missão exigir que o leite seja sadio, seguro e confiável para o consumidor. Consiste em um conjunto de medidas propostas pelo MAPA, comunidade científica, produtores, empresários e órgãos de defesa do consumidor (Gomes, 2001).

Os anos 1990 foram também marcados pela crise do modelo tradicional de cooperativismo e a aquisição em massa de cooperativas por empresas multinacionais. Houve, como é natural, uma concentração e internacionalização da indústria de laticínios. Entretanto, paralelamente à concentração da coleta de leite formal na mão de poucas empresas, o aquecimento do consumo pós-1994, promoveu um aumento no número de mini-usinas de leite que segundo a Leite Brasil, eram mais de 2.000 no final de 1999.

Recentemente, visando preservação de emprego e renda no setor, foi protocolada pela CNA petição solicitando investigação de existência de dumping nas exportações de leite para o Brasil, junto ao Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2001, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) publicou a resolução que finalizou a investigação, concluindo que houve dumping nas importações de leite originárias da Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e União Européia, entre julho de 1998 e junho de 1999. Foi então fixado direito antidumping definitivo para importações de leite em pó de 16,9% (Uruguai), 14,8% (União Européia) e 3,9% (Nova Zelândia) (Bernardes et al, 2001). Tal fato provocou a inibição das importações que já estava sendo pressionada pela desvalorização do real.

O ano de 2001 também foi marcado pelo início da abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito pelas Assembléias Legislativas de estados produtores de leite. Tais iniciativas foram motivadas principalmente pelo baixo preço do leite pago aos produtores. Os principais objetivos das CPIs foram identificar práticas de monopólio e abusos de poder econômico por parte das grandes indústrias laticinistas, empresas de embalagem longa vida e pelas redes de supermercados. A primeira CPI foi instaurada em Minas Gerais em agosto de 2001. Após esta, foram instauradas CPIs em Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As Comissões puderam levantar diversas informações e tornar mais clara a dinâmica da cadeia de lácteos nos estados, identificando, muitas vezes, práticas ilegais.

Finalmente, partes das medidas que compõe o PNQL foram oficializadas através da Instrução Normativa nº. 51, de 18 de setembro de 2002. Todos os laticínios e produtores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, inspecionados pelo SIF, deverão se adequar às regras até 1/07/2005. Os das regiões Norte e Nordeste até 1/07/2007. Tais regras envolvem coleta de 100% do leite granelizada e padrões de qualidade que incluem: Contagem Padrão de Placas; Contagem de Células Somáticas; Pesquisa de

resíduos de Antibióticos e Outros Inibidores do Crescimento Microbiano; temperatura máxima de conservação do leite e composição centesimal do leite (para verificação do teor de gordura).

Essa legislação tem forte impacto no SAG do leite em Rondônia, já que a maior parte da matéria-prima é processada por indústrias "sifadas" e o índice de granelização ainda é muito baixo. Mesmo sabendo-se que até 2007 pode ser implantado um projeto de granelização comunitária ou de reconversão, a grande vantagem comparativa do Estado, que é o baixo custo de produção do leite, pode ser comprometida com a granelização. (Monteiro, 2003).

3.3.2 Antecedentes da formação do SAG do Leite em Rondônia

A formação do Sistema Agroalimentar do Leite em Rondônia teve como local de origem a região de influência da rodovia BR 364, especificamente em sua região central, composta hoje pelos municípios de Jaru, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná⁴⁷.

Apesar da formação da bacia leiteira ser um fenômeno consolidado nos anos 1990, Dias (1986) relatou em visita feita ao PIC Ouro Preto em 1976:

"...pareceu-nos significativa a expansão da pecuária em lotes originariamente programados para atividade agrícola. Numa feira agropecuária, realizada no ano anterior à visita, foram vendidas mais de mil cabeças de gado e muitos implementos agrícolas" (Dias, 1986:82).

Já Coy, em trabalho publicado em 1985, afirmava:

"a grande tendência atual de utilização agrícola em Rondônia é a formação de pastagens plantadas, e isso não só na grande propriedade, mas igualmente nos lotes dos pequenos proprietários. (...) Muitos preferem, no entanto, depois de um cultivo de dois ou três anos com lavoura branca, formar pasto, o que valoriza a terra e pode dar uma renda adicional (...) alugar pasto é um fato muito comum..." (COY, 1986:324).

Outro autor que apontava essa tendência ainda nos anos 1980 é Fearnside (1989) citando Furley & Leite (1985) e Léna (1981):

"O uso da terra que predomina de longe nas partes derrubadas de terra firme é pastagem para o gado, não somente em áreas de grandes fazendas (...), mas também em terras inicialmente derrubadas por pequenos proprietários para roças de culturas anuais".(Fearnside, 1989:9).

A tendência à pecuarização nas áreas de fronteira foi o motor do processo de formação do sistema agroalimentar do leite na região. Conforme relatado anteriormente,

⁴⁷ O IBGE divide os 52 municípios de Rondônia em duas mesorregiões: Leste Rondoniense (da qual fazem parte os municípios citados) e Madeira-Guaporé. A microrregião de Ji-Paraná, além dos municípios em questão, contém mais outros oito.

as características de clima, solo, disponibilidade de mão-de-obra e principalmente a conjuntura econômica, levaram os colonos a investir na pecuária bovina. Além disso, especificamente na região de Ouro Preto do Oeste, no inicio do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, houve um financiamento por parte do Governo Federal para a aquisição de matrizes leiteiras e de gado de corte. Estas se destinavam a uma pequena faixa do Projeto de Colonização conhecida como Duas Placas ou Pecuária, onde as parcelas eram maiores⁴⁸. Sendo assim, começou a haver um excedente de produção leiteira e uma melhoria relativa no padrão racial do rebanho, especificamente neste local. Essa região viria a ser escolhida, posteriormente, para a implantação do primeiro laticínio do Estado.

O grande marco na formação do SAG do leite em Rondônia foi a implantação do laticínio Ouro Branco no município de Ouro Preto do Oeste em meados dos anos 1980. Antes disso, a produção de leite já era expressiva na região. Segundo relato dos produtores, além do consumo na propriedade e da venda informal de leite nos aglomerados urbanos, já havia a produção e comercialização de queijo salgado para a Bolívia. Um produtor da região de Nova União entrevistado afirmou que a produção de leite era grande e visando aproveitar o produto não consumido, os colonos faziam na propriedade, a partir de técnicas rústicas, um queijo salgado que não necessitava de refrigeração para sua conservação. Tal queijo era comercializado semanalmente em Ouro Preto para um intermediário que revendia para distribuidores de Guajará-mirim. Finalmente, o queijo era vendido no mercado local. Outra iniciativa foi de um pequeno empresário que tinha uma fabriqueta de produção de queijo mussarela manual que também não necessitava de refrigeração. O empreendedor havia aprendido a receita do queijo quando era funcionário de um laticínio em Goiás no início dos anos 1970. O mesmo, junto com seu irmão, tentou a sorte no Pará e no Maranhão, mas não deu certo. Foi para Ouro Preto em 1979 e começou a fazer contato com compradores de leite e produtores até que decidiu voltar a fazer queijo. Com o tempo, foi consolidando uma clientela em Porto Velho a 330 km de distância e começou a prosperar. Segundo seu depoimento, chegou a processar cinco mil litros de leite por dia na fábrica e era abastecido principalmente pelos produtores das Duas Placas, local citado anteriormente.

Por outro lado, a primeira iniciativa oficial de processamento de leite ocorreu em Porto Velho no final dos anos 1970. Pensando no abastecimento do consumo de leite da

⁴⁸ Entrevistou-se o técnico responsável pela distribuição da 2ª remessa do gado feita em 1975. O mesmo relatou que o gado girolando que era trazido de Minas Gerais tinha ótimo padrão racial.

população da capital, o governo do Estado investiu na construção de um pequeno laticínio (com capacidade para 10 mil litros dia) para produção de leite fluido pasteurizado. Esse laticínio, que era gerenciado por uma cooperativa de produtores, encontrou sérios problemas naquisição de matéria-prima. A fábrica não conseguia captar mais do que 600 litros de leite por dia no período seco, dobrando esse valor no período das águas. A demanda do município era de pelo menos dez vezes esse volume⁴⁹. Sabendo do potencial do mercado da capital e da disponibilidade do produto no interior do Estado, um grupo de três empresários e comerciantes, ligados ao ramo de panificadoras⁵⁰, pensou em arrendar o laticínio do governo estadual. A idéia inicial era captar o leite no interior, resfriá-lo e mandar para ser empacotado em Porto Velho.

Sendo assim, no início dos anos 1980, foi feito um contrato entre os empresários, o governo estadual e a cooperativa que administrava o laticínio. Segundo depoimento de pessoas que residiam em Porto Velho na época, dizia-se na cidade que foi um negócio "de pai para filho". Provavelmente, motivado pelo fiasco da iniciativa governamental, o Estado repassou os equipamentos e a infraestrutura a custo zero, fazendo um arrendamento simbólico. Quando da escolha do melhor local para implantação do posto de resfriamento, os empresários ficaram sabendo da existência da citada fábrica rústica de produção de queijo mussarela em Ouro Preto, além de uma expressiva produção local. Possivelmente, no início de 1983, os empreendedores, já com o contrato de arrendamento acertado com o governo, foram conversar com o prefeito do recém-criado município de Ouro Preto do Oeste para conseguirem a doação de um terreno. Conforme relato do dono da pequena fábrica de queijo, que funcionava em Ouro Preto, ele ficou preocupado sabendo da negociação entre o prefeito e os empresários, pensando que poderia perder o seu negócio. Quando lhe informaram que os empresários haviam chegado a Ouro Preto, resolveu ir também na prefeitura para averiguar o que estava acontecendo. O mesmo contou o diálogo que ocorreu quando se dirigiu a prefeitura:

⁴⁹ Na entrevista com um dono de padaria que foi gerente do laticínio Ouro Branco, este apresentou uma curiosidade em relação ao mercado de pão e leite de Porto Velho. Segundo ele, em função do clima muito quente, mesmo no período noturno, a população tem o hábito de não fazer refeição pesada à noite. Sendo assim, existe proporcionalmente demanda maior do que em outras regiões por pão e leite. O entrevistado fez uma comparação entre Porto Velho que tem 270 panificadoras e Franca (SP), sua cidade natal. Com a mesma população daquela capital, Franca tem somente 40-50 panificadoras.

⁵⁰ No Brasil sempre ocorreu uma forte interação entre o ramo da panificação e os laticínios, principalmente antes do advento do leite longa vida e do grande poder dos supermercados.

" Na hora deles falarem com o prefeito: - nós estamos querendo ver aqui uma área para montar um laticínio... Aí eu disse também: - Eu também tô querendo ter uma área... Então houve um certo conflito, mas ali (...) eles acharam da minha parte um pouco corajoso, me procuraram como sócio. Vamos entrar nessa sociedade: você já tem o leite, nós montamos o resfriamento... me explicaram como seria... Agente industrializa em Porto Velho... e assim surgiu o Ouro Branco."⁵¹

Dessa forma, a partir de uma iniciativa equivocada do governo estadual, nasceu o primeiro laticínio de Rondônia. O fato de haver uma estrutura ociosa em Porto Velho motivou empresários locais a arrendarem a fábrica e ir correr atrás de soluções, já tendo, de certa forma, um "subsídio"⁵². O posto de resfriamento foi inaugurado no final de 1983 com o transporte de 1200 l de leite resfriado para ser empacotado em Porto Velho. Em pouco tempo, verificaram que o transporte era muito trabalhoso, resolveram, então, trazer os equipamentos de Porto Velho e processar o leite em Ouro Preto. Entre 1984 e 1985 foi inaugurado concretamente o laticínio Ouro Branco. Inicialmente, a fábrica captava 16 mil litros por dia e tinha 29 funcionários. O produto principal era o leite pasteurizado (conhecido como ‘barriga mole’) que era vendido no mercado de Porto Velho. Em 1987, com a criação do programa do ticket do leite no Governo Sarney, o laticínio fez um convênio com o Governo Federal, o que possibilitou um aumento em sua produção, de 12 mil litros para 40 mil litros de leite pasteurizado por dia. Nessa ocasião, os empresários decidiram devolver o maquinário arrendado do Governo Estadual e fizeram uma reforma e toda a estrutura da planta, ampliando-a⁵³. O laticínio passou a produzir queijo e doce de leite, sendo uma das primeiras empresas rondonienses a vender produtos processados fora do Estado. Em 1990, com o Governo Collor, ocorre a desregulamentação do setor e o programa do ticket do leite é extinto. Nesse período, o laticínio estava captando 90 mil litros por dia, produzindo diariamente 60 mil litros de leite pasteurizado e destinando o restante para a confecção de queijo e outros derivados.

No início dos anos 1990, mesmo sob o impacto da desregulamentação e do encerramento do programa do ticket do leite, o Ouro Branco alcança a sua máxima produção chegando a captar 156 mil litros por dia de 3.750 produtores. Entretanto, nessa fase, devido a problemas gerenciais, o laticínio vende as cotas e troca seus sócios. Era o

⁵¹ Depoimento do empresário E1, entrevistado em julho de 2003.

⁵² Não haveria a necessidade de se incorrer nos custos para a implantação da usina.

⁵³ Segundo depoimento do gerente do laticínio na época, houve um financiamento através do Banco de Rondônia (BERON) já extinto, entretanto o excesso de burocracia e a inflação galopante no período fizeram com que o valor liberado tenha ficado muito aquém do necessário para o investimento que foi feito com recursos próprios.

início de um processo que só se encerraria com a falência e a venda da fábrica para uma multinacional italiana, em 1994. Ainda no final da década de 1980, deve-se ressaltar também o surgimento dos concorrentes do Ouro Branco, principalmente de um grupo paulista que já tinha experiência com laticínios em Mato Grosso e implantou sua fábrica no município de Jaru.

A consolidação do SAG do leite em Rondônia foi influenciada, aparentemente pelo aquecimento do mercado pós-Plano Real. O perfil do sistema hoje, com claro predomínio de laticínios de médio porte trabalhando quase que exclusivamente com a produção de queijo mussarela, atesta essa afirmação. Após o período inicial, marcado pela produção de leite pasteurizado para o mercado do Estado, principalmente Porto Velho, os novos entrantes passaram a privilegiar a produção de queijo. Com o aumento do processamento e a extinção do programa do ticket, o mercado de leite pasteurizado ficou saturado na capital. Com a grande disponibilidade do produto a baixíssimos custos, a indústria encontrou no queijo mussarela, uma forma de estocar o leite e produzir uma mercadoria menos perecível, facilitando o deslocamento para os distantes mercados consumidores do Centro-Sul. Além disso, o queijo mussarela não exige grandes investimentos, nem em capital nem em capacitação de pessoal.

3.3.3 O SAG do leite em Rondônia hoje

3.3.3.1 A produção de leite

A produção de leite em Rondônia teve crescimento exponencial nos anos 1990. Dados do IBGE mostram que a taxa anual de crescimento foi de 10,35% de 1990 a 2000, evidenciando o Estado como um dos que mais cresceu no país nesse sentido (Gráfico 3). No mesmo período, o país cresceu 3,19%, enquanto a região Norte aumentou 6,01%. Com uma produção de 644.103.000 de litros de leite em 2002, Rondônia já é o oitavo maior produtor nacional. No período 1990 -2002 o correu aumento de 306,44%.

Gráfico 3 – Produção rondoniense anual de leite em milhões de litros (1990-2002)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal

Um recente diagnóstico, realizado em Rondônia sobre o segmento da produção primária do agronegócio leite⁵⁴, concluiu que: a mão-de-obra utilizada na produção de

⁵⁴ Para a realização do diagnóstico foram feitas entrevistas com 457 famílias em todos os municípios com produção relevante no estado. (SEBRAE, 2002).

leite era em sua maioria familiar (85% do total de dias/homem/ano), com forte participação das mulheres; os sistemas de produção eram extensivos; a área média para gado de leite era de 48 ha; apenas 3,5% dos entrevistados possuíam trator e somente 5,2%, resfriador de leite; havia muitos animais nas categorias de novilhas, bezerras e machos em recria e engorda, principalmente dos agricultores que produziam até 50 l de leite por dia, demonstrando interesse mais na produção de animais do que de leite; o nível de conhecimento sobre tecnologia de produção era muito deficiente; os rebanhos eram pouco especializados para a produção de leite; a produção média dos entrevistados era de 77 l por dia, com média de produção por vaca em lactação de 3,75 l e rebanho de 61,18 cabeças e que o objetivo principal da atividade leiteira era renda e não a subsistência (SEBRAE, 2002).

Outra constatação do referido diagnóstico foi que o preço médio recebido pelo produtor de leite (de junho de 2001 a maio de 2002) era de R\$ 0,21/l, bem abaixo do preço médio de Minas Gerais (R\$ 0,37), dando a Rondônia um forte poder de competição. Nesse mesmo sentido, o diagnóstico constatou um custo operacional efetivo do leite de apenas 8,47 centavos de real (R\$ 0,0847) por litro, sendo o custo operacional total de 17,68 centavos (R\$ 0,1768) por litro e o custo total médio de 24,70 centavos (R\$ 0,24). Todos bem abaixo dos custos em outras regiões produtoras do país.

Dessa forma, deve-se ressaltar o fato da produção de leite ter crescido muito em Rondônia num período não tão promissor para a pecuária leiteira em geral com preços deprimidos para os produtores. Entretanto, os índices de produtividade do rebanho nacional foram 20 % maiores, refletindo o menor nível tecnológico presente em Rondônia (SEBRAE, 2002).

3.3.3.2 As agroindústrias

A partir do setor primário ligado à pecuária bovina de Rondônia, e após a primeira experiência de Ouro Preto do Oeste, estabeleceu-se um expressivo parque leiteiro com a presença de cinqüenta e cinco estabelecimentos (fábricas de laticínios, posto de refrigeração e usinas de beneficiamento) de leite inspecionadas pelo SIF em 2002, conforme tabela abaixo (Base de Dados Sistema de Inspeção Federal, 2003). Esses números representam 73% de todos os estabelecimentos inspecionados no Estado, caracterizando a indústria laticinista como o principal segmento agroindustrial de

Rondônia (Carvalho, 2003). O espaço no mercado tem sido obtido principalmente, conforme citado anteriormente, pela produção de queijo mussarela que abastece a demanda por esse produto na região Centro-Sul, disponibilizando-o a baixo preço.

Tabela 15 - Relação dos estabelecimentos SIFADOS em Rondônia por classe e categoria⁵⁵

Categoria	Classe	No. De estabelecimentos
Fábrica de laticínios	Até 5.000 l/dia (LT8)	22
Fábrica de laticínios	De 5.000 a 10.000 l/dia (LT7)	8
Fábrica de laticínios	De 10.000 a 20.000 l/dia (LT6)	12
Fábrica de laticínios	De 20.000 a 50.000 l/dia (LT5)	3
Posto de refrigeração	De 10.000 a 20.000 l/dia (LT6)	1
Posto de refrigeração	De 5.000 a 10.000 l/dia (LT7)	2
Usina de beneficiamento	Até 5.000 l/dia (LT8)	2
Usina de beneficiamento	De 10.000 a 20.000 l/dia (LT6)	4
Usina de beneficiamento	De 20.000 a 50.000 l/dia (LT5)	1
Total		55

Fonte: MAPA – Serviço de Inspeção Federal, 2003.

Os resultados do diagnóstico realizado pelo SEBRAE em 2002 demonstram que o maior volume de leite proporcionalmente, é processado por laticínios de porte médio que trabalham com 10 a 50 mil litros por dia. O referido diagnóstico ainda constatou que:

"... no período de 1997 a 2001, a industrialização de leite em estabelecimentos inspecionados no Estado de Rondônia cresceu a taxas médias anuais de 11,9%, contra uma taxa média de 5,4 % observada para o Brasil".(SEBRAE, 2002:116).

Além dos estabelecimentos "sifados", o Estado conta também com estabelecimentos fiscalizados ou não pelo governo estadual (10 estabelecimentos processando 1,1 % da produção estadual) e municipal (15 estabelecimentos, alguns sem nenhuma fiscalização, processando 16,9% da produção rondoniense) que abastecem exclusivamente o mercado intermunicipal e local, respectivamente. Estimativas baseadas em dados referentes ao ano 2000 apontam que 91% da produção de leite de Rondônia é processada em estabelecimentos inspecionados (SEBRAE, 2002).

A indústria laticinista rondoniense é caracterizada por elevada sazonalidade da industrialização do leite, quando comparada ao país como um todo. Além disso, tem uma peculiaridade no que se refere ao destino do leite processado. Tanto os laticínios

⁵⁵ No trabalho de campo foi constatado que a classe dos estabelecimentos está em desacordo com o volume processado pelos laticínios. Nos quatro laticínios visitados o volume diário captado era maior do que o enquadrado oficialmente pelo SIF.

sifados, como os inspecionados pelo IDARON, destinam o leite captado principalmente à produção de queijo mussarela. No caso dos laticínios "sifados", a proporção é de 81,6% do leite processado virando queijo mussarela. A segunda posição vai para o leite esterilizado (UHT) com 8,9%⁵⁶.

As indústrias se estabeleceram predominantemente nos anos 1990. Deve-se destacar a aquisição pela Parmalat do laticínio Ouro Branco, já citada anteriormente, em 1994. Após pouco tempo passou a ser a primeira empresa a produzir leite esterilizado (UHT), abrindo novas perspectivas de mercado e iniciando um preocupante processo de seleção e exclusão dos fornecedores⁵⁷. Outro destaque é o grupo paulista Canaã que foi um dos primeiros concorrentes do Ouro Branco no final dos anos 1980⁵⁸. Este atualmente também está produzindo leite longa vida (marca Tradição) e se tornou o maior grupo empresarial do ramo em Rondônia. Segundo estimativas de técnicos e gerentes de outros laticínios, o grupo, que tem 11 estabelecimentos "sifados" no Estado, dispersos em oito municípios, estava captando em torno de 400 mil litros por dia em meados de 2003.

O relacionamento ou as transações entre as empresas e os fornecedores no SAG do leite rondoniense segue as características da pecuária leiteira nacional com a inexistência quase total de contratos formais entre os agentes. Com isso, somado ao fato da inexistência de cooperativas, os produtores não têm garantia de preço nem de captação compulsória. Por outro lado, os laticínios ganham e perdem fornecedores sem

⁵⁶ Dados do MAPA apud SEBRAE (2002).

⁵⁷ Aparentemente, segundo constatação no campo, não houve um grande impacto na região, já que outros laticínios absorveram os fornecedores (que produziam um volume menor) descartados ao longo do tempo pela empresa, remunerando-os da mesma forma.

⁵⁸ O registro da empresa Canaã indústria de laticínios Ltda no SIF é de 15/07/1987

nenhuma compensação, havendo total falta de “fidelidade” contratual de ambas as partes. Apesar da predominante informalidade nas transações entre produtor e agroindústria, ocorre dependência relativa dos fornecedores motivada pelos sucessivos financiamentos, tanto de atividades ligadas aos sistemas produtivos (aquisição de matrizes, reprodutores e equipamentos) como de outros bens de interesse do produtor. Tal prática é muito comum na região, contudo prevaem as negociações com materiais de consumo, em relação aos bens duráveis. Dessa forma, o financiamento para a aquisição de materiais e equipamentos, que são posteriormente descontados no pagamento do leite “amarram” relativamente os laços entre os agentes.

Seria difícil estimar uma tendência para a agroindústria do leite em Rondônia. O diagnóstico realizado em 2002 ressalta que

"até o momento, nenhuma empresa do agronegócio leite no estado de Rondônia solicitou os benefícios pela Lei no. 231 [a lei estadual de meados de 2000, concede grandes incentivos fiscais para indústrias em implantação ou modernização] Isto pode ser fruto tanto de desconhecimento dos empresários quanto(sic) de uma possível estagnação do parque industrial leiteiro rondoniense..." (SEBRAE, 2002:30).

No entanto, constatamos nas entrevistas de campo realizadas na região de estudo que um laticínio havia acabado de ser inaugurado em Mirante da Serra e mais dois novos que estavam próximos de ser abertos no município de Teixeirópolis. O número crescente de laticínios sifados e leite processado nos últimos anos, também contraria a assertiva de estagnação ou decadência.

3.3.3.3 Os insumos

Apesar do relativo isolamento geográfico e da predominância de sistemas produtivos rurais com baixos insumos, Rondônia tem, hoje, uma rede de distribuição de insumos para o setor agropecuário consolidada. Capitaneada pelos produtos ligados ao cultivo do café e de feijão, que tem como carro-chefe os herbicidas e aliada aos insumos básicos para pecuária como sementes de capim e arames para cerca, várias lojas de produtos agropecuários prosperaram a partir dos anos 1980. Mais recentemente, com o advento da bacia leiteira, tem havido uma pequena mudança no perfil dos produtos

comercializados, ganhando peso aqueles ligados à alimentação animal e veterinários. Com uma maior especialização dos sistemas produtivos, processo ainda incipiente no Estado, tem havido a entrada de novos itens como os equipamentos para ordenha mecânica e tanques de resfriamento, acompanhados de materiais para limpeza e manutenção dos mesmos.

A característica deste segmento na região tem sido apenas revender os insumos oriundos de outros Estados. No caso do calcário, mesmo com a existência de uma grande jazida em Rondônia, o produto tem sido predominantemente importado. Deve-se destacar, entretanto, um processo de verticalização da indústria de rações. Conforme será apresentado na próxima seção, estão o correndo investimentos na indústria de rações para bovinos com destaque para empreendimentos no município de Ji-Paraná.

3.3.3.4 Os incentivos fiscais e financeiros

As principais instituições e instrumentos oficiais que se destinam ou se destinaram a promover o desenvolvimento da Amazônia Legal são: a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁵⁹. No contexto do SAG do leite de Rondônia, somente os financiamentos dos programas do BASA foram relevantes.

Dentre as várias atividades apoiadas pela BASA, existe um programa voltado para a indústria, que inclui o financiamento de empresas e fábricas de insumos ligadas ao setor de pecuária bovina, e outro dirigido para o setor rural primário, cujo principal alvo são os agricultores familiares. Existe grande dificuldade em discriminar o destino específico dos recursos, principalmente no que se refere ao setor primário.

No âmbito dos fornecedores, através das entrevistas realizadas com os agricultores e técnicos da extensão, foi possível perceber que a produção de leite em Rondônia foi fortemente favorecida pelos financiamentos disponibilizados para outras culturas, já que a fiscalização sempre foi falha ou flexível e a prioridade dos agricultores da região tem sido o investimento nos sistemas de pecuária bovina. A compra de gado com os recursos que remuneram a mão-de-obra ou até com os que deveriam ser

⁵⁹ A Medida Provisória nº 2.145, de 02.05.2001 extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM que havia sido criada em 1966 e, concomitantemente, criou a Agência do Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, tendo como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras federais.

destinados para atividades ligadas ao cultivo de café, grãos ou cacau é uma marca em Rondônia. Até os órgãos financiadores e de assistência técnica sabem que a possibilidade de adimplênciá é muito maior para quem investe em gado bovino devido às grandes oscilações nos preços daqueles produtos agrícolas, além da sua maior dependência de fatores de risco ligados ao clima. Dessa forma, os dados referentes aos financiamentos para o setor primário foram apresentados de forma agregada.

As informações sobre as operações efetivadas pelo Banco da Amazônia no período 1989 -2003 evidenciam um maior volume de recursos destinado ao setor primário com destaque para os financiamentos do FNO Especial, conforme Tabela 16. Foram disponibilizados para os agricultores, no referido período, R\$ 636.558.477,71, através de 31.654 contratos, perfazendo uma média de R\$ 42.437.231,85 por ano, valor bastante significativo para o contexto desse setor na região. Os municípios que receberam o maior volume de recursos foram Ariquemes e Vilhena com 2.299 (média de R\$ 26.659,56/contrato) e 1.210 (média de R\$ 38.952,56/contrato) contratos, respectivamente. Machadinho d'Oeste teve o maior número de contratos efetivados com 2.722 operações.

Tabela 16 - Financiamentos efetivados pelo BASA em Rondônia para a indústria e o setor rural (1989-2003)¹

Tipo de financiamento	No. De contratos	Total de recursos (R\$) ²
FNO Especial (PRORURAL) ³	17.155	307.324.823,81
FNO Normal	2.875	230.018.046,13
FNO Especial (Procera e Pronaf A) ⁴	11.534	99.215.607,78
Indústria	288	113.005.252,67
Total	31.852	749.563.730,39

Fonte: BASA, 2003

(1) Até 30/06/2003

(2) Valor atualizado pelo dólar a R\$ 2,80

(3) Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada

(4) Programa de crédito para a Reforma Agrária e PRONAF/ GRUPO A: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Analizando especificamente os recursos para a indústria, percebe-se que as agroindústrias ligadas à produção animal bovina, receberam 30,05% do capital, sendo

que os laticínios captaram proporcionalmente menos que os outros setores, conforme a Tabela 17. Nesse sub-setor quem ficou com o maior quinhão foi a indústria de frigoríficos e charqueados (70,34%), seguida de um surpreendente volume de recursos para empresas de ração balanceada e alimentação para animais (25,69%). Dessa forma, dos recursos disponibilizados pelo BASA para o setor industrial de Rondônia, os laticínios só ficaram com 3,63% do total destinado às agroindústrias ligadas à pecuária bovina ou ainda, 1,09 % do total de financiamentos para a indústria, como um todo.

Tabela 17 - Financiamentos feitos pelo BASA para a agroindústria ligada a produção animal bovina (1989-2003)

Tipo de empreendimento	Valor total finanziado (R\$)
Frigoríficos e charqueados	23.887.231,70
Preparo de leite e Fábrica de laticínios	1.233.808,91
Rações balanceadas e Alim p/ animais	8.725.485,79
Sub-Total	33.846.526,4
Total Geral para a indústria	113.005.252,67

Fonte: BASA, 2003

Para se ter uma idéia dos financiamentos do BASA para todos os Estados da região Norte, a Tabela 18 apresenta o volume de recursos disponibilizado para a área rural/extrativista no período 1989-2000. Percebe-se que em termos de financiamentos para a agricultura familiar (FNO Especial), Rondônia se destaca juntamente com o Estado do Pará.

Tabela 18 – Número de operações e valores disponibilizados pelo BASA nos Estados da região Norte para o setor rural/extrativista no período 1989-2000

ESTADO	FNO – ESPECIAL		FNO		TOTAL			
	PRORURAL		PRODEX		PRONAF			
	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR
Acre	6.417	76.829	2.187	7.948	4.102	29.409	455	51.432
Amapá	554	3.669	20	48	3.145	18.109	587	52.103
Amazonas	4.299	65.949	536	4.457	4.916	38.741	1.118	74.793
Pará	41.850	620.739	2.449	11.706	14.355	115.018	8.107	982.400
Rondônia	16.830	252.483	145	209	9.540	70.303	2.255	157.182
Roraima	1.139	26.069	11	116	2.446	15.955	598	68.760
Tocantins	3.228	46.028	10	44	6.485	50.656	8.806	718.360
TOTAL	74.317	1.091.768	5.358	24.531	44.989	338.191	21.926	2.105.030
								146.590
								3.559.515

Fonte: BASA/DERUR, 2003.

Valores em R\$1000,00 (hum mil reais)

Em relação à SUFRAMA⁶⁰, no período de 1996 a 2002, através de seu Programa de Interiorização de Desenvolvimento, o órgão investiu, a fundo perdido, 77,9 milhões de reais em Rondônia. Desse total, conforme relatado anteriormente, o montante destinado ao SAG do Leite foi praticamente nulo. No caso da SUDAM, mesmo tendo desembolso de volume maior de recursos, o referido setor também foi pouco contemplado (SUFRAMA, 2002).

⁶⁰ A SUFRAMA está ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no Governo Lula

3.3.3.5 O Ambiente institucional

Antes de falarmos especificamente do ambiente institucional ligado ao SAG do leite em Rondônia, é importante enfatizarmos que o Estado até 1981 não era uma unidade federativa autônoma, como relatado no Cap.1. Além disso, segundo Becker (1990) com a colonização, a administração estadual (do Território) perdeu inteiramente o controle sobre suas terras. "Tratava-se de um Governo sem terras e de municípios sem patrimônio (...) O INCRA torna-se o Estado em Rondônia".

Pode-se imaginar o que era um território do tamanho de São Paulo, já com uma população de mais de 500 mil habitantes e onde os dois únicos municípios tinham seus prefeitos indicados por um governador biônico e cuja única figura eleita democraticamente era um deputado federal (das duas vagas do Território na Câmara Federal, somente uma era eleita democraticamente).

Nesse contexto pouco democrático e carente de instituições, foi criado o sistema agroalimentar do leite de Rondônia. Apesar da precariedade reinante, a partir da criação do Estado em 1981 e da emancipação dos municípios, um conjunto de normas, regulamentos, políticas públicas, organizações e serviços passaram paulatinamente a permear o sistema, afetando diretamente os seus agentes. Nos últimos cinco anos, essas instituições avançaram muito, moldando hoje um arcabouço legal relativamente sólido.

Nesse sentido, o grande destaque vai para a criação da Câmara Setorial do Leite. Tal instância contém representantes de praticamente todos os setores ligados à cadeia produtiva do leite: da federação dos trabalhadores rurais até os representantes das casas agropecuárias, passando pela Associação dos Laticínios de Rondônia, por órgãos públicos de pesquisa, fomento, assistência técnica e fiscalização, além de associações de classe e representantes de bancos públicos.

A importância e a capacidade de mobilização da instituição, que fazia parte do Conselho Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial do governo passado⁶¹, está expressa na criação de um fundo destinado a aprimorar a cadeia de produção do leite estadual. Através do Decreto 8.812 de julho de 1999, foram introduzidas alterações no Regulamento do ICMS, vinculando os benefícios concedidos

⁶¹ O Conselho está inserido na reforma administrativa promovida no governo José de Abreu Bianco em 1999 (Aragão, 2002).

às empresas laticinistas ao recolhimento de 1% do faturamento das mesmas para investimento no fundo. Este fundo, que é gerido pela empresa estadual de assistência técnica e extensão rural, tem servido para apoiar o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia (PROLEITE)⁶² que visa aprimorar o segmento produtivo através de iniciativas de fomento e assistência técnica.

Posteriormente, no âmbito da "guerra fiscal", através da Lei Complementar 231 de abril de 2000, o governo estadual concede para indústrias em implantação, ampliação ou modernização, crédito presumido de até 95% (noventa e cinco por cento) do ICMS debitado no período, além disso, prevê para os empreendimentos em implantação, redução da base do cálculo em 50% do ICMS sobre energia, prestações de serviços de transporte e comunicação. O Quadro 3 apresenta uma simulação do impacto dos incentivos fiscais sobre o valor final do produto vendido, além do arranjo institucional que permitiu o recolhimento dos recursos do fundo para o PROLEITE (SEBRAE, 2002). Pelos dados do Quadro percebe-se as vantagens concedidas às novas empresas.

⁶² O Programa, que inicialmente previa o financiamento através da SUFRAMA, foi motivado pela constatação de que, apesar do grande crescimento na produção de leite do estado, os índices zootécnicos e de qualidade do leite estavam muito abaixo da média nacional (Aragão, 2002).

Quadro 3 - Simulação do impacto dos incentivos fiscais de Rondônia sobre o valor de venda do produto a partir de uma mesma receita líquida

produto	valor de venda	débito d e ICMS	crédito de ICMS	ICMS a pagar	Doação PROLEITE ⁶³	Receita liquida
sem incentivos	800,00	136,00	20,00	116,00	0,00	684,00
Incentivo Lei 231	689,84	117,27	111,41	5,86	0,00	684,00
Incentivo Dec 8812	777,68	132,21	0,00	132,21	7,78	684,00

Dados em reais ilustrativos para a venda de 100 kg de queijo mussarela baseado em SEBRAE (2002).

No que se refere ao setor primário, a grande mudança institucional está ligada à fiscalização e ao controle rigoroso da vacinação do rebanho bovino conduzido a partir de 1999 pela Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril de Rondônia, IDARON.

A Agência foi criada mais como reflexo de uma iniciativa do Governo Federal do que como uma estratégia do executivo estadual para aprimorar a fiscalização agropecuária. O processo iniciou-se em 1992⁶⁴ quando o Governo, através do Ministério da Agricultura, implantou o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). A preocupação era tornar o país livre da doença para que seu rebanho, principalmente bovino, pudesse atender as exigências do mercado externo.

Nesse período, foram criados os circuitos pecuários e Rondônia foi classificado como BR-NC - Risco Desconhecido. Entretanto, somente em 1999, iniciou-se concretamente o processo para a criação da área livre de aftosa no Estado. Em janeiro, ocorreu uma auditoria do Ministério que classificou Rondônia como BR-4 - Alto Risco. Em abril do mesmo ano, foram criados o Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado

⁶³ O Programa havia arrecadado até julho de 2001 R\$ 1.752.412,41 (Aragão, 2002).

⁶⁴ Na verdade, "A luta contra a febre aftosa no país, de forma organizada e oficial, vem se desenvolvendo há pelo menos 35 anos. Como marco inicial das atividades, considera-se o ano de 1965 quando foi implantado no Estado do Rio Grande do Sul o Programa de Combate à Febre Aftosa..." (MAPA, 2000)

de Rondônia (FEFA)⁶⁵ e os Comitês municipais. Em julho, oficializa-se a Agência. De maio de 1999 a março de 2000, é realizado o cadastro de todos os estabelecimentos rurais de Rondônia com ênfase na questão zoosanitária. A partir de julho de 2000, após nova auditoria do Ministério, Rondônia passa a ser BR-3 - Médio Risco.

As campanhas obrigatórias de vacinação começam a ser realizadas em 2000, com quatro vacinações por ano (todo o gado em maio e novembro e animais de zero a quatro meses em fevereiro e agosto). A campanha se repete no ano seguinte quando começam também a se estruturar as Unidades Locais do Idaron (USALVs), abrangendo todos os 52 municípios do Estado.

Com a implantação dos USALVs, passam a funcionar as regras de cobrança de guias de transporte de animais. Para tal, cada escritório do IDARON, a partir dos dados levantados no cadastro, passou a acompanhar através de fichas individuais por proprietário, todo o rebanho presente no Estado. Dessa forma, qualquer venda, compra, abate ou transporte de animal passa a ser obrigatoriamente comunicada ao IDARON, sendo preenchida uma Guia de Trânsito (R\$ 1,38/cabeça e acima de onze cabeças pague R\$ 18,24 por carreta - 25 cabeças). Para o controle existem boletos do IDARON e do Fundo (FEFA). O proprietário, o frigorífico e o açougue pagam taxas específicas com preços diferenciados para machos e fêmeas. Caso não cumpra as determinações, o agente inadimplente fica sujeito a infrações e multas.

Como resultado de toda essa mobilização e após várias etapas das campanhas de vacinação, em outubro de 2002, através da Portaria ministerial 543, o Estado de Rondônia é declarado como área livre de febre aftosa com vacinação, seguindo outras treze unidades da federação. Em maio do ano seguinte, ocorre o reconhecimento internacional, através da OIE.

Após a conquista da certificação, o controle passa a ser mais importante, já que qualquer descuido levaria o Estado a perder o direito de vender o gado para outras unidades da federação e para o exterior. Com isso, a pressão em cima dos pecuaristas tem sido grande, sendo os agricultores familiares os mais afetados em função da dificuldade em arcar com as despesas ligadas ao transporte, vacinação, taxas de abate e deslocamento para os escritórios do IDARON.

⁶⁵ O fundo, concebido na proposta federal, estrutura-se como uma entidade civil, sem fins lucrativos, formada por pecuaristas, frigoríficos, abatedouros, laticínios, leiloeiros, indústrias e comércio ligados à pecuária bovina, e tem como objetivo arrecadar recursos para viabilizar as ações governamentais para a erradicação das doenças infecto-contagiosas do rebanho.

O diferencial dessa iniciativa em relação ao que já foi feito no Estado é o grau de efetividade que se conseguiu em relativamente pouco tempo. É a primeira vez que uma iniciativa com parceria entre Estado e instituições privadas consegue se estabelecer a bom termo em Rondônia. Está sendo vacinado praticamente todo o rebanho num quadro extremamente complexo que envolve um grande número de pequenos pecuaristas dispersos numa região muito grande e com um histórico de informalidade, ilegalidade e ausência de instituições, principalmente na área ambiental. Percebe-se uma mudança no comportamento dos agricultores que, ou reconheceram a importância das campanhas, ou foram muito bem fiscalizados pelos técnicos.

Finalmente, como já citado anteriormente, existe a fiscalização que incide sobre as indústrias laticinistas. Esta é feita pelo MAPA, no caso dos laticínios "sifados" e, pelo IDARON, no caso das empresas que só comercializam produtos em Rondônia. No âmbito estadual, o alcance e a efetividade da instituição ficam muito aquém do que é obtido com o rebanho bovino, acontecendo o mesmo no que se refere aos estabelecimentos que vendem insumos que são também fiscalizados pela referida Agência, havendo graves omissões em relação aos cuidados na venda de agrotóxicos.

Por último, ainda existe a fiscalização para o controle de efluentes das fábricas que é tarefa da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental que aprova também a licença das mesmas para operar. Nesse contexto, está um dos problemas mais sérios na área ambiental e que vem se agravando muito sem uma aparente solução. Trata-se da deposição do soro do leite (subproduto da confecção de queijo) nos igarapés. O problema está centrado no alto custo da implantação de estações de tratamento do soro⁶⁶. A questão vem sendo postergada através da construção de represas próximas às áreas de deposição. Segundo depoimentos de técnicos, no período das chuvas, essas represas transbordam e cheiram o soro para os cursos d'água. Além disso, foi denunciado que alguns laticínios abrem as represas periodicamente para controlar a vazão das mesmas.

⁶⁶ Na região de estudo, que contém 12 estabelecimentos sifados, apenas um laticínio tem a estação de tratamento.

4 APROXIMANDO-SE DO OBJETO: A REGIÃO DE ESTUDO E DUAS ESTÓRIAS

4.1 A região de Estudo

A região da "grande Ouro Preto do Oeste" foi escolhida como alvo deste estudo em função de sua importância histórica e sua relevância para a agricultura familiar e o sistema agroalimentar do leite e m Rondônia. É um espaço social e geográfico emblemático para explicar os processos ocorridos no estado após a colonização rural. Esse território, que hoje é composto por seis municípios, foi palco do primeiro grande projeto oficial de colonização, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto. O projeto foi implantado pelo Governo Federal através do INCRA no então Território Federal de Rondônia no início dos anos 1970.

4.1.1 Antecedentes: a implantação do PIC Ouro Preto

No início da década de 1960, a área onde foram demarcadas as parcelas do PIC era praticamente intocada e m termos de c obertura vegetal, fazendo p arte de Vila de Rondônia, um dos distritos do município de Porto Velho⁶⁷. Sua população era composta basicamente por índios vivendo em conflito com poucos seringueiros remanescentes da crise do segundo ciclo da borracha ocorrida no pós-Guerra. As raras aglomerações se restringiam a barracões que concentravam a produção de borracha e castanha, além de pontos estratégicos próximos aos rios perenes navegáveis. Toda a produção era levada para a confluência dos rios Urupá e Machado, onde havia o maior povoado da região⁶⁸. O quadro começa a modificar-se com a abertura da BR 364 em 1968, dois anos antes do

⁶⁷ Porto Velho e Guajaramirim eram as únicas unidades político administrativas do então Território Federal de Rondônia.

⁶⁸ Na confluência dos rios estavam as sedes dos seringais. No início do século XX, na região que era conhecida como Vale do Urupá, Rondon instalou um dos postos telegráficos de sua famosa expedição e acabou denominando-o Presidente Afonso Pena, em homenagem ao então Presidente da República. Esse povoado viria posteriormente a ser o principal município do interior de Rondônia, Ji-Paraná.

início oficial de instalação do projeto⁶⁹. A estrada atraiu a atenção de empresas privadas colonizadoras de terras, madeireiros, garimpeiros e posseiros. Conforme relatado anteriormente, quando o INCRA assumiu o processo de colonização, a situação fundiária já era instável no território.⁷⁰

A área inicial do Projeto foi criada em 19 de junho de 1970 pela Portaria nº 281/70, mas já havia sido demarcada e desapropriada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em 1968⁷¹. Entretanto, o projeto de colonização só teve a sua efetiva implantação em janeiro de 1971⁷² (Modesto, 1981).

Nos primórdios da implantação do PIC, segundo o Atlas de Rondônia:

‘Ouro Preto é o que melhor tem refletido a colonização oficial do INCRA (...) teve em três anos um grande crescimento populacional. Pela ocorrência de solos férteis e pela cobertura vegetal rica, as perspectivas econômicas são boas para este núcleo e a produção agrícola está em franco desenvolvimento. É a principal área produtora de cereais do Território, sobretudo o arroz. As culturas permanentes vêm recebendo grande incentivo, de modo particular o plantio de seringueira e a cultura do cacau...’ (Brasil, 1975:45).

Ouro Preto só foi transformado oficialmente em distrito de Ji-Paraná em 30/01/1978, pelo Decreto 81.272. A emancipação ocorreu em 16/06/1981, juntamente com Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão do Oeste, Jaru e Presidente Médici. No final do ano, o Território também se emanciparia tornando-se mais uma unidade da federação.

O projeto de colonização que havia previsto uma capacidade máxima de 2.000 famílias, acabou distribuindo 5.162 parcelas, entre 1971 e 1980, conforme Quadro abaixo⁷³ (INCRA, 2002).

⁶⁹ “Numerosas derrubadas para a formação de pastos foram observadas em 1968, nas proximidades de Vilhena, Pimenta Bueno e Vila de Rondônia (...) A maior concentração de migrantes ocorreu nas áreas compreendidas por Vila de Rondônia, Muqui, Pimenta Bueno e Marco Rondon...” (Modesto, 1981:16-17).

⁷⁰ Dois agricultores pioneiros entrevistados, que chegaram em Ouro Preto entre 1970 e 1972, afirmaram que mesmo no início havia dificuldade de se conseguir terra e local para se alocar, estabelecendo-se acordos informais onde o direito a permanecer na terra era cedido mediante pagamento.

⁷¹ Segundo o sítio *Guia de Rondônia* “O local de instalação do projeto pertencia ao seringal Ouro Preto, de propriedade do seringalista Vicente Sabará Cavalcante, sendo que a bravagância do Projeto envolvia outros seringais como o Boa Vista, Santa Rosa, Aninga, Curralinho, Miolo, Santa Maria e o seringal Raimundo Pequenino.” Disponível em: <http://www.guiaderondonia.com.br/cid/index.htm>

⁷² A expedição da primeira Autorização de Ocupação do PIC ocorreu em abril de 1973, sendo o primeiro Título Definitivo outorgado em agosto de 1975 (Modesto, 1981).

⁷³ O PIC só foi consolidado em 1990 através da Portaria 165/90.

Quadro 4 – Número de famílias assentadas no Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (1972-1980)

ano	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	TOTAL
No. De famílias assentadas	522	669	984	138	711	181	785	466	706	5162

Fonte: INCRA, 1981.

O quadro elucida as condições presentes na região, quando a iniciativa pública foi "atropelada" pela pressão de milhares de migrantes. Também mostra a dinâmica que ocorre num projeto de colonização de grande porte, revelando o risco de tomar como critério as datas de criação para o período concreto do assentamento das famílias. Neste caso, a Portaria 281 de 19 de junho de 1970 só foi o instrumento legal, posteriormente modificada por vários documentos e consolidada finalmente, através da emancipação do projeto em 1990, via Portaria, 165. O último lote foi entregue em 1980. Nesse período, não adianta acreditar que as 5.162 parcelas vão estar prontas para serem analisadas porque, na prática, já se passaram mais de oito anos desde o início do processo e ocorreram vendas tanto direvidas quanto concentrando parcelas. Os números são incapazes de refletir a dinâmica, mesmo quando tratados em vários períodos, pois simplesmente refletem o retrato de pouquíssimos momentos relacionados entre si.

O Projeto, quando emancipado, alcançou 512.585 ha, foi composto por sete glebas, sendo seis em áreas contíguas e uma delas (Vida Nova⁷⁴) destacada das demais.(Ver Fig.4 - Anexo IV). Além da referida gleba, o PIC também tinha algumas parcelas que hoje fazem parte do município de Jaru (8.300 ha, aproximadamente 83 parcelas) e outras contíguas, mas já no município de Ji-Paraná (57.200 ha ou 572 parcelas) (INCRA, 1981). Hoje, com as emancipações, a área do antigo PIC abrange, além dos municípios citados, Ouro Preto do Oeste, Nova União, Vale do Paraíso e Teixeirópolis.

Os lotes distribuídos eram quase todos de 100 ha⁷⁵. A disposição dos mesmos, em “espinha de peixe”, seguiu uma lógica bem simplificada que não levou em conta

⁷⁴ Esta gleba com 86.195 ha estava toda contida no município de Ji-Paraná. No Polonoroeste foi implantado o NUAR Nova Colina nesta área.

⁷⁵ O Projeto tem um pequeno módulo de 50 lotes de 200 ha próximo a BR-364 na divisa com o município de Jaru, que ficou conhecido como Pecuária. Além disso, na hora de demarcar, algumas parcelas ficaram comprometidas ou ampliadas em função de cursos d’água e variações no terreno.

diferenças de fertilidade, acesso à água ou preocupações relativas à formação da comunidade. A partir das principais vias de acesso (a espinha dorsal) foram demarcadas parcelas aos pares que iam formando as estradas vicinais. A cada dois lotes ou 4 km (uma parcela individual tinha, normalmente, 500 metros de frente e fundos e 2 km de comprimento, formando um retângulo de 100 ha), era aberta uma nova estrada vicinal de penetração para dar acesso às parcelas (ver Fig. 10 - Anexo IV). As comunidades se formaram a partir dessas vicinais e do relacionamento entre os vizinhos. No cruzamento da estrada vicinal com a principal foi montada, quase sempre, uma mercearia/bar, conhecida na região como “boliche” que passou a ser um dos pontos de encontro dos colonos.

A disposição simplificada dos lotes facilitou a ocupação espontânea pelos agricultores que faziam previamente as "marcações", conforme o padrão que o INCRA adotou para as outras parcelas. Posteriormente, o INCRA vinha com os agrimensores para demarcar precisamente a área e iniciar o processo de legalização da posse.

A área para a implantação do PIC foi adquirida através de Arrecadação Sumária. Cada parcela deveria preservar intacta 50% de sua área com cobertura florestal nativa como Reserva Legal, de acordo com o Código Florestal vigente⁷⁶. O INCRA, porém, não tomou, até a emancipação do projeto, nenhuma medida ou criou algum mecanismo para inibir o desflorestamento daquelas áreas.

A situação dominial já era bastante satisfatória em 1981 com 97,65% dos títulos definitivos (4.978 parcelas) entregues aos colonos. Além da questão jurídica, nesse período, 70% dos colonos residiam em habitações definitivas. Até 1980 também tinham sido abertos 1.598 km de estradas vicinais no Projeto. Por outro lado, várias instituições já estavam consolidadas e operando no distrito. Entre elas podemos destacar, a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA) com 816 sócios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com 629 filiados, um banco (Bradesco), campos experimentais de pesquisa da Embrapa, da Ceplac e do INPA, escritórios de instituições de âmbito estadual como a Emater, a Codaron, várias instituições de assistência, trabalho e recreações, 365 templos religiosos nas áreas rural e urbana (104 católicos), 144 escolas

Ocorreu também ocupações em áreas que anteriormente estavam previstas como reserva florestal. Na linha 166, um dos objetos de estudo desta dissertação, existe uma área próxima onde ocorreu tal fato, nesse caso, esses lotes ficaram com 60 ha em média.

⁷⁶ O Código de 1965, além da Reserva Legal, previa também a manutenção da cobertura florestal nativa em áreas de preservação permanente: margem dos cursos d'água e regiões com alta declividade. Tal Lei foi alterada pela Medida Provisória 2.166 de agosto de 2001 que prevê o aumento das áreas de Reserva Legal para 80 % de cada propriedade rural (BRASIL, 2001).

rurais e urbanas, seis armazéns para grãos ligados à Cibrazem, além de uma estrutura administrativa do Projeto de Colonização⁷⁷ (INCRA, 1981b; Modesto, 1981).

Apesar dos investimentos e do relativo sucesso na distribuição inicial dos lotes, Ouro Preto ingressou na década de 1980 como uma região problemática com várias deficiências nas áreas de saúde, educação, infraestrutura geral e estrutura de apoio à produção agropecuária. A situação só iria melhorar com os investimentos proporcionados pelo Polonoroeste, no início da referida década.

Com o novo programa, a região recebeu um grande número de investimentos com destaque para os Núcleos de Apoio Rural (NUAR), citados anteriormente. Foram implantados no PIC Ouro Preto em 1982/1983 os NUAR Nova União, Teixeirópolis e Nova Colina. No ano seguinte vieram Vale do Paraíso e Rondoninas (Bonocas)⁷⁸ (Coy, 1988).

Como a demanda por terra permaneceu crescente, mesmo após a distribuição de todas as parcelas do PIC, foi necessária a criação de dois novos projetos na área que correspondia ao antigo município de Ouro Preto do Oeste. Dessa forma, foi criado um Projeto de Assentamento Rápido na continuação da RO 470 em direção ao Parque Nacional dos Pacaás Novos, seguindo o mesmo padrão do PIC em termos de tamanho e disposição dos lotes. Esta região, que já era um núcleo espontâneo balseado na exploração madeireira, iria se tornar o município de Mirante da Serra dez anos depois. No outro caso, num território com recorrentes problemas de conflitos de terra, houve um investimento bem maior, já que haviam sido liberados os recursos do Polonoroeste. Assim, foi elaborado um novo PA com características diferentes. O Projeto Urupá, criado em 1981, dispôs as áreas de Reserva Legal num território separado das parcelas. Dessa forma, os lotes foram reduzidos para 50 ha estando uma área proporcional destinada à Reserva em Bloco⁷⁹.

Em termos populacionais, o crescimento na região foi vertiginoso, conforme se verifica na Tabela 19. O Censo de 1980 constatou a presença de 44.056 pessoas, sendo 88,9 % residentes na área rural. Em 1991, a população quase havia dobrado, crescendo também a taxa de urbanização.

⁷⁷ O PIC tinha uma estrutura razoável em 1981: 48 servidores (eram 133 em 1979), 307 imóveis, sendo 201 casas residenciais (construções, alojamentos, prédios administrativos), viaturas e máquinas.

⁷⁸ Desses NUAR, só Nova Colina e Rondoninas ainda não viraram municípios.

⁷⁹ Tal estratégia viria a ser infrutífera estando hoje todo o território da Reserva invadido e desmatado por colonos e posseiros

Tabela 19 – População urbana e rural do município de Ouro Preto

Ano	Total	Urbana	Rural	% urbaniz
1970	4856			
1980	43.379	4.831	38.548	11,14%
1991	83719	23.516	60.303	28,09%

Fonte: IBGE apud Planafloro (1996)

Já na década de 1990, o fluxo migratório começa a diminuir sensivelmente e é consolidada a ocupação da região pela população. Estudo realizado em Ouro Preto em meados de 1990, constatou a permanência de proprietários como os gestores das unidades produtivas, percebendo somente 1% do universo pesquisado como meeiros, arrendatários e parceiros. Destes responsáveis pelas unidades produtivas, somente 6% não residiam no lote. O levantamento ainda verificou que a maior parte desses proprietários não era composta pelos primeiros ocupantes, mas sim por compradores que chegaram depois. Foram obtidos os seguintes percentuais em relação ao universo pesquisado: pioneiros, ou primeiros ocupantes que receberam o lote do INCRA, 33%; primeiros compradores, ou segundos ocupantes, 36%; terceiros compradores, 27% e, finalmente, outros, 4%. No que diz respeito à forma de aquisição, perceberam os seguintes percentuais: lote comprado de terceiros, 67%; lote recebido do INCRA, 26%; lote recebido como herança, compra em licitação, 3% e troca com lote anterior, 1%.

"...a grande maioria, porém, pertence a uma segunda leva, composta por aqueles que tiveram condições de investir na compra do seu lote, que já se encontrava aberto pelo ocupante pioneiro".(Planafloro, 1996:37).

Os números acima dão uma boa idéia do que foi colocado no primeiro capítulo a partir da visão de Léna (1991) e Almeida (1992) - a venda do lote como estratégia de acumulação. O documento citado acima relata ainda que as principais razões que levaram a evasão dos pioneiros foram "as condições de saúde e educação no meio rural, associados ao pouco apoio à produção, principalmente crédito e infra-estrutura no início da colonização". Além disso, cita também a falta de apoio à comercialização e políticas de preço.

Em termos de uso da terra e cobertura do solo, percebeu-se nesse período, que já havia sido ultrapassado o limite da área de Reserva Legal nos lotes, conforme os percentuais do quadro abaixo.

Quadro 5 - Uso da terra em Ouro Preto⁸⁰ e percentual em relação ao total ocupado por cada categoria

<i>Uso da terra</i>	<i>% médio da área total</i>
pastagens	58
mata virgem	26
culturas permanentes	5
culturas temporárias	5
outras	1
Total	100

Fonte: Planafloro, 1996

A década de 1990 também foi palco da emancipação de vários distritos, normalmente de forma prematura, devido às carências em equipamentos sociais. Além dos problemas de infraestrutura física dos Núcleos de Apoio Rural, vários constrangimentos no que se refere às questões institucionais e políticas foram constatados com as emancipações, como se verá a seguir.

⁸⁰ A pesquisa foi feita somente no município de Ouro Preto que na época incluía Nova União e Teixeirópolis.

4.1.2 A região de estudo hoje

A área que correspondia ao município de Ouro Preto do Oeste, criado em 1981, se complexificou ao longo do tempo e hoje está dividida em seis municípios⁸¹. Numa pequena parte sudoeste do território, onde havia se formado um núcleo espontâneo calcado na extração madeireira e que posteriormente, no início dos anos 1980, foi palco de um Projeto de Assentamento Rápido, foi emancipado em 1992, o município de Mirante da Serra. No outro extremo do território, à nordeste, numa região de solos mais fracos, foi emancipado o NUAR do PIC Ouro Preto, criado em 1984, Vale do Paraíso. Em outra fatia do território à sudoeste, onde foi criado um Projeto de Assentamento "modelo" do Polonoroeste, nasceu o município de Urupá. Finalmente, em 1994, criaram-se os municípios de Nova União e Teixeirópolis, ambos antigos Núcleos de Apoio Rural do PIC Ouro Preto (Ver Figuras 2, 6 e 11 - Anexo IV).

A dinâmica populacional da região nos anos 1990 é dada pela Tabela abaixo.

⁸¹ Em 13 de fevereiro de 1992, através das leis nºs 367, 368 e 369, o município cedeu área territorial e população para criação dos municípios de Vale do Paraíso, Urupá e Mirante da Serra. Deve-se salientar que os dois últimos municípios não fizeram parte do PIC Ouro Preto, sendo Urupá alvo de um projeto de assentamento específico criado em 1981 com recursos do Polonoroeste e Mirante, que era um núcleo de ocupação espontânea, palco de um Projeto de Assentamento Rápido. Em 22 de julho de 1994, através das leis nºs 566 e 571, o município voltou a ceder área para criação dos municípios de Nova União e Teixerópolis.

Tabela 20 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população da região de Ouro Preto (1991-2000)

Brasil/Norte/RO/Municípios	população		taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2000
	pop1991	pop2000	
Brasil	146.825.475	169.799.170	1,64
Norte	10.030.556	12.900.704	2,86
Rondônia	1.132.692	1.379.787	2,24
Ouro Preto do Oeste	41.086	40.884	-0,06
Mirante da Serra	11.804	13.154	1,22
Nova União	6.483	8.233	2,72
Teixeirópolis	5.244	5.618	0,78
Urupá	10.982	14.880	3,47
Vale do Paraíso	9.079	9.863	0,93

Fonte: Censo Demográfico 2000

Verificando-se os dados percebe-se que a região provavelmente perdeu população nos anos 1990, já que a sua taxa média geométrica de crescimento ficou abaixo da estadual e até da nacional. Dos municípios da grande Ouro Preto, apenas Nova União e Urupá tiveram uma taxa de crescimento anual maior do que a de Rondônia. Essa evasão populacional pode ser explicada, por um lado pela concentração de terra, aliada à pecuarização e, por outro, pela abertura de novas frentes em outras regiões do estado que podem ter absorvido o contingente de agregados e meeiros ligados principalmente ao cultivo do café e cau. Um fato que as informações aparentemente demonstram é que ainda existe um expressivo fluxo populacional tanto interno no território quanto atraindo e expulsando população de e para outros municípios de fora da grande Ouro Preto.

As novas unidades político-administrativas contrastam com a antiga sede do município em termos de equipamentos sociais, pois os NUAR nunca conseguiram se estabelecer satisfatoriamente, conforme supracitado, e os municípios de ocupação espontânea ou de projetos específicos, estavam distantes do eixo rodoviário que carreou os investimentos. Dessa forma, sabendo da limitação dos indicadores em apresentar isoladamente e fidedignamente a realidade presente, os mesmos mostram uma inusitada disparidade em termos estaduais, conforme apontado no ranking da Tabela a baixo. Ouro Preto do Oeste, que herdou o aparelhamento social e que concentra toda a renda do antigo município, apesar de mostrar indicadores intermediários em nível nacional, está entre as melhores referências do Estado e da região Norte. Vale do Paraíso e

Mirante da Serra ficam numa posição intermediária e os demais mostram índices entre os piores de Rondônia.

Os municípios que apresentam os piores indicadores em 2000, Urupá e Nova União são também, talvez não coincidentemente, os que apresentam o maior crescimento populacional. O descompasso entre a infraestrutura presente e a demanda da população que chega descapitalizada pode estar se refletindo através dos baixos indicadores. Aquelas unidades administrativas, conforme se constata pelo Quadro 7, são os municípios onde foram assentadas o maior número de famílias no período recente. Deve-se salientar que Urupá teve um PA com mais de 330 famílias assentadas somente em 2002, dados que não poderiam ser constatados no levantamento populacional de 2000, mas é uma região, por sinal muito próxima de Nova União, onde são recorrentes as invasões de reservas florestais e constantes os conflitos de terra.⁸²

O Quadro 7 apresenta todos os projetos de colonização e assentamentos implantados na região de estudo até meados de 2002. A última coluna do Quadro estima a proporção de parcelas dos projetos que fazem parte dos municípios da região de estudo, evidenciando a magnitude do número de lotes em relação ao projeto como um todo. Foram 12 projetos com destaque para os referidos PIC Ouro Preto, PA Urupá e o PA Rápido de Mirante da Serra e, mais recentemente, os projetos Martim Pescador, em Urupá e Palmares, em Nova União.

⁸² Essa região coincide com a apontada por Coy (1988) como foco de conflitos em meados dos anos 1980.

Tabela 21 - Indicadores Sociais da população na região de estudo em 2000.

UF/município	pop total	população por situação de domicílio	taxa de urbaniz.	Indicadores de Mortalidade (até 1 ano/1000 nasci), Taxa de Fecundidade, e Esperança de vida ao nascer			Taxa de analfabetismo da pop adulta	Indicadores de Renda (per capita média), Pobreza(proporção de pobres) e Desigualdade			% de renda apropriada pelos 20% mais ricos	Acesso a serviços básicos e bens de consumo	Desenvolvimento Humano - IDH municipal, Educação, Longevidade e Renda				
				Mort	Fecund	Esp		(R\$ de 2000)	%	índice de gini	% da renda 20+	energia elétrica	TV	IDHm	Educ	Long	Renda
Rondônia	1379787	495264	884523	64,11%	30,4	2,8	66,3	17	233,8	35,2	0,61	65,1	83,9	69,9	0,735	0,833	0,688 0,683
Ouro Preto do Oeste	40884	14343	26541	64,92%	32	2,3	65,6	18,9	243,8	32,8	0,6	63,7	91,5	74,2	0,727	0,814	0,677 0,69
Vale do Paraíso	9863	8023	1840	18,66%	27,1	2,9	67,4	22,2	175,4	47,6	0,64	66,4	63,9	43,7	0,704	0,772	0,706 0,635
Mirante da Serra	13154	7421	5733	43,58%	32	2,9	65,6	25,7	176,6	40,5	0,56	58,3	71,9	50,3	0,691	0,759	0,677 0,636
Teixeirópolis	5618	4464	1154	20,54%	32	2,5	65,6	24,8	147,3	45,1	0,55	56,5	71	45,7	0,685	0,773	0,677 0,606
Nova União	8233	6904	1329	16,14%	31,3	2,5	65,8	24,2	124,5	52,3	0,57	59,7	56,5	34,1	0,68	0,782	0,681 0,578
Urupá	14880	10878	4002	26,90%	32,1	2,7	65,6	24,3	128,3	53,8	0,59	62,2	57,6	33	0,671	0,754	0,677 0,583

Fonte: IBGE. Tabela montada a partir do perfil de municípios do aplicativo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Quadro 6 - Posição dos municípios em relação ao IDHm e ao Índice de Exclusão Social no ranking nacional e estadual em 2000

município	índice de exclusão social	posição no ranking nacional(1)	posição no ranking nacional (2)	posição no ranking estadual (1)	posição no ranking estadual (2)
Urupá	0,410	3433	3101	46	38
Nova União	0,411	3291	3084	43	36
Teixeirópolis	0,432	3225	2796	40	19
Mirante da Serra	0,441	3137	2683	34	16
Vale do Paraíso	0,437	2912	2722	24	17
Ouro Preto do Oeste	0,458	2482	2419	13	11
Rondônia (3)	0,404	14	12	3	1

(1) Posição no ranking de 5.507 municípios brasileiros e 52 municípios rondonienses a partir da melhor situação social considerando o IDHm (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003). (2) Posição no ranking a partir da melhor situação social considerando o Índice de Exclusão (Atlas da exclusão social no Brasil, 2003). (3) Posição de Rondônia em relação às outras UF em nível nacional e comparativamente com a região Norte.

Quadro 7 - Projetos de colonização e assentamento implantados nos seis municípios da região de estudo de 1970 a 2002

	projeto	localização (municípios)	data de criação	área total	capacidade inicial do assent.	cap. Após retificação	famílias assentadas	área média	fase	forma de aquisição	reserva legal	proporç
1	PIC Ouro Preto	Ouro Preto, Teixeirópolis, Nova União, V. do Paraíso e Ji-Paraná	1970	512585,6	1000	?	5164	99,3	C Port 165 de 1990	Arrecadação sumária	parcela	parcial majoritária
2	PIC Pde. Adolpho Rohl	Jaru, Gov. J. Teixeira, Theobroma e Vale do Paraíso	1975	407219	3786	?	3786	107,6	C Port. 163 de 1990	Arrecadação sumária	parcela	parcial minoritária
3	PA rápido	Mirante da Serra	1980	794044	16000	?	12315	100	Consolidado (?)	Arrecadação sumária	parcela	parcial minoritária
4	PA Urupá	Urupá e A. do Oeste	1981	60960,5	4.672	1270	1266	48,1	C Res.52 de 2/6/00	Arrecadação sumária	bloco	parcial majoritária
5	PA Tancredo Neves	Urupá, A. do Oeste, P. Médici e Ji-Paraná	1987	29584,2	1010	1219	1219	24,3	C Res.52 de 2/6/00	Arrecadação sumária	parcela	parcial minoritária
6	PA Tarumã	Vale do Paraíso	1989	3150,9	77	94	94	33,5	C Port 124 de 1/12/00	Desapropriação - Dec 95848/de 18/3/88	parcela	total
7	PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	1996	1972,9	80	80	80	24,7	C. Res.044 de 30/10/2001	Arrecadação sumária - Port. 1157/77	parcela	total
8	PA Palmares	Nova União	1996	9796,4	313	318	318	30,8	C. Res. 043 de 30/10/2001	Compra e Venda Dec. 433/92	parcela	total
9	PA Margarida Alves	Nova União	1997	11892,2	258	258	258	46,1	Em Consolidação	Compra e Venda Port. 411/97	bloco	total
10	PA Antônio P. Nery	Vale do Paraíso	1998	2184,1	70	69	69	31,6	Em Consolidação	Arrecadação sumária	parcela	total
11	PA Pde. Ezequiel	Mirante da Serra e Nova União	2001	6048,4	200	?	200	30,2	em estruturação	Compra e venda - Port. 1.171/00 Imóvel Faz. Urupá	bloco	total
12	PA Martim Pescador	Urupá	2002	20536,4	679	?	332	61,7	Em instalação	Arrecadação sumária	parcela	total

Fonte: INCRA, 2002

O Quadro 6 apresenta um comparativo entre dois indicadores sociais baseados no Censo Demográfico de 2000 para Rondônia e os municípios da região de estudo. O IDHm foi adotado no Atlas do Desenvolvimento Humano⁸³ e o Índice de Exclusão Social, elaborado por uma equipe da UNICAMP, USP e PUC em 2002⁸⁴. O último tenta "aprimorar" o primeiro através de três dimensões (*Vida Digna, Conhecimento e Vulnerabilidade juvenil*) e sete índices (*Pobreza, Alfabetização, Juventude, Exclusão, Emprego, Escolaridade, Violência e Desigualdade*).⁸⁵

Enquanto o IDHm coloca Ouro Preto como uma unidade administrativa bem diferenciada das demais, o *índice de exclusão* atenua as diferenças entre este, Vale do Paraíso, Mirante da Serra e Teixeirópolis. Na comparação com outros municípios brasileiros e rondonienses e entre Rondônia, Região Norte e as outras UF, se percebe que os índices de exclusão apontam para uma situação um pouco melhor no Estado, embora a tendência seja muito parecida, havendo somente uma inversão na posição de Mirante da Serra e Vale do Paraíso.

Os indicadores e informações devem ser analisados com cuidado tentando-se sempre compará-los com outros levantamentos para que se possa investigar o que realmente está ocorrendo. Os baixos indicadores sociais, conforme vimos acima, podem estar indicando um movimento de fluxo populacional em função de ocupações e a implantação de novos assentamentos, o que pode ser um processo positivo de tentativa de diminuição das desigualdades. Por outro lado, pode significar a concentração de terra e a "falência" de outros projetos de assentamento mais antigos que obrigaram a população a mudar em busca de novas oportunidades.

4.1.2.1 A agricultura familiar na região de estudo

Aceitando o Censo Agropecuário de 1995/1996, apesar de suas limitações, como a melhor fonte de informações no que se refere à conformação dos estabelecimentos, à realidade rural na região e a metodologia preconizada pela equipe da FAO/INCRA,

⁸³ Os indicadores foram elaborados por equipe formada por técnicos do PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro (PNUD, 2002).

⁸⁴ "...O Atlas utilizou os dados recém disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2000 para construir um Índice de Exclusão capaz de sintetizar alguns dos principais atributos da exclusão social em todo o território nacional. (...) procurou abarcar uma maior variedade de dimensões da vida econômica e social que o IDHm. (Campos et. al, 2003:17-18)

⁸⁵ Op. cit

como, também com as restrições já apontadas, a melhor forma de tabular os referidos dados, apresentamos a seguir um resumo do panorama local que melhor capta o segmento familiar no meio rural.

A Tabela 22 traz a síntese das informações referentes ao número de estabelecimentos, porcentagem da área ocupada e valor bruto da produção nos respectivos municípios. Pode-se perceber o predomínio da agricultura familiar na região de estudo em 93,32% dos estabelecimentos presentes ocupando 76,54% da área total. Além disso, constata-se a importância desses estabelecimentos no Valor Bruto da Produção obtida, contemplando quase 85% do total.

Através da Tabela 23 é possível constatar a constituição dos estabelecimentos a partir da condição do produtor, mostrando o predominio de proprietários (85,38%), seguidos de ocupantes (9,1%) e parceiros (5,09%). O número de arrendatários é irrisório. Já a Tabela 24, apresenta o pessoal ocupado nesses mesmos estabelecimentos, mostrando o predominio da mão de obra familiar com 86,98% do total de pessoal ocupado nos estabelecimentos.

A Tabela 25 apresenta o número de estabelecimentos a partir de quatro estratos de renda arbitrados de acordo com um valor do custo de oportunidade no Estado baseado numa importância da diária média acrescida de 20%⁸⁶. Apesar da limitação que essa uniformização representa, ela pode nos elucidar sobre algumas características que podiam estar ocorrendo em 1995 na região. Comparando os quatro estratos, percebe-se que predominam os estabelecimentos com renda total *média* em relação a esse custo de oportunidade (superior a uma vez até três vezes o Valor do Custo de Oportunidade).

Entretanto, correspondem a 54,82% do total, a soma dos estabelecimentos de famílias que fazem parte dos dois estratos de menor renda (*renda baixa* ou *quase sem renda*). Estas são unidades que auferem rendas proporcionais a mais de meio até uma vez o Valor do Custo de Oportunidade e menos do que a metade do valor desse mesmo custo, respectivamente. Estas famílias poderiam se associar ao que chamamos de agricultores *estagnados* e *periféricos* em relação aos *consolidados* ou *em processo de consolidação*, das famílias dos estratos de renda total superiores. Tal fato mostra que, apesar de um grande número de famílias estarem auferindo em seus estabelecimentos rendas totais que poderiam ser consideradas "satisfatórias", predominam aquelas cuja renda é pequena em relação aos custos de oportunidade médios na região, criando uma situação social preocupante.

⁸⁶ Para maiores detalhes consultar Di Sabbato Op. Cit.

A mesma tabela referida acima nos permite fazer uma comparação entre os diferentes municípios. Percebe-se uma concentração de produtores com melhores rendas no município de Ouro Preto, Nova União e Teixeirópolis. Tal fato contraria os dados apresentados para o IDH e índice de exclusão, no caso dos dois últimos municípios. Entretanto, devemos perceber que são levantamentos distintos, colhidos em períodos também diferentes, num intervalo de cinco anos. Daí, que observados mais atentamente, é possível estimar que o censo não poderia captar a dinâmica dos novos assentamentos de Nova União e Urupá que provavelmente foram captados pelos indicadores sociais cuja coleta de dados foi feita em 2000.

De acordo com as informações, podemos também estimar o peso das rendas monetárias e não-monetárias na renda total recebida nos estabelecimentos. A Tabela 26 nos dá um panorama dessa situação em relação aos municípios estudados. Percebe-se um claro predomínio, principalmente em Ouro Preto do Oeste, das rendas monetárias como componentes das rendas totais. Nesse mesmo sentido, em termos do grau de integração ao mercado, medido pela relação entre o *valor da produção vendida* e o *valor total da produção*⁸⁷, a Tabela 27 nos mostra que apesar das famílias estarem auferindo renda insuficiente (renda monetária e não-monetária), 56,71% dos estabelecimentos estavam integrados ao mercado, segundo os critérios da referida metodologia. Isto denota que devia estar havendo uma má remuneração pelo produto vendido por estas famílias.

Finalmente, antes de falarmos dos sistemas de produção presentes na grande Ouro Preto, é interessante observarmos o grau de especialização dos estabelecimentos, expressos, no caso da metodologia em questão, pela relação entre o valor da produção do principal e o valor bruto da produção. Pela Tabela 28, constatamos o predomínio na região de estudo de estabelecimentos diversificados.

⁸⁷ O grau de integração ao mercado foi arbitrado como *muito integrado* para quando a relação entre o valor da produção vendida e o valor bruto da produção for maior ou igual a 90%, integrado quando esta relação estiver entre 50 e menor do que 90% e finalmente, pouco integrado quando o valor da produção vendida for menor do que metade do valor bruto da produção. Cf. Di Sabbato op. cit.

Tabela 22 - Estimativa dos estabelecimentos ligados à agricultura familiar nos municípios da região de estudo e valor bruto da produção correspondente

município	n total estab	n estab fam	% n estab	% área fam	VBP (mil R\$)	% fam/total
Urupá	1904	1791	95,5	87,5	6040	95,1
Ouro Preto	2410	2150	89,2	70,9	12449	77,5
Vale do Paraíso	1208	1154	95,5	84,8	4588	83,3
Teixeirópolis	733	694	94,7	79,2	3263	87,3
Nova União	862	812	94,2	74,3	3912	89,7
Mirante da Serra	1539	1477	96,2	74,4	5057	91,4
Total	8656	8078	93,32%	76,54% ¹	35309	84,99% ²

Fonte: Censo Agropec 1995/96 tabulado conforme metodologia convênio FAO/INCRA

(1) percentual feito em cima da área total ocupada pelos estabelecimentos e total dos estabelecimentos familiares: 502.140 ha e 384.339 ha, respectivamente.

(2) percentual calculado em cima do Valor Bruto da Produção Total: R\$ 41.543.000,00

Tabela 23 - Constituição dos estabelecimentos ligados à agricultura familiar, segundo a condição do produtor

municípios	Proprietario		Arrendatario		Parceiro		Ocupante	
	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares	Número	Hectares
Mirante	1.174	41.268	2	55	83	530	218	2.628
Nova União	725	47.341	3	188	38	634	46	1.137
Teixeirópolis	558	28.615	1	145	7	48	128	2.993
Vale	934	64.478	4	135	165	1.099	51	3.458
Ouro Preto	1.816	133.445	16	441	89	1.248	229	5.922
Urupá	1.664	47.827	9	91	28	172	60	430
Total	6.871	362.974	35	1.055	410	3.731	732	16.568

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

Tabela 24 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos de agricultura familiar na região de estudo

municípios	Total	Número de Pessoas Ocupadas						
		Familiar		Empregados		Outra		
		Maior 14 anos	Menor 14 anos	Parceiros	Permanentes	Temporários	Condição	
Mirante	4.763	3.564	697	29	447	19	7	
Nova União	3.336	2.463	548	72	126	78	49	
Teixeirópolis	2.773	2.084	573	36	78	0	2	
Vale do Paraíso	4.627	3.496	425	51	53	316	286	
Ouro Preto	9.763	6.464	1.734	410	301	125	729	
<u>Urupá</u>	<u>6.819</u>	<u>4.931</u>	<u>924</u>	<u>41</u>	<u>431</u>	<u>82</u>	<u>410</u>	
Total	32.081	23.002	4.901	639	1.436	620	1.483	

Fonte: Censo Agropec 1995/96 tabulado conforme metodologia convênio FAO/INCRA

Tabela 25 - Estimativa do número de estabelecimentos de acordo com quatro estratos de renda e o respectivo percentual

	Urupá	Ouro Preto	Vale do P.	Teixeirópolis	Nova União	Mirante	Total	
Total								
Familiar	1.174	100%	2.150	100%	1.154	100%	694	100%
maiores rendas	81	6,90%	326	15,16%	122	10,57%	85	12,25%
renda média	380	32,37%	802	37,30%	371	32,15%	262	37,75%
renda baixa	287	24,45%	462	21,49%	253	21,92%	177	25,50%
quase sem renda	426	36,29%	560	26,05%	408	35,36%	170	24,50%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

Tabela 26 - Comparação das rendas médias monetárias e não-monetárias nos estabelecimentos da região de estudo

município	Renda Média				
	Total (R\$)	Monetária (R\$)	%	Não-Monetária (R\$)	%
Mirante	2.990	1.772	59,26%	1.218	40,74%
Nova União	3.873	2.871	74,13%	1.004	25,92%
Teixeirópolis	3.903	2.947	75,51%	955	24,47%
Vale do Paraíso	3.629	2.754	75,89%	876	24,14%
Ouro Preto	4.485	3.573	79,67%	912	20,33%
Urupá	3.120	2.081	66,70%	1.038	33,27%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

Tabela 27 - Estabelecimentos da região de estudo a partir do grau de integração ao mercado

	Mirante	Nova União		Teixeirópolis		Vale do P.		Ouro Preto		Urupá		Total		
Categorias	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total Familiar	1.477	100	812	100	694	100	1.154	100	2.150	100	1.761	100	8.048	100
Muito Integrado	161	10,9	190	23,4	120	17,3	311	26,9	769	35,8	161	9,1	1.712	21,27%
Integrado	894	60,5	445	54,8	374	53,9	615	53,3	1.012	47,1	1.224	69,5	4.564	56,71%
Pouco Integrado	418	28,3	160	19,7	196	28,2	214	18,5	332	15,4	350	19,9	1.670	20,75%
Grau Integr. Não Identificado	4	0,3	17	2,1	4	0,6	14	1,2	37	1,7	26	1,5	102	1,27%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

Tabela 28 - Estabelecimentos na região de estudo a partir do grau de especialização

Categorias	Mirante		Nova União		Teixeirópolis		Vale do P.		Ouro Preto		Estabelecimentos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total Familiar	1.477	100	812	100	694	100	1.154	100	2.150	100	1.761	100	8.048	100
Muito Especializado	59	4	33	4,1	13	1,9	35	3	94	4,4	27	1,5	261	3,24%
Especializado	328	22,2	274	33,7	196	28,2	446	38,6	820	38,1	302	17,1	2.366	29,40%
Diversificado	806	54,6	377	46,4	371	53,5	570	49,4	993	46,2	892	50,7	4.009	49,81%
Muito Diversificado	280	19	111	13,7	110	15,9	89	7,7	206	9,6	514	29,2	1.310	16,28%
Grau Especializ. Não Identificado	4	0,3	17	2,1	4	0,6	14	1,2	37	1,7	26	1,5	102	1,27%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

4.1.2.1.1 O contexto ambiental

A região de Ouro Preto, assim como todo o território do estado de Rondônia, não sofre grandes influências do mar ou da altitude. O clima é tropical predominantemente quente e úmido durante todo o ano. Segundo a classificação de Köppen, todo o estado possui um clima do tipo Aw - Tropical Chuvoso, com temperatura média do ar, durante o mês mais frio, superior a 18°C (megatérmico), tendo um período seco bem definido durante o inverno, quando ocorre déficit hídrico, com índices pluviométricos inferiores a 50 mm/mês (Rondônia, 2002).

A temperatura média anual oscila entre 24 e 26°C, com temperaturas máximas entre 30 e 34°C e mínimas entre 17°C e 23°C. Já a umidade relativa do ar, permanece alta durante todo o ano, girando entre 80 e 90%, ocorrendo somente uma pequena diminuição no outono-inverno para 75%. As temperaturas elevadas fazem com que ocorra uma evapotranspiração potencial também alta, apresentando valores superiores a 100 mm por mês. Nos meses mais secos (junho, julho e agosto), a evapotranspiração potencial pode atingir valores superiores aos da precipitação.

O período chuvoso vai de outubro a abril, sendo o período mais seco entre os meses de junho e agosto. Maio e setembro são considerados meses de transição em relação à chuva.

Em termos de vegetação, antes da chegada dos colonos e da marcante antropização o corrida no território, Ouro Preto era coberta predominantemente pela típica floresta amazônica ombrófila aberta, onde as árvores atingem 30 metros de altura. Como o relevo é um pouco mais ondulado nessa região, verifica-se no local a chamada Floresta Ombrófila Aberta Submontana. Além disso, a área continha também algumas manchas que os geógrafos classificam como Floresta Ombrófila Densa. Esta se caracteriza pela maior densidade do estrato superior e menor presença de sub-bosque, tornando mais fácil o caminhamento em relação ao tipo citado anteriormente. Neste caso, as árvores podem atingir um porte maior, chegando a 45 metros de altura (Rondônia, 2002).

Os dois tipos de vegetação apresentavam várias espécies de uso comercial e industrial como o mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrela odorata*), a cerejeira (*Torresia acreana*), o angelim-pedra (*Dinizia excelsa*), a castanheira-do-brasil

(*Bertolletia excelsa*), a copaíba (*Copaifera multijuga*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o abiu (*Pouteria caimito*), o araçá-boi (*Eugenia stipitata*) e o açaí-do-alto-amazônias (*Euterpe precatoria*), entre outras.

Com relação à evolução do desmatamento na região de estudo, o quadro abaixo apresenta o que ocorreu em cada município no período 1996-2000.

Quadro 8 - Área desmatada nos municípios da região de estudo por ano (1996-2000) e percentual total desflorestado até 2000

município	Área total até 1996 (Km ²)	1997	1998	1999	2000	Total	%
Teixeirópolis	455,8	394,6	16,4	2,2	0,2	2,8	416,2
Ouro Preto	1978,2	1519,7	34,1	6,9	0,1	7,3	1568,2
Urupá	849,7	628,4	1,8	4,7	2,4	6,0	643,3
Nova União	804,1	547,9	11,1	12,8	1,6	6,8	580,3
Vale do Paraíso	967,2	590,7	16,7	6,6	1,9	7,0	623,0
Mirante da Serra	1253,7	498,5	2,4	8,0	3,8	18,2	530,9

Fonte: SEDAM/NUSERC apud Rondônia (2002)

Em relação a Rondônia como um todo, os municípios da região de estudo estão entre os que mais derrubaram a floresta no estado, com exceção de Mirante da Serra que tem uma parte de seu território dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e pequena fração que faz parte do Parque Nacional dos Pacaás Novos, a maior Unidade de Conservação da UF (Rondônia, 2002 e 2004).

No caso da aptidão agrícola, cujas classes indicam o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras para produção agrícola, a região é bastante privilegiada em comparação com a média estadual. Em Ouro Preto, 34,05% dos solos são considerados como aptidão boa para lavouras sob qualquer tipo de manejo, não havendo nenhum tipo de limitação. Predominam, nesse município, solos férteis destacando-se os Latossolos Vermelhos (Rondônia, 1996; Rondônia, 2004).

Apesar disso, a região de estudo também apresenta boa parte de seu território com solos de baixa fertilidade natural e limitações em termos de aptidão agrícola, como é o caso dos Latossolos Amarelos e Vermelho Amarelos presentes em grande proporção no município de Vale do Paraíso e os Cambissolos que ocorrem em Urupá e Nova União (Rondônia, 2004).

Em relação aos recursos hídricos e à geomorfologia, a região, de relevo plano a fortemente ondulado com afloramentos rochosos e a ltitude média de 240 metros, é cortada por diversos rios e igarapés fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Ji-Paraná ou Machado, abrangendo especificamente as sub-bacias do Alto Rio Machado, Alto Rio Jaru, Baixo Rio Jaru e Rio Urupá.

Em termos de fauna e biodiversidade, os municípios de estudo e Rondônia como um todo, apresentam grande opulência, estando entre os mais ricos do país neste aspecto. A Grande Ouro Preto, nesse sentido, está enquadrada na Zona Geográfica 5, a maior do estado (Rondônia, 2002). Estudo recente sobre a biodiversidade no país, classificou a região, assim como toda a área de influência da BR-364, através dos resultados do grupo temático *Pressões Antrópicas*, como *Área de extrema importância para a conservação ambiental* pontuando-a como *alta prioridade* no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2002).

De acordo com o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico, referido no Capítulo 1, a região da bacia leiteria de Ouro Preto, objeto desse estudo, está contida quase que inteiramente na Zona 1, denominadas “Áreas de Usos Agropecuários, agroflorestais e florestais”. Os municípios ficam especificamente na Sub-zona 1.1 do referido Zoneamento⁸⁸ (ver Fig 5 - Anexo IV) descrita como :

“...áreas com grande potencial social. Estão dotadas de infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sobretudo estradas de acesso; concentram as maiores densidades populacionais do estado; nelas se localizam os assentamentos urbanos mais importantes. Os custos de oportunidade da preservação já se tornaram excessivamente elevados para garantir a conservação de extensas áreas de floresta fora de unidades de conservação. Aptidão agrícola predominantemente boa. Apresenta vulnerabilidade natural a erosão predominantemente baixa.”

As diretrizes para a respectiva sub-zona são:

“Os projetos de reforma agrária devem ser direcionados para estas áreas. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção de, pelo menos, 20% da cobertura vegetal natural desta subzona. Nas áreas convertidas é recomendado o estímulo ao incremento da produtividade agropecuária baseada em técnicas agrícolas mais modernas, inclusive a irrigação, com incentivos para agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta”. (Rondônia, 2000:19).

⁸⁸ Deve-se salientar, como citado anteriormente, que existe uma fração do município de Mirante da Serra que está contida nas zonas 3.3 (Terras Indígenas) e 3.2 (Unidades de Conservação de Uso Indireto).

4.1.2.1.2 Os sistemas de Produção

Em relação aos sistemas de produção presentes na região de estudo, pode-se constatar através das Tabela 29 os principais produtos de cada município em 1995 em termos de valor da produção do produto. Percebe-se o claro predomínio da pecuária de leite como sistema principal. Mostramos a seguir a situação dos dez principais produtos ou sistemas produtivos especificamente para o município de Ouro Preto do Oeste. Percebe-se a preponderância dos sistemas de pecuária bovina como geradores dos maiores valores de produção. Entretanto, não são irrelevantes as contribuições de outros sistemas como o café e os pequenos animais. Verifica-se também o grande número de estabelecimentos que se envolvem no cultivo de arroz, feijão e milho⁸⁹, correspondendo respectivamente a 36,98%, 34,79% e 46,09% do total das unidades familiares do município.

Tabela 29 - Principais produtos dos municípios da região de estudo em termos do valor da produção do produto

Município	Nome de produto	No. de estabelecimentos que produzem o produto	Área total dos estabelecimentos que produzem o produto (ha)	Valor da produção do produto (R\$)	Renda total dos estabelecimentos que produzem o produto (R\$)	Valor total da produção dos estabelecimentos que produzem o produto(R\$)
Mirante Da Serra	Café	666	19.995,6	1.089.452,30	2.525.978,90	2.828.249,00
Nova União	Pec. leite	602	42.599,3	1.634.306,00	2.841.432,50	3.534.820,00
Teixeirópolis	Pec. leite	504	27.743,4	1.306.862,00	2.383.907,21	2.896.656,00
Vale Do Paraíso	Pec. leite	719	54.394,4	2.029.932,00	3.255.979,04	3.993.593,00
Ouro Preto Do Oeste	Pec. leite	1.572	122.940,2	6.284.094,00	8.485.358,16	10.991.839,00
Urupá	Pec. leite	1.300	39.630,2	1.718.311,00	4.617.836,66	5.178.650,00

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

⁸⁹ Salienta-se que o percentual apresentado aqui, conforme a metodologia, inclui só o valor da produção vendida de milho, não considerando o total obtido: "De um modo geral deve-se considerar o valor bruto da produção colhida, já que a utilização da produção vendida elimina o consumo humano de produtos agrícolas e animais e desfigura um conjunto importante de sistemas caracterizados precisamente pelo elevado grau de "endogenia" e de aproveitamento de subprodutos. Estes sistemas estão presentes tanto em formas "atrasadas" (sistema roça/farinha/capoeira) como em formas "modernas" (sistema de criação avícola/milho/quintal). Este critério, no entanto, apresenta um problema, principalmente no caso do consumo intermediário de milho, que é largamente utilizado como alimento para animais. Neste caso haveria dupla contagem, já que seria computado todo o milho colhido, assim como aquele que se "transforma" em suínos/aves que dele se alimentam. Para evitar este problema, o milho foi contabilizado a partir da produção vendida e não colhida." Di Sabbato op.cit.p. 8

Tabela 30 - Principais produtos da agricultura familiar de Ouro Preto do Oeste

Nome de produto	No. de estabelecimentos que produzem o produto	Área total dos estabelecimentos que produzem o produto (ha)	Valor da produção do produto (R\$)	Renda total dos estabelec que produzem o produto (R\$)	Valor total da produção dos estabelec que produzem o produto(R\$)
Pec. leite	1.572	122.940,2	6.284.094,00	8.485.358,16	10.991.839,00
Pec. corte	884	74.641,8	1.839.858,00	5.649.665,78	7.242.240,00
Café	766	44.663,6	1.467.911,28	4.171.128,34	5.054.285,00
Galinhas	1.843	123.327,2	533.003,00	8.759.814,80	11.230.723,00
Arroz	795	46.386,6	328.361,74	3.719.995,85	4.487.664,00
Milho	991	57.291,2	312.343,96	4.677.005,78	5.781.709,00
Feijão	748	39.423,0	262.908,52	3.428.085,79	4.070.043,00
Suíños	733	51.173,0	250.564,00	3.926.524,56	4.859.421,00
Cacau	215	16.403,5	201.809,30	1.044.186,00	1.400.605,00
Banana	171	8.083,2	178.415,50	736.226,80	973.894,00

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 tabulado conforme metodologia FAO/INCRA

Através da Tabela 30, nota-se também que o sistema que está presente no maior número de estabelecimentos é a agricultura doméstica, provavelmente como forte componente de renda não-monetária. A suinocultura não tem tanta disseminação nas unidades produtivas, mas ainda ocorre em mais de um terço das mesmas.

Pesquisa de campo realizada em meados de 1994 em Ouro Preto, também percebeu grande importância para os produtos da pecuária bovina em termos de valores obtidos, com destaque para vacas, bezerros e, principalmente, leite.

Tal pesquisa tem como limitação o fato de não computar o importante componente da renda não-monetária para o agricultor familiar. Entretanto, no que se refere à renda monetária, serve de interessante parâmetro para ser comparado com os dados do Censo. O quadro 9 mostra os percentuais para cada um dos produtos comercializados no universo pesquisado. Visando tipificar os produtores e separá-los dos médios e grandes que não eram beneficiários do Programa Planafloro que patrocinou o trabalho, a pesquisa dividiu-os em dois estratos, mini e pequenos, de acordo com o padrão utilizado pelo BASA⁹⁰. Constataram em Ouro Preto a presença de 2.298 lotes, sendo 1.218 (53%) ocupados pelos *mini produtores*, 1034 (45%), ocupados pelos *pequenos produtores* e 46 (2%), gerenciados por *médios e grandes produtores*.

⁹⁰ O BASA classificava os produtores na época da pesquisa através do valor bruto da produção anual em Unidades de Referência (UREF- no período uma unidade correspondia a R\$ 0,24). Até 50 mil UREFs, *mini*; de 51 mil até 200 mil, *pequeno*, de 200 mil a 1 milhão, *médio* e mais de um milhão de UREFs *grande produtor*.

Quadro 9 - Volumes totais de comercialização dos produtos gerados pelos agricultores de Ouro Preto do Oeste em 1993

	mini-produtores		pequenos produtores					
disc	quant(t)	valor(R\$) ¹	quant(t)	valor(R\$)		valor total(R\$)		
cacau	250,65	16.710,00	0,32%	603,85	513.264,00	4,92%	529.974,00	3,39%
café	680,82	1.338.946,00	25,82%	1511,7	2.873.010,00	27,54%	4.211.956,00	26,97%
arroz	859,02	128.853,00	2,48%	1411,38	211.707,00	2,03%	340.560,00	2,18%
milho	316,14	26.345,00	0,51%	1018,44	84.870,00	0,81%	111.215,00	0,71%
feijão	495,72	198.288,00	3,82%	977,1	390.840,00	3,75%	589.128,00	3,77%
algodão	60	26.600,00	0,51%	103,39	45.838,00	0,44%	72.438,00	0,46%
banana	0	0,00	0,00%	1244,93	248.986,00	2,39%	248.986,00	1,59%
leite	9122,82	2.007.020,00	38,70%	11113,71	2.445.016,00	23,44%	4.452.036,00	28,51%
queijo	0	0,00	0,00%	31,02	62.040,00	0,59%	62.040,00	0,40%
farinha	18,27	4.202,00	0,08%	0	0,00	0,00%	4.202,00	0,03%
aves	38,97	58.464,00	1,13%	74,45	111.672,00	1,07%	170.136,00	1,09%
suínos	48,72	97.440,00	1,88%	62,04	134.080,00	1,29%	231.520,00	1,48%
bezerros	6090	883.050,00	17,03%	15510	2.248.950,00	21,56%	3.132.000,00	20,05%
garrotes	740	133.200,00	2,57%	0	0,00	0,00%	133.200,00	0,85%
vacas	1071	266.679,00	5,14%	3102	772.398,00	7,40%	1.039.077,00	6,65%
novilhos	0	0,00	0,00%	1509	289.728,00	2,78%	289.728,00	1,86%
totais		5.185.797,00			10.432.399,00		15.618.196,00	

Fonte: Planafloro, 1996 adaptado pelo autor

(1) valores expressos em reais de julho de 1994

Analizando a tabela a cima percebe-se que 58,32% do valor obtido com os produtos comercializados é proveniente da pecuária bovina. Esses valores, de certa forma, corroboram os dados obtidos através do Censo.

Considerando os sistemas de produção presentes nos outros municípios da região de estudo a partir dos dados do Censo Agropecuário, foi constatada a semelhança com o panorama apresentado na Tabela 30. Entretanto, pode-se verificar algumas peculiaridades. Urupá tem como segundo e terceiro sistemas produtivos mais importantes o cultivo de feijão e café, envolvendo 1.282 e 761 estabelecimentos familiares, respectivamente. Vale do Paraíso e Nova União tem também o café como um sistema mais relevante do que a pecuária de corte, com 610 e 348 estabelecimentos envolvidos, respectivamente. Mirante da Serra, como apresentado na Tabela 29, tem no café o seu principal sistema produtivo em relação ao valor da produção gerado pela cultura. Entretanto, a Pecuária de Leite e o cultivo de feijão envolvem cada um, um número maior de unidades produtivas neste município do que a quele sistema. O município de Teixeirópolis apresenta um perfil idêntico ao de Ouro Preto.

Em síntese, os dados evidenciaram a presença de sistemas produtivos relativamente diversificados onde predomina a pecuária bovina e cujo principal produto

é o leite. Todos municípios apresentaram relevância para o cultivo do café e grãos, com destaque para o cultivo do feijão em Mirante da Serra e Urupá. No primeiro caso, 68,31% dos estabelecimentos adotam esse sistema de cultivo, já em Urupá, 78,2% das unidades cultivam a leguminosa. O sistema mais difundido, como citado anteriormente, é a avicultura doméstica, afirmando as características típicas do agricultor familiar. Apareceram também como sistemas significativos em todos os municípios a suinocultura doméstica e o extrativismo vegetal. Este último, apesar de presente em boa parte dos estabelecimentos, com exceção do município de Ouro Preto, é o produto que gera o menor valor de produção dentre os dez levantados para cada município. Surgiram ainda como sistemas importantes: o cultivo de hortaliças, em Mirante da Serra e Urupá; o plantio do cacaueiro em Ouro Preto, Vale do Paraíso e Nova União e, finalmente, o cultivo da bananeira em Teixeirópolis e Ouro Preto.

Por fim, apresentamos os dados do IBGE mais recentes sobre a produção agropecuária na região de estudo. Primeiro, apresentam-se dados referentes à produção de leite. Percebe-se o destaque de Ouro Preto como o maior produtor, embora todas as localidades tenham produção expressivas que respondem juntas por quase um quarto da produção estadual.

Tabela 31 - Produção de leite, número de vacas ordenhadas e valor da produção obtida em reais no ano de 2002 para Rondônia e os municípios da região de estudo

UF e Municípios	Produção de leite				
	Vacas ordenhadas	Quantidade (mil litros)	Valor (reais)	% vacas	% produção
Rondônia	658.647	644.103	122.379.640	100	100
Ouro Preto do Oeste	42.284	51.603	9.804.601	6,42%	8,01%
Urupá	19.393	22.759	4.324.298	2,94%	3,53%
Vale do Paraíso	17.332	21.401	4.066.245	2,63%	3,32%
Nova União	16.879	20.599	3.913.735	2,56%	3,20%
Teixeirópolis	14.184	17.310	3.288.958	2,15%	2,69%
Mirante da Serra	12.213	12.486	2.372.431	1,85%	1,94%
Total Região de Estudo	122.285	146.158	27.770.268	18,57%	22,69%

Fonte: IBGE - Pesquisa da pecuária municipal, 2002

A Tabela 32 mostra as principais lavouras permanentes e temporárias separadamente, para cada um dos municípios em 2002. Surpreende o fato de o cacau superar o café no caso do município de Ouro Preto, o que pode ser explicado pelos preços alcançados pela cultura naquele ano. Além disso, percebe-se a importância que o feijão tem como lavoura temporária. Além desta ser a principal cultura anual em Nova

União, ela alcança números expressivos, que não aparecem na tabela, nos municípios de Mirante da Serra com 2.116 ha de área colhida e Urupá com 1.070 ha da lavoura. O fato do milho sobrepujar o feijão na maioria dos municípios se deve à sua interação e complementaridade com os sistemas pecuários que dominam a paisagem da região.

Tabela 32 - Principais lavouras permanentes e principais lavouras temporárias dos municípios região de estudo em termos de valor da produção

Lavouras	municípios	Área destinada a colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (Kg/ha)	Valor (1000 R\$)
Café	Urupá	4429	3156	1894	600	1629
Milho	Urupá	1.378	1.378	2.480	1.799	1.079
Cacau	Ouro Preto do Oeste	1870	1695	1053	621	4117
Milho	Ouro Preto do Oeste	700	700	1.120	1.600	487
Café	Vale do Paraíso	4788	3172	2284	720	1964
Milho	Vale do Paraíso	597	597	955	1.599	415
Café	Teixeirópolis	1790	1052	694	659	597
Milho	Teixeirópolis	946	946	1.750	1.849	761
Café	Nova União	2258	1750	1260	720	1084
Feijão	Nova União	1.003	1.003	602	600	662
Café	Mirante da Serra	4551	2560	1997	780	1837
Milho	Mirante da Serra	1.760	1.760	3.168	1.800	1.378

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2002

Através dos dados do IDARON é possível se ter idéia da pecuária como um todo na região de estudo em 2003. As informações apresentadas na Tabela 33 comprovam que a importância da avicultura doméstica e da suinocultura persiste nos estabelecimentos da Grande Ouro Preto, mesmo oito anos após o levantamento do censo agropecuário. Dos estabelecimentos presentes, 62,05% estão envolvidos com a avicultura e 39,02% possuem pelo menos um suíno. No que se refere à suinocultura, surpreendem os números referentes ao município de Teixeirópolis onde quase 80% dos estabelecimentos adotam este sistema. Por outro lado o mesmo sistema só está presente em 28,16% das propriedades de Urupá. No caso da avicultura, todos os municípios têm mais da metade dos estabelecimentos com o sistema. Entretanto, Vale do Paraíso apresenta a maior proporção com 78,26%. Pelos dados pode-se estimar também o porte dos empreendimentos, mostrando um baixo número de animais por propriedade, tanto em porcos (sete animais por propriedade) como em galinhas (51 aves por estabelecimento), indicando que a produção é predominantemente para consumo familiar. As informações sobre a pecuária bovina ratificam a importância da mesma no

contexto da Grande Ouro Preto. Das 9.616 propriedades existentes, 83,29% tem gado bovino perfazendo 9,3% do rebanho total de Rondônia. Ouro Preto responde por quase 40% de todo o gado da região de estudo. É também a unidade administrativa com o maior número médio de cabeças por proprietário e por propriedade. No outro extremo estão Mirante da Serra e Urupá, com rebanho médio por proprietário de 60 e 58 reses, respectivamente. Contudo, em Mirante da Serra, apenas 2,7% dos estabelecimentos não tem gado. Ao contrário, Urupá tem 28,69 % de propriedades sem nenhuma rês.

Os dados também permitem que se faça uma estimativa da lotação média das pastagens com o rebanho bovino, investigando o impacto a partir da capacidade de suporte esperada⁹¹. Nesse caso, os dados agregados para toda a região de estudo são próximos aos da média estadual, que já são preocupantes. Deve-se destacar, entretanto, que Nova União, Teixeirópolis, Mirante da Serra e Urupá, apresentam índices acima desta média com mais de 1,5 UA por hectare. Como essa estimativa é conservadora, já que não foi considerada a carga animal dos eqüinos e muares, pode-se considerar que o quadro é preocupante, demandando iniciativas para o aprimoramento do manejo das pastagens e diminuição da lotação.

⁹¹ É importante salientar que essa estimativa, apesar de ser feita com base em informações da mesma instituição, usou dados colhidos em períodos diferentes. As categorias animais são de meados de 2003 e a área de pastagem do final de 2002, conforme descrito nas respectivas tabelas. Pode ter havido um incremento de área de pasto que foi plantada no final de 2002, entretanto, salientamos que não foi considerada a carga animal proveniente de eqüinos e muares mostrados na Tabela 33, que não são nada insignificantes. Com isso, acredita-se que as estimativas são até conservadoras.

Tabela 33 - Rebanho e número de propriedades com pequenos animais, equinos e muares na região de estudo em 2003

município	OVINOS		MUARES		CAPRINOS		EQUÍNOS		SUÍNOS		AVES	
	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.	Nº ANIMAIS	Nº PROPRIED.
Urupá	575	38	319	235	174	27	3.013	1.318	5.944	794	72.785	1.423
Ouro Preto D'Oeste	1.489	96	526	245	189	22	6.957	1.542	6.164	680	81.865	1.408
Vale do Paraíso	2.862	93	391	155	307	19	2.836	923	3.480	496	43.919	900
Nova União	319	37	238	198	49	12	2.194	734	3.453	621	34.824	740
Mirante da Serra	599	56	97	80	105	7	2.026	896	4.336	606	43.009	1.008
Teixerópolis	321	23	119	3	521	3	2.491	290	2.291	555	26.128	488
Total Gde Ouro Preto	6.165	343	1.690	916	1.345	90	19.517	5.703	25.668	3.752	302.530	5.967
TOTAL Rondônia	63646	3775	18468	7700	12560	1788	140262	45064	241544	28054	3101804	47252

Fonte: IDARON - Relatório de informações cadastrais (período 15/04/03 a 15/05/03)

Tabela 34 - Número de proprietários e propriedades existentes com e sem bovinos na região de estudo, total do rebanho bovino e bubalino declarado e não-declarado.

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIOS PROPRIEDADES					PROPRIEDADES PROPRIEDADES		REBANHO EXISTENTE		REBANHO DECLARADO	
	ATENDIDOS	EXISTENTES	ATENDIDAS	SEM BOVINOS	INADIMPLEMENTES	BOVINO	BUBALINO	BOVINO	BUBALINO	BOVINO	BUBALINO
Ouro Preto D'Oeste	1.864	2.053	1.890	163	0	318.831	122	318.831	122		
Vale do Paraíso	1.164	1.150	879	271	0	129.669	108	129.669	108		
Nova União	1.186	1.409	1.124	285	0	105.718	104	105.718	104		
Mirante da Serra	1.337	1.484	1.444	40	3	79.622	35	79.593	35		
Teixerópolis	661	700	661	39	0	73.099	0	73.099	0		
Urupá	2.011	2.820	2.021	809	0	117.213	0	117.213	0		
Sub-total região Gde OPO	8.223	9.616	8.019	1.607	3	824.152	369	824.123	369		
TOTAL GERAL Rondônia	71272	90330	71721	18505	70	8860769	8524	8858778	8529		

Fonte: IDARON - Relatório final da 14a. etapa de vacinação contra a febre aftosa de 2003 (15/04 a 15/05/03)

Tabela 35 - Área de pastagem nos municípios da região de estudo

MUNICÍPIOS	ÁREA DE PASTAGEM	ÁREA DE PASTAGEM	ÁREA TOTAL DE
	CULTIVADA (ha)	NATURAL (ha)	PASTAGEM (ha)
Ouro Preto D'Oeste	195.257,43	0,00	195.257,43
Vale do Paraíso	63.622,39	0,00	63.622,39
Nova União	39.719,30	0,00	39.719,30
Teixerópolis	26.713,17	0,00	26.713,17
Mirante da Serra	31.857,98	0,00	31.857,98
Urupá	48.838,27	0,00	48.838,27
Sub total Região Gde. OP	406.008,54		406.008,54
TOTAL GERAL Rondônia	4.444.098,21	33.915,21	4.478.013,42

Fonte: IDARON - Relatório de informações cadastrais (15/10 a 15/11/02)

Tabela 36 - Rebanho bovino existente nos municípios de região de estudo discriminado por faixa etária e sexo e estimativa da lotação das pastagens (UA¹/ha)

municípios	prop. de estab.		estab. sem		Até 4		4 a 12		12 a 24		24 a 36		> de 36		TOTAL				
	bovino	existente	prop.	com	bovinos	s	estab.	sem	bovino	rebanho	existente	M	F	M	F	M	F	M	F
Ouro Preto D'Oeste	1864	2053	1890	163	318953	14939	14234	23535	22146	30215	28231	30869	32451	17466	104867	117024	201929	1,10	
Vale Paraíso	1164	1150	879	271	129777	6558	6204	10310	10514	11434	13882	9770	13177	4446	43482	42518	87259	1,31	
Nova União	1186	1409	1124	285	105825	4392	4407	6684	6369	10182	9837	11905	11977	6594	33478	39757	66068	1,84	
Mirante da Serra	1337	1484	1447	37	79657	3490	3563	5339	5655	7003	9006	7952	10492	2753	24375	26537	53091	1,64	
Teixerópolis	661	700	661	39	73099	2866	2913	5941	5635	6167	7163	7228	8111	3150	23925	25352	47747	1,82	
Urupá	2011	2820	2021	799	117213	5181	5002	8649	8034	11592	10358	10368	14835	5149	38045	40939	76274	1,60	
Sub-total Gde. OP	8223	9616	8022	1594	824524	37426	36323	60458	58353	76593	78477	78092	91043	39558	268172	292127	532368	1,36	
TOTAL Rondônia	71272	90280	71791	18489	8847872	379051	363528	737117	702489	828410	793656	825412	840722	483531	2892127	3253521	5592522	1,32	

Fonte: IDARON - Informe semestral de campo referente à 14a. etapa de vacinação contra febre aftosa (14/04 a 15/05/03)

(1) Unidade Animal calculada a partir do seguinte parâmetro: animais até 12 meses, 0,23 UA; de 12 a 24 meses, 0,5 UA; de 24 a 36 meses, 0,77 UA; machos de mais de 36 meses, 1,44 UA; e fêmeas de mais de 36 meses, 0,9 UA.

4.1.2.1.3 As organizações sociais rurais

Como relatado anteriormente, o PIC Ouro Preto desde os seus primórdios foi marcado pela presença de organizações sociais rurais formais e informais. Nesse contexto, os maiores vetores para essa participação, que inicialmente estava centrada no INCRA e em sua fracassada lógica de cooperativismo, expressa a través da CIRA-PICOP⁹², passou a ser encabeçada pela Igreja, Movimentos Sociais e por meio da instituição oficial de assistência técnica e extensão rural. Em levantamento já referido anteriormente, constatou-se que 67% dos colonos em meados dos anos 1990 eram vinculados a algum tipo de organização formal. O estudo contabilizou 37 associações com 1.083 sócios, duas cooperativas com 465, um sindicato dos trabalhadores rurais com 670 filiados.⁹³ (Planafloro, 1996).

Entre as organizações que marcaram a história do movimento social em Ouro Preto podemos destacar o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as Associações de Agricultores para Ajuda Mútua, vinculadas à Igreja Católica. Entretanto, apesar de terem existido alguns eventos marcantes associados à luta por melhores preços de leite, a articulação dos agricultores é mais visível na produção de café, já que várias associações beneficiam e comercializam o produto. Como o leite é processado quase que exclusivamente por laticínios de empresas privadas e são poucas as organizações que negociam a venda do produto coletivamente, dificulta-se a mobilização dos pequenos pecuaristas. Em levantamento realizado no final dos anos 1990, Monteiro (1997)⁹⁴ constatou isso contabilizando a presença de somente 16 organizações rurais atuando prioritariamente com a pecuária leiteira na região da grande Ouro Preto. Destas, nenhuma trabalhava com o processamento do produto. Com relação aos equipamentos e a infraestrutura, dez das 16

⁹² A Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Ouro Preto foi criada no início do projeto e fortalecida no contexto do Polonoroeste. Entretanto, com o fim dos subsídios, faliu, deixando um elefante branco com duas enormes estruturas para beneficiamento e armazenamento de grãos, café e cacau, abandonado no centro da cidade. Felizmente, uma associação de agricultores familiares adquiriu recentemente o que havia sobrado e montou no local uma imponente fábrica de palmito de pupunha, e atualmente está em fase final de construção uma usina de beneficiamento de polpa de frutas.

⁹³ Esses números estão provavelmente subestimados já que o autor desta dissertação participou no início dos anos 1990 de reuniões tanto do STR como da principal associação de agricultores familiares do município e contabilizavam-se mais de 600 participantes ativos nas Assembléias Gerais.

⁹⁴ O levantamento fez parte de um projeto de transferência de tecnologia da Embrapa Rondônia, desenvolvido de 1997 a 2000, coordenado pelo autor e implantado em unidades produtivas de agricultores familiares de Nova União.

associações levantadas, relataram não possuir sede própria. O único equipamento mais relevante identificado foi a existência de caminhão próprio em duas associações que faziam o frete do leite.

Apesar da falta de mobilização e organização dos produtores no que se refere à produção de leite, segundo depoimentos colhidos com lideranças tanto em Ouro Preto como um Nova União, a greve do leite já se tornou uma tradição. A primeira foi realizada no início dos anos 1990 no auge do movimento social de Ouro Preto. As lideranças sindicais foram para a entrada do Laticínio Ouro Branco para fazer piquete. Pouco tempo depois, chegou a polícia e, segundo os entrevistados, já começou a agredir fisicamente os manifestantes. Foram realizadas diversas prisões e ameaças. A partir daí, sempre que o preço alcança valores muito baixos, como ocorreu em 2002 quando, na safra, as fábricas que estavam pagando R\$ 0,14 ameaçaram baixar para R\$ 0,10 por litro, os produtores pararam de entregar o produto. Por outro lado, a mobilização é muito difícil, já que o leite se tornou um produto vital para o orçamento de boa parte das famílias na região. Segundo depoimento de uma das lideranças:

"Na verdade os próprios produtores é que boicota a greve. O laticínio impõe e o produtor se vê numa situação... Se perder o leite, passa fome. Que, na verdade, de uns anos para cá, se perder o leite passa fome... Não tem mais nada no lote. Grande parte dos produtores se parar de entregar o leite, ele passa fome".

4.1.2.1.4 Os financiamentos Prorural, Procera e Pronaf A

Em Rondônia e na grande Ouro Preto especialmente, foram muitos os tipos de financiamentos disponibilizados a partir de diferentes fontes passando por distintas instituições financeiras para a agricultura familiar nos anos 1990. Entretanto, em termos de volume de recursos disponibilizados e número de contratos, as operações viabilizadas com recursos do FNO pelo BASA através do PRORURAL, PROCERA e PRONAF A, foram as mais relevantes.

Apesar da dificuldade na obtenção de dados detalhados sobre as operações de financiamento para a agricultura familiar na região de estudo, foi possível identificar, através do BASA, o montante destinado a cada município para os referidos programas. Conforme a Tabela 37, foram destinados para os assentados através do Procera e do Pronaf A, 1.106 contratos somando R\$ 8.698.056,14 entre 1989 e 2003. Percebe-se o

destaque do município de Nova União em cujo território foram implantados os maiores números de assentamentos no período. Já com relação ao PRORURAL, foram efetivados 1.186 contratos num montante de R\$ 22.797.421,45, destacando-se as operações ocorridas em Ouro Preto.

Não foi possível identificar a destinação específica dos recursos. Sabe-se, entretanto, que predominam projetos voltados para atividades ligadas ao cultivo de café, grãos e pecuária leiteira.

Estes números esclarecem que, apesar de ainda ser longe do ideal o alcance dos financiamentos para a agricultura familiar na região, os valores liberados não são irrelevantes, principalmente no que se refere aos programas dos assentamentos que congregam um número menor de unidades produtivas em relação às parcelas dos antigos projetos de colonização..

Tabela 37 - Total de contratos dos programas do FNO Especial efetivados nos municípios da região de estudo via BASA de 1989 a 2003 (até 30/06/2003)

município	no. De contratos	Procera e Pronaf A		Prorural	
		Valor (R\$) ¹	n. de contratos	Valor (R\$)	n. de contratos
Mirante da Serra	183	1.555.197,81	306	6.184.795,32	
Nova União	415	3.415.060,57	12	251.279,50	
Ouro Preto	299	1.055.957,26	577	12.312.042,96	
Urupá	105	1.474.352,71	106	1.292.295,51	
Vale do Paraíso	104	1.197.487,79	158	2.402.864,97	
Teixeirópolis	0	0,00	27	354.143,19	
Total	1106	8.698.056,14	1186	22.797.421,45	

Fonte: BASA, 2003 (I) valor atualizado pelo dolar a R\$ 2,80

4.1.2.2 A Agroindústria do leite na região de Estudo

Um aspecto fundamental para se conhecer como funciona o sistema agroalimentar do leite na região de estudo é identificar as agroindústrias presentes no território. No capítulo 3 analisamos a formação do SAG do leite em Rondônia, que teve Ouro Preto como local de seu nascitudo, e a situação deste segmento atualmente. Agora iremos aprofundar o estudo através da identificação e análise dos processos que vem ocorrendo com os laticínios presentes nos municípios pesquisados.

Atualmente a região da grande Ouro Preto tem 12 estabelecimentos "sifados", um laticínio fiscalizado pelo SIE e um pequeno laticínio cuja fiscalização fica a cargo da prefeitura municipal de Ouro Preto.

Estima-se que estas agroindústrias estejam processando diariamente no período em que foi feito o trabalho de campo (entressafra) 407.500 litros de leite, conforme a tabela abaixo.

Quadro 10 - Estimativa da captação diária de leite nos estabelecimentos da Grande Ouro Preto.

nome empresa	munic	informações SIF			captação diária (seca)	captação diária (águas)
		data reserva	categoria	classe		
Ouro Minas	OPO	20/07/95	fáb de lat	até 5 mil l	35000	50750
Monte Verde	MIR	28/03/96	fáb de lat	até 5 mil l	30000	43500
Canaã Ind de Lat	TEIX	15/04/94	fáb de lat	até 5 mil l	25000	36250
Canaã Ind de Lat	VAL	24/11/94	fáb de lat	até 5 mil l	25000	36250
Três Marias (Samira)	OPO	08/12/94	fáb de lat	até 5 mil l	80000	117000
Goiás Minas	NU	10/07/98	fáb de lat	até 5 mil l	20000	29000
Canaã Ind de Lat	URU	04/06/92	fáb de lat	10 a 20 mil l	30000	43500
Ind de Lat. Mirante	MIR	21/07/03	fáb de lat	10 a 20 mil l	11000	15950
Ind de Lat.Favo de Mel	URU	19/10/99	fáb de lat	10 a 20 mil l	30000	43500
Ind de Lat. Favo de Mel	TEIX	29/10/01	fáb de lat	5 a 10 mil l	15000	21750
Parmalat Brasil	OPO	21/05/84	usina de benef	10 a 20 mil l	75000	100000
Ind de Lat. Costa & Costa	OPO	30/04/99	usina de benef	20 a 50 mil l	22000	31900
Lat Daqui	OPO	s/i	fáb de lat	-	6000	8700
Lat. Marlat(Santa Clara)	OPO	s/i	fáb de lat	-	3500	5075
Total					407500	583125

Fonte: MAPA - SIF, 2004 e Pesquisa de Campo

A seguir apresenta-se as características mais marcantes dos principais estabelecimentos em termos de volume processado.

4.1.2.2.1 A Parmalat em Ouro Preto do Oeste.

Em 1994, a Parmalat adquiriu um dos maiores laticínios de Rondônia, o Ouro Branco, citado anteriormente. Segundo depoimentos colhidos, a empresa vendida estava em estado falimentar. Após uma grande reforma na planta visando a instalação de equipamento para a produção de leite UHT, a empresa italiana colocou o laticínio para funcionar.

Atualmente, existe um abismo entre a lógica da Parmalat e a das outras empresas ligadas ao setor laticinista em Rondônia. A empresa não está trabalhando mais com queijo, destinando toda a produção para leite UHT (90%), manteiga (5%) e bebidas lácteas (5%). A produção de queijo se encerrou em 2000. Um Representante alegou concorrência desleal ligada a problemas fiscais, com sonegação dos concorrentes. Além da diferença no produto final, o mercado também é completamente diferente. Enquanto o queijo de Rondônia vai preferencialmente para o Centro-Sul

(principalmente São Paulo), o leite UHT da Parmalat é todo escoado nas principais capitais do Norte e Centro-Oeste (Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Manaus).

Na entrevista, o seu gerente relatou que o laticínio teve o sistema de cota e excesso implantado em 1998. A cota e seus respectivos preços são negociados periodicamente, normalmente abrangendo todo o período seco (maio a agosto) e renovando-se posteriormente.

Percebe-se uma grande dispersão na coleta de leite feita pela Parmalat. Com sete caminhões isotérmicos, o laticínio capta leite de 380 produtores de 13 diferentes municípios (Ariquemes, Theobroma, Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto, Teixeirópolis, Ji-Paraná, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Estrela de Rondônia e Urupá). Uma grande preocupação do laticínio é com a diminuição dos custos ligados ao transporte. Falou das metas: passar de 36,2 l para 40 l/km rodado. Afirma, também, que já houve diminuição drástica no itinerário diário da captação do leite, passando de 46 para 27 mil km. O volume total captado está em 75.000 l/dia.[média de 197,4 l/produtor], subindo para 100.000 l/dia no período das águas. Atualmente, todo a produção da Parmalat é granelizada.

Relatou, também, a diminuição ou o processo de seleção rigoroso dos produtores. Há três anos 369 ecuaristas entregavam leite e em Ouro Preto para a Parmalat. Hoje são 179. A empresa vem se distanciando, dessa forma, da agricultura familiar regional, tendo cada vez menos importância para esse segmento.

4.1.2.2.2 O laticínio Três Marias (Samira)

O laticínio Samira, que pertence a empresários paulistas, concentra o maior número de fornecedores e processa o volume mais expressivo de leite na região de estudo, conforme o Quadro 10. Segue a mesma lógica predominante nas fábricas de Rondônia destinando toda a sua produção para a confecção de queijo mussarela e manteiga. A empresa mantém um posto de resfriamento em Urupá com capacidade para 10 mil litros e um caminhão isotérmico para facilitar a captação de leite naquela região. Entretanto, praticamente todo o seu leite é coletado no latão. O número de fornecedores oscila ao longo do ano entre 1.200 e 1.500. O laticínio capta individualmente de dois até 800 litros por dia, havendo grande heterogeneidade nos agricultores que abastecem a fábrica.

A matéria-prima vem predominantemente dos municípios da região de estudo, embora existam fornecedores de fora daquela região, como os agricultores de Jaru. A coleta dos latões é feita por 35 caminhões terceirizados. Algumas associações de produtores, conforme citado anteriormente, têm caminhões próprios, incluindo o da linha 166, comunidade que fornece leite para o Samira e será estudada detalhadamente no item seguinte.

Segundo depoimento do técnico do MAPA, o Samira é um dos laticínios mais problemáticos em termos de deposição de soro nos igarapés⁹⁵. Relatou que a empresa tem 12 barragens de contenção do material que não suportam o volume processado no período das águas. Na época das chuvas, ocorre o transbordamento das mesmas em direção aos igarapés degradando a qualidade da água e exterminando a fauna. A solução é difícil já que os custos são muito altos. Somente a Parmalat tem uma estação de tratamento dos efluentes (é o mesmo sistema usado para esgoto).

4.1.2.3 O mercado

Pode-se dizer que o SAG do Leite em Rondônia tem um mercado "obscuro", no sentido de que mais de 80% do que é produzido sai do estado e praticamente só as empresas sabem para quem vai o produto. Nas entrevistas foi relatado que o montante de queijo mussarela é quase todo despejado no mercado paulista. A maioria das agroindústrias da região de estudo segue a mesma lógica do estado. A exceção está na Parmalat, como relatado, que tem o seu forte na produção de leite UHT para o mercado regional que inclui Porto Velho, as cidades rondonienses da BR-364, Rio Branco, Manaus e Cuiabá. O mesmo mercado pode ser parcialmente tendido pelo produto processado com leite oriundo de três laticínios da região de estudo que são filiais do Grupo Canaã. Entretanto, essa empresa também trabalha com queijo mussarela, ao contrário da multinacional referida. As filiais do Canaã estão em Teixeirópolis, Vale do Paraíso e Urupá. Além da multinacional e do grupo paulista, existem os pequenos laticínios locais e o mercado informal. Em Ouro Preto existem dois laticínios não sifados: o Daqui que trabalha principalmente com leite fluido pasteurizado ("barriga mole") e o Marlat da linha 12/81 que já tem uma pauta mais diversificada de produtos que inclui diferentes tipos de queijo voltados para o mercado local e estadual.

⁹⁵ O soro representa 80 % do volume de leite processado no caso da produção de queijo mussarela.

O mercado informal de leite fluido em Ouro Preto foi estimado por técnicos e empresários do setor como estando entre 30 e 40% do consumo do município que perfazem três mil litros por dia. São motos e carroças que levam o leite diretamente para as casas dos consumidores e cobram preços menores do que o leite UHT e do que o pasteurizado vendidos nos supermercados, padarias e mercearias.

Ouro Preto, que centraliza o comércio da região de estudo, tem duas feiras semanais, uma aos sábados e outra aos domingos. Na feira de sábado se concentram os produtos agropecuários com destaque para folhosas, frutas, cereais, farinha de mandioca e carne bovina. A galinha caipira, comercializada viva ou abatida, também merece destaque. O peixe, da mesma forma, tem relevância, mas é produto que vem de fora. Finalmente, no caso dos derivados do leite, a venda se restringe a três pequenas bancas que vendem queijo de coalho.

Segundo relatos colhidos no local, a feira de Ouro Preto iniciou-se em 1984⁹⁶, já teve altos e baixos, mas no geral, houve uma diminuição do tamanho, principalmente após 1998. Tal fato seria um sinalizador importante indicando que isso se deve à ascensão da bacia leiteira e à diminuição da diversificação no campo, que gera diminuição na dinâmica do mercado local, enfraquecendo-o. Entretanto, a questão é difícil de ser analisada, já que a força dos supermercados já se faz presente também em Ouro Preto, o que, certamente deprimiu o mercado público.

Na venda final de produtos derivados do leite, dentro da região de estudo, tem mais peso as padarias e os supermercados. Entretanto, estes são também abastecidos por produtos vindos de fora da região de estudo, de outros estados e até do exterior.

4.1.2.4 As transações entre agricultores familiares e agroindústrias

Não se constatou nas entrevistas realizadas com produtores, técnicos e gerentes de laticínios uma grande assimetria nas transações entre as indústria e os fornecedores. Como são, principalmente, empresas de porte médio, sua capacidade de armazenar o produto para segurar o preço, que seria possível através da desidratação do leite ou em menor escala da produção massiva de queijo, fica bastante reduzida. O produto é predominantemente beneficiado em Rondônia, virando queijo mussarela. Não existe um mercado *spot* de leite fluido como ocorre nas bacias maiores. No caso, a única empresa

⁹⁶ Nesse período, a feira livre funcionava em outro local bem próxima a BR-364.

da região de estudo que teria capacidade de fazer esse "estoque estratégico", conforme relatado anteriormente, tem sofrido grandes dificuldades em se adaptar ao SAG do leite de Rondônia. Isso sem falar nos problemas externos que a multinacional tem enfrentado ultimamente. Entretanto, não deve ser descartada a possibilidade do grupo Canaã, que atua em Urupá, Teixeirópolis e Vale do Paraíso, começar a adotar essa política, já que o mesmo tem crescido muito e poderia facilmente adquirir equipamentos para desidratação do leite. Fica então o desafio para a Câmara Setorial do Leite combater essa política.

Além disso, a informalidade no relacionamento, citada no Capítulo 3, também dificulta um maior poder da indústria sobre os fornecedores. Como foi citada, a "infidelidade" é muito comum de ambas as partes.

Aspecto importante nas transações entre agroindústria e fornecedores é o preço. Nas entrevistas com os produtores constatou-se que existem regras altamente flexíveis nesse sentido. Ocorre bonificação por volume e poder de mobilização⁹⁷. Normalmente, remunera-se um preço igual para todos os produtores no dia do pagamento, todo dia 20, e as bonificações são repassadas no cheque no dia primeiro. Logicamente, só sai nas notas fiscais o preço pago no dia 20.

Outra questão importante no relacionamento entre os laticínios e os agricultores é o transporte do leite entre os lotes e as plataformas de recebimento das fábricas. Como já relatado, esta condução é feita quase que exclusivamente através de latões de plástico de 50 litros. A única exceção é a Parmalat, cuja produção é transportada em caminhão isotérmico e os fornecedores forçosamente são obrigados a manter um tanque de resfriamento de leite em suas propriedades.

A maioria dos freteiros é terceirizada, ou seja, não tem relação com os laticínios. Apesar disso, algumas empresas têm veículos próprios. Por outro lado, algumas associações de agricultores conseguiram adquirir caminhões e tem conseguido com isso, economizar o custo do transporte. O preço padrão na região é de R\$ 0,06 por litro transportado, sendo em geral, descontado do fornecedor. No caso das associações, o laticínio repassa o recurso para as organizações, que normalmente dividem o dinheiro entre os sócios (de acordo com a produção de cada um) e os gastos com motorista, carregador (latãozeiro), combustível e manutenção do veículo. Como relatado anteriormente, a maior parte dos fornecedores não está ligada a nenhuma instituição e

⁹⁷ As lideranças das associações ou os produtores que "controlam" as linhas normalmente recebem uma bonificação para manter o grupo com a empresa.

paga o valor referido de custo de frete, tendo sua remuneração significativamente reduzida. No caso dos preços médios atuais de R\$ 0,36 por litro esse custo fica em 16,7% do valor recebido.

4.1.2.5 Distribuição

No caso da Parmalat, a distribuição de seus produtos até o mercado final é terceirizada. Uma empresa de Ji-Paraná (Friocenter) é responsável por todo o trabalho. Todos os produtos, conforme citado, vão para os mercados das regiões Norte e Centro-Oeste (Cuiabá, Rondônia, Acre e Amazonas).

Os outros laticínios normalmente também terceirizam a distribuição e arcam com todos os custos para colocar, via carretas frigorificadas, o queijo mussarela no mercado do Centro-Sul. O valor do frete, segundo depoimentos de empresários, em julho de 2003 era de R\$ 240,00 por tonelada transportada até São Paulo. O produto padrão é uma barra com quatro quilos de queijo mussarela envolvido em embalagem plástica (ver Fotos 1 e 2 - Anexo V). O queijo estava sendo vendido a um preço de R\$ 6,00 a R\$ 6,20 por quilo⁹⁸.

4.1.2.6 Insumos

Apesar de predominarem sistemas produtivos com baixos insumos, pouco calcados na mecanização agrícola, Rondônia consolidou um expressivo comércio de produtos agropecuários. Este está baseado principalmente na forte demanda da cultura do café por agrotóxicos, principalmente herbicidas. Além de produtos destinados às lavouras perenes e anuais, o mercado de produtos veterinários, voltados para a produção animal, também é expressivo.

A partir de entrevistas com três revendedores de produtos agropecuários no município de Ouro Preto incluindo o mais importante em termos de venda, foi possível identificar os itens mais consumidos pelos pecuaristas da região de estudo.⁹⁹

⁹⁸ O valor apresentado na pauta de preços mínimos de 2003 (no. 02/2003) da Coordenadoria da Receita Estadual disponível na internet é de R\$ 3,75 por quilo de queijo mussarela (Rondônia, 2003)

⁹⁹ Entrevistas com os sócios-gerentes diretamente nos estabelecimentos em 9/08/03

Os produtos para controle da mosca do chifre, carrapato e vermífugos são os campeões de venda, que, segundo os gerentes, são fortemente potencializados pelas campanhas de vacinação, já que os animais têm que ser separados e colocados no tronco para a aplicação da mesma.

Dos três estabelecimentos contatados, um é especializado em insumos para a pecuária leiteira e foi aberto há menos tempo, iniciando suas atividades no município em 1997. Vende principalmente rações, produtos veterinários e equipamentos de material de consumo para a limpeza e manutenção de ordenhadeiras e tanques de expansão.

A maior empresa de revenda de insumos em Rondônia tem sua matriz em Ji-Paraná e duas filiais, uma em Ouro Preto e outra em Cacoal (pólo cafeeiro e maior consumidor de agrotóxicos de Rondônia). Além disso existe um outro grupo (Casa da Lavoura) que também faz parte da sociedade, com várias lojas espalhadas pelo Estado. Começou a operar em 1981, sendo a filial de Ouro Preto aberta em 1983. No início era calcada exclusivamente na agricultura, ninguém falava em leite. Dos quatro funcionários iniciais, a filial de Ouro Preto passou a雇用 32, em 2003. Atualmente a loja trabalha com oito técnicos: dois técnicos agrícolas e um agrônomo, voltados exclusivamente para produtos ligados às pastagens (manejo químico); três técnicos envolvidos com a agricultura e finalmente, mais dois TAs atuando na área de pecuária. Nas campanhas de vacinação são contratados de seis a oito vacinadores *freelancer*.

O gerente afirmou que o que movimenta e sustenta as lojas são os pequenos produtores: "o que movimenta é o pequeno. É o picadão!" Para ele, o dinheiro do leite é fundamental, mas tem também importância os salários dos funcionários públicos no movimento da loja.

Para se ter uma idéia do alcance das vendas desse estabelecimento, foram vendidas, somente nos últimos doze meses, 1.170.000 doses de vacinas nas duas campanhas de novembro e maio. A margem bruta da venda das vacinas está em torno de 10%, segundo o gerente entrevistado.

O estabelecimento, que tem clientes em todos os municípios da região de estudo, comercializa grande volume de produtos com destaque para os vermífugos, cuja venda alcança 3.600 litros por ano. Além disso, a loja comercializa 4.000 sacos de sal branco por mês.

Com relação à negociação com os produtores existe uma intermediação através dos carreteiros e laticínios. O produtor encomenda ao carreteiro que faz o transporte dos

insumos da loja para o lote, traz a requisição e a casa de produtos agropecuários recebe todo mês do laticínio. A Casa do Lavrador tem convênios com o Samira, a Parmalat e o Costa & Costa.

Geralmente os produtores de Teixeirópolis e Urupá adquirem produtos em Ji-Paraná.

4.1.2.7 O ambiente institucional na região de estudo

Das instituições que permeiam o universo da agricultura familiar e do sistema agroalimentar do leite, na região de estudo, pode-se destacar a IDARON e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ouro Preto do Oeste (CMDR Ouro Preto). A primeira, detalhada no Cap. 3, é norteada por dinâmicas exógenas, já explicitadas anteriormente. No caso do CMDR, as decisões são tomadas na esfera local. O Conselho foi criado em novembro de 1997 motivado pela exigência do Governo Federal de criação do mesmo e de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) para a liberação dos recursos a fundo perdido do PRONAF Infraestrutura para as prefeituras.

A instituição tem caráter deliberativo e de funcionamento permanente. As competências do Conselho são:

"Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural (...) Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no Município (...) Acompanhar e avaliar a execução do PMDR".(Ouro Preto do Oeste, 1997).

O Conselho foi criado com a seguinte composição: seis instituições governamentais (Prefeitura, Emater, Ceplac, Banco do Brasil, Embrapa e INCRA) e 22 organizações não governamentais (uma cooperativa de crédito, 20 associações de produtores rurais e um sindicato patronal)¹⁰⁰

Posteriormente, o Conselho elaborou o seu Regimento Interno, que já apresenta uma composição distinta da época de sua criação com um número menor de associações

¹⁰⁰ Deve-se salientar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ouro Preto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que atuam no município, se recusaram a compor o Conselho porque não concordarem com a gestão do executivo municipal.

de produtores (de 22 para 17) e a inclusão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Banco de Rondônia (BERON). O Regimento institui que as reuniões do Conselho serão mensais e que podem ocorrer reuniões extraordinárias quando, no mínimo, um terço dos conselheiros justificarem a convocação por escrito.

Deve-se salientar que o presidente do Conselho é o Prefeito e que este tem mecanismos para modificar as decisões deliberadas. Entretanto, apesar da dificuldade de se internalizar a importância da participação de todos os agentes na elaboração e execução de um Plano de Desenvolvimento para o município e de não tornar o Conselho uma mera arena de disputas para se angariar recursos e prestígio político, pode-se dizer que o CMDR de Ouro Preto "sobreviveu" a um período de redução de recursos do PRONAF Infraestrutura e passou a ser uma nova arena de discussão para a agricultura familiar em nível local. Por outro lado, depoimentos de técnicos que participam do Conselho atestam que vem ocorrendo uma diminuição na participação dos representantes das associações dos produtores rurais.

4.1.3 A trajetória de desenvolvimento em Ouro Preto¹⁰¹

Antes de apresentar a análise e a sistematização dos dados obtidos nas duas localidades selecionadas para o trabalho de campo, deve-se salientar o caráter dinâmico dos sistemas produtivos presentes e que não podem ser apreendidos pelos números contidos em tabelas ou gráficos. Os sistemas existentes hoje na região foram fruto de sucessivas influências que ocorreram desde o início da colonização. A partir do cruzamento de informações obtidas com os produtores e técnicos comparadas com as estatísticas históricas disponíveis, torna-se possível estimar como evoluíram predominantemente os sistemas. Entretanto, tais unidades de produção não são homogêneas como se verá no caso das duas localidades estudadas.

A região da Grande Ouro Preto teve uma dinâmica característica de regiões de fronteira agrícola. Os agricultores iniciaram a ocupação dos lotes calcados num modelo de agricultura itinerante, de derruba e queima, onde o fogo era o motor do sistema. A base dos cultivos era a lavoura branca (arroz, milho e feijão). No início, como é comum nas regiões de fronteira, houve grande complementaridade entre a atividade dos madeireiros e a dos colonos. Os primeiros, com a abertura dos carreadores para a retirada das toras, permitiam que os parceleiros tivessem acesso mais fácil a novas áreas para a derrubada.

O período inicial foi permeado pelas dificuldades de infraestrutura e falta generalizada de equipamentos para o desenvolvimento da atividade agropecuária. Nesse período, um objeto marcou a vida de todos os pioneiros da região, o cacaio¹⁰². Como os recursos eram poucos e as estradas ainda não existiam, tudo tinha que ser carregado nas costas com os trechos percorridos quase sempre a pé.

Quanto aos sistemas produtivos, além dos cultivos anuais, alguns agricultores pioneiros relataram que chegaram a cortar seringa nativa e a coletar castanha na mata, atividade que aprenderam com antigos seringueiros que ainda continuaram na região. O

¹⁰¹ Deve-se salientar que o exercício da construção da trajetória de desenvolvimento, conforme a visão de Gama da Silva et al (2000), "parte do princípio de que as sociedades rurais têm uma história própria e uma lógica econômica e social específica", porém "não é por causa de algum sentido escondido [que o procedimento é adotado], mas para captar melhor o desenvolvimento dos fatos, a lógica que conduziu para a situação atual, não é porque a origem seja a chave, mas porque deve-se compreender 'históricamente' o sentido da história". (Raud, 1993 apud Gama da Silva et al., 2000).

¹⁰² Conforme o dicionário Houaiss, cacaio é um substantivo masculino usado em Minas Gerais e na Bahia que quer dizer saco ou alforje carregado nas costas e preso por baixo dos braços (Houaiss, 2001).

extrativismo vegetal era relevante e muito da proteína animal para a família era obtido também da caça.

O quadro natural era bastante inóspito para os migrantes. As doenças tropicais, que afloram logo que se derruba a floresta, dificultavam qualquer atividade. Mesmo não sendo uma região endêmica de malária, Ouro Preto teve muitos casos no início do "desbravamento". Isso sem contar as outras doenças como a leishmaniose e as arboviroses. Do mesmo modo, são muito comuns os relatos de acidentes nesse período ligados à derrubada de árvores.

Apesar da dificuldade característica dos períodos pioneiros, a produção agrícola era exuberante, mesmo depois do segundo e terceiro plantios, favorecida pela fertilidade natural dos solos.

Em termos institucionais, como relatado anteriormente, o INCRA era o Estado em Ouro Preto. A estrutura administrativa do Instituto servia como uma incipiente "prefeitura" e todas as demandas eram carreadas naquela direção. Na verdade, a "cidade" se criou com o PIC, já que não havia nada no local, somente em Vila de Rondônia (atual Ji-Paraná) a 36 km. No que diz respeito à organização da produção, o INCRA, inserido no contexto pouco democrático da ditadura militar tentou implantar um sistema cooperativista centralizado com a criação da CIRA em 1972¹⁰³.

No caso da pecuária, houve investimento do Ministério da Agricultura ainda em meados dos anos 1970 para a aquisição de matrizes e reprodutores de suínos e bovinos de leite e corte, entretanto, não se contemplou um número muito grande de parceiros.

O depoimento abaixo, apesar de se tratar de um pioneiro de Ji-Paraná, é ilustrativo do que ocorria no período do "desbravamento" em Ouro Preto.

"Em 1977 parti, com a esposa e os quatro filhos, para Ji-Paraná, em Rondônia, entusiasmado com as notícias de amigos que haviam ali se instalado e com a possibilidade de conquistar seu próprio pedaço de terra. (...) - Cheguei em Ji-Paraná com a família e alugamos uma casinha na cidade. Com oito companheiros começamos a desbravar a mata para demarcar as terras. Era permitido até 100 hectares para cada família. Não havia estrada, e a gente tinha que caminhar até 50 quilômetros com cacai (sic)(espécie de balaião) nas costas levando os mantimentos. Chegando no local, nós montamos um barracão coberto com folhas de babaçu e começamos a fazer a limpeza da área, na base da

¹⁰³ Relatório do INCRA de 1981 afirma que mesmo após quase dez anos de existência "ainda não se encontrou e nem se afirmou numa estrutura própria nos campos administrativos, contábeis e econômicos" (INCRA, 1981)

foice, machado e moto-serra. Tinha que caçar e pescar para comer. Nos dividimos em duas turmas. Enquanto um grupo trabalhava direto por 15 dias, o outro ficava na cidade. Depois revezava. Plantei 10 mil covas de café, com sementes de Mundo Novo que tinha trazido do Paraná."¹⁰⁴

Vários detalhes do depoimento do agricultor e da reportagem corroboram algumas afirmações apresentadas anteriormente. Primeiro, quando se relata que o migrante foi atraído pela dica de amigos, que contraria a noção do agricultor como vítima, alvo da "propaganda enganosa" da ditadura militar. Depois, o agricultor fala que "começamos a desbravar a mata para demarcar as terras" deixando claro que o processo foi espontâneo, não era controlado pelo INCRA. Além disso, dá a entender que o trabalho era coletivo e que eles se "revezavam", mostrando a importância das relações de confiança e solidariedade nesse contexto.

No final dos anos 1970, passada a fase mais difícil do pioneirismo, é iniciada a consolidação de uma infraestrutura municipal mínima e de uma rede de estradas vicinais que alcançam um raio de dez quilômetros às margens da BR-364, preparando a cena para o que se chamou de "década da destruição". O financiamento de motosserras e a chegada em massa das madeireiras faz com que a dinâmica de ocupação se acelere na região, ocorrendo grande aumento na migração, motivado também pelo boca-a-boca de parentes e conhecidos, encantados com a fertilidade do solo em Ouro Preto. Nesse período, os subsídios são fartos em várias áreas como a de grãos, cacau e seringueira. O cacau, com preços internacionais ainda em alta, tem seu plantio incentivado aliado ainda ao apoio da CEPLAC e a implantação da Rondônia Indústria e Comércio de Cacau Ltda (INDECA). A política de preços mínimos, somada a uma estrutura razoável de armazenamento e aquisição de grãos, favorece um *boom* na produção de arroz, milho e feijão em Ouro Preto. É desse período também a introdução do café, motivado pela chegada de muitos migrantes paranaenses e mineiros. A Embrapa, nessa época, começa a colher alguns resultados dos plantios iniciados em 1976-77 na região, embora, ainda fossem materiais pouco adaptados, alguns em consórcio com seringueiras.

Essas duas primeiras fases encerram o que poderíamos chamar, conforme a abordagem das trajetórias de desenvolvimento, de *espaço pioneiro* (Gama da Silva et al, 2000). Esse espaço se caracterizou pela permanência de parcelas e recursos naturais não

¹⁰⁴ Depoimento de Novais Ferreira da Silva, o Baiano, de 67 anos, um dos vários agricultores que chegaram a Rondônia, nos anos 70, para desbravar a mata e plantar café.
Disponível em <http://www.revistacafeicultura.com/edicao04/acafeicu.htm>.

apropriados. A transição, posteriormente, se dá para o que estes autores chamam de *espaço diversificado*. Este se distingue pela existência predominante de unidades de produção com atividades e produtos múltiplos. A realidade se aproxima do que Gama da Silva e colaboradores denominam *diversificação camponesa*.¹⁰⁵ O período de espaço diversificado coincide com grandes investimentos na tentativa de consolidar os cultivos perenes na região de estudo, principalmente cacau e seringueira. Entretanto, das intenções por trás dos programas oficiais, para a prática, ocorreu um grande hiato. Ao invés do cacau e da seringa, o cultivo perene que mais cresceu foi o do café, ancorado na iniciativa espontânea dos agricultores familiares, fortemente influenciados por suas origens culturais e pela adaptação dos materiais da espécie *Coffea canephora* Pierre do grupo Conilon, trazidos do Espírito Santo. Nesse período, potencializada pelos investimentos promovidos pelo Programa Polonoroeste, a produção de grãos também foi expressiva. Por outro lado, o asfaltamento da BR-364 em 1984 e a melhoria geral na infraestrutura manteve ou até acelerou a forte migração para Rondônia e Ouro Preto, em especial. São dessa época os recordes de desmatamento sendo esse espaço palco do auge da "década da destruição". Essa fase também inaugura a atuação do movimento social organizado em Rondônia, apoiado na Igreja Católica. Ademais, conforme relatado no Capítulo 3, esse período "fervilhante" também presenciou a inauguração do primeiro laticínio de Rondônia, que viria a ser a semente da implantação do SAG do leite no Estado.

A fase seguinte corresponde à "preparação do terreno" para a bacia leiteira e à transição do *espaço de produção diversificada* para a *bacia de produção*. O último espaço está ligado à presença de um número significativo de unidades de produção especializadas, à existência de circuitos comerciais e de intermediações e unidades de processamento (Gama da Silva et al., 2000). Nessa ocasião, existe um "arrefecimento" da migração e a dinâmica populacional se estabiliza. Em termos de inovações

¹⁰⁵ Dentro da discussão sobre os tipos de espaços locais e as modalidades de transição de um tipo para outro, os autores identificaram, para o contexto do Semi-Árido nordestino, quatro tipos de espaço: o pioneiro; o espaço de produção diversificada; a bacia de produção e o espaço marginalizado. O espaço diversificado, inclui três realidades diferentes: i) a diversificação autárquica (ou autônoma), que corresponde a situação onde a comunicação com o exterior e as intermediações comerciais são raras, sendo o agricultor obrigado a produzir de tudo um pouco; ii) a diversificação camponesa, quando a integração ao mercado é parcial e de volumes reduzidos; e iii) a diversificação de crise, caracterizada pela procura de alternativas à redução das rendas agropecuárias que pode ser expressa através da transformação dos produtos na propriedade ou da venda de serviços ou de mão-de-obra no meio rural ou na cidade (Gama da Silva et al., 2000).

tecnológicas, é iniciada a generalização do uso de cercas de arame liso e o plantio de sementes de braquiárao (*Brachiaria brizantha*), o que faz com que a paisagem se modifique, já que a gramínea se adaptou de forma impressionante às condições edafo-climáticas locais. Até o final dessa fase foram implantados metade dos laticínios que existem hoje na região de estudo. Esse período coincide também com uma melhoria nos preços do café no final da fase, o que faz com que alguns agricultores que haviam cortado os cafezais no início dos anos 1990, voltem a plantá-los em meados da década. Esse é também o período áureo do movimento social em Ouro Preto com grande fortalecimento do setor trabalhista sindical. Essa dinâmica do movimento social se reflete na eleição do prefeito do município¹⁰⁶. Também se inaugura nessa etapa a atuação de ONGs em parceria com as organizações de base. Essa parceria redonda na criação da primeira associação de produtores rurais com preocupações ambientais na região, a Associação dos Produtores Alternativos (APA), criada em 1992 por um grupo de lideranças do STR que atuavam junto com uma ONG de Porto Velho.

No espaço que vem a seguir, consolida-se a bacia de produção com a presença marcante de laticínios queijeiros e uma expressiva produção de excedentes na região. Por outro lado, o governo estadual lança nesse período o Programa Plante Café que, apesar de graves deficiências no que se refere ao planejamento e execução do Programa, promove um relativo aprimoramento no fomento de sementes melhoradas de café Conilon viabilizado através de parceria com a Embrapa Rondônia¹⁰⁷. A fase também contempla o maior aporte de recursos para a agricultura familiar via crédito rural através do PRORURAL e do PROCERA, viabilizados com recursos do FNO. As instituições aprimoraram a fiscalização do rebanho bovino no final do período.

Finalmente, chega-se a fase atual onde ainda apresentam-se as características de uma bacia de produção com predomínio dos sistemas de pecuária bovina. O café entra novamente em crise o que faz com que a principal associação de produtores da região tenha graves problemas financeiros. Começam a surgir algumas alternativas, com a inauguração de uma usina de beneficiamento de palmito de pupunha pela APA. O cacau

¹⁰⁶ A eleição em 1992 para Prefeito Municipal de Ouro Preto pelo Partido dos Trabalhadores do ex-agricultor Agmar Piau que fez parte da CPT e havia sido presidente do STR, despertou grande esperança de maiores conquistas do movimento social na região, entretanto, sua gestão foi marcada por denúncias de corrupção e problemas políticos. O prefeito teve um final trágico falecendo num acidente automobilístico poucos meses antes de terminar o mandato.

¹⁰⁷ A referida empresa, tem em Ouro Preto o seu principal campo experimental e banco de germoplasmas ligado à cultura do café.

recrudesce, alçado pela sensível melhoria nos preços, como opção para os produtores. Dessa forma, antigos cacauais abandonados são ressuscitados nas áreas de colonização.

As perspectivas para essa última fase são bastante incertas. Após a apresentação das duas estórias, vamos voltar a esse assunto no item 4.4.

No Quadro 11 apresenta-se um resumo da trajetória de desenvolvimento na região da Grande Ouro Preto com ênfase nas inovações tecnológicas significativas, suas origens e seus vetores.

Quadro 11 - Trajetória de desenvolvimento na Grande Ouro Preto com ênfase nas inovações tecnológicas¹⁰⁸ (Continua)

Fases/Etapas	Cultivos e criações	Terras/recursos	Inovações	Vetores de inovação
1 - "Desbravamento" – atuação dos pioneiros agrícolas (1970 – 1978) <i>ESPAÇO PIONEIRO</i>	Arroz, milho, feijão Extrativismo – madeira, seringa, castanha. Começa a chegar o gado bovino em RO, caracterizado pela indefinição racial e baixo potencial produtivo, exceção feita ao gado trazido pelo governo para o setor da "Pecuária"	A floresta é a paisagem predominante	Vários agricultores citam que na fase inicial chegaram a cortar seringa que era um dos poucos produtos com mercado. As ferramentas básicas eram o Machado e a plantadeira. Em termos institucionais tenta-se implantar um cooperativismo "oficial" no projeto de colonização.	INCRA, primeiros cerealistas, madeireiros, seringueiros. Ministério da Agric. (primeiras matrizes leiteiras) agricultores migrantes
2 - Primeiros cultivos (1979 – 1982) <i>TRANSIÇÃO DO ESPAÇO PIONEIRO PARA O ESPAÇO DE PRODUÇÃO DIVERSIFICADA</i>	1o. Ciclo do Cacau e auge da extração de madeira. A produção de grãos é grande, escorada na política de preços mínimos e créditos de custeio. Efetivo do rebanho bovino continua crescendo, porém sem nenhum padrão genético	Começa a chamada década da destruição potencializada pela chegada massiva da motosserra. Chegam na região as serrarias que trabalham com madeira de lei e começam o processo de corte seletivo.	motoserra introdução do café (predomínio de materiais não adaptados, principalmente da espécie arabica) serrarias	CEPLAC - turbinada pelo sucesso do cacau no Sul da Bahia a Ceplac investe pesado em Ouro Preto Casas Agropecuárias Indeca Igreja Católica Agricultores
3 – 1o. Ciclo do Café e grande diversificação (1983 – 1989) <i>ESPAÇO DE PRODUÇÃO DIVERSIFICADA</i>	café conilon seringa. Financiamentos, pesquisa e assistência técnica para o cultivo da seringueira e auge da produção de grãos e da "agricultura em área de toco". Início da produção de leite e produção de queijo salgado vendido para a Bolívia	Com a intensificação da agricultura, o desmatamento chega aos índices mais altos em termos de área desmatada por ano. É o auge da década da destruição.	Criação das Associações de Ajuda mútua (inovação organizacional) e começo da organização do movimento social rural máquinas de beneficiar cereais (arroz, milho e café) armazéns do governo (Cibrazem) inauguração do laticínio Ouro Branco	Probor/ Polonoroeste Igreja Católica Cerealistas Agricultores Grandes investimentos do Polonoroeste, incluindo asfaltamento da BR-364

¹⁰⁸ Quadro elaborado pelo autor adaptando metodologias apresentadas por Gama da Silva et al (2000) e Sabourin (2002).

Quadro 11 - Trajetória de desenvolvimento na Grande Ouro Preto com ênfase nas inovações tecnológicas (continuação)

Fases/Etapas	Cultivos e criações	Terras/recursos	Inovações	Vetores de inovação
4 - Início da formação da bacia leiteira (1990 – 1995) <i>TRANSIÇÃO DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DIVERSIFICADA PARA A BACIA DE PRODUÇÃO</i>	Ascensão da pecuária bovina e consolidação da B. brizantha como gramínea predominante Recuperação do preço e novo boom do café no final do período Introdução de frutas regionais como cupuaçu, açaí e a raçá-boi e implantação de unidades de sistemas agroflorestais com espécies madeireiras	aumento da concentração de terras nas margens das principais vias de acesso, por comerciantes e funcionários públicos	cerca de arame liso e currais sementes e mudas café conilon herbicidas pós-emergentes (Gramocil) fortalecimento do setor sindical (trabalhadores rurais) e movimento sem terra chega a mosca-do-chifre em RO	Laticínios Casas Agropecuárias STRs Embrapa Agricultores ONGs (IPHAE)
5 - Consolidação da bacia leiteira (1996 – 2000) <i>BACIA DE PRODUÇÃO</i>	O Governo do estado entra com o programa Plante Café e a área plantada explode. Inicia-se um maior controle com relação à vacinação, transporte e abate de gado bovino. As campanhas começam a ser levadas a sério.	eliminação de praticamente toda a cobertura florestal nativa na região.	tanques de resfriamento, aquisição de tourinhos, produtos veterinários, vacinação do rebanho criação de PAs - a luta pela terra começa a dar resultados na Grande Ouro Preto com a ocupação da fazenda Triângulo e criação dos PAs Zumbi, Palmares e Margarida Alves. irrigação e mudas clonadas para café produção de queijos via laticínios.	Laticínios Casas Agropecuárias freteiros Idaron Emater BASA e BB - Pronaf/Prorural MST e STRs Planafloro/PAIC agricultores
6 - Bacia leiteira consolidada (2001-?) <i>TRANSIÇÃO DA BACIA DE PRODUÇÃO PARA ?</i>	Recuperação do preço do cacau, entrada do cultivo de pupunha para palmito, expansão da pecuária leiteira, novo ciclo de decadência do setor cafeeiro afetando a principal associação de pequenos produtores do município.	Início de Projetos ambientais locais gerenciados pela Prefeitura Municipal em parceria com o MMA e as associações de produtores. Os problemas em relação a contaminação dos igarapés por soro de leite se agravam..	Usina de beneficiamento de palmito de pupunha surge como alternativa aos agricultores da região; Leite UHT e início do processo de seleção da Parmalat, excluindo produtores de menor volume; O celular passa a ser comum nos lotes das localidades mais próximas a Ouro Preto. Em termos institucionais, começa a funcionar efetivamente o IDARON, afetando bastante o universo dos agricultores familiares.	Laticínios Casas Agropecuárias IDARON Emater BASA e BB APA produtores MMA

Após a apresentação do quadro com o resumo da trajetória de desenvolvimento de Ouro Preto, descreve-se a sistematização dos resultados do levantamento feito nas duas localidades selecionadas. Os dados são predominantemente qualitativos e evidenciam a complexa realidade presente nesse contexto. Primeiro, mostra-se um panorama dos agricultores familiares na Linha 166 em Ouro Preto do Oeste, congregados principalmente na Associação dos Produtores da Linha 166 (ASPROR-166). Posteriormente, enfoca-se a realidade dos agricultores assentados na Gleba 4 do Projeto de Assentamento Palmares, no município de Nova União, organizados através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Boa União (ABUAP) e do grupo informal que gerencia o fornecimento coletivo de leite dos produtores da grotinha para uma agroindústria local.

4.2 Uma estória - as famílias da Linha 166¹⁰⁹

4.2.1 Antecedentes

A linha 166 foi uma das primeiras que foram abertas para a implantação do PIC Ouro Preto. As famílias de agricultores começaram a chegar ao local em 1971 e 1972, quando o acesso ainda era difícil até os lotes. No período inicial, ocorreu um conflito em duas glebas na margem esquerda da RO-470, quando uma fração do território que deveria ser destinada à reserva florestal, já que a presentava alta declividade e afloramentos de rocha, foi invadida por posseiros. O INCRA acabou optando por assentar os ocupantes em lotes menores (60 ha, em média) e oficializou a situação. O primeiro lote considerado na região de estudo a partir de quem entra na comunidade pela referida rodovia, é remanescente desse período, sendo o único, junto com o lote que lhe faz frente, da margem direita da rodovia, que ficou com essa dimensão diferenciada em relação ao padrão de 100 ha do PIC. Ambas as parcelas foram cortadas pela rodovia posteriormente, já que ficaram exatamente na rota da estrada aberta para ligar Ouro Preto a Vale do Paraíso. Anteriormente, o acesso à linha 166 e à comunidade conhecida como Cantina, se dava por um travessão que desembocava na BR.

No início da colonização, Ouro Preto não existia. Só começou a se conformar em condições para dar apoio aos colonos, em meados dos anos 1970. Até então, o apoio aos parceiros era feito em Vila de Rondônia (atual município de Ji-Paraná) ou Porto Velho. Três agricultores pioneiros entrevistados afirmaram que iam até Porto Velho a 330km de distância para acertar os financiamentos de gado e lavoura.

Atualmente, o acesso à localidade se dá pela rodovia estadual RO-470 que liga Ouro Preto a Vale do Paraíso. A distância, em trecho todo pavimentado, desde o cruzamento da rodovia estadual com a BR-364, que fica dentro de Ouro Preto, até a esquina da Linha, é de oito quilômetros. Conforme os critérios apresentados no Capítulo 2, foi arbitrado um universo que abrange 5.307,65 hectares desta localidade, perfazendo 54 parcelas distribuídas no PIC Ouro Preto. Esse universo contempla 13 dos 22 quilômetros de estrada vicinal que correm paralelos a BR-364 da rodovia estadual até a Linha 206 (ver Figura 10 - Anexo IV).

¹⁰⁹ A colonização agrícola em Rondônia seguiu o mesmo padrão e nomenclatura dos projetos implantados no Paraná. Dessa forma, as comunidades e as estradas vicinais são conhecidas como "Linhas".

A localidade é privilegiada em seu quadro natural. Predominam solos de média a alta fertilidade (Latossolos Vermelhos) sendo a área também cortada por um grande número de pequenos córregos e igarapés. Restrições se limitam a alguns locais com relevo mais acidentado e às baixadas que ficam encharcadas no período chuvoso.

A cobertura vegetal nativa já foi praticamente toda eliminada, restando apenas 10 % de sua área nas fundiárias dos lotes. As pastagens cultivadas são a paisagem predominante.

4.2.2 A posse da terra

O mesmo território que pertencia às prováveis 54 famílias que deveriam ser proprietárias de 100 ha de terra, cada uma, no início dos anos 1970, está apropriado hoje por 64 donos diferentes. Entretanto, a distribuição está completamente distinta. O universo envolve desde minifundiários com apenas 3,75 ha de terra, até fazendeiros que possuem mais de 300 ha no universo de estudo e ainda têm outras propriedades em outras localidades. A Tabela 38 mostra a distribuição da posse da terra na região de estudo. Percebe-se o predomínio de parcelas com área entre 50 e 200 ha, ocupando, da mesma forma, a maior fração do território estudado. Levando-se em conta critérios de distribuição da posse da terra, a localidade apresenta uma situação favorável em relação à média regional (apresentada no Cap. 3), o que já era previsível porque arbitrou-se o universo numa região com predomínio de agricultores familiares. Entretanto, o panorama é bem diferente do início da colonização quando a desigualdade da posse da terra era zero. A porcentagem da área total correspondente aos imóveis menores do que a mediana (os 50% menores) foi de 23,6%. Por outro lado, a mesma percentagem de área ocupada pelos 10% maiores foi de 29,3 %. Ou seja, as maiores 10% das propriedades da localidade ocupam um pedaço de terra maior do que a metade dos estabelecimentos presentes na região de estudo. Deve-se salientar que, além dos dados apresentados na Tabela 38, constatou-se que oito proprietários possuíam terra além das parcelas da qual se apropriaram na localidade.

Levando-se em conta o predomínio da mão-de-obra familiar¹¹⁰ para estabelecer uma tipologia com relação ao total de agricultores familiares no universo

¹¹⁰ Nesse caso, o autor usou o critério mais simples possível: perguntou a alguns membros da comunidade que conheciam bem os moradores, quem contratava terceiros e quem usava a mão-de-obra familiar para ordenhar as vacas.

pesquisado, percebe-se que quase um quarto da área não está sendo ocupado por este segmento. Os não-familiares variam de comerciantes que resolveram comprar um pedaço de terra, passando por fazendeiros ou até agricultores familiares que tiveram um processo de acumulação ao longo do tempo e hoje somente administram a propriedade através do trabalho de meeiros (Tabela 39).

Tabela 38 - Número de proprietários por estrato de área e respectiva área ocupada

estratos de área	no. de propriet	%	área ocupada (ha)	% ocupado do total
menos de 5 ha	2	3,13	8,55	0,16
de 5 a menos de 10 ha	2	3,13	10,3	0,19
de 10 a menos de 25 ha	5	7,81	95,9	1,81
de 25 a menos de 50 ha	9	14,06	347,9	6,55
de 50 a menos de 100 ha	14	21,88	790	14,88
de 100 a menos de 200 ha	29	45,31	3077,6	57,98
de 200 ha a mais	3	4,69	977,4	18,41
Total de proprietários	64	100,00	5307,65	100,00

Fonte: IDARON - Cadastro 1999, ficha do proprietário 2003 e Pesquisa de Campo.

Tabela 39 - Condição do proprietário e área ocupada

tipo de produtor	no. de propriet	%	área ocupada	%
agricultores familiares	50	78,13	3993,65	75,24
agricultores não-familiares	14	21,88	1314	24,76
total	64	100,00	5307,65	100,00

Fonte: IDARON e Pesquisa de Campo

Mesmo considerando os proprietários com a mesma quantidade de terra, deve-se evitar percebê-los como unidas semelhantes. Por exemplo, a família Matos¹¹¹, marido, mulher e nove filhos, recebeu 100 ha do INCRA em 1971. Seis dos herdeiros ainda residem lá, casados e com filhos ou não, somando atualmente 28 pessoas. Os que não residem mantêm um pequeno rebanho, havendo uma superlotação de diferentes "empreendimentos" familiares que tem que ser acordados e negociados, envolvendo irmãos, cunhados, genros, etc. Além de uma área para colocar o gado próprio, cada membro da família tem suas respectivas roças de cacau ou café. Enquanto isso, a família Luna, cujo casal tem cinco filhos, possui a mesma quantidade de terra. Neste caso, somente o filho solteiro reside no lote. O pai tem poder total sobre as atividades e mantém duas famílias de "meeiros" residindo em sua área. Uma cuida do gado e tira o leite, sendo compensada com metade do valor obtido parcialmente; a outra família é

¹¹¹ Conforme relatado anteriormente, nenhum entrevistado foi identificado. Neste caso, usamos nomes fictícios.

responsável pelas atividades ligadas ao cultivo do cacaueiro. Ou seja, situações aparentemente semelhantes, no fundo demonstram escolhas e situações bem diferentes.

Por outro lado, nesse contexto, surge mais uma vantagem do gado bovino em relação aos outros empreendimentos, que foram apresentadas no Cap. 1. Quando da necessidade da partilha dos bens ou até ainda no gerenciamento dos "empreendimentos" de cada membro da família, o processo é facilitado, já que reses de donos diferentes podem pastar numa área comum e são facilmente divididas quando ocorre o espólio, enquanto uma área de cultivo perene trará provavelmente futuras confusões.

Outra comparação interessante pode ser feita entre os dois maiores produtores de leite da localidade, ambos associados a ASPROR 166 e que coincidentemente são os que mais possuem terra no território do universo estudado. Um deles é um comerciante que resolveu investir na agricultura e hoje já tem mais de sete lotes, sendo três no universo de estudo. Ele produziu uma média de 367,4 litros de leite por dia no mês de julho e tinha mais de 1.400 cabeças de gado. É um típico agricultor patronal com 100% da mão-de-obra contratada. O outro exemplo é o de um agricultor pioneiro que conseguiu se capitalizar ao longo do tempo e possui hoje 348,9 ha. Ele produziu, no mesmo período citado, uma média de 380 litros de leite por dia. Este produtor, que tem um rebanho de 734 cabeças, sendo 103 vacas em lactação, tem sua mão de obra, que se resume à lida com o gado, baseada predominantemente no próprio esforço e dos três filhos homens.

O estudo detalhado da localidade também nos mostra que nem sempre o proprietário da terra é o proprietário do gado bovino que pasta na terra. Não porque este alugue pasto, mas porque a família reside junto com o proprietário e possui gado ou reside na cidade, mas investe em gado e o deixa no lote da família como reserva. A obrigatoriedade de registrar os animais, exigida pelo IDARON, revelou um universo novo, já que o proprietário não pode se responsabilizar por um bem que não é dele. Com isso, surge uma nova lógica para o extensionista e para os financiamentos. A quem ele deve se aliar para efetivar o seu trabalho de cooperação técnica? Como serão feitos os investimentos previstos no financiamento, se for o caso? Na região de estudo encontramos casos extremos onde o proprietário do gado se encontrava no exterior, precisamente trabalhando como imigrante ilegal nos EUA e mandava recursos para a aquisição de gado e manutenção do rebanho.

Em outros casos, o proprietário assumiu no IDARON a responsabilidade pelo rebanho de terceiros, conforme o depoimento de um dos agricultores entrevistados.

"Rapaz, pra te falar assim a verdade, tem na minha ficha do IDARON... Se você chegar lá, eu tenho 79 cabeças, só que não é tudo minha não. Se eu ponhar de mim, de mim aí, eu não posso botar mais que 15 cabeças de criação. Tem dos meninos, tem também de a meia com uma mulher que vive com a gente lá no lote".

Foi constatado que cada vez mais começa a ocorrer o desmembramento por herança. Os migrantes chegaram em Rondônia numa idade relativamente avançada, já que suas trajetórias em geral foram longas, passaram e tentaram se estabelecer por diversas cidades sempre sem encontrar a oportunidade adequada. Atualmente, os filhos já se casaram e os bens começam a ser divididos, como relatado anteriormente.

Para confirmar essa assertiva analisou-se o cadastro feito pelo IDARON em 1999. Dos 64 proprietários do universo pesquisado, foi possível recuperar informações referentes a 43 parceiros. Dessa forma, verificou-se a idade que os proprietários tinham quando foram entrevistados em 1999. Percebe-se pelo Quadro 12 que mais da metade dos cadastrados já havia passado dos 50 anos. Deve-se salientar também que dos 43 proprietários cadastrados, somente quatro eram mulheres.

Quadro 12 - Grupos de idade dos agricultores da Linha 166

grupos de idade em junho de 1999	no. de propriet.	%	% acumulado
de 20 a menos de 25	1	2,33	2,33
de 25 a menos de 30	0	0,00	2,33
de 30 a menos de 35	4	9,30	11,63
de 35 a menos de 40	4	9,30	20,93
de 40 a menos de 45	6	13,95	34,88
de 45 a menos de 50	5	11,63	46,51
de 50 a menos de 55	7	16,28	62,79
de 55 a menos de 60	6	13,95	76,74
de 60 a menos de 65	4	9,30	86,05
de 65 a mais anos	6	13,95	100,00
Total	43	100,00	

Fonte: IDARON - Cadastro Agropecuário, 1999

Quadro 13 -Grupos de proprietários por número de cabeças de gado que possui¹¹²

grupos de proprietários por no. de cabeças de gado em junho de 1999	no. de propriet.	%
sem gado bovino	2	5,00
de 1 a menos de 10	1	2,50
de 10 a menos de 20	2	5,00
de 20 a menos de 40	5	12,50
de 40 a menos de 60	4	10,00
de 60 a menos de 100	5	12,50
de 100 a menos de 150	12	30,00
de 150 a menos de 200	5	12,50
de 200 a menos de 300	3	7,50
de 300 a mais cabeças	1	2,50
Total	40	100,00

Fonte: IDARON - Cadastro Agropecuário, 1999

Através das informações contidas no cadastro citado, tornou-se possível também saber a quantidade de cabeças de gado que cada parceiro possuía. O Quadro 13 apresenta os dados por grupo de proprietários, segundo o número de cabeças que possui. Verifica-se que quase um terço dos agricultores tinha, no período pesquisado, entre 100 e 150 reses.

O cadastro permite também uma visão sobre a produção leiteira na localidade. O Quadro 14 mostra o predomínio de produtores de leite com média diária na faixa de 20 a 100 litros. O número de vacas em lactação (dados referentes a junho de 1999) variou de 2 até 82, sendo de 23 vacas em média. A produtividade média na região de estudo era de 3,2 litros por vaca por dia, variando de impressionantes 1,41 até 5,1 litros por vaca.

¹¹² Dos 43 cadastros de proprietários obtidos, três apresentam dados inconsistentes com relação ao rebanho e foram retirados desta tabela (apresentavam grande área de pasto e rebanho inexistente).

Quadro 14 - Número de produtores de leite dentro do universo da pesquisa estratificados por grupo de produção média diária do produto

média de leite produzido por dia	prop. familiares	prop. não- familiares	total
menos de 10 l	1	0	1
de 10 a menos de 20	4	0	4
de 20 a menos de 50	7	0	7
de 50 a menos de 100	12	0	12
100 a menos de 150	3	1	4
de 150 a menos de 200	1	0	1
de 200 a menos de 300	2	0	2
de 300 a mais litros	1	0	1
Total	31	1	32

Fonte: IDARON - Cadastro Agropecuário, 1999

Ainda no contexto da pecuária bovina, como o Cadastro apresenta as categorias animais por idade, é possível estimar a lotação das pastagens¹¹³. As áreas disponíveis formadas por pastagens plantadas para os rebanhos bovinos por unidades produtivas variaram de dois até 96 hectares, com média de 52,1 ha. Estas estão divididas em média por quatro piquetes, variando de nenhuma divisão até sete piquetes. A lotação média obtida foi de 1,24 UA por hectare, variando de 0,53 UA/ha até 1,95 UA/ha.

Outro dado interessante refere-se à diversificação e aos sistemas de produção presentes em 1999. Percebe-se a importância do cultivo do café nas unidades produtivas que foi verificado em 76,7 % das parcelas. Além do café, o cultivo do cacau também é comum na localidade, aparecendo em 14 unidades. Como relatado anteriormente, a avicultura doméstica (o número de aves variou de 12 a 300) predomina em ambientes com agricultura familiar, sendo constatada em 86% dos lotes do universo estudado. Já a criação de suínos, se restringiu a 18 parcelas (Quadro 14).

Foram encontrados também três produtores trabalhando com piscicultura comercial (engorda de tambaqui), entretanto somente um deles havia obtido retorno razoável com a criação.

¹¹³ Cf. nota 1 da Tab. 36

Quadro 15 - Diversificação nas unidades produtivas a partir dos estratos de área plantada com café

grupos de produtor por área de café plantada	no. de proprietários	UP com suínos	UP com aves	UP com cacau	UP com mais de 2 ha de lavoura branca
sem café	10	2	4	1	2
produtores com área de café até 2 ha	4	2	4	0	0
de 2 a menos de 5 ha	11	5	11	3	1
de 5 a menos de 10 ha	6	2	6	4	2
de 10 a menos de 15 ha	7	4	7	4	7
de 15 ha a mais	5	3	5	2	1
Total	43	18	37	14	15

Fonte: IDARON - Cadastro Agropecuário, 1999

4.2.3 As redes locais de conhecimento e as inovações

Foram identificadas diversas inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais na Linha 166. Estas tiveram como fonte diferentes agentes e instituições e foram repassadas através de distintos canais de difusão. A localidade alcançou predominantemente um processo de desenvolvimento como o apresentado na trajetória contida no Quadro 11.

Detalhando-se a dinâmica das inovações tecnológicas na localidade pode-se dizer que as principais fontes de informação, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, foram os próprios agricultores e as casas agropecuárias. Dessa forma, os principais canais de difusão das inovações são espontâneos, via relações interpessoais entre agricultores por uma rede de proximidade e de vizinhança, e o mercadológico, feito através dos vendedores daqueles estabelecimentos. Em um nível bem menos significativo, surgem o órgão de assistência técnica e extensão rural, a Igreja e algumas instituições que influenciaram produtores isoladamente. Esse foi o caso do Sindicato Patronal que intermediou a aquisição, financiada pelo Banco do Brasil, de fêmeas enxertadas via transferência de embrião. Além disso, deve-se destacar também os laticínios que financiam em geral a compra de touros melhorados e equipamentos

para a ordenha. Ademais, no caso específico do cacau, a Ceplac tem técnicos que acompanham as lavouras financiadas.

Já em termos organizacionais e institucionais, houve uma grande influência da Emater e indiretamente do BASA que impôs condições para a viabilização dos financiamentos. As principais organizações sociais rurais ligadas à produção foram motivadas por essas instituições. A Igreja católica colaborou na medida em que normalmente pregava os moradores em comunidades para encontros soterianos, facilitando e tornando-se complementar às atividades no âmbito da organização produtiva.

Por outro lado, uma das mais importantes decisões da principal organização da localidade que está ligada à aquisição do caminhão para possibilitar o barateamento do frete do leite, aparentemente, foi tomada exclusivamente pelos agricultores.

No que se refere à "cultura organizacional", a comunidade católica tem forte influência sendo as suas principais lideranças os ocupantes, quase que exclusivamente, dos cargos de direção da organização. Daí a experiência na realização de Assembléias Gerais, reuniões, elaboração de Atas e outros procedimentos básicos do universo associativista.

A Igreja também influencia nas inovações tecnológicas, apesar de ter um alcance bem reduzido, através das atividades dos agentes de saúde que, além das recomendações "homeopáticas" para a comunidade, conhecem receitas caseiras para a lida com o gado e as culturas.

No caso das inovações tecnológicas, não se deve desprezar também a influência do Programa Globo Rural, fato que foi apontado no Diagnóstico do Sebrae para a pecuária leiteira de Rondônia como um todo, relatado anteriormente (Sebrae, 2002).

As inovações tecnológicas, em si, estão concentradas em produtos veterinários para o controle de doenças e combate a endo e ecto-parasitos dos animais. Expressam-se na adoção generalizada de vacinas contra aftosa e clostridiose, uso de vermífugos, antibióticos e inseticidas para controle de bernes e carrapatos. São relevantes também todos os itens referentes à alimentação animal, passando por vitaminas e soro até o uso generalizado do sal comum e mineral. Outra questão relevante está ligada às pastagens, com a aquisição de sementes de gramíneas mais produtivas e adaptadas às condições edafoclimáticas locais. Neste caso, a introdução da Brachiaria brizantha mudou a paisagem local. O uso de herbicidas no manejo das pastagens ainda não é muito comum, apesar das casas agropecuárias estarem investindo nisso.

No que se refere às instalações, também houveram mudanças nos últimos anos com o uso generalizado de cercas de arame liso. No caso dos currais, já é relevante o número de instalações cobertas e com estrutura para o embarque de animais. Foi constatada também, apesar de restrita a somente um agricultor, a adoção de cerca elétrica.

Apesar disso, praticamente não há adoção de suplementação alimentar através de capineiras e o número de divisões de pastagens é mínimo, restringindo-se às três divisões básicas para vacas de leite, "gado solteiro" e bezerros.

No que se refere à ordenha, praticamente toda a coletividade a faz de forma manual e a penas uma vez por dia. Foram constatados somente dois produtores com ordenhadeiras mecânicas.

Foram identificados diversos locais onde as famílias de agricultores da Linha 166 se encontram ou fazem transações que implicam na provável troca de informações que acabam afetando a dinâmica das inovações na comunidade. Um dos eventos mais marcantes em toda Grande Ouro Preto é o dia do pagamento do leite. Todos os produtores se dirigem, normalmente no dia 20 de cada mês, com seus cheques, para a cidade, visando receber o pagamento mensal nos bancos. É o momento de reencontrar amigos, fazer compras, acertar novos empréstimos e falar sobre as últimas novidades ligadas à produção de leite.

Especificamente na região de estudo, existem vários locais onde as famílias se encontram. Os espaços de lazer concentram-se em três campos de futebol ao longo da Linha. Dois são espaços tradicionais ligados a Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O terceiro foi instalado próximo a sede da principal associação de produtores da coletividade. Atualmente, cada espaço tem uma lógica. O mais próximo da rodovia, que tinha a carga tradicional da Igreja, hoje é patrocinado por um comerciante que comprou o lote onde havia sido instalado o campo. O da sede da ASPROR 166 fica reservado para eventos especiais. O espaço que mobiliza o maior número de pessoas da Linha 166 é o campo da CEB São Domingos próximo ao templo da Igreja católica. Além do campo bem gramado e servido de uma pequena arquibancada de madeira, existe um "boliche" que abre nas quintas e sextas-feiras a tarde e durante todo o fim de semana. O campo ou "clube" como eles chamam, é administrado por um rapaz, neto de um agricultor que reside próximo. O espaço, além das atividades de lazer da comunidade, serve como local para os alunos da última escola da Linha fazerem aula de educação física, duas vezes por semana (ver Figura 12 - Anexo IV).

Além dos espaços de lazer, existem diversos locais que agregam a comunidade em função de questões religiosas, de ensino ou ligadas à produção. A seguir apresentamos todos os espaços identificados por tema.

4.2.3.1 Ensino (Escolas)

Em relação ao ensino, a comunidade é servida por quatro escolas, sendo uma localizada na rodovia RO-470, próxima à entrada para a Linha, e três que ficam ao longo da estrada vicinal.

A escola mais bem equipada é a que fica à margem da rodovia. Tem, ao todo, 320 alunos e atende aos discentes da Linha 166 que estão acima da 4^a. série e residem até a metade da vicinal. Nesse caso, as aulas são ministradas duas vezes por semana (5^a. e 6^a. feira, das 7:00 às 16:00). São três intervalos, sendo um para o almoço. Os pais participam de uma reunião para discutir os problemas da escola de três em três meses.

A outra escola, cujos alunos fazem aula de educação física no Campo São Domingos, citado anteriormente, que também atende alunos de quinta. à oitava. séries e 15 alunos em nível de segundo grau, fica no final da Linha, 1.500 m depois do travessão para a 153 (ver Figura 12 - Anexo IV). O transporte dos alunos é feito por um ônibus da prefeitura de Ji-Paraná. A Linha é assistida também por duas outras escolas para crianças até a quarta série primária que tem em torno de 25 alunos cada uma.

4.2.3.2 As organizações

Várias organizações permeiam a coletividade da Linha 166. Motivadas por diferentes instituições de âmbitos federal, estadual, municipal ou promovidas pelos próprios agricultores. Estas se entrelaçam numa gama de conexões onde muitas vezes uma atividade ou recurso viabilizado por uma organização acaba beneficiando outra. Como exemplo pode-se citar a associação criada para gerenciar o transporte dos alunos que partiu de uma iniciativa dos produtores e posteriormente foi subsidiada pelo Governo. Esse transporte também é aproveitado pela coletividade mediante um pagamento abaixo dos custos envolvidos. Existe um clima de "se virar" com os meios disponíveis para tornar o menos sacrificante possível a vida no campo. Quando o governo não entra com a ajuda, a comunidade se cotiza e viabiliza o serviço, como no

caso da energia elétrica. Percebe-se uma visível complementaridade, onde informalmente é criada uma rede de relações que passa a facilitar o cotidiano dos produtores diminuindo os custos de transporte, informação, infraestrutura, aquisição de bens que acabam por promover uma maior interação no grupo. Por outro lado, essas organizações estão marcadas por conflitos e desentendimentos que também ajudam a transformar a realidade local. A seguir destacamos as principais organizações identificadas na região de estudo.

A AMELSO foi criada em 1997 (segundo o depoimento de um dos diretores) para gerenciar a questão do transporte dos alunos. Inicialmente, as lideranças tradicionais da linha compraram um ônibus através de uma "vaquinha" (foi feita uma campanha e arrecadaram R\$ 5.000,00 que foi dado como entrada). Ficou fazendo linha e carregando os alunos à noite. Em um ano e meio o ônibus já estava pago com o recurso arrecadado das passagens. Posteriormente, entrou uma nova diretoria, composta por membros mais jovens da comunidade. O ônibus foi vendido e foi comprado um maior com bagageiro para facilitar o transporte. O ônibus ficou sendo usado por dois anos. Depois, uma nova diretoria entrou. Segundo depoimento de uns dos ex-diretores, por desleixo do motorista, fundiram o motor do ônibus e tiveram que vendê-lo. Essa última diretoria foi fortemente criticada por boa parte dos entrevistados. Um dos diretores roubou dinheiro da associação, comprou gado e fugiu. O nome da associação está sujo na praça, segundo os depoimentos.

Segundo depoimento de um jovem ex-diretor, o "povo é muito simples e confiou no espírito de porco do presidente que roubou o dinheiro".

No período da confusão, entrou um ônibus terceirizado, houve várias reuniões na CEB Padre Camaione. Foi feito um documento de que o ônibus só ia rodar até a associação (AMELSO) comprar um outro veículo. Passou-se um ano até que a associação comprasse o ônibus atual. A nova diretoria da associação, que entrou após as denúncias de corrupção, é formada por membros que não mais residem na comunidade e foi criticada por quase todos os entrevistados. O ônibus hoje, segundo relatos dos moradores, está em péssimo estado de conservação tendo partes amarradas com arame, arriscando a vida dos passageiros. O transporte de passageiros para Ouro Preto é feito a um custo de R\$ 6,00 (ida e volta). Entretanto, no Cadastro de 1999, a maioria dos entrevistados possuía condução própria, moto ou carro.

Além da AMELSO, várias famílias da linha 166, principalmente aquelas que residem mais perto da Linha 200, estão envolvidas na Associação de Pais e Professores

da Escola Pólo a Linha 200. O presidente é um agricultor da comunidade e o diretor da escola é filho de um agricultor que também administra os recursos para transporte e para a merenda.

A eletrificação na Linha foi instalada há mais de dez anos. Todo o processo foi privado. Uma instaladora fez o orçamento, os parceleiros se cotizaram, compraram o direito, compraram os transformadores e viabilizaram a eletrificação. Mesmo os que não tem energia até hoje, pagaram as cotas pelo direito de uso.

A comunidade católica mais numerosa da Linha promove reuniões e emanais para discutir questões ligadas a religião e ao interesse da comunidade como um todo. Mensalmente, a comunidade recebe um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto quando são discutidos assuntos ligados aos financiamentos, direitos das famílias dos agricultores e os programas sociais do Governo (salário maternidade, auxílio-doença, Bolsa Família, etc.). A Linha conta com dois delegados que a representa nas reuniões do Sindicato.

Algumas famílias da Linha estão ligadas ao sindicato patronal. O filiado (que também faz parte da diretoria da entidade) que concentra essa participação é produtor da Parmalat na Linha e também é uma das lideranças evangélicas da comunidade. O Sindicato foi responsável pelo trabalho de aquisição dos animais enxertados via transferência de embrião.

Além da ASPROR-166, existe outra associação de produtores na comunidade a ASPROCAN (Assoc. dos produtores rurais da Cantina). A organização foi criada em 1992 e conseguiu viabilizar um projeto no Programa PAIC citado anteriormente em meados dos anos 1990. Com isso, entre outros componentes do projeto aprovado, adquiriu-se um veículo utilitário. Este bem coletivo foi protagonista de um conflito entre os sócios quando um agricultor resolveu levar sua mãe, que segundo ele não passava bem de saúde, para a cidade. Em uma reunião da associação, outro agricultor vizinho questionou o fato do carro ter sido usado para questões pessoais e familiares. Com isso, criou-se um conflito e o agricultor que havia usado o carro abandonou a associação. Atualmente, a organização, que na época do conflito agregava 22 famílias, passou a contar com a participação de apenas quatro famílias. Dessa forma, ultimamente não existe nenhuma atividade produtiva vinculada a associação e dessas quatro famílias, três participam e entregam leite através da ASPROR-166. As famílias ainda usam o carro que foi motivo da discordia, e contam também com uma máquina de beneficiar arroz e

represas para piscicultura construídas com os recursos do PAIC, todos sem uso produtivo presentemente.

4.2.3.2.1 A ASPROR 166

A Associação dos Produtores Rurais da Linha 166 (ASPROR-166) foi fundada em 1991, motivada pela atuação da Emater que no período repassava máquinas de pilar arroz a fundo perdido para as comunidades. A sede, um barracão de madeira roliça para abrigar a máquina, foi montada num dos lotes do meio para o final da linha, distando 19 km de Ouro Preto, permanecendo nesse local até hoje.

Em 1997 haviam 31 sócios vendendo 1.500 litros de leite por dia. Como o volume de leite movimentado pela associação era grande e o frete era pago, conforme padrão da região, pelos agricultores, estes resolveram adquirir um caminhão coletivamente para tentar baratear o custo do frete. Entretanto, houve um conflito porque os associados que não produziam leite não queriam contribuir, já que não teriam benefício. Decidiu-se dessa forma, criar outra associação a ASPROL. Dessa forma, permaneceu a ASPROR com sua antiga sede, sendo coordenada por outro agricultor e agregando os produtores de café e lavoura branca. Alguns anos após a criação da associação e da aquisição do caminhão, surgiu a possibilidade da organização entrar num projeto do governo estadual que financiava atividades a fundo perdido. Como a antiga ASPROR já possuía uma sede e tinha toda a documentação necessária, resolveram fundir as duas associações e montar uma única sede no mesmo local com os recursos do Projeto.

Atualmente, o patrimônio da associação inclui, além do caminhão e dos latões que transportam o leite, uma sede com tele-sala - financiada a fundo perdido pelo Programa de Apoio a Iniciativa Comunitária (PAIC) ligado ao PLANAFLORO - e um barracão (ambos de alvenaria) com uma máquina de beneficiar arroz e outra de beneficiar café. Além disso, a associação possui um trator com implementos (doado na época do Governo Raupp através do Programa Federal Comunidade Solidária). A organização também faz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e é beneficiária, junto a outras dezenas de associações de produtores do município, de uma patrulha mecanizada adquirida pela prefeitura através do Pronaf Infraestrutura..

Dados do controle de cheques e produção leiteira dos associados referentes a julho de 2003, ou seja, a produção de leite no período seco, atestam a existência de 49

proprietários de gado bovino entregando 4.255,80 litros de leite por dia para o laticínio Samira, via associação. A média de leite entregue por produtor foi de 86,85 litros. A maioria dos pecuaristas entrega menos do que 50 litros por dia (23 produtores).

Dentro do universo pesquisado existem 40 sócios da ASPROR-166 que entregam leite via associação, sendo que 30 destes são proprietários dos lotes. Nos demais, consideramos não-proprietários quando o entregador de leite não tem terra ou quando é parente do proprietário, mas vende o leite separado, saindo um nome diferente no cheque (ver Quadro 16).

O referido Quadro mostra o quanto é diversificada a situação dos produtores da ASPROR-166. Encontramos produtores patronais, familiares, meeiros e a gregados produzindo de 1,73 até 380 litros por dia. Isso evidencia a falta de critérios da associação na adesão de seus membros.

Quadro 16 - Número de produtores associados à ASPROR-166 dentro do universo da pesquisa estratificados por grupo de produção média diária de leite

média de leite produzido por dia	prop familiares	prop. não-familiares	não-prop.	total
ménos de 10 l	0	0	1	1
de 10 a menos de 20	2	0	4	6
de 20 a menos de 50	8	1	4	13
de 50 a menos de 100	5	1	1	7
100 a menos de 150	3	0	0	3
de 150 a menos de 200	3	1	0	4
de 200 a menos de 300	4	0	0	4
de 300 a mais litros	1	1	0	2
Total	26	4	10	40

Fonte:ASPROR 166 - lista da produção de julho de 2003

A associação congrega 70 sócios, dos quais 46 entregam leite. Seus membros se reúnem em Assembléia Geral anualmente ou quando pretendem receber algum financiamento. Além de não existirem critérios de adesão dos sócios, quem decide sobre a remuneração dos fornecedores é o laticínio que normalmente bonifica os maiores produtores. A associação se restringe a administrar os recursos arrecadados com o frete do caminhão e repassá-los proporcionalmente aos sócios, em função do volume entregue. Dessa forma, a ASPROR-166 recebe mensalmente do laticínio Samira R \$0,06 por litro de leite transportado. A entidade paga os custos (salário do motorista e

latâozeiro e mais combustível e manutenção) e repassa uma parte do que sobra para os sócios. Atualmente, esse valor corresponde à metade do valor do frete. Ou seja, cada produtor recebe do laticínio R \$ 0,33 por litro de leite entregue e depois recebe da associação mais R \$ 0,03 por litro. Como relatado anteriormente, os maiores produtores recebem uma bonificação. Um dos produtores entrevistados estava recebendo R\$ 0,05 a mais por entregar grande volume (mais de 300 litros).

Um dos diretores relatou que o preço há um ano atrás chegou a R \$ 0,14. Por isso a associação fez uma greve e o caminhão parou de rodar. Pouco depois conseguiram acordar o preço em R \$ 0,17.

4.2.3.3 As Comunidades Eclesiais de Base (CEB)

O universo delimitado para a investigação contém três templos ligados a igreja católica que se autodenominam CEB (ver Fotos 3 e 4 - Anexo V e Figura 12 - Anexo IV). Além desses três, as famílias católicas que residem próximas a RO-470, freqüentam uma outra CEB que fica na margem da rodovia. O calendário das comunidades envolve uma celebração que dura em torno de uma hora aos domingos (não existe obrigatoriamente a presença de um padre) e é celebrada normalmente por "ministros" que são agricultores da localidade. Ocorrem também mais dois encontros semanais: as reuniões do grupo de reflexão (às 3^a. feiras) e uma adoração ao santíssimo, feita na 5^a. feira à noite por 30 minutos. A missa com a presença de um padre é feita de 90 em 90 dias. Existe uma cobrança de "dízimo", que é 2% da renda mensal da pessoa. A tesoureira ou tesoureiro também é um membro da comunidade que arrecada o dinheiro e repassa para a paróquia de Ji-Paraná ou Ouro Preto.

No caso da CEB São Domingos, que mobiliza o maior número de famílias da localidade, as reuniões do Grupo de Reflexão são feitas a cada dia na casa de um morador. Uma jovem líderança relatou que o Grupo abrange quatro lotes e nove famílias. A iniciativa, nesse caso, chegou através da diocese de Ji-Paraná. As discussões envolvem tanto assuntos religiosos como política, economia e agricultura.

Foram constatados também alguns conflitos ligados à questão religiosa. Um agricultor pioneiro que ajudou a construir e frequentava a CEB Padre Camaione relatou que ficou desiludido. Afirmou que "Igreja é o povo". Segundo ele, começaram a colocar

umas músicas que ele não concordava nas celebrações. A família abandonou a Comunidade e voltou a freqüentar a CEB São Domingos.

Outra CEB que envolve algumas famílias (40 a 60 pessoas participam da celebração todo domingo) da linha é a CEB Nossa Senhora da Esperança que fica na linha 200 em frente à escola Pólo.

Além da Igreja católica, existem dois templos ligados à Assembléia de Deus. A participação está concentrada na família de um agricultor pioneiro. Um dos filhos é o tesoureiro que repassa o dízimo para um templo de Ji-Paraná. O pastor da Linha é um genro. Segundo ele, que foi um dos agricultores entrevistados, são 25 pessoas matriculadas na linha, entre crianças e adultos, a maioria de uma única família. Os cultos são realizados às 3^a, 5^a.(19:30-21:00) e domingos (9:30-11:00).

4.2.4 Os sistemas produtivos

4.2.4.1 A pecuária leiteira na Linha 166

Conforme relatado anteriormente, predominam sistemas pecuários bovinos. O manejo do gado normalmente se resume a três divisões de pastagem e um piquete para bezerros. Os bezerros, após a ordenha, ficam com as vacas até as 14:00h, quando são apartados e colocados no piquete específico, ou se não houver, ficam no curral.

É feita apenas uma ordenha ao dia, sempre com o bezerro amarrado na mão da vaca para descer o leite, mesmo no caso do único produtor entrevistado que tinha tanque de resfriamento de leite e ordenhadeira mecânica.

Mesmo havendo um predomínio quase absoluto de sistemas de pecuária bovina semi-extensivos, diferenciações puderam ser identificadas. Alguns produtores mais capitalizados estão opando por trabalhar também com gado de corte, em uma área separada, em pastos ou propriedades distantes. Três produtores entrevistados estavam adotando esses sistemas.

Tradicionalmente, existem vários sistemas além do básico: vacas de leite; gado solteiro e bezerros. Existe o caso onde o dono da terra recebe vacas de terceiros em forma de meia. Em geral, este arca com os custos de manutenção, da mão-de-obra e fica com o leite e metade das crias que a vaca gerar. No caso do leite, foi constatado um

sistema onde o proprietário contratou um "meeiro" que cuida do rebanho, reside no lote e fica com metade do leite produzido.

Já para os sistemas voltados para a produção de recria e engorda, que são também muito comuns na região, normalmente um produtor repassa seus machos e fêmeas com baixo potencial produtivo pesando de 5 a 6@ (bezerros ou bezerras desmamados) para um outro produtor (normalmente um agricultor patronal) que engorda o gado até o momento do abate (animais de 15 a 16@). Nessa hora, são descontadas as arrobas iniciais e divide-se em dois o lucro gerado pela venda do animal. Esse sistema é conhecido na região como *parte-lucro*.

Deve-se salientar que em nenhum dos casos citados pelos entrevistados foi feito qualquer tipo de documentação, o que implica uma infração às regras do IDARON. Teoricamente, deveria existir um contrato para ser registrado na Agência. Em geral, ou o dono da terra assume o gado que pegou "a meia" como seu, ou os agentes sonegam a informação à Agência.

4.2.4.2 A produção de leite e as transações com as agroindústrias

Atualmente, a Linha 166, como um todo, está entre as principais localidades produtoras de leite de Ouro Preto. Através dos dados da ASPROR 166 e do laticínio Beira Rio de Ji-Paraná foi possível estimar uma produção comercializada de 5.500 litros diários. A Associação tem caminhão próprio que leva os latões de leite até o laticínio Samira em Ouro Preto. Já o laticínio Beira Rio, contrata um caminhão que vem de Ji-Paraná, pega em torno de 1.300 litros de 17 produtores da comunidade e segue para outras linhas. Além desses dois laticínios, existe um produtor da Linha 166 que vende para a Parmalat e outro que vende leite para o laticínio Daqui, mas não foi confirmada a quantidade. Como esse último laticínio trabalha com volumes muito pequenos, o produto provavelmente é levado pelo próprio produtor de carroça.

O pagamento do leite é feito todo o dia 20. Do valor total são descontados 2,3% para o FUNRURAL. Segundo depoimento de um dos produtores, "o negócio de laticínio é uma máfia, todos pagam no final das contas o mesmo valor para o agricultor. Além disso, oferecem dinheiro para os presidentes das associações para conseguir pegar as linhas."

A associação já vendeu leite para vários laticínios, não havendo um acordo de longo prazo. Nada é formalizado.

4.2.5 Os personagens e suas trajetórias

Os dados obtidos nas onze entrevistas realizadas pelo autor com os agricultores na Linha 166, também permitiram captar outros aspectos da coletividade.

Em relação à procedência dos entrevistados, a maioria veio do Espírito Santo, sendo também relevante o número de agricultores que vieram do Paraná. Entretanto, como mostra o Quadro abaixo, a maior parte deles nasceu em Minas Gerais e no Espírito Santo. As etapas nessa trajetória normalmente contaram com mais de três locais diferentes em distintos Estados.

Quadro 17 - Procedência e local de nascimento dos entrevistados

UF procedência	UF de nascimento					total	%
	ES	PR	MG	BA	AL		
ES	4		1			5	45,4
PR		1	1	1		3	27,3
MT			2			2	18,2
SP					1	1	9,1
TOTAL	4	1	4	1	1	11	100
%	36,4	9,1	36,4	9,1	9,1	100,1	

Fonte: Pesquisa de Campo

A seguir apresenta-se a trajetória e a situação atual de duas famílias de agricultores pioneiros da Linha 166.

Personagem 1

Nasceu em Itapiru (MG) e ainda jovem foi para o Espírito Santo. Lá as coisas não eram muito certo e resolveu migrar para Rondônia a trás de melhores oportunidades. Pisou no então Território pela primeira vez, em março 1973. Chegou com algum dinheiro e logo comprou gado, tendo que a lugar pasto porque não tinha terra. Depois adquiriu uma "marcação" na divisa de Ouro Preto com Jaru, na mesma linha 166, mas relatou que só perdeu dinheiro e tempo. Posteriormente, no final de 1973, foi para um lote da Reserva, ponta de linha, próximo a atual esquina da Linha 166 com a

RO 470. Ficou até 1982 nesse lote menor. Depois que chegou o documento, pegou essa área e trocou por um lote de 42 alq. na Linha 166 em frente à sua residência atual..

Em 1987, comprou 20 alq do vizinho da frente, em 1991 adquiriu mais 66 ha e em 1999 comprou o resto do lote do qual havia adquirido 20 alq em 1987, interando os 100 hectares. Em 2001, compra mais 20 alq (sendo que 15 de um lote e cinco de outro). Em 2003 vendeu os 66 ha de um os lotes, vendeu um gado e comprou o lote colado ao seu, anexando três lotes contíguos.

Nunca solicitou ajuda de um veterinário, mesmo tendo um rebanho bastante grande. Afirmou também que tem um problema de saúde e que não pode se estressar. Já desmaiou mais de uma vez.

Tem muitos parentes em Rondônia incluindo um filho e uma nora no PA Palmares, mas na linha só uma filha casada que mora a 2 km e a mãe, o padastro e uma irmã solteirona que moram no lote da frente, de sua propriedade.

A família é católica e freqüenta a CEB Nossa Senhora da Esperança.

No manejo do gado os “boizinhos” acima de dois anos ficam separados das vacas de cria.

Não soube especificar o número de vacas secas, mas confirmou 103 vacas dando leite.

Vendeu em torno de 100 cabeças de um ano pra cá. Uma das vendas foi feita para interar o valor da aquisição do lote anexo (45 garrotes, de 3@ para cima). Costuma ceder gado seu na meia no pasto de terceiros.

É o maior produtor de leite da localidade com um produção de 380 litros diários em 348,4 ha e exclusivamente com mão-de-obra familiar..

Personagem Dois

Este personagem tem uma trajetória típica dos migrantes de Ouro Preto: de Minas para Rondônia passando pelo Espírito Santo e depois Mato Grosso. A estória começa em Resplendor, cidade mineira às margens do Rio Doce. De lá, a família rumou para Mantenópolis da Aldeia (MG) e depois se desloca para Nova Venécia e Vila Pavão (ES). Passam, posteriormente pelo MT (Jaciara) e Salto do Céu (próximo a Cáceres), para finalmente migrarem para RO no final de 1970, início de 1971. Essa foi a trajetória dos pais do personagem. Além deles, havia mais quatro irmãos (um irmão é seu vizinho de lote, uma irmã reside hoje em Ouro Preto, outro em Ji-Paraná e um já faleceu).

O personagem, além da vida sofrida de migrante e agricultor pobre, tem sua trajetória marcada por tragédias. Perdeu um irmão num acidente de carro na linha 200 e viu dois filhos falecerem, um de doença grave, que consumiu os parcos recursos dos pais, e o outro faleceu na primeira infância.

O protagonista fez um relato interessante sobre o período inicial da colonização em Ouro Preto. Na época, não existiam armazéns com uns poucos barracões para armazenar a borracha dos seringalistas. Estes foram os locais das primeiras estadas dos colonos migrantes. Deve entender em seu depoimento que o processo era meio caótico, mesmo no início. Relatou que o INCRA chegou a ameaçá-los, dizendo que o assentamento da família seria impossível e que eles seriam encaminhados para Nova Mamoré, provavelmente para o PIC Sidney Girão. Deixou claro que muitos colonos "pagavam" pelo direito de entrar na área demarcada. Falou também da importância da Igreja católica na sua família. Todos os irmãos trouxeram uma carta de recomendação do padre da comunidade onde moravam no Mato Grosso para ser entregue à diocese de Ji-Paraná. Contou também dos padres que atuaram em Rondônia, como o Padre Camaione, que já eram conhecidos dos migrantes capixabas.

Apesar das suas dificuldades demonstrou solidariedade.

Quando perguntado sobre quem residia no lote, o produtor após relatar os membros de sua família, completou:

"E tem a mãe dele aí [se referindo ao rapaz ao lado que aparecia uns 25 anos]. A mãe dele mora dentro do meu lote. Só que é assim, eles moravam aí pra baixo e o pai dele tinha torado as pernas, e tava na cadeira de rodas. Eles tavam num lugar muito difícil, aí a gente juntou o povo da comunidade e escolheu um lugar para eles fazer um barraco. Aí eu dei pra eles lá. (...) Eu dei pra eles uns 80 m². No dia que eu vender, aquilo lá é deles. O povo juntou, fez a casa. Um deu a gasolina e o óleo, o outro deu a madeira, outros ajudaram a serrarr. Eles puxaram energia lá de casa, compraram os fios e tudo e eles vivem lá."

4.2.6 As surpresas

Alguns acontecimentos e características constatadas na coletividade foram surpreendentes.

Das onze famílias de agricultores entrevistadas, oito tinham celular. A distância para a sede do município é relativamente pequena e usando uma pequena antena é possível fazer o aparelho funcionar. Percebeu-se nesse sentido, um cotidiano de agricultura familiar, mas fortemente influenciado por um viés urbano. Eles possuem televisão, som, geladeira, gás de cozinha e fogão, máquina de lavar roupa e outros. Isso foi constatado mesmo nas famílias que não tiveram um processo característico de acumulação.

Outra questão surpreendente foi a ida de jovens da comunidade para o exterior em busca de oportunidades. Segundo depoimento de moradores, de 10 a 12 pessoas da Linha 166 já foram para os EUA. Uns já foram mais de uma vez. Além dos EUA, houve relatos de imigração para o Japão, Espanha (Barcelona), e Portugal.

Quando estava se realizando uma das entrevistas, o agricultor citou que seu filho estava com tudo acertado para ir para Nova Jersey, nos EUA. Na ocasião da entrevista para a dissertação, apareceu um outro rapaz querendo conversar com ele para saber os detalhes de como proceder, porque sua irmã também estava querendo ir. Na ocasião, comentou-se que o custo era US \$ 9.000,00 para colocar a pessoa empregada nos EUA.

Numa outra entrevista, um dos filhos do agricultor levou o neto de 18 anos consigo. O menino foi preso, ficou 30 dias na cadeia, voltou para Rondônia e já retornou de novo, para reencontrar o pai. Segundo o agricultor entrevistado, o menino passou bem por lá, mesmo ficando um mês na cadeia. O "agente" que negociou a ida do filho e do neto é de Governador Valadares. Na negociação está incluída uma ocupação no lugar de destino. Dessa forma, chegando lá, no dia seguinte já começam a trabalhar na construção civil.

Um outro agricultor, que era meeiro e tem parente na comunidade, foi há mais de dois anos para os EUA. Já mandou dinheiro e comprou 65 hectares de terra na Linha 166 que estão sendo cuidados pelo irmão. Outros depoimentos falam de imigrantes que já possuem lotes em outras regiões de Rondônia que valem mais de R\$ 500 mil.

É surpreendente a naturalidade com que os pais falam do assunto, como se não houvesse riscos envolvidos. Além disso, a insistência em mais uma vez seguir como clandestino, mesmo depois da deportação, desabona qualquer argumentação.

Como relatado anteriormente, não se pode caracterizar essa ida ao exterior como reflexo da falta de oportunidades em Ouro Preto, já que boa parte dos imigrantes são de famílias privilegiadas no contexto local e o custo para a viagem de R \$ 27.000,00 é alto.

4.3 Outra estória - os assentados da Agrovila Boa União no PA Palmares

4.3.1 Antecedentes e contexto

O Projeto de Assentamento Palmares localiza-se no município de Nova União, que foi criado em 1994 a partir do vilarejo onde foi implantado o NUAR de mesmo nome, como relatado anteriormente. O município tem 58.892,95 h a, absorveu 650 parcelas do antigo PIC Ouro Preto e ainda continha duas fazendas que foram compradas para a implantação dos PA Palmares e Margarida Alves (Monteiro et al, 1997).

O PA Palmares¹¹⁴ criado pelo INCRA oficialmente em dezembro de 1996, tem características totalmente distintas do PIC Ouro Preto e da coletividade da Linha 166, apresentada anteriormente. Foram assentadas 318 famílias em 9.796 hectares de terra. Apesar dessas diferenças, nasceu no mesmo universo do referido projeto de colonização, havendo inclusive, por coincidência, parentes de agricultores da Linha 166 que passaram a ser assentados no PA (ver localização na Figura 11 - Anexo IV).

A entrada do PA está localizada a menos de um quilômetro da sede do município de Nova União. O Projeto fica numa confluência deste município com Mirante da Serra, Urupá e Teixeirópolis.

As 318 parcelas estão divididas em 13 glebas, sendo 10 dispostas em forma de agrovilas radiais (glebas 1 a 10) e três glebas divididas na forma tradicional da região (11,12 e 13)(ver Figura 13 - Anexo IV).

Em termos de quadro natural, a região, assim como a localidade anterior, é privilegiada. Predomina o mesmo tipo de solo presente na Linha 166 (Latossolos Vermelhos) e o local é cortado por dois rios (São Domingos e Azul) e sete igarapés.

Como se tratava de uma fazenda de gado e plantio de seringueira decadente, a situação das agrovilas ficou relativamente diferenciada. Já havia sido derrubada mais de metade do imóvel (57%), da qual uma parte era formada por pastagens plantadas, uma parte com o plantio da seringueira e outra que já havia se transformado em capoeira.

¹¹⁴ Deve-se salientar que o PA Palmares foi criado ainda sob o impacto do Massacre de Corumbiara, ocorrido em nove de agosto de 1995, quando num conflito entre os ocupantes da Fazenda Santa Elina e policiais que haviam se deslocado para o local para cumprir uma ordem judicial, morreram nove sem-terra e dois policiais. Uma das agrovilas do PA Palmares, inclusive, foi batizada como Pequena Vanessa, em homenagem a garotinha de sete anos que foi uma das vítimas do massacre. (Mesquita, 2001). Tal fato deve ter contribuído para a efetivação do Projeto, já que a fazenda não foi desapropriada, mas comprada pelo INCRA. Logo após a conquista do assentamento, a outra parte da antiga fazenda foi também ocupada e se transformou no PA Margarida Alves, criado no final de 1997.

Para o desenvolvimento desse estudo foi arbitrada uma agroville a fim de que fosse possível captar a dinâmica da coletividade local. Nesse sentido, as informações vão se concentrar no contexto dessa localidade. Entretanto, em alguns casos, foram levantadas informações referentes a todo o PA, começando pela ocupação que redundou no Projeto.

4.3.2 As ocupações e as reocupações

O PA Palmares é um marco na história do Movimento Social pela Reforma Agrária em Rondônia. A primeira ocupação da Fazenda Aninga¹¹⁵, segundo uma liderança local, ocorreu em 1984. Era uma fazenda de mais de 21 mil ha com muita floresta, cultivo de seringueira e pasto encapoeirado para criação extensiva de gado de corte. Havia muitas famílias sem terra no entorno, que se organizaram, na medida do possível, já que não havia movimento organizado na época, e ocuparam a área (segundo o depoimento, pouco mais de uma centena de famílias). Em 1985, já eram 400 posseiros. A repressão foi violenta, tanto da polícia como dos jagunços do fazendeiro. Sempre segundo o depoimento da liderança, a ocupação coincidiu com o primeiro Congresso do MST em 1985 em Curitiba¹¹⁶. Uma comissão de representantes de Rondônia foi para o encontro e na volta fundou o Movimento no âmbito estadual. Em 1986, reocuparam a área, o que levou a uma nova repressão por parte dos jagunços e da polícia que conseguiu prender cinco líderes. Depois de apanharem e após escaparem, um dos posseiros, numa troca de tiros às nove horas da manhã em Nova União, matou o gerente da fazenda. Criou-se um clima de muita tensão e, segundo depoimento de uma das lideranças, como o crime não foi premeditado, o agricultor pegou apenas dois anos de cadeia. A essa altura, o grupo de posseiros já recebia apoio do Sindicato dos Trabalhadores, do PT e da CPT. Nesse período, o fazendeiro resolveu exaurir todo o recurso madeireiro da fazenda. Em 1990, após nova ocupação, mais 21 agricultores foram presos. A polícia, que já tinha os nomes das lideranças, foi até as suas residências

¹¹⁵ A Fazenda Ouro Preto, que foi comprada pelo INCRA em 1996 para a criação do PA Palmares, havia sido adquirida por um famoso pecuarista paulista e correspondia a parte da antiga Fazenda Aninga, cujo proprietário havia falecido.

¹¹⁶ Em 1984, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), o MST foi fundado oficialmente. No ano seguinte, com o Movimento organizado nacionalmente, acontece o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. (MST, 2004)

para efetuar as prisões. Nem o Padre da paróquia de Ouro Preto na época, pôde visitar os presos.

Em 1994, mais de 4.000 ha foram derrubados na fazenda e o IBAMA impôs uma multa de R\$ 1,5 milhão. Depois da confusão, uma parte da fazenda foi vendida para um pecuarista de São Paulo, e o novo proprietário denominou-a, Fazenda Ouro Preto.

Segundo uma das lideranças, dado que a ocupação da Fazenda não surtia efeito, eles resolveram pressionar o governo através da ocupação da fazenda Triângulo, no município de Ouro Preto.

O acampamento da Fazenda Triângulo começou em setembro de 1995 e incluía agricultores que eram remanescentes de uma ocupação feita em 1992, em Parecis, e de outra feita em Jaru, na fazenda de um político local de onde foram despejados. Segundo o depoimento de um dos envolvidos, eram quase 400 famílias. Ainda sob a comoção do Massacre de Corumbiara, o MST mobilizou os acampados para ocupar o INCRA em Porto Velho e boa parte das famílias que estavam na fazenda Triângulo foram para Porto Velho. Depois de quase um ano de acampamento e pressionado pela repercussão do massacre, o Governo estadual e o INCRA decidiram, finalmente, em julho de 1996, dar uma solução para o caso. A Fazenda Triângulo foi adquirida através de Arrecadação Sumária e a Fazenda Ouro Preto também foi comprada. Houve uma grande festa em Nova União quando os acampados que estavam mobilizados em Porto Velho chegaram no município. Aproveitando a comoção e motivados pela conquista de uma parte da fazenda, os agricultores resolveram mobilizar um número maior de famílias e ocupar a outra área, a Fazenda Firasa/Aninga que correspondia à outra parte remanescente da Fazenda Aninga que não havia sido vendida. A ocupação ocorreu no final de 1996 e em 1998 foi negociada a compra do imóvel, criando-se o PA Margarida Alves contíguo ao PA Palmares.

Dessa forma, um único movimento possibilitou a criação de três PA, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 18 - Projetos de Assentamento criados em Nova União e Ouro Preto do Oeste a partir da mobilização que redundou na criação do PA Palmares

Projeto de Assentamento	Ano de criação	Área total	No. de famílias assentadas	Área média / família
PA Zumbi	1996	1972,9	80	24,7
PA Palmares	1996	9796,4	318	30,8
PA Margarida Alves	1997	11892,2	258	46,1

Fonte: INCRA, 2002

Este relato ressalta a complexidade do processo que redundou na criação do PA Palmares. A quase totalidade das famílias que foram assentadas, estavam em um outro acampamento, na Faz Triângulo, a mais de 80 km do local do assentamento. Desse acampamento, um grupo de famílias foi para Porto Velho para reivindicar a terra onde ficaram por mais de 40 dias.

Entretanto, os conflitos não acabaram após a criação do PA Palmares. O Movimento ficou responsável pelo processo de seleção dos beneficiários do assentamento e estabeleceu critérios claros, apesar de táticos e diferentes dos estabelecidos pelo INCRA¹¹⁷, de que só poderia pegar a terra quem tivesse ficado "na lona" no acampamento e que, assim que entrasse no lote, o contemplado deveria morar nele e trabalhar a terra ficando impedido de vendê-la. Como alguns dos selecionados não cumpriram o que foi estabelecido, o Movimento, após a realização de várias reuniões, normalmente separadas por glebas, resolveu desalojar os beneficiários "trapaceiros" e fazer novos sorteios. Dessa forma, o PA hoje tem assentados que são oriundos do acampamento da Faz. Triângulo, do acampamento da C40 (que redundou no PA Margarida Alves), do acampamento de Mirante da Serra que possibilitou a criação do PA Padre Ezequiel, em 2001, e do acampamento do próprio assentamento Palmares (Ver trajetória do Personagem 1).

Um dado importante em relação à participação do MST na consolidação do PA Palmares é que o Movimento, além da seleção dos produtores, foi responsável também pela definição da conformação das parcelas. Motivado por experiências no Sul do país, o Movimento resolveu inovar e propor a formação de agrovilas, com os lotes dispostos

¹¹⁷ Um critério que foi muito contestado pelo INCRA, mas que acabou vigorando, foi aceitar que solteiros fossem, também, beneficiários dos lotes.

de forma radial convergindo para uma área coletiva social no meio. Dessa forma, depois de seguidas discussões entre os agricultores, chegou-se a conformação atual (ver Figura 13 - Anexo IV). Esta possibilitou o b arateamento do s custos na instalação d a eletrificação das glebas¹¹⁸ e facilitou a aquisição coletiva de material de construção para a edificação d as moradias, além de permitir maior interação n a c omunidade incentivando a realização de atividades comunitárias como os mutirões e trocas de dias.

4.3.2.1 A agrovila Boa União (Gleba 4)

A Agrovila Boa União ou Gleba 4 foi arbitrada como o espaço a ser investigado dentro do Projeto de Assentamento. Trata-se da gleba que fica na entrada principal do PA e que contém a Escola Pólo do assentamento. É nesta localidade que se encontrava a antiga sede da fazenda e onde o MST montou a estrutura central para gerenciar o PA. A área total da agrovila tem 1.065,8 ha e foi dividida em 31 parcelas que variam de 24,2 a 39,4 ha, com média de 31,2 ha. Uma das parcelas é coletiva e gerenciada pelo MST e MPA onde havia a antiga sede da fazenda, as restantes são ocupadas por 30 famílias de assentados. A agrovila contém também uma área social com 20 ha bem no centro da gleba. Todos os lotes convergem para essa área onde estão a escola pólo, a igreja católica, o barracão da comunidade, o campinho de futebol e o pequeno galpão com a máquina de pilar arroz da Associação dos produtores (Ver Figura 14 - Anexo IV). A área forma um retângulo no sentido noroeste-sudeste, tendo 200 metros de frente e fundos, com comprimento de 1.000 metros. Para quem entra no PA Palmares, a estrada só dá acesso aos lotes da face esquerda, havendo carreadores improvisados para o acesso aos lotes da face direita. Tal fato motivou a entrega coletiva do leite para facilitar a logística nas bancas, concentrando-as na beira da estrada.

A agrovila Boa União, segundo seus moradores, foi a que mais "segurou" a venda de lotes no PA. Através de reuniões com os assentados eram tomadas decisões em relação a "troca" dos beneficiários. Entretanto, alegam que hoje, como o INCRA já está liberando os títulos de domínio, nada mais se pode fazer. Constatou-se que dos 30

¹¹⁸ No caso da gleba 4, os custos da instalação da energia (1 transformador para cada grupo de 6 famílias e muito menos fio e postes gastos do que nas glebas tradicionais) ficaram em R\$ 900,00 por família.

lotes da gleba 4, cinco já haviam sido vendidos. Os dois primeiros casos foram motivados por separações conjugais, os demais já foram por interesse dos proprietários.

O depoimento da liderança foi o seguinte:

" A proposta nossa é: se a família comprou, mas realmente precisa do lote e trabalha no lote, nós não estamos implicando não. Agora, o camarada que mora fora, compra e não precisa do lote, a discussão que tem com o INCRA é pra retomar esses lotes e colocar a família que trabalha no lote. Agora não sei se da parte do INCRA vão assumir isso!"

As parcelas foram vendidas por somas que variaram de R\$ 15 mil a R\$ 60 mil. O comprador se dirige ao INCRA, levando um contrato de compra e venda e assume a dívida com o Instituto (um lote do Palmares oficialmente valeu R\$ 1.921,31 para cada parceleiro). A responsável pelo INCRA em Ouro Preto confirmou as vendas e disse que o órgão exige do comprador um aval da coordenação do MST com um procurador legítimo. O comprador também é obrigado a passar no banco e transferir a dívida do PROCERA para o seu nome.

4.3.3 Os personagens e suas trajetórias

Personagem 1

Nasceu em Iapu (MG) em 1957, primogênito de oito irmãos. Com 14 anos foi com a família para o Mato Grosso onde permaneceram por dez anos. A terra era pouca e fraca, e por isso, alguns irmãos foram para o Acre e ele rumou para Rondônia. Chegou em Ouro Preto, já com mulher e quatro filhos, em 1982, e foi morar de favor na propriedade de parentes da mulher. Permaneceu nessa condição por um ano quando juntou algum recurso e conseguiu comprar 12 hectares numa área que fica no atual município de Nova União. Lá viveu com a família até 1996 quando foi para o acampamento da C40, levando seis de seus oito filhos. Os outros dois foram para o acampamento da fazenda Triângulo. Depois de dois anos de lona, foi contemplado com um lote na gleba 7 do PA Margarida Alves. A parcela era pura pedra em terreno acidentado e sem fontes de água. Dessa forma, decide largar o lote e ir ao INCRA para oficializar a desistência. O mesmo caso ocorreu com dois assentados do PA Margarida. No mesmo momento estava havendo as discussões internas na Gleba 4 do PA Palmares e no assentamento como um todo. Três assentados não estavam cumprindo os acordos estabelecidos. Segundo o agricultor, houve um sorteio e ele foi selecionado para a Gleba

4. Entretanto, isso era uma discussão do Movimento e ainda não havia nada oficializado no INCRA. O dono punido era uma senhora de 71 anos, doente, que não tinha como trabalhar nem como morar no lote. Entretanto, o lote estava ocupado por um filho que já era assentado e tinha parentes na gleba. Ele cercou o lote e dava de meia para terceiros colocarem gado. Várias reuniões foram realizadas na gleba e decidiu-se que o lote tinha que ser ocupado por outra família. O grupo encaminhou a decisão para o INCRA, mas a senhora não quis assinar. Insatisfeita com a decisão, o filho jurou de morte quem entrasse no lote. Ainda no período de decisões burocráticas foi recomendado que o agricultor ocupasse logo com a família o lote. Ele foi inicialmente sozinho e começou a montar um barraco. Seu depoimento esclarece o fato:

" Eu já tava morando debaixo de um coqueiro, praticamente... e trabalhando, fazendo uma tulha para vir morar... Ela [a proprietária do lote de 71 anos] ameaçou, falando pro pessoal do INCRA que voltava pro lote... Mas aí eu não tava com a família ainda... No que ela ameaçou para vir, o pessoal do INCRA falou, se você não botar a família lá dentro, vai dar confusão. Aí eu fui, busquei a família e botei... dentro de 2 horas até 6 horas da tarde, o pessoal da gleba fez um barraco, eu cheguei, pus as coisas dentro. Nós fizemos uma reunião meio-dia, terminou a reunião, eu arrumei dois carrinhos de burro, pra buscar a mudança, aonde tava a mulher, mais os meninos, lá no acampamento [no assentamento Margarida Alves] quando foi 6 horas da tarde eu cheguei com a mudança e botei dentro. O barraco tava pronto. Foi em 1998, era seca, foi mês de agosto. Na época eram 6 filhos. (...) Aí ficamo dentro desse barraco de folha... Como é que dorme ? Sabendo que pode chegar alguém a qualquer momento, né ? E o nosso medo era deles vim e trazer a polícia, porque legalmente ela era dona do lote."

Ficaram aguardando e para a felicidade da família, ninguém apareceu. Após os 30 dias do prazo estabelecido pelo INCRA, o documento de posse foi repassado para o novo ocupante.

Nesse meio tempo, o agricultor foi ameaçado duas vezes e conta que, na última, quando a ameaça foi feita com uma arma, teve que correr.

" Quando eu vim pro lote, o filho dela prometeu que quem entrasse no lote ele matava. Prometeu que matava e me ameaçou duas vezes: uma vez de foice e outra vez com uma 765. E olha que era crente o cara !"

Mesmo depois da garantia legal ainda ficou apreensivo por uns seis meses, já que o filho da ex-proprietária permanecia na propriedade e ainda não tinha uma casa decente para morar. O cotidiano era num barraco improvisado, sem a infraestrutura de apoio que existe nos acampamentos. Após seis meses acabou de construir a tulha e o encrenqueiro foi embora.

Personagem 2

Nasceu em Conselheiro Pena (MG), onde permaneceu até completar 29 anos de idade. Veio para Rondônia com a mulher, quatro filhos e uma bagagem de quatro volumes, em 1987. Trabalhou inicialmente como meeiro e continuou na mesma propriedade, mesmo depois que esta foi vendida. A principal atividade era cacau, mas também mexia com gado e lavoura branca. Em 1995, sua vida começa a mudar: ele resolveu ir acampar na ocupação da Fazenda Triângulo em Ouro Preto. No final de 1996, veio para o lote do Palmares. Gradativamente passou a ser uma das principais lideranças do assentamento ancorado num grande respeito que adquiriu como representante da Igreja Católica na comunidade.

Começou com quatro cabeças de gado. No passado, além destas, mantinha 20 cabeças na meia de amigos e parentes. No ano passado esse rebanho rendeu para ele 35 cabeças.

O plantio de lavoura branca é feito em área de vizinhos. Esse ano colheu de 40 a 50 sacos de arroz numa área da Gleba 3 (já é o 3º. ano que planta no local). Além do arroz, plantou milho, que destina para as galinhas e porcos. Colheu 10 sacos. Plantou também feijão na área de café do próprio lote.

Depois de um tempo, trouxe os pais para morar com ele e a família no lote. Os dois estão aposentados (65 e 67 anos)

Personagem 3

A agricultora nasceu no Paraná e veio para Rondônia com 11 anos de idade em 1985. Até então, nunca havia trabalhado ou morado na roça. O pai migrou para conseguir terra e passou muitos anos trabalhando como meeiro até que conseguiu comprar um lote em 1990 numa linha distante no município de Mirante da Serra. Foi o mesmo ano em que a agricultora se casou e decidiu morar com o marido no lote do sogro. Em 1993, o sogro se separa e o casal rumava para o lote do pai da agricultora. Como a situação continuava difícil o casal decide ir para o acampamento da Fazenda Triângulo. Depois de ficarem três meses nesse acampamento, como o número de famílias era muito grande, acabam indo para outro acampamento, o da C40. Por lá permanecem um ano, quando foram sorteados para ficar no Palmares.

Atualmente, a agricultora é a secretária da comunidade da Igreja Católica bem como agente de saúde. Além disso, a atividade que exerce e considera mais complicada é ser secretária da escola Pólo, já que envolve diversos relatórios trimestrais para várias instituições diferentes.

4.3.4 As redes locais de conhecimento e as inovações

Foram identificadas diversas inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais na agrovila Boa União. Estas tiveram como fonte diferentes agentes e instituições e foram repassadas através de distintos canais de difusão. A localidade, entretanto, teve uma trajetória de desenvolvimento bem distinta da ocorrida na Linha 166 e dos colonos da Grande Ouro Preto, como um todo.

Como as parcelas foram cortadas numa área onde já havia uma unidade produtiva com lógicas específicas, os assentados "herdaram" partes e sistemas já existentes. Especificamente na Gleba 4, todas as parcelas absorveram uma área de pastagens plantadas visando a criação extensiva de gado de corte. A lógica usada pelo fazendeiro consistiu em roçar a mata para depois derrubá-la com motosserra, aceirar e queimar, como é feito tradicionalmente na região. Entretanto, como a área a ser plantada era muito grande, optou por fazer o plantio de capim de avião. Além disso, usou uma espécie de gramínea mais exigente em termos de fertilidade de solo, o capim Tobiatã.

Essa paisagem induziu as famílias de agricultores da Gleba 4 a adotarem sistemas de pecuária bovina. Inicialmente, quase todos os assentados optaram por alugar pastos ou pegar gado a meia. Com os financiamentos do PROCERA iniciaram o plantio de café que normalmente é feito através de mecanização.

A dinâmica das inovações tecnológicas na localidade apresenta algumas peculiaridades. Entretanto, conforme a Linha 166, pode-se dizer que as principais fontes de informação, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, foram os próprios agricultores e as casas agropecuárias. A diferença está na presença de uma associação que fomenta a introdução de tecnologias "alternativas", além de uma possível influência de uma parcela "demonstrativa" que o MST/MPA mantém no lote comunitário do assentamento, que fica na gleba. Contudo, são vetores minoritários na gleba, influenciando um número pequeno de famílias.

A APA tem três sócios na Gleba que trabalham com cultivo de pupunha para palmito (normalmente consorciado com outras espécies) e a picultura. Além disso,

existem três "pré-sócios" que possuem consórcios agroflorestais em seus lotes e estão passando por um período de experiência até serem aceitos definitivamente como membros da Associação. Segundo seu representante na Gleba, "a APA faz um trabalho de conscientização ambiental e diversificação da produção". Todavia, relatou que, como a associação muitas vezes viabiliza projetos de fomento de mudas e caixas de abelha sem custos para os agricultores, muitos "interesseiros entram no grupo só para pegar o benefício." A associação, além das inovações tecnológicas, tem grande peso político no assentamento. Seus membros fazem parte de uma dissidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova União, que será esclarecida posteriormente.

A área coletiva do MST/MPA é ocupada por duas famílias. Cada uma representa uma das entidades. As atividades, normalmente desenvolvidas coletivamente, envolvem o plantio de feijão e horticultura em áreas irrigadas. No restante do lote, a pastagem é alugada para terceiros. Percebeu-se pouca influência deste trabalho na gleba. Nenhuma das famílias entrevistadas ressaltou sua importância.

No caso do cultivo do café, houve influência dos financiamentos, mas não se constatou um acompanhamento dos cafezais pelos técnicos da Emater. Nesse sentido, deve-se destacar que os assentados não recebem nenhum tipo de assistência técnica oficial. Havia uma equipe do Projeto Lumiar formada por dois agrônomos e três técnicos agrícolas no início do assentamento que inclusive elaborou um Plano Preliminar de Desenvolvimento do Assentamento.¹¹⁹ No final de 1999, o contrato do INCRA com a ANCA, braço jurídico do MST, que administrava os recursos do Lumiar e contratava os técnicos, não foi mais renovado, ficando os assentados sem assistência técnica desde então.

Em termos organizacionais e institucionais, existe uma grande influência do MST e da Igreja católica. O Movimento, através dos Núcleos de Base, promove várias reuniões para discutir questões ligadas aos direitos dos trabalhadores rurais e à organização da produção. Na implantação do PA o MST incentivou a criação de associações de produtores em cada gleba e ainda decidiu criar uma cooperativa no PA. As associações de gleba têm sido a principal instância no que se refere a produção e a interlocução com os órgãos financeiros. A cooperativa passou por diversos problemas e nunca conseguiu realizar um trabalho a contento. A ABUAP é a associação da Gleba 4

¹¹⁹ O autor teve acesso a um documento intitulado Plano Preliminar de Desenvolvimento do Assentamento Palmares editado pela referida equipe em outubro de 1998. O documento apresenta vários dados inconsistentes com outras informações obtidas no INCRA, como tamanho do PA, área de Reserva Florestal dentre outros.

e sua principal instituição formal ligada à produção. A Igreja católica se mistura e influencia diversos setores da comunidade. No caso da gleba 4 foi formada uma comunidade junto com a Gleba 3.

Mesmo tendo o corrido sorteio na seleção dos beneficiários do assentamento, conforme o depoimento das lideranças, constatou-se uma forte concentração de parentes em lotes contíguos da gleba. Na gleba 4 um clã chega a se estender por cinco lotes. Das 24 famílias que pegaram parcelas do INCRA e ainda permanecem na agrovila, apenas nove não tem parentes em outro lote da mesma gleba. Tal fato cria uma dinâmica particular nas inovações, onde esses laços são fundamentais nas relações de confiança.

Em termos de comunicação, não existe nenhuma linha telefônica no PA. Os assentados têm que se dirigir ao posto de serviço ou orelhão de Nova União. O correio tem um posto também no município, mas os entrevistados disseram que o usam muito pouco.

Na área social existem alguns pontos de encontros destinados ao lazer, à questão religiosa ou às atividades de educação.

A escola pólo é muito bem equipada para os padrões da região - prédio de alvenaria, com pé direito alto e cinco salas de aula (ver Foto 5 - Anexo V). Foi criada em 1997 e hoje já tem 420 alunos e 13 professores. Tem cursos até oitava série incluindo um projeto de educação de adultos (Recomeçar). Atende alunos de todo o PA além de absorver boa parte das crianças das comunidades vizinhas. Funcionários e professores são pagos pela prefeitura com recursos oriundos do FUNDEF. Estes por sinal, segundo dados compilados pelo IBGE, foram, em 2000, quase proporcionais à maior fonte de recursos para o município o Fundo de Participação dos municípios FPM¹²⁰. Tal fato demonstra a importância da educação para a comunidade.

No PA, além da escola pólo, existem mais duas escolas nas glebas mais distantes que atendem a alunos somente até a quarta série.

Três ônibus fazem o transporte dos alunos e passageiros no assentamento. A prefeitura municipal contrata uma empresa privada de Mirante da Serra para realização do serviço. Entretanto, deve-se salientar que todas as sete famílias entrevistadas tinham transporte próprio, principalmente motocicletas de baixa cilindrada. Todos os ônibus "dormem" no PA e assentados trabalham como motoristas. Os veículos fazem também o

¹²⁰Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - 2000 R\$ 903.356,77. Valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - 2000 R\$ 855.604,52. (Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 1997 - 2000 apud IBGE, 2004)

transporte de oitenta alunos que fazem o segundo grau em Nova União. A interlocução entre a prefeitura e o assentamento, nesse sentido, é feita pela Associação de Pais Professores que gerencia os recursos repassados pela prefeitura para compra de material didático e de limpeza. A merenda, por sua vez, custeada em R\$0,13/aluno/dia fica sob o controle de um Conselho específico.

Além dos recursos para a escola, existem os programas sociais do governo federal. Em 2002, o governo disponibilizou 200 Bolsas Escola que foram sorteadas para as 2.000 famílias cadastradas nos assentamentos e áreas dos antigos projetos de colonização na região.

A seguir apresentamos as principais organizações presentes na agrovila.

4.3.4.1 As organizações

Na implantação do PA, o MST tentou organizar a produção através da criação de uma cooperativa, a Coopercopa. Ao mesmo tempo, incentivou a criação de pequenas associações em cada uma das agrovilas do assentamento.

Com o tempo, as divergências políticas e, conforme afirmado em alguns depoimentos colhidos, o excesso de atividades ligadas à militância que não deixava tempo para as atividades produtivas e de sua organização, fizeram com que a cooperativa ficasse desacreditada. Por outro lado, as associações das glebas em forte interação com as CEBs, se fortaleceram e atualmente representam o setor produtivo organizado no PA.

No caso da Gleba 4, trata-se da Associação Boa União do Assentamento Palmares (ABUAP). Existe uma área coletiva da associação onde as famílias plantam roças comunitárias e têm uma máquina de pilar arroz (comprada há cinco anos atrás, com capacidade para pilar 30 sacos por dia) que é gerenciada em mutirão. As reuniões da organização são realizadas a cada 45 dias no barracão da CEB. Oficialmente, a ABUAP tem 28 sócios, mas segundo seu presidente, só atuam efetivamente 22 famílias. O que agrupa os trabalhos da Associação são as atividades ligadas à limpeza do arroz. Este é normalmente plantado na área de vizinhos da gleba 3 no sistema de terça. Quem derruba a árvore, planta, colhe e fica com 70 % da produção, o restante é dado ao proprietário da terra que considera a derrubada um benefício para futuros plantios, normalmente café ou pastagens. O arroz fica armazenado em casca e ao longo do ano

vai sendo limpo por duplas de agricultores da agrovila para ser consumido pelas famílias.

Apesar de uma surpreendente organização, com calendários impressos em computador com o nome dos produtores e seus respectivos grupos para os mutirões de limpeza do arroz, as atividades da ABUAP se restringem à limpeza do arroz e à roça coletiva, não demandando mais do que dez dias por ano. Deve-se salientar também que como o sistema de plantio de arroz está ancorado na existência de áreas novas (com mata) a tendência é que os produtores passem a não ter mais onde plantar.

Além da ABUAP, a Associação dos Produtores Alternativos está presente na comunidade, conforme será relatado no item referente aos sistemas produtivos.

4.3.4.2 A Igreja

Assim como na Linha 166, a Igreja católica exerce forte influência na Agrovila. Das 30 famílias que residem no local, apenas uma não é católica. Nesse caso, os assentados desta localidade e da gleba 3 contígua, freqüentam a CEB Nossa Sra. das Graças que fica na área social da Gleba 4 (ver Figura 14 - Anexo IV). A influência da Igreja no PA aparentemente é maior do que na Linha 166. Todas as famílias entrevistadas tinham fortes ligações e grande participação em algumas das atividades ligadas à Igreja. A coordenação é feita através da Paróquia de Mirante da Serra, que segundo depoimento da secretaria do Conselho Pastoral, tem mais de 70 CEBs em Mirante e Nova União.

A influência do trabalho de saúde homeopática desenvolvido pela Igreja também parece ter mais aceitação na Gleba. Foi citado um agente de saúde (leigo) da Gleba 5, como referência nessa área. Além disso, na própria agrovila existem pessoas que foram capacitadas em cursos realizados em Mirante da Serra e que atendem os assentados aos sábados no pequeno posto de saúde a o lado da Igreja. Várias famílias entrevistadas estavam tomando medicamentos homeopáticos. Casos graves de saúde são levados ao Hospital em Mirante de Serra.

4.3.4.3 As instituições ligadas à questão política

Ao contrário do que ocorreu na Linha 166, na agrovila Boa União foi constatada a presença e grande influência de diversas instituições ligadas à questão política, à

representação e à luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Contudo, existe também uma grande dissidência entre elas. A seguir apresentamos um resumo de cada uma.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Nova União foi criado como dissidência do STR regional (ligado ao MST, ao MPA e ao STR de Ouro Preto) em 1/05/2001 com 200 sócios e hoje tem 700. A sede fica em Nova União e algumas das lideranças da entidade residem na Gleba 4. Segundo depoimento dessas lideranças, houve uma revolta porque estava havendo manipulação de informações. A briga começou, segundo essas mesmas lideranças em função da falta de transparéncia na prestação de conta dos percentuais cobrados pelo Movimento nos créditos agrícolas.

" Cobrava porcentagem do crédito para o Movimento. Teve assentado que pagava percentual de tudo, até do crédito habitação. Fazia isso e não prestava conta. Tem uma lei que garante a criação do STR municipal. Em qualquer gleba, está dividido, tem gente ligado ao MST/MPA e outro grupo ligado ao STR municipal. "

A APA está fortemente ligada ao STR municipal e praticamente todas as lideranças do STR são lideranças também da APA. Quando da fundação do STR, a APA já atuava no Assentamento com viveiros comunitários e os plantios "alternativos".

Normalmente, o STR, o MPA e MST trabalham harmonicamente. Tal fato foi constatado em Ouro Preto e em Nova União. Com isso, representantes de cada uma das organizações atuam conjuntamente participando das mesmas reuniões dos Núcleos de Base do MST e STR Regional. No caso da Gleba 4, as reuniões dos núcleos de base, que são realizadas todas as quintas feiras, servem como espaço para as discussões sindicais. Segundo a filha de um dos assentados, que trabalhou como secretária do STR, existem 2.500 sócios na entidade em Nova União, dos quais 1.000 são ativos. Famílias com filhos pagam R\$ 6,00/mês, casais sem filhos pagam R\$ 4,00 e solteiros R\$3,00 por mês. Foram citadas cinco lideranças no movimento na agrovila Boa União.

A dissidência dos movimentos começou quando o grupo ligado ao MST perdeu a eleição para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia - FETAGRO que agrupa todos os STR do Estado. Tudo começou com a eleição para a FETAGRO em que o grupo hegemônico, ligado ao MST perdeu o pleito. O MPA de Rondônia foi criado a partir de uma proposta que nasceu no RS. Segundo depoimento de uma liderança, o objetivo foi abrir mais um espaço para concorrer com a Fetagro. O MPA dividiu os sindicatos e a Federação, apesar de não ter se desafiado da mesma.

Atualmente, 11 STRs municipais são ligados ao grupo da Federação e nove a o MPA/MST.

Deve-se salientar que as organizações sociais locais ou comunitárias, como é o caso da ABUAP, funcionam sem as dissidências das organizações que abrangem uma área maior, como é o caso do STR. As grandes lideranças que não se entendem no Sindicato dos Trabalhadores do município de Nova União, participam juntos da ABUAP, tendo até cargo na diretoria. A necessidade ou a proximidade faz com que os assentados relevem as brigas políticas para viabilizar as soluções em nível local.

4.3.5 Os sistemas de produção

O predomínio de pastagens cultivadas nas áreas das parcelas da agrofazenda Boa União motivou a adoção de sistemas de pecuária bovina. Inicialmente, eram muito comuns o aluguel de pastos e os contratos de meia. Com o tempo, as crias começaram a nascer e os agricultores começaram a se capitalizar para a aquisição do próprio rebanho.

Em geral, os sistemas produtivos seguem o mesmo padrão dos da Linha 166, predominando a pecuária bovina semi-extensiva voltada para a produção de leite e bezerros. A diferença está no tamanho das parcelas, bem mais reduzido, e no tipo de capim prevalente, onde se percebe que a maioria das pastagens é formada por colonião (Tobiatã).

Foram constatados além dos sistemas tradicionais de produção de leite e bezerros, outros arranjos como apontado no caso anterior. Dessa forma, são muito comuns nos sistemas de meia e *parte-lucro*. Ademais, foi citado também um sistema de *meia para cria*, quando o agricultor recebe um garrotinha pouco mais de apartada e fica com ela até dar cria. Depois, devolve a novilha para o dono e fica com o bezerro.

Um dos produtores apontou as causas da adoção desses sistemas:

" O pequeno produtor mexe com gado, de atrevido, ele tá tomado do empresário. Ele tá tomado uma coisa que o empresário é que mexe. Eu tenho isso na cabeça, não sei se é verdade... Lá em Minas, pro pequeno produtor tratar com gado é difícil [havia falado anteriormente na seca e na dificuldade de alimentar o rebanho, dizendo ser preferível para o pequeno o cultivo de lavoura branca] (...) Agora, aqui na Rondônia chove bem mais e com uma vaca aqui, ela dá uma cria por ano; lá em Minas, costuma levar dois anos para a vaca criar uma vez. Quando eu saí de lá dava seis meses de seca. (...) Essa gleba aqui o

problema todo foi isso... investiram no gado porque era capim puro (...) E aqui no assentamento... nós tirou uma experiência. Nossa gleba aqui investiu bastante em criação (...) e nós aqui pode ter dó de vender uma vaca boa para pagar esse financiamento, mas tem ela...e o coitado aí, vamos supor, da Teixeirinha pra lá [agrovila que corresponde à gleba 3, colada a Boa União e que como predominavam áreas com mata e capoeira, fez grande número de financiamentos para o plantio de café] ele não tem ela pra pagar o financiamento. Ele tem é café... Não é dizer que o coitado lá trabalhou menos que nós não, trabalhou às vezes até mais..."

A venda do gado é feita individualmente e em geral os bezerros são comercializados para compradores de Nova União ou Mirante. Quando morre uma vaca, ela é vendida para o açougue de Nova União e paga-se uma taxa de R\$ 3,00 para o IDARON.

Nenhum produtor adotava o uso de caipineiras no lote. Entretanto, conforme depoimento do coordenador do grupo informal, vários produtores estão pensando em comprar trituradores futuramente e a tendência é que os sistemas se especializem. A menor disponibilidade de pastagens, ao contrário do que ocorre na Linha 166, faz com que exista uma necessidade premente de suplementação na alimentação do rebanho.

Através das fichas do IDARON foi possível saber também o quanto de gado cada assentado possui. Dos 32 proprietários de gado bovino que pastam nas 31 parcelas presentes, conseguiu-se levantar a ficha de 29 deles. O rebanho por proprietário variou de 18 a 128 cabeças, com média de 66,6.

Em relação à lotação de pastagens, foi possível estimar a carga animal por cada lote. A lotação variou de 0,56 a 3,52 UA por hectare, com média de 1,66 UA/ha. Esses dados já são bastante preocupantes e levando-se em conta que o aluguel de pastos e o recebimento de animais "a meia" é muito comum, agrava mais ainda a situação. Caso não sejam tomadas providências para a diminuição da lotação aliada a melhoria no manejo das pastagens e inclusão de suplementação forrageira, os sistemas têm certamente seu futuro comprometido como relata um dos produtores falando de um dos vizinhos:

"Ele vai ter que formar o pasto dele outra vez. Bota gado a meia direto. Tirou há 4 meses atrás. Ele mantém cem cabeças no lote direto e criando ainda, dava mais de cem. O pasto dele virou grama de égua pura, quase você não vê *cabeça de cana*."

Além dos sistemas tradicionais, existem algumas famílias que, motivadas por uma associação de Ouro Preto, estão tentando implantar sistemas de pecuária bovina orgânicos, abolindo o uso de produtos veterinários convencionais. Conheceu-se o sistema da principal liderança da comunidade que também reside na gleba 4. Percebeu-se que, mesmo no seu caso, o processo ainda é muito incipiente e não existem resultados concretos. O próprio agricultor relatou que algumas vezes teve que recorrer aos produtos tradicionais na falta de alternativas efetivas.

Das sete famílias entrevistadas na Gleba 4, seis relataram ter feito financiamentos do PROCERA e uma pegou o PRONAF A. Normalmente na faixa de R\$ 7.500,00, que tiveram posteriormente um complemento de R\$ 2.000,00. Em geral, os recursos se destinaram para o cultivo do café, lavoura branca e alguns incluíram aquisição de vacas e construção de curral. Além disso, quatro produtores haviam feito financiamentos para custeio do plantio de café no valor de R\$ 1500,00 em média. Três deles já haviam feito duas vezes o custeio. O pagamento dos financiamentos é feito com o leite e a venda de bezerros.

Além dos sistemas pecuários, estão presentes outros empreendimentos nos lotes com destaque para o cultivo do café comilon, motivado pelos financiamentos subsidiados via Procera ou mais recentemente Pronaf A. As áreas de café muitas vezes estão consorciadas com outras espécies já que existe uma grande influência da APA na gleba. Um dos assentados da gleba já foi presidente da referida associação e é o atual secretário de finanças.

Os consórcios envolvem o plantio de pupunha, cupuaçu, açaí e algumas espécies madeireiras. Além dos consórcios, a Associação incentiva a apicultura que está presente em três parcelas da gleba.

É muito comum também o plantio de arroz, milho e feijão. O milho e o feijão são plantados em consórcio com o café novo e o arroz é semeado em capoeiras ou derrubadas em vizinhos que residem na gleba 3.

4.3.5.1 A produção de leite na Gleba 4

No início, a produção de leite da Gleba 4 se restringia a três produtores. O leite era transportado de moto até o laticínio Nova União no município de mesmo nome. Com o tempo, como todas as parcelas haviam "herdado" predominantemente áreas de pastagens plantadas, os assentados foram investindo na pecuária bovina optando

também pela produção de leite. No final de 1999, já eram vinte famílias produzindo e entregando leite na gleba.

Em janeiro de 2002, motivados pela insatisfação com a postura do laticínio de Nova União que, segundo depoimento dos agricultores, pagava muito pouco e ainda errava nas medidas do leite e negociações, os assentados resolveram se reunir e tentar entregar o leite de forma coletiva para possibilitar uma melhor negociação com a agroindústria. Dessa forma, alguns representantes foram conversar com o gerente do laticínio. Entretanto, segundo depoimento dos agricultores, este não acreditou na capacidade de organização dos agricultores e não concordou em aumentar o valor do preço do leite. Com isso, o grupo foi até o laticínio Monte Verde no município vizinho de Mirante de Serra. O gerente aceitou a proposta e o grupo começou a entregar o leite a um melhor preço e coletivamente. O esquema, que funciona até hoje, foi montado da seguinte forma: um dos agricultores, com uma carroça, junta os latões de leite dos 24 assentados envolvidos em duas bancas para o caminhão do laticínio pegar. O trabalho é feito diariamente das 6:30 até às 9:45. O produtor recebe R\$ 0,03 por cada litro transportado de cada produtor de leite da gleba. Além disso, tem uma remuneração maior pelo seu leite.

Há seis meses atrás, o grupo recebeu uma proposta de um laticínio que iria inaugurar uma nova fábrica em Mirante e resolveu aceitá-la. Dessa forma, vem entregando o leite para esse laticínio fornecendo inicialmente para uma fábrica do mesmo empresário em Ouro Preto até que o novo laticínio de Mirante fosse inaugurado no início de julho. Atualmente, cada assentado recebe R\$ 0,38 por litro de leite e repassa R\$ 0,03 para o agricultor que transporta os latões até a banca. Nesse caso, mesmo as famílias que têm acesso à estrada também repassam o valor para o "freteiro local". O agricultor que faz o frete, além deste valor que recebe pelo transporte, tem a sua produção mais bem remunerada pelo laticínio, recebendo R\$ 0,41 por litro produzido.

Conforme relatado, o grupo é composto por 24 famílias que estão produzindo (julho de 2003 - período seco de entressafra) 870 litros por dia em média. Cada família produz de 10 a 80 litros diários com média de 34,8 litros por família.

Apenas um produtor de leite da gleba não participa do grupo, apesar de compor a associação que trabalha com arroz. Este agricultor alegou que não compensa participar em função da necessidade de pagar o frete para o companheiro da gleba, afirmando que no seu caso é desnecessário porque reside na beira da estrada. Ele vende o leite para o

laticínio Monte Verde e diz receber R\$ 0,40 por litro, fato contestado pelos outros assentados que não acreditam que um único produtor que entrega sozinho apenas 30 litros por dia pudesse ser tão bem remunerado. Talvez não coincidentemente este agricultor é o único não-católico da gleba e também não tem nenhum parente na agrovila. Mesmo assim, apesar da não participação no grupo, a relação entre os vizinhos pareceu ser bastante amistosa.

As reuniões do grupo normalmente são feitas no barracão da Igreja havendo uma reunião mensal. Dois representantes do grupo, que não tem a participação do "freteiro", negociam com o laticínio os valores a serem pagos pelo leite. Resta saber como será a negociação no período de safra, quando os preços caem significativamente.

4.3.5.2 As transações com as agroindústrias, a greve do leite e a produção total no PA

As transações entre fornecedores e a agroindústria seguem o mesmo padrão relatado para a Linha 166. Não existem contratos e são comuns a troca de fornecedores e a quebra de acordos. O caso do grupo informal da Gleba 4 do PA Palmares foi a única experiência "associativa" constatada no assentamento e segundo depoimentos dos assentados, mesmo na antiga área do PIC Ouro Preto em Nova União não existe nenhuma associação ou cooperativa que trabalhe coletivamente com a produção de leite.

No PA Palmares, além do laticínio Miralac de Mirante da Serra que tem o acordo com o grupo de assentados da gleba 4, existem duas outras agroindústrias que captam a matéria-prima no assentamento. Dessa forma, três caminhões transitam diariamente no PA. O laticínio Monte Verde pega 800 litros nas glebas 1, 3, 5, 6, 7 e no produtor referido da gleba 4. Já o laticínio de Nova União, capta 1900 litros em quase todo o PA, menos na Gleba 4. Conforme relatado no caso da Linha 166, além dos latões de leite, os caminhões transportam botijões de gás, sacos de sal e outras encomendas dos assentados. Com isso, a produção de leite do assentamento comercializada para os laticínios da região diariamente está em torno de 4.400 litros.

Os laticínio Miralac capta 11.000 litros por dia. O Monte Verde recebe em média 30 mil litros e o laticínio de Nova União, entre 20 e 25 mil litros.

4.4 A Convergência das Estórias: um território e incertezas

Pode-se dizer, a partir dos dois casos estudados e do levantamento de informações sobre a região de estudo, que foi criado um espaço novo no universo da fronteira amazônica e que este não se caracteriza mais por fenômenos tidos como os de locais fronteiriços.

A trajetória de desenvolvimento da Grande Ouro Preto levou a uma convergência entre os sistemas produtivos e a paisagem para uma relativa homogeneização do espaço rural com predomínio da pecuária bovina. Paralelamente, formou-se um arcabouço institucional bastante complexo envolvendo diversas áreas. A presença e influência de diversas instituições e organizações públicas e privadas no meio rural, sejam clientelistas, corporativas, de militância política ou de âmbito comercial, é surpreendente, levando-se em conta o curto período de formação do espaço social desde a colonização.

Na primeira estória, a principal organização social da coletividade é usada como meio de construir facilidades burocráticas e operacionais aos seus membros e não como uma forma de defender os interesses dos que tem menos oportunidades. Não existem critérios de adesão nem por cima (que poderiam impedir a entrada de agricultores patronais na organização) nem por baixo (que seria a exclusão de não-proprietários ou minifundiários que não contribuem para proporcionar escala à associação). Existe uma postura "passiva" da direção da organização, sintomaticamente ocupada por agricultores menos capitalizados, já que os maiores interessados estão completamente fora do perfil exigido para organizações desse tipo. A passividade se expressa na permissão que a associação concede ao laticínio que tem convênio com ela, de beneficiar individualmente os produtores que vendem um volume maior de leite a través de bonificações. Depoimentos de ex-dirigentes da organização confirmam que anteriormente havia critérios mais rígidos para a adesão de associados e era proibida a bonificação de um produtor isoladamente, tudo sendo dividido com todos os sócios.

Hoje, os mecanismos funcionam como se a associação fosse uma cooperativa ou um condomínio de moradores no meio rural, só que sem pagamento de impostos, sem síndico e recebendo vários investimentos feitos pelo Estado a fundo perdido¹²¹. A

¹²¹ Esse desvirtuamento dos beneficiários de investimentos a fundo perdido foi constatado no PAIC, programa desenvolvido no final dos anos 1990 através do PLANAFLORO, em vários projetos aprovados

organização, aparentemente é vista, mais como um instrumento de viabilização de demandas burocráticas, como a inclusão de beneficiários em programas sociais do governo, do que como um espaço de construção coletiva de objetivos. Além disso, serve para prestar os mesmos serviços para um público bastante diferenciado. Barateia-se o transporte do leite e o beneficiamento do café e de grãos. Quem leva mais vantagem, logicamente, são os produtores que produzem mais, com maiores ganhos de escala. Esse efeito em cascata deve expulsar em pouco tempo os meeiros e minifundiários do processo, que, aliás, já estão indo buscar melhores oportunidades nas ocupações de terra ou na abertura de novas frentes dentro do Estado ou em regiões da fronteira do Mato Grosso, Amazonas e Acre. Trata-se de um círculo vicioso preocupante.

O secretário da organização falou com surpreendente naturalidade de vários agricultores e não-agricultores (comerciantes que optaram por morar no campo, principalmente) que estavam preenchendo a ficha da associação motivados pela exigência desta filiação para a obtenção de direitos sociais ou para a viabilização de financiamentos. O principal programa de financiamentos de agricultores familiares até hoje implantado na Amazônia (Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada - PRORURAL) tem no próprio nome essa perspectiva. Apesar do contrato entre o banco e o agricultor beneficiário ser individual, o último é obrigado a pertencer a uma organização social rural. A mobilização dos agricultores para a criação dessas "associações" ficou a cargo do órgão de assistência técnica e extensão rural, que elabora e fiscaliza os projetos de financiamentos recebendo um percentual do mesmo para isso.

Existe também uma "perigosa" cumplicidade entre o órgão oficial de assistência técnica e essas organizações "artificializadas". É bastante discutível que órgãos financiados com recursos públicos estejam priorizando a assistência técnica para organizações que não tem nenhum critério de adesão de seus associados. Além disso, essa assistência se concentra em atividades produtivas e não ambientais que deveriam ser uma das preocupações quando se trata de apoiar o coletivo. Mesmo se pensarmos em termos de inovações tecnológicas, a atenção das mesmas, conforme o pacto preconizado pela extensão, é mínima. Nenhum produtor entrevistado tinha capineira. O manejo de pastagens é praticamente nulo e a condução dos cafezais e cacauais pode ser considerada meramente extractiva, sem nenhum aporte de insumos.

no Estado. A Associação em questão foi beneficiária de um destes projetos. Havia um apego a elaboração dos projetos que deveriam ser tecnicamente competentes, se esquecendo dos reais beneficiários e do objetivo maior do Programa que estava ligado às questões ambientais.

Percebe-se um mecanismo perverso no contexto, que nos remete a situação do país como um todo, onde privilegiados se apropriam de programas voltados para carentes e excluídos. Dessa forma, as instituições (bancos de desenvolvimento, órgãos de assistência técnica e governo) aparentemente cumprem o seu papel, mas na prática, a grande massa de agricultores com renda abaixo do custo de oportunidade regional (apontados como *quase sem renda* e *renda baixa* na tipologia proposta pela metodologia do FAO/INCRA aplicada a o Censo Agropecuário, citada anteriormente) permanece excluída, sem apoio no que se refere à organização produtiva, assistência técnica ou subsídios financeiros e com oportunidades cada vez mais restritas de se desenvolver. As famílias que precisam de condições diferenciadas para a promoção da sua reprodução de forma mais satisfatória estão desorganizados ou "perdidas" em desvantagem dentro de organizações que abarcam todos os segmentos presentes no meio rural.

Com relação à dinâmica das inovações tecnológicas, pode-se dizer que foram criados sistemas peculiares de pecuária bovina na região. Os sistemas presentes nada têm a ver com que os agricultores adotavam antes de chegar em Rondônia, nem tampouco contemplam os pacotes tecnológicos recomendados pela pesquisa e extensão rural oficiais. Percebe-se uma influência cada vez maior das inovações dirigidas pelas Casas Agropecuárias, embora, em apenas algumas atividades. A maior influência e a base da confiança, em geral, do agricultor, contudo, está sempre ligada a o vizinho, à família e aos amigos. Algumas inovações são visivelmente relevantes. A mais importante é a introdução da *Brachiaria brizantha*, gramínea que se adaptou muito bem às condições edafoclimáticas da região. Além disso, ocorre adoção generalizada de cercas de arame liso e construção de instalações mais bem acabadas, apesar de distantes dos padrões exigidos para a pecuária leiteira. Outro fato relevante é a ausência quase total de tração mecanizada ou animal, mesmo depois de 20 anos de colonização. Todo o trabalho é manual, com exceção da derrubada feita com motosserra.

A lógica da agricultura em Ouro Preto não seguiu os planos do INCRA, nem dos ambientalistas, nem dos técnicos da pesquisa e da extensão. Entretanto, foi fortemente influenciada por eles. O grande sustentáculo do sistema produtivo predominante, a *Brachiaria brizantha* cv. marandu de origem africana foi melhorada pelo Centro de Pesquisa de Gado e Corte da Embrapa. O gado com melhor padrão genético foi adquirido principalmente através de financiamentos realizados pelo BASA que possibilitaram a aquisição de matrizes (tourinhos e novilhas enxertadas). Quem elaborou a maioria desses projetos foram os técnicos da instituição oficial de assistência

técnica, Emater. O mercado foi viabilizado pelos laticínios locais. A infraestrutura para o escoamento da produção e para facilitar os contatos que possibilitaram a criação de um conhecimento coletivo foi viabilizada por recursos públicos, através de seus representantes, fortemente clientelistas.

Por outro lado, o trabalho de campo confirma a hipótese de que os canais que promovem a adoção de inovações estão predominantemente fora do circuito formal destinado a isso, mesmo havendo uma rede de instituições públicas voltadas para a transferência de tecnologia, financiamento e respectiva fiscalização na comunidade: Emater, Bancos, Embrapa, Ceplac e IDARON. As tecnologias adotadas ou a confiança dos produtores em relação a técnicas potenciais estão predominantemente ancoradas na relação com os vizinhos e na adaptação de produtos disponíveis no mercado (a ida às casas do agropecuárias é muito comum entre os produtores) a sua realidade econômica e ambiental. O laticínio também surge como um vetor indireto das inovações, talvez mais ligados à logística do que as tecnologias, que basicamente se restringem ao financiamento de tourinhos. As exigências legais com relação ao transporte de soro ou ainda as exigências da Agência de Defesa Animal com relação ao transporte e abate de animais, sem dúvida, alteram o comportamento dos produtores, nem que seja para arranjarem formas de burlar as exigências sem ônus.

A ligação entre os agricultores familiares e os fazendeiros ou os agricultores patronais são maiores do que se possa supor. Com o aluguel de pastos, a cessão de animais no sistema de parte-lucro ou a prestação de serviços estreita-se os laços entre esses agentes. A identificação comum pelo gosto no trato com animais, faz com que os fazendeiros sejam referências para os agricultores e vice-versa. Dois entrevistados experientes no trato com bovinos afirmaram que o agricultor que mais entendia de "criação" era um vizinho, com trajetória muito semelhante à deles, porém com larga experiência com gado de corte e leite, além de muita experiência em amansar animais (equinos e muares). Esse cidadão, que morava no final da linha, há muitos anos trabalha para fazendeiros da região fazendo seleção de gado para a compra e amansando animais. Essas ligações têm implicações na dinâmica das inovações e nas perspectivas criadas pelos agricultores em relação às expectativas de ascensão social baseadas no mesmo processo de acumulação característico dos fazendeiros.

No que se refere à agroindustrialização, os processos de construção de conhecimento local são ainda incipientes no caso de Ouro Preto. As inovações nas queijarias (laticínios que trabalham exclusivamente com produção de queijo mussarela e

manteiga - subproduto) vêm predominantemente de um universo externo. Essas empresas correm sérios riscos de sustentabilidade a médio e longo prazo se não buscarem tais inovações. Não se verificou uma interação entre elas, compondo *clusters* ou inovando e adaptando tecnologias de outras regiões. A sensação é de uma competitividade relativamente espúria, baseada na sonegação de impostos e no baixo custo da matéria prima e do processamento. Apesar disso, o queijo mussarela produzido mantém qualidade satisfatória já que é cozido no processamento. Sendo assim, não existe nenhum risco sanitário para a população. O SIF, mesmo que não de forma totalmente satisfatória, funciona na região da grande Ouro Preto. Nesse sentido, é mais preocupante a deficiência da fiscalização ambiental que está ligada à deposição de efluentes nos igarapés.

O relacionamento entre os agentes caracteriza-se pela informalidade e infidelidade contratual, apesar da simbiose que promove vantagens complementares relatada anteriormente.

Apesar da grande mobilização nacional em torno da granelização do transporte do leite e do cumprimento das exigências contidas no PNQL, referidas anteriormente, percebe-se, na região de estudo, um desinteresse total com relação a essa questão, tanto por parte dos produtores quanto dos laticínios. Das 14 fábricas existentes no território, apenas uma tem o seu leite totalmente granelizado. A Parmalat cada vez mais amplia a área de coleta de leite e restringe o número de produtores, sendo uma empresa totalmente atípica na região. A necessidade de enquadrar o SAG do leite de Rondônia a estas exigências até 2007 é preocupante.

A análise das perspectivas para a agricultura familiar na região da Grande Ouro Preto nos leva a uma investigação sobre o que está ocorrendo com os filhos dos agricultores migrantes de Rondônia. Verifica-se, nesse sentido, um quadro complexo e bastante difícil de ser explicado. Privilegiados em relação à educação e acesso a recursos materiais quando comparados a seus pais, esses jovens parecem não se contentar em permanecer na comunidade como pequenos produtores. A ida para o exterior em busca de melhores oportunidades e principalmente de dinheiro, reflete uma insatisfação com a situação presente em Ouro Preto, mesmo com os significativos avanços constatados no trabalho de campo. Foram relatados nas entrevistas vários casos de lideranças comunitárias, com acesso privilegiado às redes relacionais e relativamente mais esclarecidos, que preferiram tentar a sorte em outra região à buscar oportunidades em sua própria comunidade investindo em agricultura, pecuária ou comercialização.

Essas idas e vindas para o exterior e buscas por terra e m outras regiões quebram também uma cadeia tradicional típica da agricultura familiar. As relações de troca, de mutirão e os códigos, provavelmente não vão se perpetuar nas próximas gerações. Imagine-se um agricultor que foi trabalhar por três anos como operário da construção civil em uma empresa norte americana. A mudança nas referências é uma perspectiva praticamente certa para as localidades. Além disso, com as facilidades de comunicação e transporte, ocorre uma maior interação dos agricultores e suas famílias com o universo urbano. Várias mercadorias passam a ser adquiridas em supermercados e os valores e referenciais urbanos invadem o universo rural através das TVs e parabólicas. Soma-se a isso, a constatação de que o universo rural não se restringe a presença de agricultores familiares, havendo u ma marcante heterogeneidade no p erfil dos agentes que irá dificultar a implantação de políticas públicas efetivas e estratégicas adequadas para este segmento.

Por fim, apesar desse quadro de incertezas e imprevisibilidades, verifica-se na região um grande potencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social baseadas na dinâmica da agricultura familiar. As vantagens comparativas proporcionadas pelo quadro natural, aliadas à existência de uma razoável infraestrutura para a p rodução implantada na região e c onjugadas ao efervescente arcabouço o rganizacional e institucional presentes, podem deslanchar frutíferos processos de diminuição d as desigualdades sociais e regionais a a té servir como exemplo para políticas nacionais neste sentido.

CONCLUSÕES

Uma primeira questão ligada à realização desta dissertação refere-se ao volume inesperado de informações disponíveis sobre o tema. Ao contrário do que se previa ao iniciar a busca de dados sobre o objeto em questão, já que o assunto envolve um segmento relativamente ignorado pelas políticas públicas contextualizado num espaço geográfico periférico no âmbito nacional, constatou-se ao longo da pesquisa, um considerável número de fontes secundárias para serem analisadas, além de alguns trabalhos e levantamentos e análises especificamente sobre o tema.

Dessa forma, foram relevantes os dados disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE e a providencial possibilidade de tabular os através da metodologia preconizada pela equipe do convênio FAO/INCRA pela rede internacional de computadores. Do IBGE foi possível ainda levantar informações referentes às culturas e criações para cada município no período de 2002, através da Produção Agrícola Municipal e da Pesquisa da Pecuária Municipal. Os Indicadores sociais para todos os municípios também estão acessíveis através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Atlas da Exclusão Social no Brasil. No que se refere às agroindústrias, o MAPA permite consulta através de seu sítio na rede de computadores do banco de dados do Sistema de Inspeção Federal que possibilita a localização e caracterização de todos os estabelecimentos registrados no país. Além disso, Rondônia dispõe também de Atlas Geoambiental lançado recentemente e com diversas informações relevantes em distintos temas, principalmente as ligadas ao clima e recursos naturais do Estado. Nesse sentido, também é possível, tendo em mãos as coordenadas geográficas do local pesquisado, ter acesso a mapas e cartas na escala de 1:250.000 referentes à aptidão agrícola dos solos, geomorfologia, zoneamento sócio-econômico-ecológico, vegetação e levantamento de solos para qualquer ponto no Estado.

Ainda nesse contexto, os dados secundários mais relevantes e surpreendentes à disposição são os da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia referentes ao rebanho e localização dos proprietários e unidades produtivas de todo o território. Como são gerados pelas duas campanhas anuais de vacinação contra a febre aftosa, fornecem informação atualizada e relativamente confiável.

Com isso, um dos aspectos mais relevantes deste trabalho está ligado à identificação do potencial existente nas informações disponíveis em Rondônia e muito

provavelmente na maior parte das Unidades da Federação para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da agricultura familiar.

Os resultados obtidos na investigação permitiram a identificação de diversos mecanismos que promoveram ou ativaram o processo de formação da bacia leiteira em Ouro Preto do Oeste calcada na produção de agricultores familiares. No que se refere às agroindústrias do leite, as informações apontam para uma influência pequena dos incentivos fiscais e financeiros ou subsídios oficiais na implantação dos laticínios na região. Isso foi o oposto do que ocorreu com a indústria madeireira¹, com a grande pecuária de corte ou com as empresas de mineração em Rondônia. As agroindústrias locais, principalmente as pioneiras, somente usufruíram dos subsídios que eram concedidos no contexto nacional, como o Programa do Ticket do Leite do Governo Sarney, que funcionava como uma garantia de compra do produto. Além disso, as fábricas foram contempladas pelas isenções fiscais vigentes para qualquer empresa na região.

Entretanto, no que se refere ao setor primário, os incentivos financeiros tiveram alguma relevância. Os agricultores familiares de Rondônia, proporcionalmente, receberam mais recursos subsidiados (principalmente através do FNO) do que a indústria de processamento. Entretanto, não se pode afirmar que este segmento tenha sido atendido a contento, já que nem metade dos potenciais beneficiários foi contemplada nos anos 1990.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 sob a ótica da metodologia preconizada pelo convênio FAO/INCRA comparada a os indicadores sociais dos municípios da região de estudo, permitiram identificar a dinâmica do desenvolvimento rural na Grande Ouro Preto. A sede do antigo município concentrou os investimentos públicos em equipamentos sociais, na infraestrutura para a produção e a renda, promovendo melhoria da qualidade de vida de sua população. Por outro lado, as localidades mais afastadas do eixo da BR-364 que paulatinamente foram emancipadas redundando na conformação política-administrativa atual com a existência de seis municípios, ainda apresentam grande carência em termos de infraestrutura. O mesmo processo ocorre quando se comparam os níveis de renda e perfil dos agricultores familiares nos respectivos municípios. Nas unidades administrativas "periféricas" ocorre

¹ Neste caso, além das isenções fiscais, o Estado, tanto no âmbito estadual como federal, se omitiu da função de fazer com que fosse cumprida a Legislação ambiental (Código Florestal) e permitiu que recursos públicos fossem privatizados através da extração de madeira em Reservas Florestais e Áreas Indígenas.

um predomínio de agricultores com renda abaixo do custo de oportunidade regional e mais vulneráveis em termos sociais.

Da mesma forma, foi constatada a importância econômica e social da agricultura familiar na região de estudo. Este segmento está presente em 93,32% dos estabelecimentos e é responsável por 84,99% do Valor Bruto da Produção nos seis municípios estudados. Percebeu-se também a maior proporção da renda proveniente dos sistemas de pecuária bovina para as famílias de agricultores, em relação aos outros sistemas produtivos presentes. Tal característica se dá tanto para os que auferem maior renda quanto para os que recebem pouca ou nenhuma renda. Mesmo nas categorias consideradas de renda total baixa, as rendas monetárias corresponderam a mais da metade da renda total auferida pelos agricultores. Essa renda se expressa, principalmente, em um maior valor da produção de leite, acompanhado também pelo valor da produção de bovinos vendidos e abatidos. O café aparece como a lavoura mais importante em termos de geração de renda. Por outro lado, o sistema produtivo mais comum nas unidades produtivas é a avicultura.

Os sistemas de pecuária bovina, apesar de haver um grande contingente de unidade produtivas com renda baixa ou insuficiente, têm sido capazes de sustentar a agricultura familiar na região da Grande Ouro Preto, ou pelo menos, dar um mínimo suporte à sua resistência e presença no meio rural local. Melhor talvez fosse dizer que mesmo sendo uma "estratégia defensiva" num contexto bastante negativo para este segmento, os sistemas pecuários foram fundamentais para "segurar" o agricultor familiar no campo. Com a consolidação dos referidos sistemas, uma reconversão das unidades produtivas para sistemas com predomínio de café e cacau não parece viável a curto prazo. Por outro lado, esses sistemas não são especializados e nem exclusivos. Os cultivos perenes, anuais e a avicultura e suinocultura doméstica estão presentes, contudo, com um peso significativamente menor em termos de geração de renda.

Existe uma delicada complementaridade nos sistemas de pecuária bovina predominantes na região de estudo. Esta se dá entre a produção de leite e a venda de bezerros que são a base de sustentação da renda do agricultor. O valor do bezerro vendido está ligado ao padrão racial do mesmo que deve ter sangue "azebuado", mais apropriado para o comprador que quer engordá-lo para abate, normalmente um médio produtor ou um agricultor familiar que teve um expressivo processo de acumulação,

adquirindo mais terra. Caso o produtor opte por especializar o seu rebanho na produção de leite, irá perder mercado para a venda dos bezerros. Conforme relatado, vários são os estudos que apontam para o peso do componente "corte" nos sistemas de pecuária leiteira de Rondônia.

Percebeu-se que apesar do caráter dirigido da colonização, a lógica espontânea presente na descontrolada ocupação da região pela população migrante foi fundamental na conformação da estrutura fundiária e na rapidez dos resultados obtidos. Em relação à formação da bacia leiteira da Grande Ouro Preto, percebe-se, da mesma forma, o seu caráter espontâneo. Entretanto, dessa vez, pode-se dizer que o processo foi exclusivamente conduzido pelos agricultores e empresários do ramo laticinista, não havendo nenhum programa oficial nesse sentido. A dinâmica se deu principalmente pela tomada de decisão dos agricultores, não sendo dirigida por iniciativas públicas que priorizaram os financiamentos para cacau, seringueira e, posteriormente, café. A exceção foi o financiamento dos agricultores pelos Programas PRORURAL e PROCERA disponibilizados em meados dos anos 1990. Apesar de os projetos dificilmente conterem somente itens ligados à pecuária leiteira, envolvendo em geral, além das matrizes leiteiras, o cultivo de café e grãos.

A pesquisa de campo e o estudo das duas localidades selecionadas permitiram vislumbrar várias características presentes na região de estudo. A eletrificação rural é um processo marcante e tem levado a mudanças no comportamento, hábitos alimentares e na dinâmica doméstica e social como um todo. Além disso, oferece novos canais de comunicação ou de difusão de informações como o uso de telefones celulares na Linha 166 e as parabólicas no Projeto de Assentamento Palmares. Constatou-se também uma complementaridade nos programas sociais quando, por exemplo, recursos para o transporte de alunos oriundos dos Programas de Educação do Governo Federal acabam beneficiando a coletividade em geral e não só o corpo discente.

Verificou-se também uma grande diferenciação social na Linha 166, havendo uma relativa concentração de terra e renda entre novos atores, como comerciantes e fazendeiros, no contexto das coletividades rurais familiares. Tal fato se expressa na acumulação que algumas famílias vivenciaram paralelamente a um fenômeno de retração provocando até minifundiarização ou expropriação vivido por outras.

Processo curioso constatado na Linha 166 foi a ida de jovens para o exterior como imigrantes ilegais. Estes, normalmente ajudados financeiramente pelos pais, contratam "facilitadores" que mediante pagamento de somas expressivas em dinheiro, garantem o traslado, a entrada e emprego em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Como os filhos dos agricultores mais bem sucedidos em termos de acumulação estavam entre os imigrantes, é difícil fazer considerações sobre a ausência de oportunidades motivando esta imigração.

As questões ligadas à organização dos produtores num contexto de agricultura familiar são consideradas, quase unanimemente, como fator fundamental para a promoção do desenvolvimento deste segmento. Nos dois estudos de caso percebemos a existência de diversas organizações sociais rurais permeando as localidades. Entretanto, as características de cada localidade se mostraram muito distintas.

A principal organização da Linha 166 motivada pelo contexto institucional presente na localidade não estabelece nenhum critério na adesão de seus associados o que implica na presença, também, de fazendeiros e comerciantes dentro da instituição. Além disso, a relação entre o laticínio, que é parceiro da organização na aquisição da matéria-prima, e os fornecedores também não tem regras pré-estabelecidas. Dessa forma, os produtores que fornecem maior volume, além das vantagens que a associação oferece em termos de retorno do valor do frete para todos os membros, recebem ainda uma bonificação no preço. Com isso, um espaço que deveria privilegiar oportunidades para os agricultores de baixa renda, que têm maior dificuldade de obter ganhos de escala, promove o oposto, dando mais oportunidade a quem já as têm.

Esse aspecto ligado à organização dos produtores se mostrou relevante na localidade investigada e, em grande medida, pode ser generalizado para a região de

estudo, sendo um dos fenômenos mais reveladores desta dissertação. É um processo muito significativo porque as organizações são os espaços onde os agentes têm acesso aos financiamentos, à assistência técnica, aos serviços gerados pelos programas sociais como o PRONAF Infraestrutura e a té como lugar de cidadania e voz para a população do meio rural.

Com a descaracterização dessas organizações pela presença de agentes que não se enquadram no perfil, percebe-se um fechamento das oportunidades para os "verdadeiros" beneficiários dos programas citados. Tais organizações não estão contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, e provavelmente estão fazendo exatamente o contrário, uma marginalização ainda maior desse segmento.

Por outro lado, com o estudo dos processos ocorridos na implantação do Projeto de Assentamento Palmares ficou evidente, até pela falta de oportunidades oferecidas para os segmentos desfavorecidos no contexto anterior, o quanto as ocupações de terra e os PAs são importantes como oportunidades para a população rural desprivilegiada da região de estudo.

Além disso, a investigação detalhada dos fenômenos ocorridos ao longo das ocupações e reocupações de terra onde as famílias são obrigadas a passar por conflitos muitas vezes envolvendo risco de morte, aponta para a busca de soluções urgentes e estudos mais aprofundados. A organização da seleção dos agricultores beneficiários do assentamento pelo MST promoveu avanços, mas, também, gerou riscos. No caso de uma reocupação, agricultores que estavam acampados em outro assentamento, se instalaram, com a concordância dos coordenadores do movimento, nas parcelas cujos beneficiários, que haviam sido selecionados, se mostraram incoerentes com os critérios estabelecidos. Embora isso acabasse por preservar a divisão e tornar mais justa a distribuição, trouxe, por outro lado, riscos inaceitáveis com o afrontamento das famílias e a possibilidade de consequências mais graves.

No que se refere à conformação física do assentamento, que foi elaborada em discussão dentro do MST local, motivada por experiências no Sul do país, parece ter havido um grande acerto. A estrutura radial do assentamento, com pequenas agrovilas independentes, apresenta uma lógica bem mais racional do que a tradicional "espinha-de-peixe" das parcelas dos projetos de colonização. No caso dos sistemas de pecuária leiteira, essa conformação pode ser decisiva para a comunidade, já que facilita o processo de granelização coletiva e uso comum de equipamentos como tanques de resfriamento, trituradores e ordenhadeiras. Pode-se ainda pensar na racionalização no

uso das pastagens e capineiras e até na vacinação conjunta de animais, já que os currais ficam muito próximos.

Em relação aos sistemas produtivos predominantes e o fluxo de inovações que permeia as suas adoções, pode-se dizer que se constituíram sistemas peculiares na região de estudo através de canais não convencionais de difusão de tecnologia. As unidades familiares não se caracterizam como arremedo dos tradicionais sistemas que os migrantes praticavam antes de virem para Rondônia, nem como um reflexo dos pacotes tecnológicos preconizados pela extensão e pesquisa oficiais.

As unidades produtivas atualmente se caracterizam por sistemas de pecuária bovina de baixos insumos calcados na produção de leite e recria de bezerros a pasto. Nesse sentido, surge a maior preocupação que se refere à superlotação das pastagens com carga animal acima da capacidade de suporte. Tal fato foi relevante principalmente no PA Palmares onde a lotação variou de 0,6 até impressionantes 3,52 UA/ha, com média de 1,66 Unidade Animal por hectare. Essa situação torna-se ainda mais preocupante com o fato constatado nas entrevistas de ser muito comum entre os produtores pegar gado "à meia" de terceiros por um período do ano, que faz com que aumente bastante a carga animal.

As principais fontes de informação no fluxo das inovações tecnológicas são os vizinhos, a família e os amigos, através de um processo espontâneo. Entretanto, percebe-se uma crescente influência das inovações dirigidas pelas casas agropecuárias.

Com relação aos vetores das inovações organizacionais e institucionais, houve uma grande influência da Emater e indiretamente do BASA que impôs condições para a viabilização dos financiamentos. As principais organizações sociais rurais ligadas à produção foram motivadas por essas instituições. A Igreja católica colaborou na medida em que normalmente agrupa os moradores em comunidades para encontros semanais, facilitando e tornando-se complementar às atividades no âmbito da organização produtiva.

No que se refere às transações entre fornecedores e laticínios, constatou-se, como era esperado, um predomínio quase absoluto de informalidade nos contratos. Não existem documentos nem regras acordadas nas negociações. A "infidelidade" comercial é muito comum de ambas as partes. Por outro lado, não foi possível detectar uma assimetria de poder e informação muito forte entre os agentes ou uma estrutura de mercado concentrada por poucos grandes laticínios, não se caracterizando, dessa forma, um oligopólio. Nesse sentido, é relevante a dificuldade que a Parmalat tem encontrado

em se estabelecer na região, mesmo antes de sua recente crise internacional. Contudo, os preços pagos aos produtores são proporcionalmente muito baixos em relação aos padrões praticados no contexto nacional, demonstrando que além do leite ser produzido a custos inferiores à média nacional, provavelmente agricultores locais têm um baixo custo de oportunidade.

Como um todo, as análises dos dados obtidos comprovam o grande erro de "naturalizar" os processos que ocorrem na fronteira agrícola, tratando-os como invariáveis. A dinâmica social em Ouro Preto do Oeste não seguiu a lógica tida como regra para a Amazônia. Consolidou-se um sistema agroalimentar do leite ancorado em fornecedores de economia familiar, viabilizando a verticalização da produção. Mesmo sabendo das limitações que a agroindústria local apresenta, tais fatos desabonam conclusões precipitadas de que os sistemas evoluem de forma linear e "perversa". Em resumo, o espaço local foi criado a partir das estratégias de atores locais e pressões externas (dependendo de dinâmicas endógenas e exógenas) promovendo uma aprendizagem coletiva e uma convergência de objetivos, que possibilitou um panorama peculiar e específico no universo territorial de Ouro Preto.

Apesar de existir um grande potencial a ser trabalhado na realidade da região da Grande Ouro Preto e em Rondônia como um todo, a pesquisa sugere que, provavelmente, esteja havendo um problema de foco nas iniciativas dos agentes de desenvolvimento (órgãos financeiros, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, organizações não governamentais) que têm caminhado em sentidos opostos às estratégias adotadas pelos principais atores e beneficiários do processo. Já existe em Rondônia um razoável arcabouço institucional para que se aprimorem os mecanismos que possibilitem um avanço no desenvolvimento da agricultura familiar local. Constataram-se nesse trabalho, também, uma falta de integração das iniciativas e uma forte sub-representação do segmento da agricultura familiar nas discussões, principalmente aqueles de renda mais baixa. Mesmo no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Ouro Preto do Oeste, um dos que mais avançou em Rondônia, se percebe um domínio de instituições públicas com interesses corporativos ou de organizações sociais rurais com visões imediatistas, focadas na obtenção de recursos financeiros e materiais. Urge a criação de novos espaços de participação para o expressivo contingente de agricultores e agricultoras que estão buscando estratégias de sobrevivência e bem-estar nas coletividades rurais de Rondônia. Os agentes de

desenvolvimento deve exatamente os sistemas agroalimentares que foram implantados e adotados como base destas estratégias.

Apesar da riqueza de informações e do relativo sucesso da campanha pelo controle da febre aftosa em Rondônia, a qualidade dos dados contidos em parte dos questionários usados no Cadastro feito em 1999 obtidos no IDARON, indica que não houve o cuidado devido na checagem das informações para aferição do cadastramento. Um trabalho dessa envergadura deveria ser acompanhado por técnicos experientes na parte pecuária e a grícola para levantar inconsistências em relação aos dados preenchidos. Vários questionários tiveram que ser descartados pelo autor quando da tabulação, mostrando que provavelmente não ocorreu um monitoramento adequado.

Por fim, este trabalho levantou várias questões que merecem ser investigadas no contexto da busca por estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável da região, calcado no potencial da agricultura familiar como protagonista do processo e grande mitigadora das desigualdades sociais presentes. Pode-se destacar, nesse sentido, as questões mais significativas.

A primeira seria um aprofundamento da pesquisa sobre os sistemas de produção baseados na pecuária bovina no âmbito do empreendimento familiar. A adaptação do braquiarão e a incorporação de tecnologias "modernas" como o uso de produtos para o controle de endo e ecto parasitos do gado como a ivermectina, aliado a adoção de sal mineral e de instalações (como as cercas de arame liso) voltadas para o aproveitamento das pastagens como insumo básico da produção de leite e carne, geraram um sistema produtivo peculiar. Estudos devem ser feitos para identificar melhor a lógica presente na tomada de decisão dos agricultores familiares. Tais pesquisas devem se basear na sustentabilidade econômica e ambiental destes sistemas. É necessário que as pesquisas saiam dos campos experimentais e se desloquem para as unidades produtivas. A identificação de técnicas para o aprimoramento do pastejo contínuo é um bom exemplo de pesquisa com forte demanda na região e com perspectiva de sucesso, se calcada em testes de validação no meio real. Além disso, é fundamental que ocorra maior interação entre os centros de pesquisa de excelência no país e as instituições locais.

Saindo dos sistemas produtivos, dentro da porteira, para a relação entre os fornecedores e os laticínios, percebe-se uma interdependência com mútuas vantagens para diferentes atores envolvidos no sistema agroalimentar do leite em Ouro Preto. Usufruem dessa dinâmica as famílias dos agricultores, os motoristas dos caminhões de leite e seus colaboradores (chamados na região de "latãozeiros"), os laticínios, os

revendedores das casas agropecuárias e outros comerciantes do aglomerado urbano. A lógica consiste em usar o leite como um crédito para a aquisição de bens e o seu transporte até os lotes. Sabendo do relativo isolamento desses produtores, passa a ser uma grande vantagem ter um "entregador" e "negociador" de mercadorias, informações e favores que passa pela porta de cada um dos seus interlocutores diariamente. O motorista acabava sendo uma figura-chave na conexão do agricultor familiar com o universo urbano. Esses acordos e favores são muito mais do que apenas uma remuneração pelo trabalho despendido, já que é muito difícil quantificá-lo. Esta dissertação não se aprofundou nessa questão, mas mostrou um interessante universo a ser desvendado referente às relações entre esses agentes e a forma em que os acordos são convencionados e a certados. É muito comum ver botijões de gás, implementos agrícolas e sacos de sementes sendo levados junto com os latões de leite nos caminhões indicando que os benefícios para os agricultores familiares não se restringem às rendas monetárias provenientes do leite.

Os mecanismos que levaram ao "sucesso" da campanha contra a febre aftosa em Rondônia, que incluiu a criação do IDARON, devem ser estudados mais a fundo, já que mostram um enorme potencial para serem trabalhados em outras áreas, inclusive nas mais desorganizadas e preocupantes, como a ambiental. Seria interessante entender quais fatores foram relevantes para que as campanhas de vacinação e o controle dos rebanhos como um todo, tenha dado certo, e adaptá-los e aplicá-los no arcabouço institucional ambiental. Logicamente, uma das grandes motivações para o controle da febre aftosa e as campanhas de vacinação foi uma questão mercadológica: abrir a possibilidade da venda de gado em pé para fora do estado. Entretanto, outros mecanismos também estão presentes, como a simbiose entre intenções das esferas estadual e federal e a relação do agricultor com o rebanho bovino. Resta aos especialistas no assunto, buscarem soluções que também tragam estímulos econômicos, como o ICMS ecológico ou a facilidade de obtenção de financiamentos subsidiados para os agricultores que aceitarem ser monitorados, como no caso do gado bovino, em termos de atividades que impactam sobre o meioambiente.²

No que se refere às agroindústrias, urge a tomada de iniciativas para encontrar as potencialidades regionais ligadas à agregação de valor de produtos oriundos da pecuária bovina, aliado a controles que evitem que os benefícios sejam carreados para médios e

² Essa discussão foi motivada por conversa com a consultora Daniela Jorge de Paula.

grande produtores. Essas "alternativas" devem visar produtos de maior valor agregado do que a *commodity* queijo mussarela, predominante na região.

Outra questão fundamental é identificar as demandas do segmento majoritário no meio rural da região de estudo e de Rondônia -- os agricultores que estão auferindo rendas inferiores ao custo de oportunidade regional. A assistência técnica oficial e os programas de governo devem priorizar este público que é predominantemente estático desorganizado, ao invés de concentrar esforços nas privilegiadas associações "sem cara", que não tem nenhum critério de adesão e estão infiltradas por comerciantes e fazendeiros, onde os maiores beneficiários acabam sendo os produtores já consolidados ou agricultores patronais, como num dos casos constatados nesse trabalho.

Além disso, estudos mais aprofundados precisam ser desenvolvidos sobre os resultados da criação de organizações sociais rurais como estruturas meramente burocráticas para a viabilização de projetos de financiamento. Essas organizações surgem sob apoio da agência oficial de assistência técnica e extensão rural e visam mais o cumprimento das exigências legais, normalmente demandadas por agentes financeiros, do que a construção coletiva de objetivos. Pode-se dizer, que hoje, essas organizações predominam no meio rural rondoniense. As exceções são algumas entidades criadas com o apoio da Igreja Católica e outras instituições de base, formadas a partir de lideranças dos movimentos sociais. É fundamental que se revejam as políticas públicas no que se refere à organização da produção, dando prioridade à capacitação do público mais carente em termos de renda e disponibilidade de infraestrutura. Para tal, deve-se também capacitar os agentes de desenvolvimento para que sejam verdadeiros intermediários proativos no processo de desenvolvimento social no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.L.O. de **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (IPEA. Série IPEA, 135).
- ARAGÃO, J.L.de O Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira no Estado de Rondônia In: I SEMINÁRIO REGIONAL AGRONEGÓCIO LEITE. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2002. **Anais** ...p.87-93.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LEITE LONGA V IDA **Compilação estatística** ABLV. São Paulo, 2001. V.1
- ATLAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL Pochmann, M.; Amorim, R. (org) São Paulo: Cortez, 2003
- BASA Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Relatório de Gestão - Exercício de 2002 Disponível em: <www.basa.org.br>
- BASA Relatório dos empreendimentos financiados Belém: BASA, 2003.
- BASE DE DADOS SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL, 2002. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/sda/dipoa/index.htm>>
- BECKER, B.K Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira In: AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília: UnB/ORSTOM, 1988. p. 60-89.
- BECKER, B.K. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito In: Becker, B.; Miranda, M.; Machado, L. (org.) **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990(a). p147-164
- BECKER, B.K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na fronteira. Um poder territorial ? In: Becker, B.; Miranda, M.; Machado, L. (org.) **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990(b). p165-178
- BECKER, B.K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica In: BECKER, B.K. et al (org) **A geografia política do desenvolvimento sustentável** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais** São Paulo: Edit. Hucitec, 1994.
- BERNARDES, P.R.; NOGUEIRA NETTO, V.; MUSTEFAGA, P.S. Organização e poder no segmento da produção de leite no Brasil In: GOMES, A.T. et al.(Ed.) **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p.123-137.

BRASIL Atlas do Território Federal de Rondônia. Brasília: Ministério da Agricultura, 1975.

BRASIL Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto 2001 - Altera e acresce dispositivos à Lei 4.771, que institui o Código Florestal, bem como altera a Lei 9.393, que dispõe sobre o ITR. Disponível em: <www.amazonia.org.br/>

BRASIL Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Biodiversidade e Florestas **Biodiversidade brasileira:** avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002.

BRESSAN, M.; BRESSAN, A.A. Alguns indicadores do comportamento de mercados da cadeia a grão/líquido do leite In: VILELA, D. (Ed.). **Sustentabilidade da pecuária de leite no Brasil:** qualidade e segurança alimentar. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p.127-140.

BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. de; SILVEIRA, J.M. da Inovação tecnológica na agricultura familiar e a agricultura familiar In: LIMA, D.M. de A. e WILKINSON, J. (org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 47-81.

CARVALHO, A.R. de A indústria de laticínios no Brasil e na Região Norte In: VILELA, D.; BRESSAN, M.(ed.) **Anais do workshop sobre identificação das principais restrições ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na Região Norte do Brasil** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Brasília: MCT/CNPq, 2003. p221-222. Embrapa Gado de Leite. Documentos, 91.

CASTELLS, M. **The Rise Of The Network Society.** Oxford: Blackwell, 1996.

COOKE, P. et al. **Localities:** the changing face of urban Britain London: Unwin Hyman Ltd, 1989.

COWELL, A.; RIOS, V. Série - A Década da Destrução: Na Trilha dos Uru-Eu-Wau-Wau; Montanha de Ouro; Nas Cinzas da Floresta; Chico Mendes Eu queria viver Produção: Central Independente Television Co-Produção: Universidade Católica de Goiás, 198? Disponível em: <http://www.ucg.br/Institutos/igpa/novo/VideoCinzasFloresta.htm>

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia In: AUBERTIN, C.(org.) **Fronteiras.** Brasília: UnB/ORSTOM, 1988. p. 167-194.

DESCOMBE, M. **The good research guide for small-scale social research projects.** Buckingham: Open University Press, 1998.

DIAS, G.L.da S. **A colonização oficial no Brasil:** erros e acertos na fronteira agrícola São Paulo: USP/Inst. de Pesq. Ec., 1986 Relatórios de pesquisa no. 32.

DI SABBATO, A. **Metodologia para caracterização do perfil da agricultura familiar e de seus principais sistemas de produção** Brasília: INCRA, 1999.
Disponível em: <www.incra.gov.br>

ELLIS, W.S. Rondônia's settlers invade: Brazil's imperiled rain forest **National Geographic**, Washington D.C. vol 174, no. 6. December, 1988.

FAMINOW, M.D.; SÁ, C.P. de; OLIVEIRA, S.J. de M.; VALENTIM, J.F.; VOSTI, S.A. **Development of an investment model for the smallholder cattle sector in the Western Amazon.** I. Preliminaries. Porto Velho: Embrapa-Rondônia, 1997. (Boletim de Pesquisa, 16).

FEARNSIDE, P. Projetos de colonização na Amazônia brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano **Cadernos de Geociências** No. 2, 1989a. p.7-24.

FEARNSIDE, P. **A ocupação humana de Rondônia:** impactos, limites e planejamento. Brasília: Polonoroeste (convênio CNPq/Sudeco/Banco Mundial), 1989b. (Relatório de Pesquisa, 5).

FEARNSIDE, P. Agroforestry in Brazil's Amazonian development policy: the role and limits of a potential use of degraded lands. In: SACHS, I & GODT, C (ed.) **Brazilian Perspectives on sustainable development of the amazon region.** UNESCO, 1995.

FEARNSIDE, P. Greenhouse gases from deforestation in Brazilian Amazonia: net committed emissions. **Climatic Change**, no.35. p. 321-60, 1997

FERREIRA, B. Relações entre os colonos e a terra em áreas de fronteira In: INCRA **Pesquisa: migrações internas e pequena produção agrícola na Amazônia: uma análise da política de colonização do INCRA.** Brasília: INCRA/IPEA, 1984.vol 1.

GAMA DA SILVA, P.C.; SABOURIN, E.; CARON, P.; HUBERT, B. Estudo das trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste Semi-Árido. **Agricultura Familiar:** Pesquisa Formação e Desenvolvimento. V. 1 no. 2, 2000. p.5-27.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da A demanda de Terra para a Reforma Agrária no Brasil In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável- Fortaleza - CE Setembro de 1998. Disponível em: <www.nead.gov.br>

GOMES, M. F. Plano Nacional de melhoria da qualidade do leite In: VILELA, D. (Ed.). **Sustentabilidade da pecuária de leite no Brasil:** qualidade e segurança alimentar. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p.47-51.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônias** São Paulo: Editora Contexto, 2001.
Coleção Caminhos da Geografia

GRUPO CONSULTIVO INTERNACIONAL (IAG) Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) Relatório do Grupo Consultivo Internacional Brasília: PPG7, 2002. Décima sétima reunião. mimeog.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEES, D.R.; OLIVEIRA, E.X.G. de; THÉRY, H.; WANIEZ, P. **As "fronteiras" agrícolas do Brasil segundo Censo Agropecuário de 1985** Rio de Janeiro: IBGE; Montpellier: GIP Peclus/ORSTOM, 1992

HOFFMANN, R. **A estrutura fundiária de Rondônia** Relatório de maio de 1998(a) Sobre o Zoneamento Socioeconômico ecológico. Disponível em: <<http://www.planafloro.ro.gov.br/MEM/Zonea.html>>

HOFFMANN, R. **A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998** Setembro de 1998(b). Projeto Rurbano Convênio INCRA/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/pesquiss/>>

HOUAISS, A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IANNI, O. **Colonização e Contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Censo Agropecuário 1995-1996 número 1 - Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 1998

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa trimestral do leite e Pesquisa da Pecuária Municipal, 2001** Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Produção Agrícola Municipal, 2002.** Disponível em <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Produção da Pecuária Municipal, 2002.** Disponível em <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA .
"Avaliação do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto para fins de Emancipação." Pp. 155. Porto Velho: Ministério da Agricultura - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Coordenadoria Especial do Estado de Rondônia – CEER, 1981.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Informações gerais Superintendência Regional de Rondônia Brasília: INCRA, 2002. mimeog.

JANK, M.S.; GALAN, V.B. Itambé: o desafio das cooperativas no novo cenário do leite braileiro **Estudos de Caso Pensa**. São Paulo: PENSA/USP, 1997. Disponível em: <<http://www.fia.com.br/PENSA/home.htm>>

LAMARCHE, H. (coord) **A agricultura familiar: comparação internacional** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. (Coleção Repertórios).

LEITE, J.L.B.; GOMES, A.T. Perspectivas futuras dos sistemas de produção de leite no Brasil In: GOMES, A.T. et al.(Ed.) **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite,.2001. p.207-240.

LÉNA, P. Ritmos e estratégias de acumulação camponesa em áreas de colonização: um exemplo de Rondônia. **Boletim Mus. Emílio Goeldi**, sér. Antrop., 7(1).Belém: Museo E. Goeldi, 1991.

LEONEL, M. Colonos contra a mazônidas no Polonoroeste: uma divergência às políticas públicas **Boletim Museu Para. Emílio Goeldi**: Coleção Eduardo Galvão, 1991. p. 319-329.

LINS, A. Estilo Literário e Estilo Científico: Estudo da obra de Roquette-Pinto **Jornal de Crítica**, 1963. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/imortais.htm>>

LONG, N.; LONG, A.(ed) **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development** London: Routledge, 1992.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J.; LOWE, P.; MUNTON, R.; FLYNN, A. **Constructing the countryside**. London: UCL Press, 1993.

MARTINS, J de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, P. do C.; GUILHOTO, J. M. Leite e Derivados e a geração de emprego, renda e ICMS no contexto da economia brasileira In: GOMES, A.T. et al.(Ed.) **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite,.2001. p.181-205.

MELO, A. L. P. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento – a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia (PA)**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1999. dissertação de mestrado.

MENDES, E.V. et alli. Território: Conceitos Chave. In: **Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. São Paulo, HUCITEC; Rio de Janeiro, ABRASCO, 1993,p. 166-169.

MESQUITA, H. A. **Corumbiara: o Massacre dos Camponeses. Rondônia, 1995**. São Paulo: FFCLH/USP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana)

MILLIKAN, B.H. O Painel de Inspeção do Banco Mundial e o pedido de investigação sobre o PLANAFLORO In: **Banco Mundial, Participação, Transparência e Responsabilização** Brasília: Rede Brasil, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Ampliação da zona livre de febre aftosa, com vacinação - Circuitos pecuários Centro-Oeste e Leste VOLUME I Brasília: MAPA, 2000

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias de conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território:** a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis: Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, 2003. (Tese de doutorado)

MIRANDA, M. Colonização e Reforma Agrária In: Becker, B.; Miranda, M.; Machado, L. (org.) **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território.** Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990. p.63-74.

MODESTO, R. G. . "A contribuição do Incra dentro do processo de ocupação do território de Rondônia." Pp. 60. Porto Velho: Ministério da Agricultura - MA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Coordenadoria Especial do Território de Rondônia - CETR, 1981.(Relatório)

MONTEIRO, R.P. **Relatório de levantamento das organizações sociais rurais ligadas à pecuária leiteira na região de Ouro Preto** Porto Velho: Embrapa Rondônia, 1997. mimeog.

MONTEIRO, R.P.; TOWNSEND, C.R.; OLIVEIRA, V.B.V. de; FERNANDES, S.R.; GONZAGA, D.S.O M. **Diagnóstico dos sistemas de produção dos membros da cooperativa agropecuária mista de Nova União.** Porto Velho: Embrapa Rondônia, 1997. 48p. (Embrapa Rondônia. Documentos, 38)

MONTEIRO, R.P A regulamentação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL), a agricultura familiar e o mercado informal: avaliação dos possíveis impactos In: **Anais do XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

MOVIMENTO D OS TRABALHADORES RURAIS S EM TERRA Histórico do Movimento. São Paulo: MST, 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/historia1.html>>

MUELLER, C. C. **Dinâmica, Condicionantes e Impactos Socio-Ambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil.** Instituto SPN, Brasília, jan. de 1992. (Documento de Trabalho número 7).

OLIVEIRA, C.L. de **De de vaca sagrada na Índia a boi consagrado na Amazônia:** a irresistível ascensão do zebu Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, 2001. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira; crítica à razão dualista. **Seleções Cebrap** no. 1. São Paulo: Brasiliense, 1975.

OLIVEIRA, S.J.de M.; TOWNSEND, C.R.; FAMINOW, M.D. **Aspectos econômicos de uma propriedade produtora e leite na microrregião de Ji-Paraná, Rondônia** Porto Velho: Embrapa Rondônia, 1998. (Embrapa Rondônia. Documentos, 39).

OLIVEIRA, V.B.V. Migração e reprodução social de agricultores familiares em Nova União - Rondônia, Brasil Viçosa: Programa de Pós-graduação em Extensão rural da UFV, 2000. 117p. (Dissertação de mestrado)

OURO PRETO D O OESTE Gabinete do Prefeito Lei no. 632 "Dispõe sobre a instituição do conselho municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e dá outras providências. Ouro Preto do Oeste: Prefeitura Municipal, 1997

OURO PRETO DO OESTE Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Ouro Preto do Oeste: Prefeitura Municipal, 1998.

OTT, A.M.T. **Dos Projetos de Desenvolvimento, ao Desenvolvimento dos Projetos: O Planafloro em Rondônia** Florianópolis: PPGICH/UFSC, 2002. Tese de Doutorado

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos Rondônia: A Trajetória da Ilusão**. Edições Lyola, São Paulo, 1992.

PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO Marco Zero Ouro Preto do Oeste - Relatório analítico. Porto Velho: Planafloro/MC&A Consultoria, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, 2002

ROMEIRO, A.R.; SABLAYROLLES, P.; OLIVEIRA, M.C.C. de; SILVA, M.S.L. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar na Região Norte** Brasília: FAO/INCRA/Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996. 150p. Versão preliminar.

RONDÔNIA Governo do Estado d e Rondônia **Zoneamento Socioeconômico-ecológico** Porto Velho: Seplan/Planafloro, 2000.

RONDÔNIA Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental **Atlas Geoambiental de Rondônia**. Porto Velho: Sedam, 2002

RONDÔNIA Secretaria de Estado d e Finanças Coordenadoria da Receita Estadual **Pauta de Preços mínimos** de agrícolas, laticínios e extrativismo no. 02/2003. Porto Velho: SEFIN, 2003. Disponível em: <www.sefin.ro.gov.br>

RONDÔNIA Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental Núcleo de Sensoriamento Remoto e Climatologia **Zoneamento On Line**. Porto Velho: SEDAM, 2004. Disponível em:<http://www.rondonia.ro.gov.br/secretarias/sedam/sedam_.htm>

SABOURIN, E. **Organização dos produtores familiares para a geração e a difusão de inovações no agreste do estado da Paraíba**. Campina Grande: UFPB, 1998. Relatório de Atividades Técnicas. mimeog.

SABOURIN, E. Manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento In: SILVEIRA, L. et al. **Agricultura familiar e agroecologia no Semi-Árido: avanços a partir do Agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. p.177-199

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS **Diagnóstico do Agronegócio do Leite e seus derivados do estado de Rondônia**. Porto Velho: SEBRAE, 2002. (Projeto Sistema Agroindustrial do Leite).

SOUSA FILHO, F.R. de Política Agrária brasileira durante os anos de autoritarismo na transformação do espaço da fronteira na Amazônia: o exemplo de Rondônia In: VIII Encontro de Pesquisadores da Amazônia. Porto Velho: UFRO, 1996. **Anais**

SUFRAMA **Relatório de Gestão 2002**. Manaus: Suframa, 2002. Disponível em: www.suframa.gov.br

TAVARES dos SANTOS, J. V. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.13-51, 1991.

TAVARES dos SANTOS, J.V. Efeitos sociais da modernização da agricultura In: I Congresso Brasileiro de História Econômica. Porto Alegre: UFRGS, 1993

TEIXEIRA, G. O índice de Jungmann **Boletim Semanal da Sec. Agraria Nacional do PT** Ano III, no. 183, Jan 2001 . Disponível em: <<http://www.pt.org.br/san/san183.htm>>

TOURRAND, J. F.; FERREIRA, L. A.; VEIGA, J.B. da; QUANZ, D.; LUDOVINO, R.R.; LAU, H.D.; VIEIRA, L.C. A produção leiteira na fronteira agrícola da Amazônia Oriental brasileira: situação atual e perspectivas In: **Anais da XXXIV Reunião da SBZ**. Juiz de Fora: SBZ, 1997.

URRY, J. Mobility sociology. **British Journal of Sociology**. No. 51, 2000. p.185-203.

VILELA, M.U.; WILKINSON, J. A confederação das cooperativas de reforma agrária e a inovação agroindustrial In: LIMA, D.M. de A. e WILKINSON, J. (org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15 , 2002.

VILELA, D.; BRESSAN, M.(ed.) **Anais do workshop sobre identificação das principais restrições ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite na Região Norte do Brasil** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Brasília: MCT/CNPq, 2003. 252p. Embrapa Gado de Leite. Documentos, 91.

WORLD BANK Implementation Completion Report (Cpl-34440) On A Loan in the amount of Us\$167.0 million to the Federative Republic of Brazil for A Rondonia Natural Resources Management Project (Loan 3444 -Br) October 30, 2003 Disponível em: < <http://www.bancomundial.org.br/>

YAMAGUCHI, L. C. T.; MARTINS, P. do C.; CARNEIRO, A.V. Produção de leite no Brasil nas três últimas décadas In: GOMES, A.T. et al.(Ed.) **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p. 33-48.

ZILBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do Sistema Agroindustrial In: ZILBERSZTAJN, D & NEVES, M.F. (org) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-20.

ZOCCAL, R. Leite em números In: GOMES, A.T. et al.(Ed.) **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite.,2001. p. 241-262.

ANEXOS

	pág
Anexo I - Quadro 18 - Produção de leite e vacas ordenhadas no Brasil em 2002....	221
Anexo II - Instituições contatadas.....	222
Anexo III - Dados básicos dos agricultores (Roteiro entrevistas).....	223
Anexo IV - Figuras 1 a 14.....	227
Anexo V - Fotos 1 a 6.....	241

Anexo I

Quadro 18 - Produção de leite e vacas ordenhadas no Brasil em 2002

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produção de leite			% rebanho	% quant leite
	Vacas ordenhadas	Quantidade (1 000 litros)	Valor (R\$)		
Brasil	19 005 175	21 643 740	7 686 738 268	100	100
Norte	2 274 772	1 561 895	453 584 732	11,97%	7,22%
Rondônia	658 647	644 103	122 379 640	3,47%	2,98%
Acre	126 033	103 848	36 381 526	0,66%	0,48%
Amazonas	71 959	39 571	34 496 065	0,38%	0,18%
Roraima	20 030	8 200	4 510 000	0,11%	0,04%
Pará	990 453	576 794	194 519 890	5,21%	2,66%
Amapá	5 955	3 310	1 660 291	0,03%	0,02%
Tocantins	401 695	186 069	59 637 320	2,11%	0,86%
Nordeste	3 567 421	2 366 493	1 231 562 113	18,77%	10,93%
Maranhão	369 871	195 447	261 094 095	1,95%	0,90%
Piauí	196 742	74 930	56 513 879	1,04%	0,35%
Ceará	444 010	341 029	173 206 730	2,34%	1,58%
Rio Grande do Norte	190 969	158 277	76 607 787	1,00%	0,73%
Paraíba	177 524	117 024	52 519 701	0,93%	0,54%
Pernambuco	378 032	391 577	164 320 748	1,99%	1,81%
Alagoas	162 829	224 014	93 320 851	0,86%	1,04%
Sergipe	131 010	112 168	44 344 974	0,69%	0,52%
Bahia	1 516 434	752 026	309 633 348	7,98%	3,47%
Sudeste	7 019 131	8 747 880	3 140 626 125	36,93%	40,42%
Minas Gerais	4 574 085	6 177 356	2 207 315 826	24,07%	28,54%
Espírito Santo	338 491	374 897	119 548 898	1,78%	1,73%
Rio de Janeiro	389 089	447 403	162 355 368	2,05%	2,07%
São Paulo	1 717 466	1 748 223	651 406 033	9,04%	8,08%
Sul	2 985 088	5 507 640	1 769 077 713	15,71%	25,45%
Paraná	1 187 065	1 985 343	671 844 364	6,25%	9,17%
Santa Catarina	611 722	1 192 690	351 223 965	3,22%	5,51%
Rio Grande do Sul	1 186 301	2 329 607	746 009 384	6,24%	10,76%
Centro-Oeste	3 158 763	3 459 832	1 091 887 585	16,62%	15,99%
Mato Grosso do Sul	478 459	472 208	143 805 942	2,52%	2,18%
Mato Grosso	435 716	467 095	155 279 680	2,29%	2,16%
Goiás	2 217 158	2 483 366	780 166 543	11,67%	11,47%
Distrito Federal	27 430	37 163	12 635 420	0,14%	0,17%

Fonte: IBGE, 2002

Anexo II

Relação das instituições e empresas contatadas no trabalho de campo

Embrapa Rondônia – Porto Velho e Ouro Preto do Oeste (Campo Experimental)

INCRA – Porto Velho, Ouro Preto do Oeste e Brasília

Idaron – Porto Velho, Ouro Preto do Oeste e Nova União

Emater - RO – Porto Velho e Ouro Preto do Oeste

Programa Proleite – Porto Velho

Repres.MAPA – Ji-Paraná e Brasília

Parmalat – Ouro Preto do Oeste

Samira (Laticínio Três Marias) – Ouro Preto do Oeste

Laticínio Costa & Costa – Ouro Preto do Oeste

Laticínio Beira Rio – Ji-Paraná

Laticínio Daqui - Ouro Preto do Oeste

Casa do Lavrador - Ouro Preto do Oeste

Agropecuária Costa – Ouro Preto do Oeste

Rancho Leiteiro - Ouro Preto do Oeste

Padaria Roma – Porto Velho

Banco do Brasil - Ouro Preto do Oeste

BASA – Porto Velho

SEDAM – Porto Velho

Associação dos Produtores Alternativos (APA) - Ouro Preto do Oeste

Associação dos Produtores Rurais da Linha 166 (ASPROR-166) - Ouro Preto do Oeste

Associação Boa União do Assentamento Palmares (ABUAP) - Nova União

Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

Anexo III

DADOS BÁSICOS LEVTO AGRICULTORES

Data: / / Hora início: Hora fim:

Identificação

Nome:

Gleba: Lote: Linha:

Município: Distância à sede do munic.:

Local de nascimento e trajetória da família:

Porque migrou para RO ?

Número de residências no lote

Pessoal residente no lote

Res	Nome	idade	M	F	Relação c o proprietário

Quantos parentes têm na linha?

Religião:

Uso da terra

Lote quando foi adquirido Ano ()		Lote hoje
Área total		
Área outras propriedades		
Área de pasto		
Cabeças de gado		
Capoeira		
Área de cultivos perenes ()		
Área média de cultivos anuais plantados por ano ()		
Mata nativa		

REBANHO

Categorias em meses											
Até 4		De 4 a 12		12 a 24		24 a 36		+ de 36		TOTAL	
Bezerro(a)s				Garrote(a)s		Novilho(a)s		Adulto			
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
0,23 UA				0,5 UA		0,77 UA		1,44	0,9	lotação	

No. De vacas secas:

No. De vacas em lactação:

Produção de leite

Leite	Litros de leite produzidos/dia	Litros de leite vendidos/dia	Quem compra/troca	Preço recebido	Transporte e Local de comercialização
Período das águas					
Período seco					

Qual é o número de animais fora da propriedade ?

Qual é o número de animais de outros que ficam na sua propriedade ?

Quantos animais comprou, trocou ou vendeu nos últimos doze meses ?

Quantos bezerros nasceram nos últimos doze meses ?

Quantos bezerros morreram ?

De quanto em quanto tempo as vacas dão cria (intervalo entre partos) ?

Qual seria uma estimativa do valor do rebanho em reais ?

Alguém da família participa de alguma organização (associação, grêmio, igreja, cooperativa, clube) ?

Tipo de organização	Quem participa (primeiro nome do membro da família)	Tempo dedicado (horas por semana)	Quem atraiu para a participação ?

Onde costuma se reunir durante a semana para discutir os problemas ligados ao lote ?

Quais são as principais fontes de renda dentro e fora do lote ?

Em quem confia para resolver problemas relacionados ao rebanho ?

Porque têm investido em leite ?

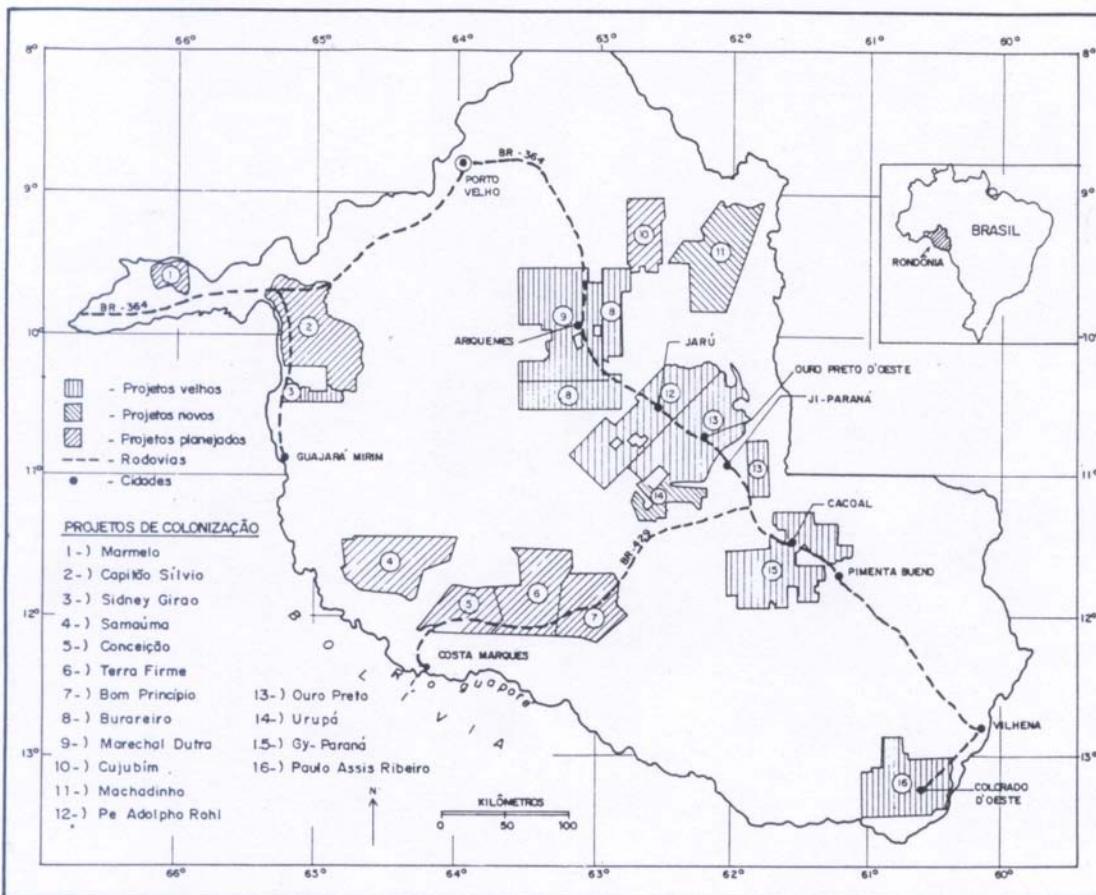
Quantos financiamentos fez nos últimos dez anos, para que atividades e o que fez com o dinheiro que sobrou ?

TABELA DE INOVAÇÕES

tipo de inovação	quando começou a usar	Porque ?	Quem motivou o uso ?	Resultados Quantidade usada hoje
Manejo de pastagem				
Queima				
GRAMOCIL				
Roçagem na foice				
Calagem				
Adubação				
Cerca elétrica				
Colonião				
Brachiarão				
Braquiarinha				
Outro capim ()				
Leguminosa (puerária)				
Uso veterinário				
Mata bicheira				
Lepecid				
Antibiótico Terramicina				
Vermífugo				
Dectomax				
Vacinas				
ALIMENTAÇÃO				
Sal mineral				
Sal comum				
Ração				
Capineira				
Silo				
Cana				
Uréia				
Vitaminas				
Ferrodex				
INSTALAÇÕES				
Piquetes para bezerros				
Piquetes para vacas em lactação				
Divisão de pastos				
Cochos				
Cocco coberto				
Cerca arame farpado				
Cerca de arame liso				
Curral				
Sala de ordenha				
MELHORAMENTO				
Tourinhos				
Matrizes leiteiras				
Inseminação				
EQUIPAMENTOS				
Motosserra				
Tanque de expansão				
Trator				
Implementos				
Picadeira				
Bomba d'água				

Anexo IV - Figuras 1 a 14

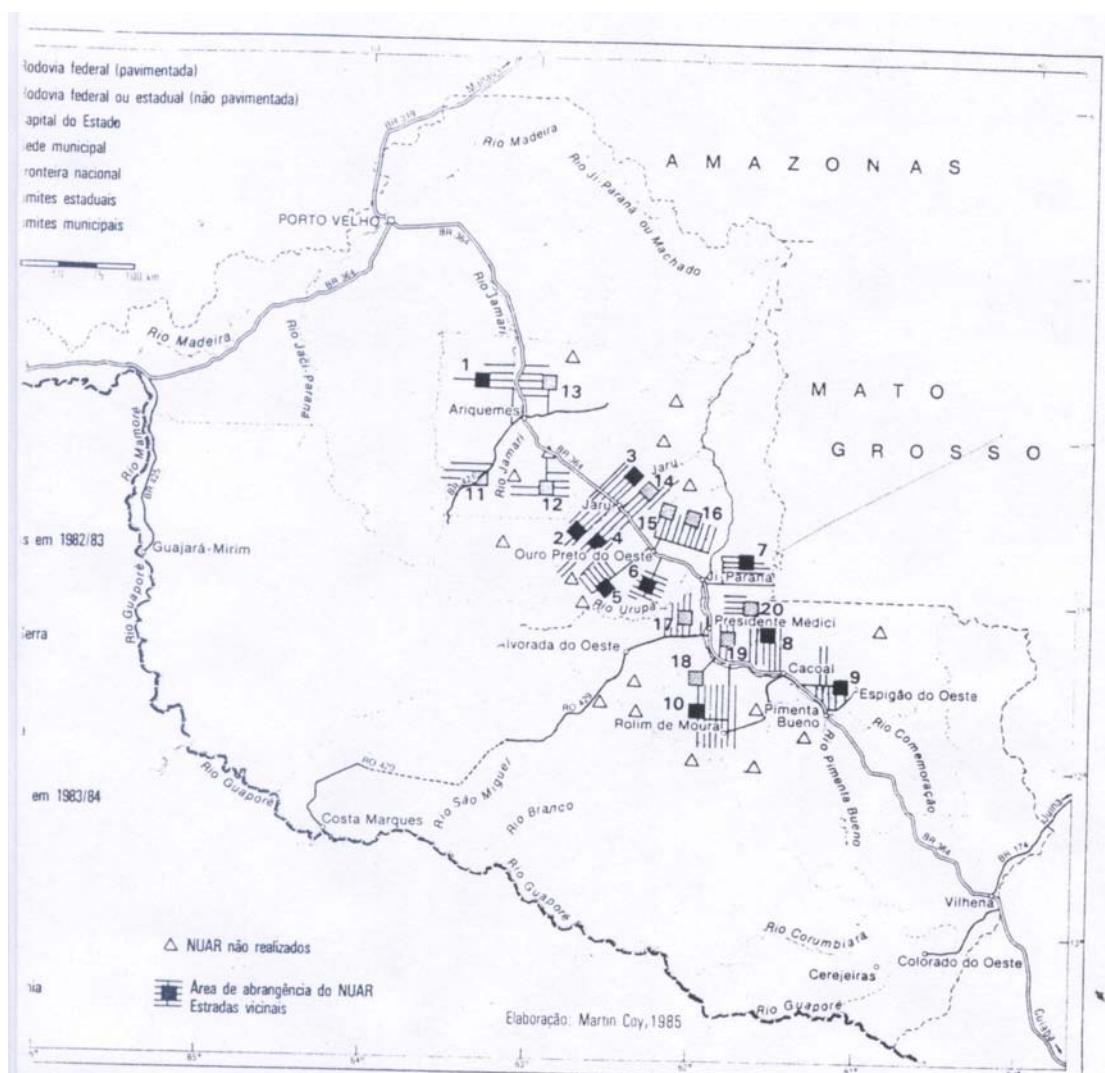
Figura 1 - Mapa 1 - Localização dos Projetos de Colonização em Rondônia



Fonte: Fearnside & Ferreira, 1984 apud Fearnside (1985).

Anexo IV

Figura 2 - Mapa 2 - Localização Núcleos de Apoio Rural (NUAR) em Rondônia

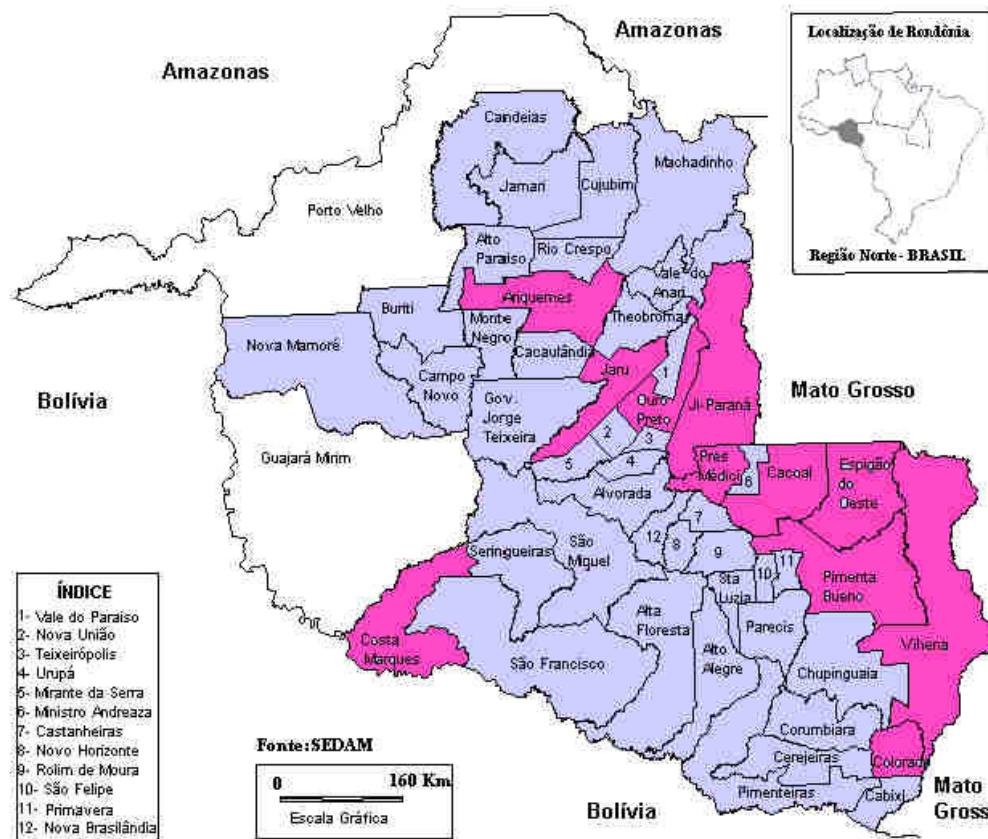


Fonte: Coy, 1988

Legenda: NUAR construídos em 1982/83 - 1 - Alto Paraíso, 2 - Pedras Brancas, 3 - Theobroma, 4 - Santa Cruz da Serra, 5 - Nova União, 6 - Teixeirópolis, 7 - Nova Colina, 8 - Nova Brasília, 9 - Nova Esperança, 10 - Novo Horizonte; NUAR construídos em 1983/84 - 11- Boa Vista, 12 - Cacaulândia, 13 - Cafelândia, 14 - Bom Jesus, 15 - Vale do Paraíso, 16 - Bonocas (Rondoninas), 17 - Nova Londrina, 18 - Bolonês, 19 - Estrela de Rondônia, 20 - Riachuelo

Anexo IV

Figura 3 - mapa dos municípios de Rondônia de acordo com o ano de emancipação

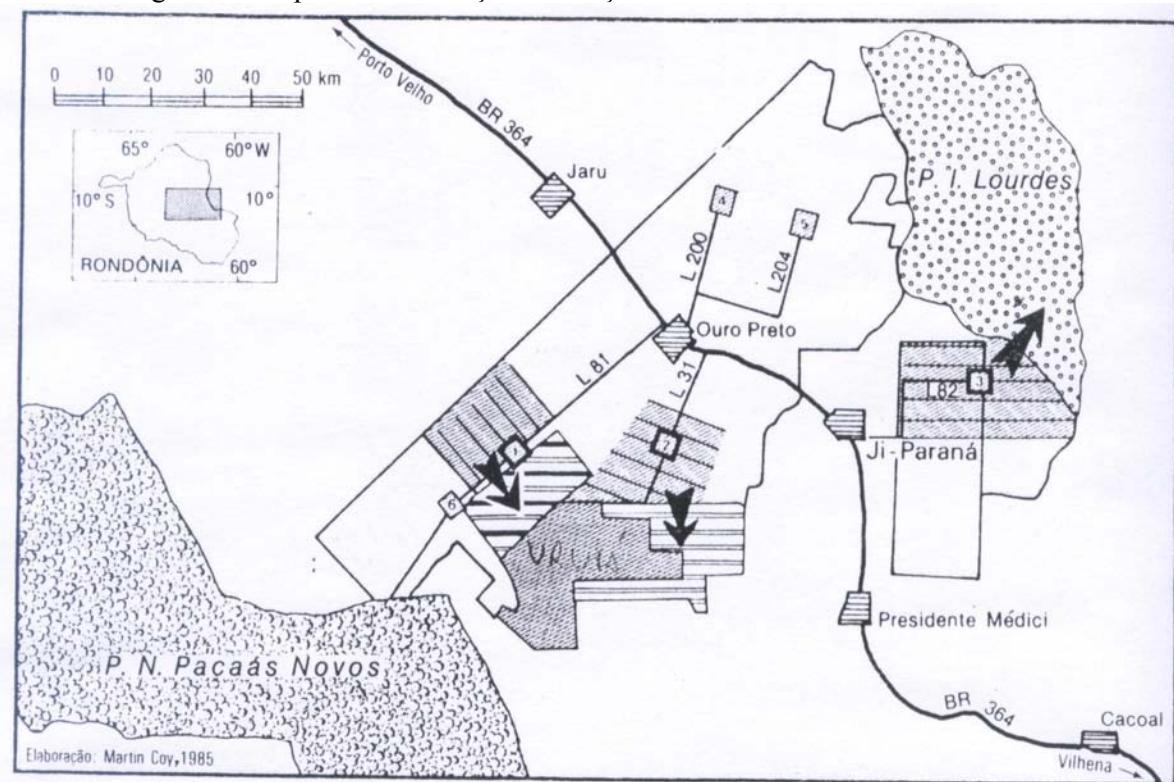


Legenda: Em branco os municípios mais antigos de Rondônia, emancipados antes de 1970 (1a. geração); em tom de cinza escuro, os municípios emancipados entre 1977 e 1981 (2a. geração); os demais, em tom de cinza claro, emancipados após 1981 (3a. geração).

Fonte: Sedam, 1998

Anexo IV

Figura 4 - Mapa 4 - Localização e situação do PIC Ouro Preto

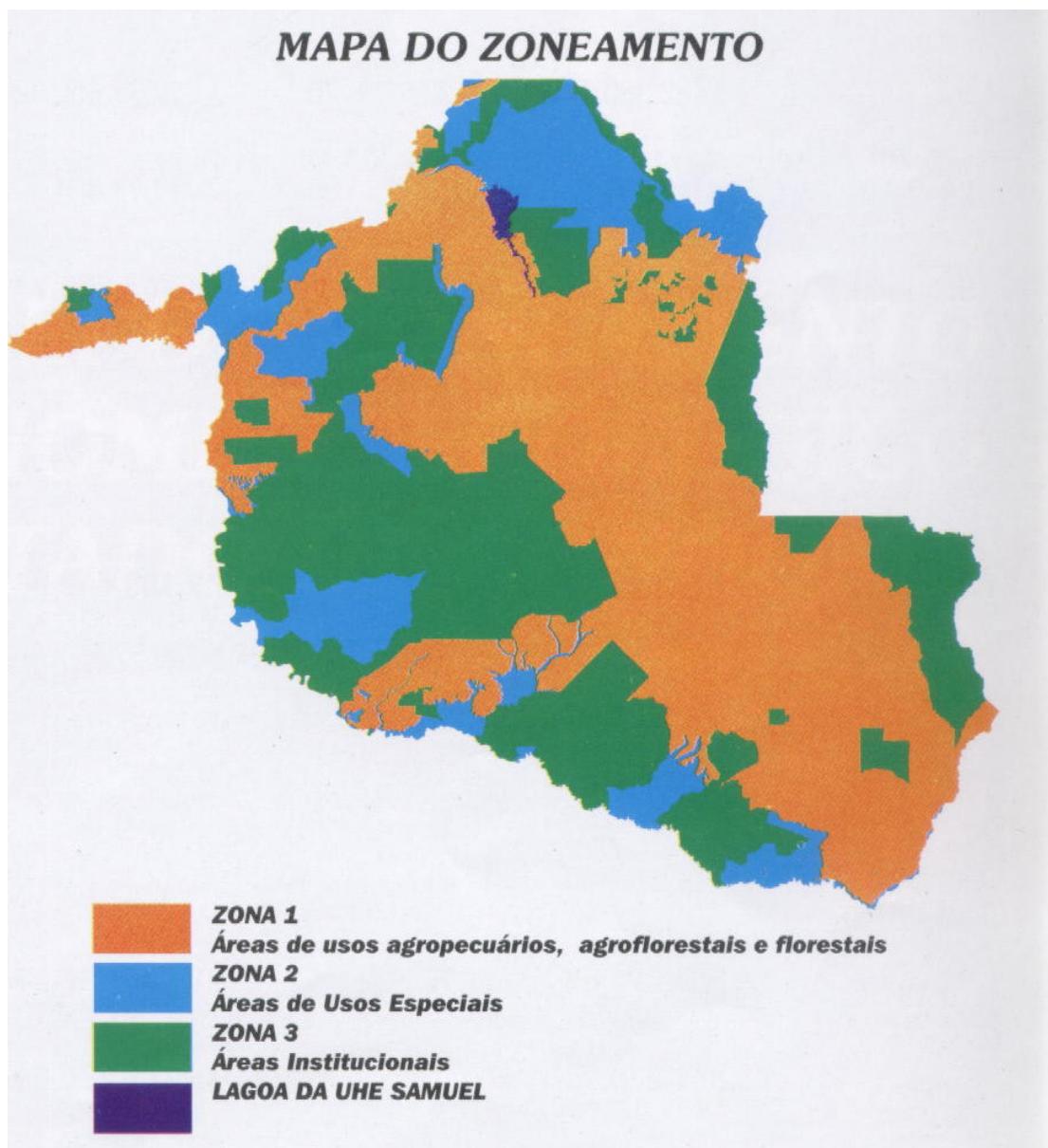


Fonte: Coy, 1988

Legenda: As setas da esquerda para direita indicavam regiões de conflito em meados dos anos 1980. A primeira área se transformou no PA Palmares, a segunda se transformou num PA em Alvorada do Oeste e a última mostra os conflitos entre índios Gavião e Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes e os colonos do PIC Ouro Preto (Gleba Vida Nova). O retângulo à direita mostra a Gleba Vida Nova em área separada toda contida no município de Ji-Paraná.

Anexo IV

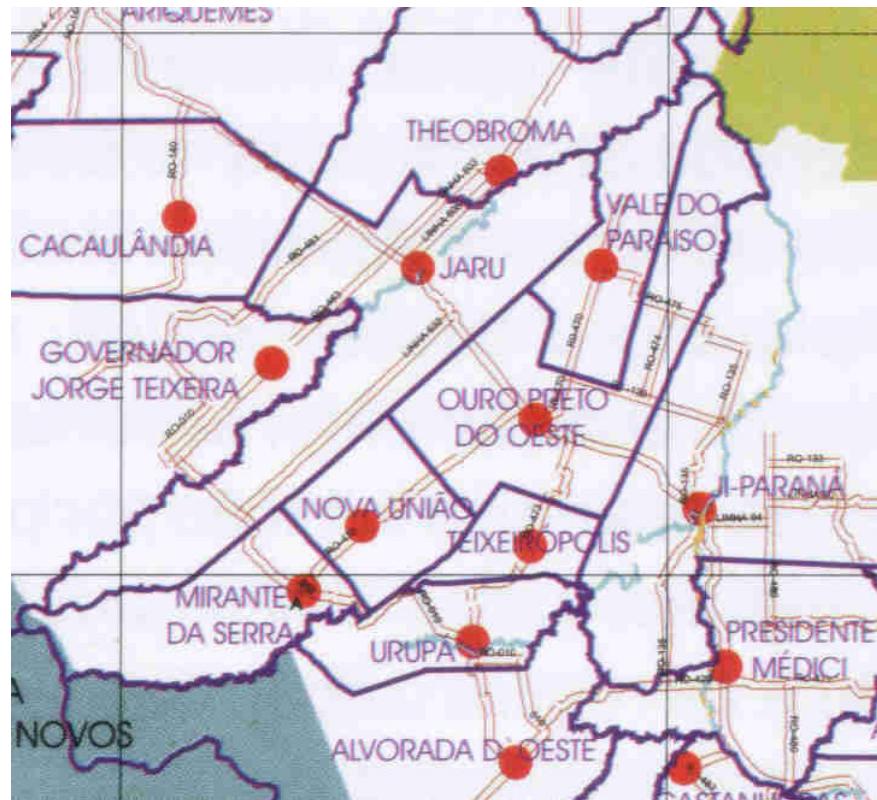
Figura 5 - Mapa 5 - Zoneamento socio-econômico-ecológico de Rondônia



Fonte: Rondônia, 2000

Anexo IV

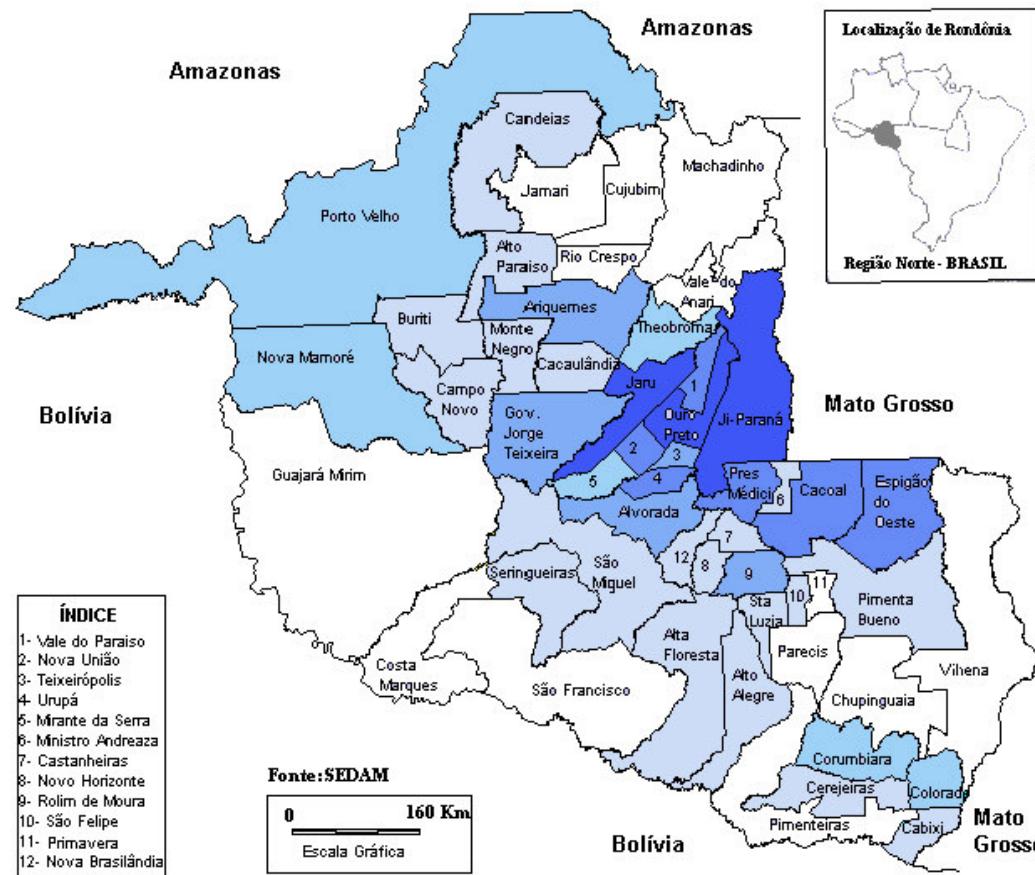
Figura 6 - Mapa 6 - Estradas e municípios Região de Estudo



Fonte: Sedam - Atlas Geoambiental de Rondônia (2002)

232

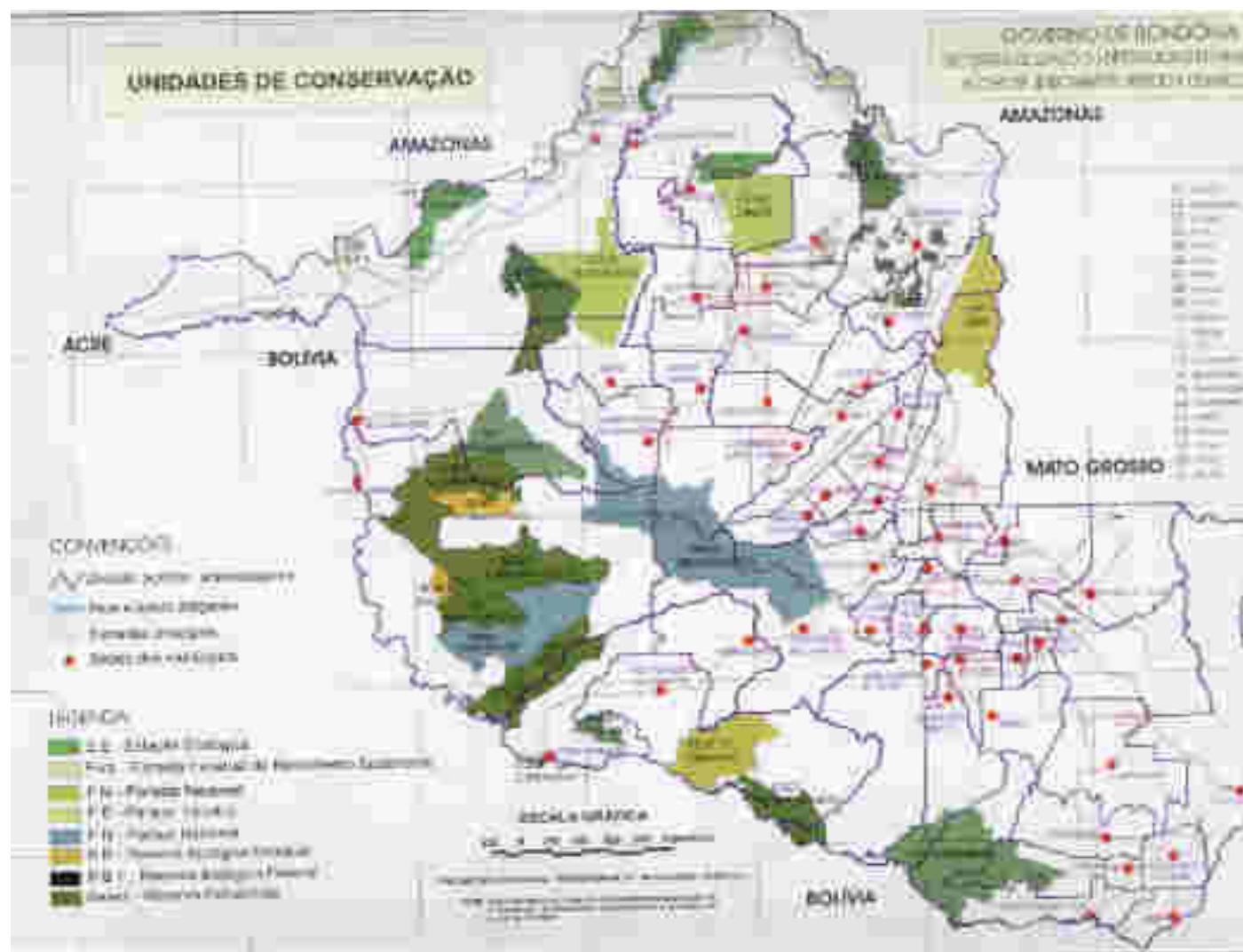
Figura 7 - Mapa 7 - Produção de leites nos diferentes municípios de Rondônia, mostrando as bacias leiteiras do Estado.



Fonte: Elaboração do autor a partir de mapa da SEDAM, 2000

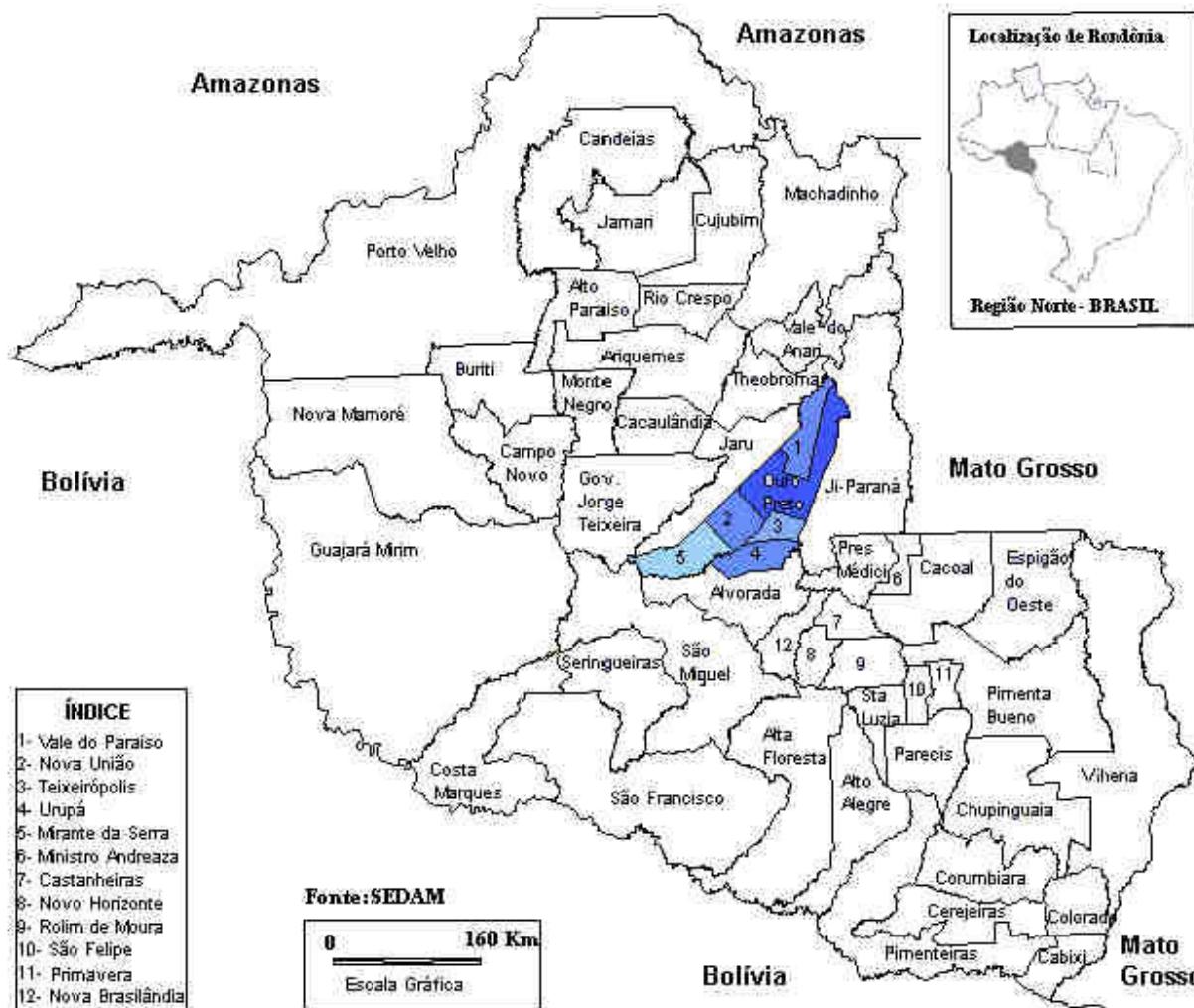
Legenda: Municípios produtores de leite em Rondônia. Quando mais intensa a cor, maior a produção. Elaborado com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2002.

Figura 8 - Mapa 8 - Unidades de Conservação e estradas em Rondônia.



Fonte: Rondônia, 2002

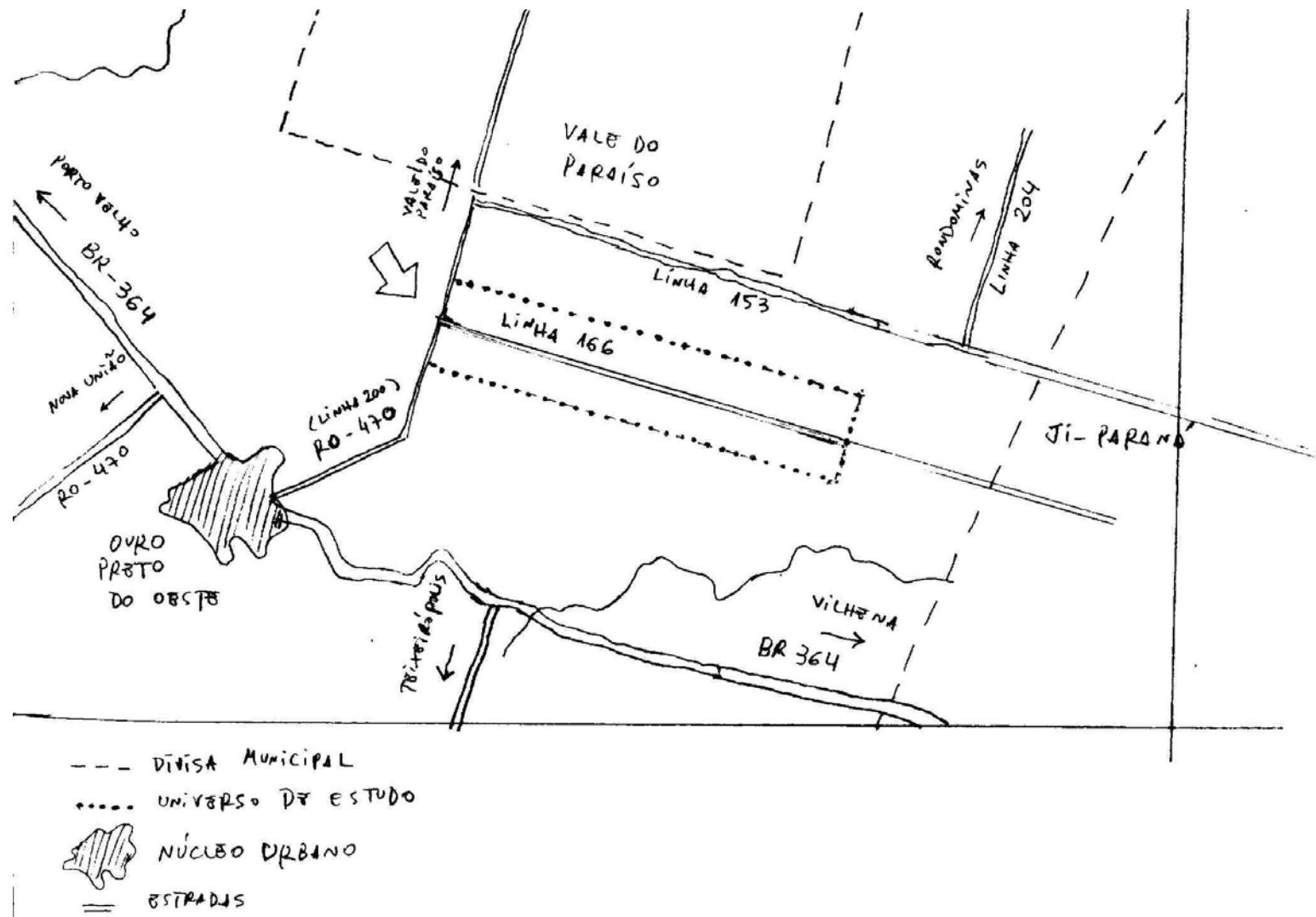
Figura 9 - Mapa 9 - Localização dos seis municípios da região de estudo em Rondônia e sua respectiva produção de leite



Fonte: Elaboração do autor a partir de mapa da SEDAM, 2000

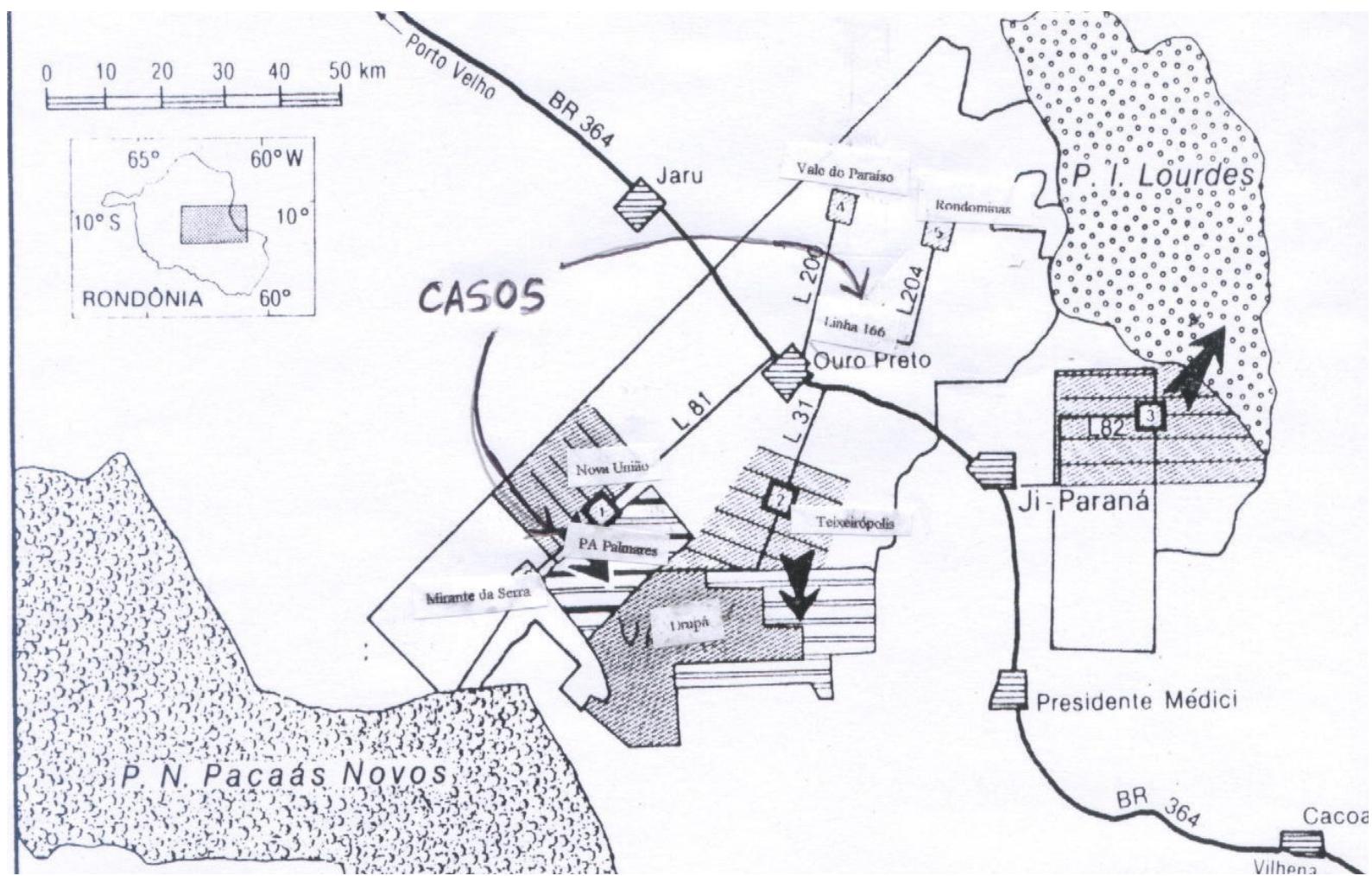
Legenda: Municípios produtores de leite em Rondônia. Quando mais intensa a cor, maior a produção. Elaborado com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2002.

Figura 10 - Localização universo de estudo Linha 166



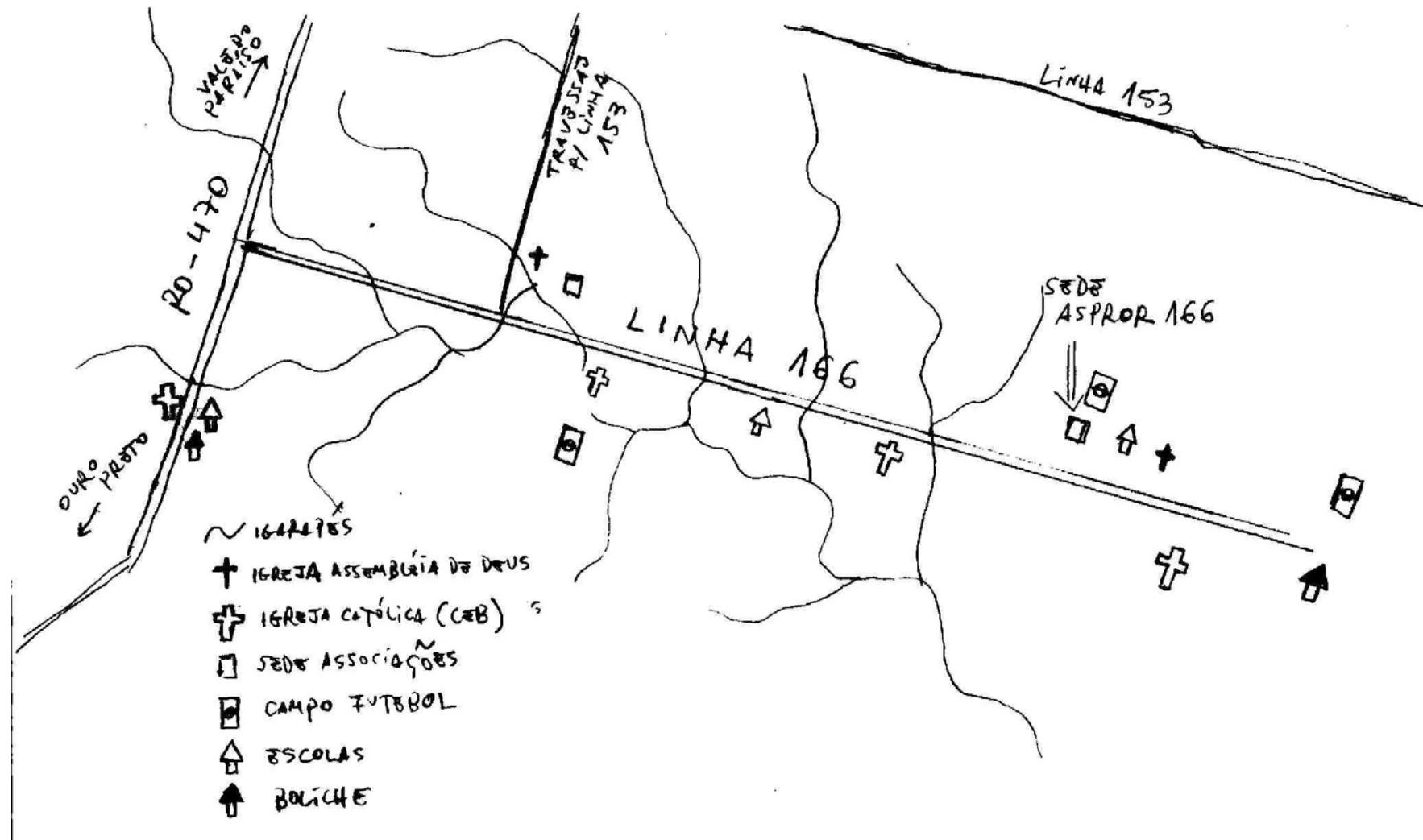
Fonte: elaboração do autor a partir de cartas Zoneamento na escala 1:250.000

Anexo 4 - Figura 11 - Localização dos municípios da região de estudo e dos dois casos Linha 166 e PA Palmares a partir da área delimitada para o PIC Ouro Preto



Fonte: elaboração do autor a partir de Mapa Coy, 1985 apud Coy, 1988:183.

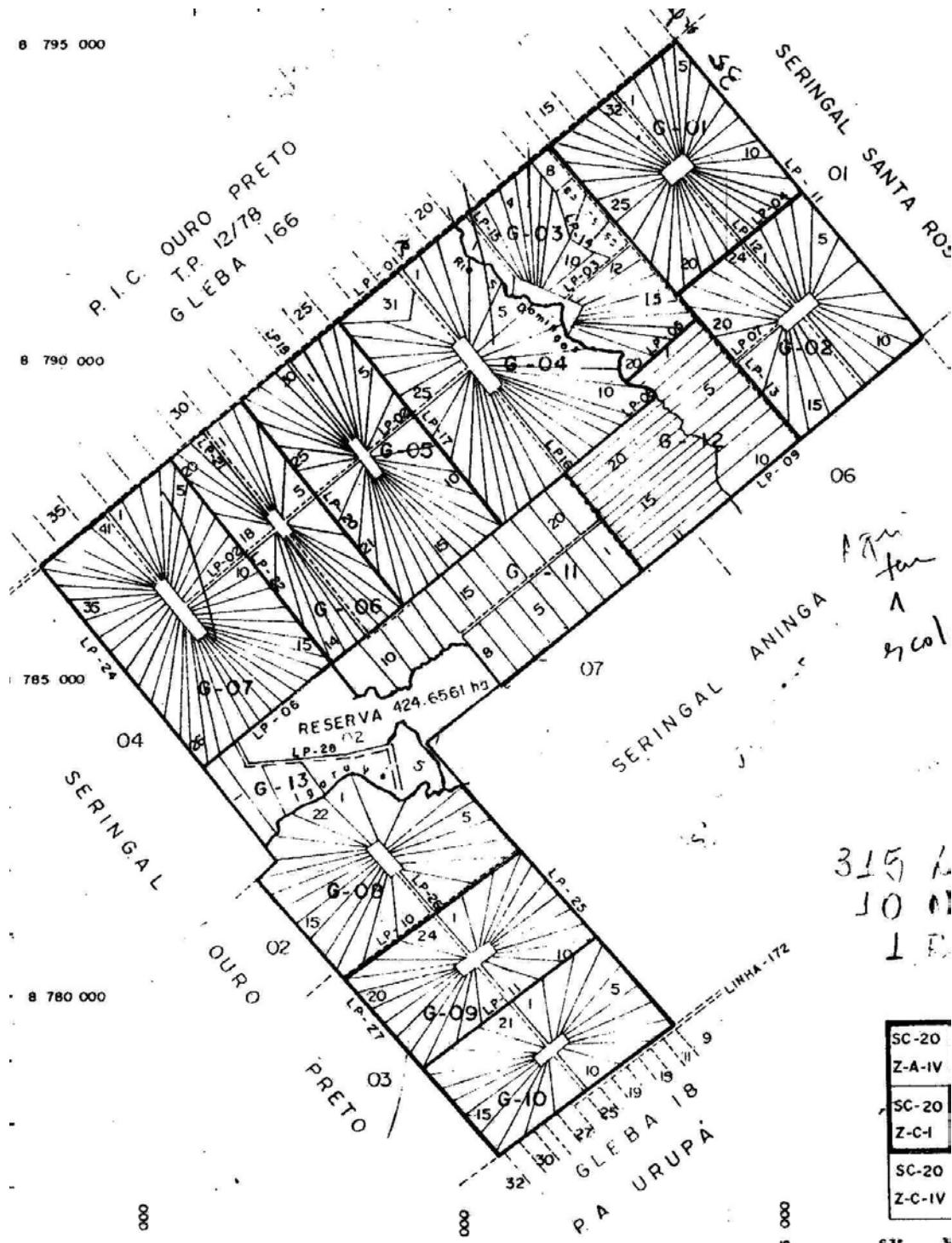
Figura 12 - Localização dos espaços de comunicação sociotécnica na Linha 166



Fonte: elaboração do autor a partir de mapa do INCRA e Pesquisa de Campo

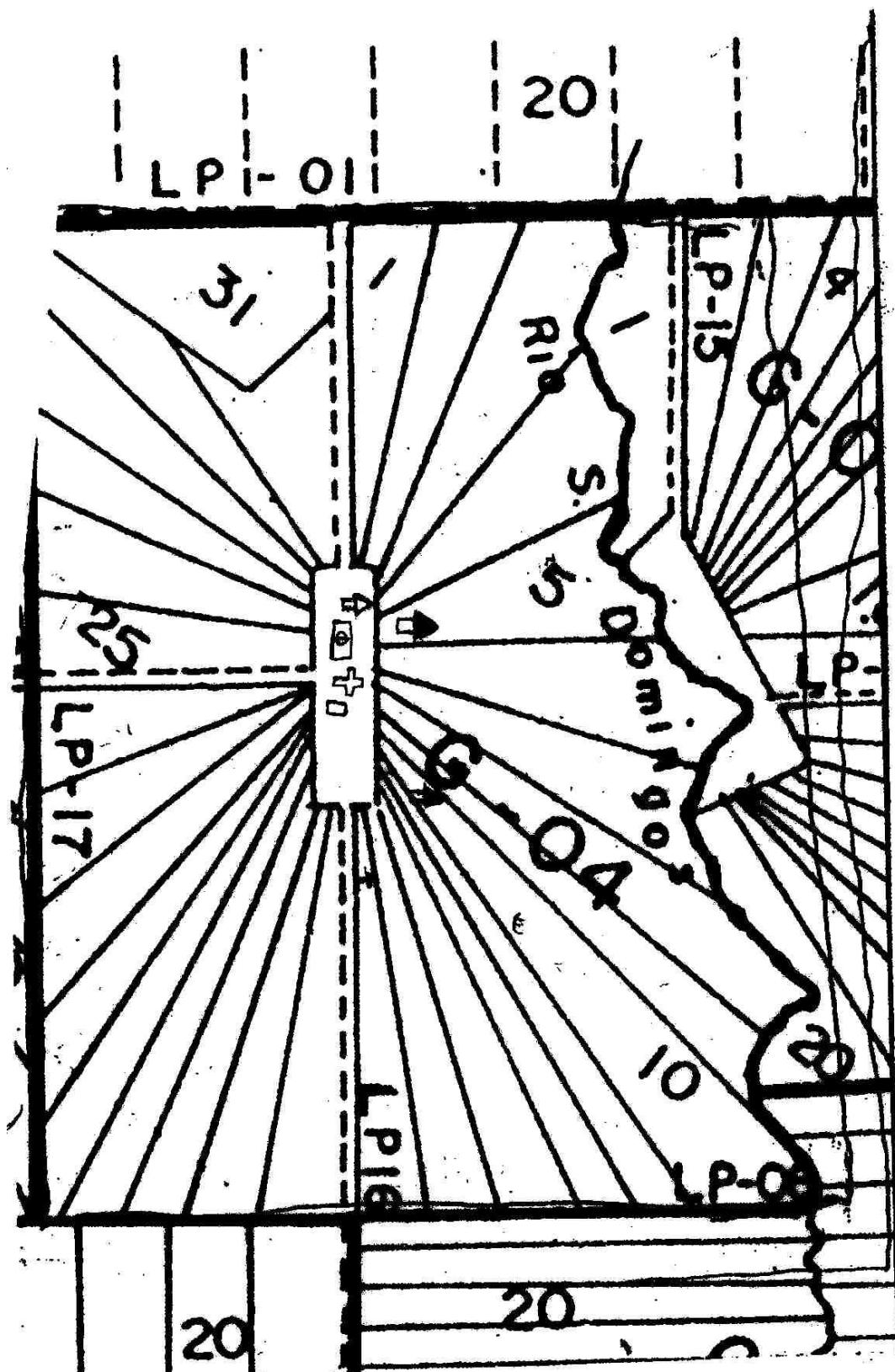
Anexo IV

Figura 13 - Conformação glebas do PA Palmares



Fonte: INCRA/SKALA, 1997

Anexo IV - Figura 14 - Detalhe agrovila Boa União (Gleba 4) do PA Palmares mostrando os espaços de comunicação sociotécnica na área social no centro da gleba (ver legenda Fig. 12)



Fonte: INCRA/SKALA, 1997. Ampliação do mapa. Localização dos espaços a partir da pesquisa de campo